RELATÓRIO E CONTAS

2015

CONSOLIDADO

CA
Crédito Agrícola

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO 4
PRINCIPAIS INDICADORES DO GRUPO 11
PRINCIPAIS INDICADORES DO NEGÓCIO BANCÁRIO (SICAM) 12
APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO 14
FACTOS RELEVANTES DE 2015 23
I. APRESENTAÇÃO DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA 30
1.1 ESTRUTURA DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA 30
1.2 VISÃO, MISSÃO, VALORES E ESTRATÉGIA DO GRUPO CA 34
II. MODELO DE BANCA RESPONSÁVEL DO CRÉDITO AGRÍCOLA 39
2.1 RESPONSABILIDADE COM OS CLIENTES 39
2.2 RESPONSABILIDADE COM AS COMUNIDADES 47
2.3 RESPONSABILIDADES COM OS COLABORADORES 51
III. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO 59
3.1 ECONOMIA INTERNACIONAL 59
3.2 ECONOMIA NACIONAL 61
3.3 MERCADOS FINANCEIROS 63
3.4 MERCADO BANCÁRIO NACIONAL 67
IV. ACTIVIDADE DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA EM 2015 73
4.1 ACTIVIDADE BANCÁRIA 73
4.2 ACTIVIDADE SEGURADORA 84
4.3 GESTÃO DE PATRIMÓNIOS E FUNDOS DE RETALHO 89
V. ANÁLISE FINANCEIRA 102
5.1 GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA (CONSOLIDADO) 102
5.2 NEGÓCIO BANCÁRIO 108
5.3 NEGÓCIO BANCÁRIO EXCLUINDO CAIXA CENTRAL 119
VI. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 122
VII. ANEXOS 130
7.1. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO 130
Detalhe da Carteira de Títulos 258
7.2. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS 276
VIII. PARECER DO CONSELHO CONSULTIVO 279

Mensagem do Presidente do Conselho Geral e de Supervisão

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

Exmos. Senhores

Presidentes e Representantes das Caixas de Crédito Agrícola,

Num contexto em que a actividade bancária continua afectada por complexos constrangimentos (reduzida procura de crédito, dificuldades de cumprimento por parte das empresas e particulares, novas exigências regulamentares e a situação verdadeiramente atípica e anormal de as taxas de juro de referência do mercado, as Euribor, se apresentarem negativas em todos os prazos), o Crédito Agrícola voltou em 2015 a registar resultados positivos, confirmando a resiliência das nossas instituições às condições exógenas adversas que o sector no seu todo enfrenta.

No conjunto da banca tivemos em 2015 um panorama mais diversificado do que nos últimos anos em que as instituições na generalidade apresentaram vultuosos resultados negativos, sendo de saudar que algumas das maiores instituições bancárias nacionais tenham regressado aos lucros, o que naturalmente é bom para a estabilidade do sistema financeiro. No entanto, nalgumas os resultados apurados são ainda claramente exíguos para a sua dimensão, enquanto outras continuam a evidenciar prejuízos de monta, perfazendo seis anos consecutivos de perdas avultadas. Além disso, como se sabe, em certas instituições os lucros da actividade no exterior têm contribuído para compensar o esmagamento dos lucros, ou mesmo prejuízos, no negócio em Portugal. Sobre o que se passou no conjunto do sistema bancário em Portugal no ano de 2015, há também que assinalar o colapso de mais uma instituição, o BANIF, mais uma vez com um impacto para o erário público de proporções consideráveis.

Podemos assim dizer que o Crédito Agrícola, com a estabilidade que tem patenteado e a sua trajectória ininterrupta de resultados positivos em todos os exercícios, mesmo que inferiores ao que desejaríamos, continua a destacar-se de modo muito positivo no seio do sector bancário nacional.

Para o bom desempenho do Grupo no exercício findo contribuíram de maneira decisiva as Caixas Agrícolas, cujos resultados totais, de cerca de 50 milhões de euros, representaram uma apreciável melhoria em relação ao ano anterior, em que o resultado do conjunto das Caixas fora negativo.

Quero felicitar muito vivamente as Caixas Agrícolas que, mesmo num ambiente de negócio marcadamente adverso, conseguem excelentes desempenhos, e também aquelas que tiveram em 2015 resultados positivos, após um período de perdas. É de assinalar, porém, que um pequeno número de Caixas continua com prejuízos expressivos face à sua dimensão, evidenciando condições de exploração bastante desequilibradas. Nalgumas destas Caixas os prejuízos vêm-se sucedendo ano após ano, denotando problemas estruturais que têm de ser atacados e resolvidos com determinação através da definição, e execução pronta e eficaz, de planos específicos para a sua regeneração.

A Caixa Central, por sua vez, registou em 2015 um resultado positivo da ordem de 5 milhões, claramente inferior ao lucro apurado em 2014, da ordem de 37 milhões, o qual, porém, beneficiou de circunstâncias particularmente favoráveis nos mercados financeiros, que a instituição pôde e soube aproveitar, através da gestão dinâmica da tesouraria que implementou. Em relação a 2015 a margem financeira da Caixa Central foi afectada pelo facto de a remuneração dos excedentes de liquidez das Caixas, apesar de ajustada em baixa em diversas ocasiões ao longo do ano, se ter mantido acima da remuneração prevalecente nos mercados (a qual, como consequência da actual política monetária, desceu para níveis mínimos históricos, que chegam mesmo a ser negativos), sem que esta situação tivesse podido ser compensada com ganhos financeiros na carteira de aplicações, como sucedeu no ano anterior. Mas os resultados da Caixa Central em 2015 também reflectem o reconhecimento de menos valias muito significativas em activos imobiliários adquiridos em recuperação de crédito, designadamente os integrados em veículos especializados, como o Fundo de Investimento CA-Imobiliário.

Um factor que contribuiu de modo muito directo para a importante melhoria dos resultados das Caixas em 2015 foi a contenção exercida na remuneração dos depósitos. Contenção que se justifica plenamente dada a confortável margem de liquidez de que o Grupo desfruta, e que não impediu que os depósitos evidenciassem ainda assim um crescimento folgado, de mais de 3% face aos níveis de 2014, mostrando a confiança que os associados e clientes em geral colocam na nossa instituição. Tal ganha ainda maior expressão quando se considera o valor já bastante considerável, de mais de 2 mil milhões de euros, aplicados em recursos fora do balanço (seguros de capitalização e fundos de investimento).

No bom desempenho do Grupo em 2015 há também que relevar a evolução registada no crédito a clientes, em que o Crédito Agrícola, com um aumento de 3,4%, foi, entre as principais instituições a operar em Portugal, a única que conseguiu crescer nesta crucial variável do negócio. No crédito a empresas, o nosso Grupo conseguiu mesmo um crescimento da ordem de 5,1%, que é notável para o actual estado da economia e do mercado, quando no conjunto do sector se verificou uma contracção de 5,0%. Há que

continuar o esforço comercial nesta área, pois o Crédito Agrícola, com a sua robusta solvabilidade e confortável liquidez, dispõe de condições bastante propícias para uma expansão saudável da carteira de crédito, mas esta vantagem tem de ser acompanhada de pró-actividade comercial, para se conseguir o crescimento que desejamos.

No que diz respeito, por outro lado, ao incumprimento na carteira, o Crédito Agrícola apresenta nesta altura um rácio de crédito vencido alinhado com a média do mercado, e abaixo dos rácios de algumas outras instituições de referência, que viram os seus níveis de incumprimento subirem significativamente com o impacto da crise económica e financeira. Por outro lado, no respeitante às provisões existentes para crédito vencido, o Crédito Agrícola dispõe de níveis de cobertura que superam os da generalidade das instituições, verificando-se até o conforto pouco vulgar de, no nosso caso, as provisões constituídas para a carteira de crédito excederem em termos consideráveis o valor das imparidades. Há que atender, porém, à existência de situações bastante diferenciadas entre as CCAM, algumas das quais têm níveis de incumprimento no crédito claramente excessivos, denotando deficiências na apreciação e gestão do risco que requerem a adopção urgente de medidas correctivas de reajustamento.

No tocante às empresas, é de realçar o bom desempenho na área seguradora, com a CA Vida a apresentar um resultado de quase 7 milhões de euros, e a CA Seguros de mais de 10 milhões. A actividade de seguros no Crédito Agrícola é hoje reconhecida como um caso de sucesso, sendo o modelo de banca-seguros que adoptámos um exemplo particularmente bem conseguido de articulação das vertentes bancária e seguradora. Temos ainda uma grande margem para crescer no negócio segurador aproveitando as virtualidades deste modelo de distribuição, sendo necessário para a aproveitarmos que as Caixas de um modo geral, e sobretudo aquelas (já poucas) que se têm mantido mais retraídas no negócio segurador, nele se empenhem com maior ambição. No momento presente a actividade de seguros já dá um contributo muito relevante para o produto bancário de muitas Caixas Agrícolas, tendo o aumento nas comissões recebidas, que atingiram no exercício mais de 28 milhões de euros, sido um dos factores do bom resultado das Caixas em 2015. O contributo destas comissões para o produto bancário das CCAM pode porém ainda aumentar significativamente.

Face à relevância que a actividade de seguros detém hoje no Grupo, foi decidido constituir uma holding especializada para a coordenação da actividade nesta área e tirar partido de sinergias, sem prejuízo da autonomia técnica que as seguradoras, inclusive por razões regulamentares da sua actividade, têm que manter. Esta holding, que ficou com a designação de Crédito Agrícola Seguros e Pensões, SGPS, congrega, como na altura se comunicou às Caixas, as participações da CA SGPS na CA Vida e na CA Seguros, e a desta

última na CA Vida, sendo que a quase generalidade das Caixas accionistas das duas seguradoras também passaram para esta holding grande parte das acções que detinham. Esta operação acabou por permitir ao conjunto das Caixas realizar uma mais-valia de cerca de 20 milhões de euros na transmissão das acções para a CA SeP, SGPS, montante que naturalmente está incluído no resultado do conjunto das Caixas que referi acima (mas que não influencia o resultado consolidado do Grupo)[1].

Também no tocante à área seguradora, há que referir a distinção atribuída à CA Seguros pela Revista Exame como melhor seguradora nos ramos reais no seu segmento dimensional, distinção que ocorre pela 5ª vez, e com a qual a CA Vida também já foi contemplada para o ramo vida. A título pessoal e como Presidente do Conselho Geral e de Supervisão felicito a CA Seguros, a sua Administração e restantes órgãos sociais, e toda a sua equipa de colaboradores, por mais este galardão, que atesta a qualidade da companhia, bem traduzida nos números do seu desempenho económico-financeiro.

Na área de gestão de activos e de fundos de investimento, de que se ocupa a CA Gest, registou-se um lucro mais modesto, da ordem de meio milhão de euros, tendo a actividade aliás sido afectada a meio do ano pela retracção dos investidores nas aplicações em fundos de investimento que se verificou no mercado em geral.

No caso da CA Imóveis, empresa instrumental para a gestão do imobiliário adquirido em recuperação de crédito e agilização do seu desinvestimento, os resultados foram negativos da ordem de 5 milhões de euros, continuando a reflectir o estado do sector imobiliário e a depreciação de activos em carteira em relação ao seu valor no momento da aquisição pela sociedade.

Na área tecnológica e de sistemas de informação, por seu turno, é de registar com apreço a exploração equilibrada quer da CA Informática quer, sobretudo, do CA Serviços, e mais importante do que isso, a melhoria nos tempos de resposta e na capacidade de execução dos projectos que temos constatado nos últimos anos.

Gostaria de fazer uma especial referência ao excelente desempenho do Grupo em termos comerciais no exercício findo, de que é aliás sinal a evolução na carteira de crédito a que já aludi, mas de que se deve também realçar o forte crescimento da produção quer de seguros de ramos reais quer de seguros de vida (na componente risco). Não será na verdade exagero dizer, como já ouvi, que o Crédito Agrícola teve em 2015 o seu melhor ano comercial de sempre, constatando-se nas Caixas, na Caixa Central e nas empresas

[1] A CA Seguros e a CA SGPS registaram também mais-valias nesta operação.

uma resposta muito positiva ao desafio que foi lançado visando o crescimento do negócio. Para este desempenho muito contribuiu a nova abordagem comercial que o Grupo iniciou de forma plena já no exercício de 2014, no quadro da reorganização e reestruturação da Caixa Central e da melhoria da sua articulação com as empresas. A nova orientação assenta como se sabe na oferta integrada de produtos e serviços cobrindo todas as áreas de negócio (banca, seguros e gestão de activos / fundos de investimento), com definição de segmentos prioritários e tipificação da oferta preferencial para cada um, estabelecendo grelhas de objectivos e metas precisas para todas as unidades de negócio. Este novo modelo tem-se vindo a mostrar bastante profícuo, e indicia que a combinação dos tradicionais pontos fortes do Grupo, como a proximidade e o profundo enraizamento nas comunidades locais, com uma nova orientação mais dinâmica do negócio, é susceptível de nos proporcionar uma considerável vantagem competitiva.

Os tempos que estamos a viver têm-se caracterizado por um aumento considerável das obrigações de natureza normativa e regulamentar, que para além de maiores necessidades de fundos próprios se traduzem também em reportes de crescente complexidade, cuja elaboração cria enorme pressão sobre os sistemas de informação dos bancos e sobre os seus serviços centrais. Estas medidas representam uma alteração considerável do quadro regulamentar, originando custos de *compliance* significativos para as instituições, que vêem ainda as suas receitas comprimidas por restrições impostas ao nível da supervisão comportamental. Tudo isto, naturalmente, penaliza a rentabilidade dos bancos, numa conjuntura em que esta já se encontra grandemente prejudicada pelo fraco dinamismo da economia.

As novas exigências regulamentares vieram também abarcar a própria governação das nossas instituições, envolvendo um processo de registo e qualificação dos dirigentes junto do regulador bastante mais complexo, ao qual, no entanto, o Crédito Agrícola está a dar uma resposta adequada que conduzirá a uma elevação do nível de profissionalismo na gestão das nossas Caixas.

Em relação às questões de supervisão, gostaria de sensibilizar especialmente os colegas para o tema da prevenção do branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo, em que, acautelando a defesa do nome do Crédito Agrícola, temos de nos manter sempre muito rigorosos, pela actual acuidade da matéria e o grande escrutínio a que está sujeita.

Coincidindo o exercício de 2015 com o termo do último mandato, não posso deixar de registar nesta mensagem uma apreciação muito positiva à actuação do Conselho de Administração Executivo da Caixa Central, que, sob a liderança do seu Presidente, Engº Licínio Pina, lançou e executou, com visão e grande determinação, o processo de reorganização e reestruturação da Caixa Central, concretizando as

transformações há muito sentidas como imperiosas, objecto de vários estudos ao longo de anos, mas nunca concretizadas. Temos hoje em dia uma Caixa Central mais ágil e operativa, rejuvenescida nos seus postos chave, com um quadro de efectivos racionalizado (processo que aliás ainda prossegue) e funcionando em articulação com as empresas do Grupo como nunca sucedeu no passado. Conclui-se pois que o Crédito Agrícola fez bem quando decidiu confiar a liderança da administração executiva da sua instituição cimeira a alguém da casa, do próprio Crédito Agrícola, pondo termo à prática passada de contratar individualidades externas de renome, mas sem conhecimento efectivo do Grupo e estranhas à sua cultura. Nas seguradoras e noutras empresas do Grupo seguiu-se a mesma prática de atribuir as responsabilidades de gestão a pessoas já com longa carreira no Crédito Agrícola, também com excelente resultado.

Caros colegas e amigos,

A evolução positiva e a estabilidade do Crédito Agrícola ao longo de todos estes anos de crise económica e financeira, caso ímpar no seio do sistema financeiro português, é naturalmente motivo de grande satisfação. Mas não podemos deixar-nos cair numa postura de complacência e de imobilismo, pensando que tudo está bem e nada precisamos de mudar. Com efeito, os desafios que temos pela frente são bastante complexos. O negócio bancário está a passar por profundas transformações, e temos que nos capacitar a tempo e horas para enfrentar esses desafios. Devemos assim, como dirigentes, manter grande abertura de espírito e disponibilidade para a assunção das mudanças necessárias, de modo que o Crédito Agrícola possa continuar a afirmar-se como instituição de referência e de crescente relevância no nosso sistema financeiro. O Crédito Agrícola sempre mostrou, no passado, ao longo da sua história, a sabedoria e a determinação necessárias para vencer os desafios que se lhe depararam, e vai também vencer os desafios do tempo presente. É essa a minha profunda convicção.

Lisboa, 29 de Abril de 2016

O Presidente do Conselho Geral e de Supervisão

Principais indicadores do Grupo e do SICAM

PRINCIPAIS INDICADORES DO GRUPO

Evolução do GCA

Valores em milhões de euros

	2006 Dez.	2007 Dez.	2008 Dez.	2009 Dez.	2010 Dez.	2011 Dez.	2012 Dez.	2013 Dez.	2014 Dez.	2015 Dez.
Recursos de Clientes *(on e off balance)*	9.282	9.832	10.406	11.048	10.910	10.923	11.390	11.735	12.616	13.184
dos quais depósitos	8.637	9.122	9.528	9.965	9.939	9.821	10.113	10.123	10.537	10.910
dos quais fundos e seguros de capitalização	645	710	878	1.083	971	1.102	1.277	1.612	2.079	2.274
Créditos sobre Clientes Bruto	6.901	7.389	8.300	8.781	8.534	8.507	8.301	8.136	8.099	8.373
Créditos sobre Clientes Líquido	6.620	7.109	7.926	8.366	8.041	7.914	7.660	7.472	7.261	7.555
Activo Líquido	10.601	11.180	12.122	12.948	14.224	14.241	15.113	14.621	15.051	14.936
Situação Líquida	765	887	987	1.075	1.108	1.142	1.100	1.141	1.211	1.205
Margem Financeira	375	405	425	341	335	381	367	307	307	310
Comissionamento Líquido	85	76	81	82	93	97	102	101	101	98
Margem Técnica de Seguros	142	114	14	9	5	10	-4	-9	-21	20
Produto Bancário	581	611	537	457	478	505	493	486	577	515
Resultado Líquido	89	120	121	52	36	55	45	-3	27	54
Rácio Crédito Vencido > 90 dias*	4,0%	3,4%	3,8%	4,1%	4,9%	5,8%	6,8%	7,7%	8,0%	7,8%
Rácio de Cobertura do Crédito Vencido - %	113,6%	108,9%	136,0%	127,4%	127,8%	119,8%	114,2%	121,0%	122,9%	122,5%
Core Tier 1 - GCA - % a)	11,6%	11,6%	12,2%	12,1%	12,7%	12,5%	11,6%	11,9%	n.a.	n.a.
Common equity tier 1	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	13,1%	13,1%
Tier 1 - GCA - % a)	11,6%	11,5%	12,0%	11,8%	12,5%	12,3%	11,1%	11,4%	13,1%	13,1%
Rácio de Solvabilidade Total - GCA - % a)	14,4%	14,4%	13,3%	12,7%	13,4%	12,7%	10,9%	10,8%	13,1%	13,5%
Rácio de Eficiência - GCA - %	45,5%	46,4%	56,8%	68,8%	68,3%	65,4%	67,0%	68,2%	57,5%	63,8%
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) - %	11,6%	13,5%	12,2%	4,9%	3,2%	4,8%	4,1%	-0,3%	2,2%	4,5%
Rendibilidade dos Activos (ROA) - %	0,8%	1,1%	1,0%	0,4%	0,2%	0,4%	0,3%	0,0%	0,2%	0,4%
Número de colaboradores b)	4.114	4.204	4.326	4.392	4.365	4.335	4.296	4.212	4.158	4.121

Notas:

Valores de 2010 foram calculados de acordo com as normas aprovadas pela União Europeia e que entraram em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2010; os valores de 2009 e 2008 foram reexpressos para efeitos comparabilidade

Valores de 2006 são pró forma (reajustados em conformidade com a NCA, em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2007)

a) valores dos rácios para2006 calculados de acordo com as regras PCSB, 2007 em NCAs e a partir de 2008 NICs. A partir de Março de 2008, com os critérios de Basileia II. Valor de 2014 corresponde ao common equity tier 1 - phased in

(*) Os valores referentes a 2006-2011 referem-se ao SICAM

b) colaboradores com contrato sem termo/por tempo indeterminado e com contrato a termo certo/incerto (posições de final de ano).

PRINCIPAIS INDICADORES DO NEGÓCIO BANCÁRIO (SICAM)

Evolução do Negócio Bancário

Valores em milhões de euros

	2006 Dez.	2007 Dez.	2008 Dez.	2009 Dez.	2010 Dez.	2011 Dez.	2012 Dez.	2013 Dez.	2014 Dez.	2015 Dez.
Recursos de Clientes	8.671	9.158	9.613	10.070	9.989	9.884	10.178	10.210	10.620	10.970
Créditos sobre Clientes Bruto	7.464	7.467	8.373	8.859	8.606	8.587	8.365	8.199	8.147	8.430
Créditos sobre Clientes Líquido	6.685	7.120	7.945	8.392	8.069	7.988	7.717	7.310	7.310	7.578
Activo Líquido	10.044	10.566	11.447	12.097	13.213	13.027	13.747	12.969	13.267	13.060
Situação Líquida	828	874	979	1.000	1.026	1.054	1.098	1.106	1.168	1.173
Margem Financeira	352	387	403	315	306	342	318	251	248	245
Comissionamento Líquido	74	76	87	91	110	116	130	132	129	130
Produto Bancário	424	486	513	424	445	472	465	473	554	503
Resultado Líquido	96	113	121	42	36	47	41	2	25	56
Rácio de Transformação - % a)	77,1%	77,7%	82,7%	83,3%	80,8%	80,8%	75,8%	71,6%	68,8%	69,1%
Rácio de Eficiência - SICAM - %	58,4%	54,1%	55,5%	69,4%	67,1%	64,7%	65,3%	64,0%	54,2%	59,8%
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) - %	11,5%	13,0%	12,4%	4,2%	3,5%	4,5%	3,8%	0,1%	2,1%	4,8%
Rendibilidade dos Activos (ROA) - %	1,0%	1,1%	1,1%	0,3%	0,3%	0,4%	0,3%	0,01%	0,2%	0,4%
Grau de Alavancagem (Leverage)	12,1	12,1	11,7	12,1	12,9	12,4	12,5	11,7	11,4	11,1
Número de CCAM	105	100	92	88	85	84	84	83	82	82
Número de Agências (Total do SICAM) b)	632	647	670	680	689	686	686	683	683	675
Activo Líquido Médio por CCAM c)	91.648	102.500	116.924	127.626	132.375	133.162	140.695	159.839	161.788	159.266
Número Médio de Balcões/CCAM d)	6,0	6,4	7,2	7,6	8,0	8,0	8,0	8,1	8,2	8,1
Número de colaboradores e)	3.690	3.755	3.854	3.907	3.878	3.845	3.832	3.760	3.706	3.674

Nota:
Valores de 2011 foram reexpressos para efeitos comparabilidade

a) calculado como sendo o crédito líquido sobre os recursos de acordo com a instrução 23/2011 do Banco de Portugal

b) inclui as agências da Caixa Central

c) em milhares de euros

d) apenas agências das Caixas Associadas (SICAM)

e) colaboradores com contrato sem termo/por tempo indeterminado e com contrato a termo certo/incerto (posições de final de ano).

Apresentação do Relatório

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO

Enquadramento económico

Presidente do Conselho Geral e de Supervisão
Carlos Courelas

Na sequência do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) em Portugal, concluído com um processo de 'saída limpa' em 17 de Maio de 2014, tem vindo a ser reconhecido que não é possível um crescimento económico sustentável se, simultaneamente, não existir um sistema de finanças públicas pautado por um permanente esforço de consolidação orçamental e um sistema bancário capitalizado e preparado para enfrentar os desafios impostos por Basileia III e pela União Bancária assente no papel crescente do Banco Central Europeu (BCE), que apoiado pelo Banco de Portugal, é responsável pela supervisão do sistema bancário em Portugal.

Após um ciclo de depressão económica, o ano de 2015 testemunhou o reforço do ritmo de recuperação da economia nacional, quantificado num crescimento do PIB de 1,6% (i.e. +0,7 p.p. acima do registado em 2014), resultante do ajustamento gradual dos balanços dos vários agentes económicos, públicos e privados, na sequência da crise financeira internacional, da crise das dívidas soberanas na área do euro e da desaceleração das principais economias dos países emergentes. As condições favoráveis de financiamento externo, reflectindo o conjunto alargado de medidas de política expansionista do BCE, não foram alheias a este desempenho e têm vindo a constituir uma janela de oportunidade para orientar as políticas públicas no sentido de aumentar a resiliência da economia portuguesa para fazer face a choques adversos.

Em contraste com o passado, o ano de 2015 veio confirmar as tendências de transferência de recursos produtivos para os sectores da economia mais expostos à concorrência internacional (beneficiando da depreciação da taxa de câmbio efectiva do euro) e de reforço dos níveis de investimento reflectindo decisões adiadas no período de recessão (traduzido pela reposição dos níveis de equilíbrio na formação bruta de capital fixo e nos stocks de bens duradouros). Por seu lado, a procura interna foi marcada por uma recuperação resultante da evolução positiva do índice de confiança dos consumidores (explicada, essencialmente, pela estabilização da situação no mercado de trabalho, pela queda dos preços dos combustíveis e pela diminuição das taxas de juro), ainda que condicionada pelo processo de redução do nível de alavancagem da economia em geral e das famílias em particular.

Novo enquadramento jurídico

O DL 157/2014 de 24 de Outubro introduziu alterações no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, em particular, no que respeita à política de avaliação de titulares de órgãos de administração e fiscalização e de titulares de funções essenciais, tendo a Caixa Central iniciado a definição de políticas e normas de Governo Interno com vista a responder à maior exigência nos critérios de avaliação da adequação dos mencionados titulares, conforme previsto na lei.

Tendo em consideração o calendário dos mandatos da generalidade das Caixas Associadas, em 2015, foi aprovada e implementada uma política interna de selecção e avaliação (PISAA) e um modelo único de avaliação (MUA) para todo o SICAM com a participação activa da Caixa Central em 66 comissões, das quais resultaram 52 pareceres sobre o pedido de registo junto do Banco de Portugal e 43 relatórios para as respectivas Assembleias Gerais electivas de Dezembro. De forma complementar, foram estabelecidas orientações quanto à política de remunerações para titulares (executivos e não executivos) de cargos de Administração, dos órgãos de fiscalização e demais órgãos sociais, tendo-se iniciado a desejada harmonização da política de remuneração de órgãos de administração e fiscalização.

Desempenho financeiro do Grupo

O Grupo Crédito Agrícola apresentou um resultado líquido consolidado de 54,1 milhões de euros no exercício de 2015, continuando a apresentar confortáveis níveis de liquidez e solvabilidade. A contribuir para este desempenho esteve, essencialmente, o resultado do negócio bancário que apresentou um crescimento na ordem dos 130% face a 2014, bem como a actividade seguradora, cuja margem técnica representou um contributo positivo de 20 milhões de euros.

A carteira de crédito bruto a clientes ascendeu a 8,4 mil milhões de euros, traduzindo um aumento de 3,4% face a 2014, em contraciclo com o mercado que, de forma global, registou uma quebra de 4,2%[2], o que consubstancia um reforço de quota de mercado do Grupo Crédito Agrícola para 4,2% do crédito concedido em Portugal.

O crédito a empresas e sector público administrativo apresenta um peso relativo superior a 50% na carteira de crédito, tendo registado um crescimento assinalável de 5,1% face a 2014.

[2] Fonte: Boletim Estatístico do 4º trimestre de 2015 – Empréstimos e Depósitos Bancários (BdP/BCE).

Os recursos totais de clientes totalizaram 13,2 mil milhões de euros, que resultam do crescimento homólogo de 4,3%, repartido pelos depósitos que aumentaram 3,3%, pelos fundos de investimento que aumentaram 9,1% e pelos seguros de capitalização que aumentaram 9,4%, face aos valores registados em final de 2014.

O produto bancário reduziu 10,6% para os 515 milhões de euros, muito por conta da quebra dos resultados de operações financeiras (-101,5 milhões de euros), na medida em que a margem financeira e a margem técnica da actividade de seguros apresentaram contributos positivos de 2,7 milhões de euros e 41,2 milhões de euros, respectivamente. As comissões líquidas registaram uma quebra ligeira de 2,3% tendo ascendido a 98,3 milhões de euros.

Em 2015, os custos de estrutura do Grupo, incluindo os efeitos não recorrentes resultantes do processo de reorganização do Grupo, registaram uma redução homóloga de 0,8% correspondente a uma descida de 2,7 milhões de euros em termos absolutos.

Em termos de qualidade da carteira de crédito do Grupo Crédito Agrícola, o rácio de crédito vencido há mais de 90 dias reduziu-se para 7,8% (-0,2 p.p. que em 2014), o rácio de crédito em risco reduziu-se para 11,2% (-0,6 p.p que em 2014) e o rácio de cobertura do crédito vencido ajustou-se para os 122,5% (-0,4 p.p. que em 2014).

Os fundos próprios do Grupo Crédito Agrícola ascenderam a 1.145 milhões de euros (+97 milhões de euros em relação ao período homólogo), o que representa um crescimento de 9,2%. Os requisitos de fundos próprios para cobertura dos riscos de crédito e operacional aumentaram globalmente 6,1% face a 2014.

Neste contexto, os rácios *common equity tier 1* e solvabilidade total, calculados para 2015 com a aplicação das disposições transitórias (*phased-in*) e aplicação integral (*fully implemented*) das regras previstas no Regulamento (UE) n.º 575/2013, apresentam-se francamente acima do mínimo regulamentar exigido pelo Banco de Portugal.

Durante o exercício de 2015, num contexto de redução generalizada da actividade creditícia em Portugal e da continuada redução das taxas de juro e de inflação, é de salientar que as 16 Caixas Associadas com planos de recuperação dos resultados de exploração acordados com a Caixa Central registaram progressos favoráveis, tendo 4 delas terminado o processo de acompanhamento específico.

Simplificação societária

Enquadrado no plano estratégico do triénio 2013-2015, foram concentradas na Crédito Agrícola SGPS (CA SGPS), designadamente na sua participada CCCAM Gestão de Investimentos, Lda., as participações em fundos e outros activos não estratégicos ou disponíveis para venda anteriormente detidas pela Caixa Central. Foi entretanto liquidada a Crédito Agrícola Finance, Gestão de Activos (IFI), S.A. com sede em Cabo Verde e sem actividade desde a sua transformação, sociedade detida pela CCCAM Gestão de Investimentos.

No âmbito da CA SGPS e da CCCAM Gestão de Investimentos, são detidas participações minoritárias em entidades jurídicas que não fazem parte do Grupo Crédito Agrícola, estando em curso o seu acompanhamento até à liquidação ou alienação das mesmas.

De forma a acentuar o carácter de grupo bancário e segurador e com o acordo prévio da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, no final de 2015, foi constituída a CA Seguros e Pensões SGPS (CA SeP), uma *holding* dedicada à área dos seguros e pensões ("CA SeP") que, para além de concentrar as participações da CA Seguros e da CA Vida e agilizar os processos inerentes à gestão da actividade, permitiu incluir a CA Vida e a própria CA SeP no perímetro de consolidação fiscal já constituído com a Crédito Agrícola SGPS e participadas do Grupo em que aquela detém directamente mais de 75% do capital.

Projectos de desenvolvimento organizacional e tecnológico

No âmbito da actividade planeada de desenvolvimento de sistemas e tecnologias de informação, durante o ano de 2015 e em estreita colaboração com as áreas de negócio e de suporte, concluíram-se 69 projectos estruturantes e 298 microprojectos, que totalizaram, respectivamente, 115.480 e 21.637 horas de esforço, equivalentes a cerca de metade da capacidade de desenvolvimento informático entre equipas internas e reforço de capacidade, isto é, recursos externos ao Grupo CA.

O aumento acentuado dos rácios de crédito vencido no sistema financeiro português e que se fez sentir também no Crédito Agrícola, a partir da crise financeira de 2008, conduziu o Grupo a investir na adequação de meios humanos, organizacionais e tecnológicos para o acompanhamento de crédito em incumprimento. Neste contexto, para além das actualizações aos normativos do Grupo, a Caixa Central com o suporte do CA Serviços tem vindo a promover o incremento dos níveis de integração, automatização e produção de informação a partir das ferramentas operacionais de concessão de crédito (análise, concessão, contratação e contabilização), de acompanhamento da exposição de risco (desde os primeiros indícios de incumprimento) e de recuperação de crédito (nas vertentes extra-judicial e de contencioso), sendo que os

actuais níveis de adesão das Caixas Associadas eram, no final de 2015, superiores a 90% na totalidade das mencionadas ferramentas tecnológicas do Grupo.

No âmbito da gestão de riscos do Grupo, foram implementadas melhorias ao modelo de imparidade de crédito nomeadamente através da validação, revisão e recálculo dos parâmetros de risco utilizados e introdução de novas variáveis e indícios.

No sentido de contribuir para a adequação das estratégias de relacionamento com clientes, nas perspectivas comercial, de gestão de limites e de cobrança, foram dados passos firmes no programa de implementação de modelos de *scoring* comportamental e foi concluída a implementação de um modelo que constitui uma abordagem inicial de alocação de capital regulamentar e da imparidade às operações de crédito existentes e a contratar (permitindo simular o potencial custo do risco para optimização da aplicação da política de *pricing*, sem prejuízo da necessária análise fundamentada prévia à tomada de decisão).

Em conjunto com as áreas de negócio, foram desenvolvidos os módulos "Risco" e "Mercado" no Portal de Informação de Negócio (PIN) e foram realizadas formações com o objectivo de disseminar o conhecimento resultante (i) da análise de informação de acompanhamento, qualidade, concentração e recuperação das carteiras de crédito e (ii) da análise competitiva do negócio bancário nos mercados geográficos onde o Grupo actua, respectivamente.

Com o objectivo de diversificar a base de clientes e simplificar o cada vez mais complexo processo de abertura de conta, foi lançada a solução "CA Express" no universo de agências do Grupo, com vista à abertura rápida de clientes e contas mas permitindo uma adequada cobertura dos requisitos regulamentares e de informação internos, que constitui a base tecnológica para a transformação dos processos operacionais de subscrição de produtos e serviços do Grupo CA tendente à agilização e digitalização dos processos de negócio.

Na perspectiva de capacitar o Grupo para enfrentar os desafios inerentes a um segmento particularmente exigente e de aumentar o nível de serviço e o relacionamento com empresas com níveis de risco adequados, foram dados passos no sentido de criar e capacitar a figura de "gestor de clientes-empresa" nas Caixas Associadas que, estando inseridas em mercados com um tecido empresarial com potencial, ainda não se encontravam completamente organizadas ou capacitadas para dar uma resposta mais qualificada ou proactiva às necessidades das PME.

Na tentativa de libertar os colaboradores com funções comerciais para uma abordagem proactiva, o Grupo deu sequência a iniciativas de simplificação do processo de venda nomeadamente integrando soluções tecnológicas. De forma complementar, foram concluídas iniciativas com vista a melhorar os processos e as aplicações de suporte à actividade comercial e à actividade multi-canal (e.g. IGC, CA GPS, ISM, CA Mobile Empresas).

O ano de 2015 foi ainda marcado pelo arranque da gestão da presença oficial do Crédito Agrícola nas redes sociais (*facebook, youtube, instagram, linkedin*).

Em 2015, foi concluída a implementação de uma ferramenta de contabilidade analítica que permitirá, no curto prazo, simular a precificação e validar o custeio dos serviços prestados pela Caixa Central e pelo CA Serviços / CA Informática às Caixas Agrícolas e às empresas do Grupo, permitindo, nos próximos exercícios, a evolução do modelo organizacional da estrutura central do Grupo, em articulação com a estratégia, a visão e o regime jurídico do Crédito Agrícola.

Em 2015, a Caixa Central com o suporte da CA Imóveis deu continuidade à estratégia de desinvestimento imobiliário do Grupo com particular enfoque nas vertentes: (i) comercial, envolvendo Caixas Associadas e potenciais investidores (p. ex. via portal Internet, linha directa CA, mediadores imobiliários nacionais e locais, mostras e salões imobiliários, apresentações a investidores institucionais) e (ii) operacional (p. ex. suporte à decisão, apoio no desenvolvimento de projectos tendentes a preparar os activos para a venda, melhoria dos sistemas de informação de apoio à gestão e manutenção dos activos imobiliários). O número de imóveis alienados em 2015, expurgando as vendas a veículos especializados do Grupo, atingiu os 761 (ou seja, mais 63 imóveis que o verificado no ano transacto), o que indicia uma recuperação do mercado imobiliário em Portugal e um maior envolvimento e esforço de caracterização e de venda desenvolvido pelo Grupo.

Encontra-se em fase final uma operação de venda de carteira de créditos abatidos ao activo no valor de cerca de 160 milhões de euros. Sendo uma primeira experiência, pretende-se vir a promover outras operações similares, incluindo créditos em fase de recuperação e não abatidos.

A crescente pressão competitiva e regulatória tem vindo a manter o Grupo atento às questões de eficiência e de contenção de consumos e custos. Neste âmbito o Portal de Compras do Grupo consolidou uma média de 100 requisições mensais com tendência para aumentar com a disponibilização progressiva de categorias

de compras de produtos e serviços e com vantagens em termos de economias de custos, controlo de consumos e gestão de fornecedores.

Na vertente da segurança bancária, foi acompanhada e concluída a implementação da central receptora de alarmes do Crédito Agrícola. No que concerne a gestão e remodelação de edifícios foram elaborados projectos para as CCAM de Serra da Estrela, Arruda dos Vinhos, Coruche e Caldas da Rainha, Óbidos e Peniche, tendo a Caixa Central acompanhado as obras nas duas últimas.

Foi igualmente acompanhado o processo de reorganização do Edifício Bloom, que incluiu a transferência da CA Vida e CA Gest para este espaço, bem como conduzido o processo de desocupação do Edifício da Av. da República entretanto arrendado com opção de compra pelo inquilino.

Desde 2014 tem vindo a ser desenvolvido um programa com o objectivo de aumentar a cobertura dos processos, riscos e controlos cobrindo nomeadamente as áreas dos meios e sistemas de pagamentos, gestão de clientes (retalho e empresas) e gestão de contas.

Foi dada sequência à migração dos meios de pagamento internacionais para o sistema central com a consequente libertação de colaboradores para outras actividades ou para situações de pré-reforma, com vantagens ao nível da gestão de informação e da eficiência.

Na prevenção do branqueamento de capitais / financiamento ao terrorismo, foi implementada uma ferramenta para controlo de transacções com as componentes de detecção de casos, emissão de alertas e disponibilização de informação histórica e realizadas acções de formação à rede comercial e aos *Compliance Monitors*, em complemento às ferramentas e processos operacionalizados.

Foi dada sequência ao registo e gestão dos constrangimentos detectados no âmbito do sistema de controlo interno, proposta de acções de mitigação / resolução, acompanhamento da implementação das medidas de acção propostas e resposta às necessidades de informação das entidades de supervisão.

Reconhecimento no mercado

Em termos de reconhecimento, o Crédito Agrícola foi considerado, pela revista britânica The Banker, no seu estudo "Top 1000 World Banks", o terceiro banco mais sólido a operar em Portugal e o primeiro de capitais exclusivamente nacionais.

A CA Seguros, a seguradora não vida do Grupo Crédito Agrícola, foi eleita, pela quinta vez, como a Melhor Seguradora Não Vida do seu segmento (estudo realizado pela revista EXAME em parceria com a Deloitte e com a Informa D&B). No âmbito da gestão de activos, o F.I.M. Aberto de Obrigações CA Rendimento foi distinguido com o prémio "Gestão Nacional de Organismos de Investimento Colectivo" na categoria "Fundos de Obrigações de Taxa Indexada" (APFIPP/DE). O CA Monetário, na sua categoria e no âmbito da APFIPP, foi o fundo mais rentável na classe "Fundos de Mercados Monetários Euro" pelo sexto ano consecutivo.

O Crédito Agrícola, enquanto grupo financeiro universal com confortáveis níveis de capital e liquidez, afirma estar preparado para continuar a contribuir, de forma inequívoca, para a satisfação das necessidades e aspirações financeiras e de protecção de Associados e Clientes através de processos ágeis e da excelência no cumprimento das propostas de valor, a promoção do desenvolvimento económico, social e cultural das comunidades locais, o investimento em projectos sustentáveis, o fomento das relações institucionais com as entidades relevantes em matéria de supervisão do sistema financeiro, e a abordagem cada vez mais proactiva e sistemática a oportunidades de negócio que apresentem perspectivas de retorno continuado de rentabilidade e de reforço dos valores cooperativos, salvaguardando o respeito pelas normas e limites prudenciais, padrões de ética comportamental e regras de *compliance*.

Conselho de Administração Executivo
Renato Feitor, Sérgio Raposo Frade, Licínio Prata Pina (presidente), Ana Paula Ramos, José Maia Alexandre
(da esquerda para a direita)

Factos relevantes de 2015

FACTOS RELEVANTES DE 2015

Distinções alcançadas pelo Crédito Agrícola

O Banco foi considerado, pela revista britânica The Banker, no seu estudo "Top 1000 World Banks", o terceiro mais sólido a operar em Portugal e o primeiro de capitais exclusivamente nacionais.

O Prémio Cinco Estrelas 2015, promovido pela U-Scoot com base num estudo de mercado[3] realizado pela Ipsos APEME, foi atribuído ao Crédito Agrícola na categoria "Banca, serviço de atendimento ao cliente". Para o Grupo Crédito Agrícola esta distinção revela o empenho de todas as suas equipas na prestação do melhor serviço de proximidade ao cliente, fazendo jus ao lema desta instituição bancária "um banco nacional com pronúncia local".

O Crédito Agrícola ocupa a 557ª posição no ranking mundial de Bancos em 2015

TOP 1000 BY COUNTRY

Ranking			Date	Strength		Soundness		
Country	world			Tier 1 capital $m	% change	%	% year	rank (chart)
PORTUGAL								
1	348	Caixa Geral de Depositos	12/14	8,099	-16.81	6.66	6.25	5
2	388	Millennium BCP	12/14	6,162	-20.87	6.95	6.88	6
3	398	Novo Banco	12/14	5,491	n/a	6.87	n/a	4
4	FDS	Banco Santander Totta	12/14	3,292	-7.57	8.51	8.39	7
5	301	Banco Portugues de Investimento (BPI)	12/14	3,076	-35.98	5.93	8.34	8
6	490	Caixa Economica Montepio Geral	12/14	1,900	-26.08	5.72	6.93	10
7	557	Credito Agricola	12/14	1,273	-13.66	6.97	8.25	3
8	694	Banif	12/14	887	-38.1	5.57	7.40	11
9	FDS	Banco Popular Portugal	12/14	843	-8.4	8.27	7.24	2
10	FDS	Banco BIC Portugues	12/14	428	-10.28	5.77	6.30	9
11	990	Banco Finantia	12/14	401	-12.44	14.84	14.65	1

O Grupo Crédito Agrícola ocupa a 3ª posição no ranking nacional em termos de solidez (2015)

Prémio Cinco Estrelas 2015 na categoria:
"Banca - serviço de atendimento ao cliente"

Prémio Revista Exame
"Melhor seguradora não vida no seu segmento"

A CA Seguros, a seguradora não vida do Grupo Crédito Agrícola, foi eleita, pela quinta vez, como a Melhor Seguradora Não Vida do seu segmento. Esta distinção resulta de um estudo realizado pela revista EXAME em parceria com a Deloitte e com a Informa D&B.

O Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações CA Rendimento, gerido pela Crédito Agrícola Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (CA Gest), foi distinguido com o prémio "Gestão Nacional de Organismos de Investimento Colectivo", na categoria "Fundos de Obrigações de Taxa Indexada" pela APFIPP e pelo Diário Económico.

[3] Esta certificação de Marketing é atribuída com base numa metodologia suportada em critérios auditados por um comité técnico e também com a realização de estudos de mercado feitos a Clientes e não Clientes, sendo necessária a obtenção de uma avaliação positiva superior a 70% para que a certificação seja atribuída.

Outros factos relevantes da actividade de 2015

Janeiro

- Conclusão do processo de selecção interna dos candidatos à função gestor de empresas nas Caixas Associadas.
- Parceria entre o Crédito Agrícola e a Associação Portuguesa de Imprensa.
- Implementação da aplicação integrada de apoio à venda e emissão de apólices de seguros não vida.
- Disponibilização de um sistema de indicadores do mercado imobiliário às Caixas Associadas.
- Crédito Agrícola apoia sector frutícola em parceria com Centro de Frutologia Compal.

Fevereiro

- Lançamento do novo filme publicitário focado nas soluções de crédito pessoal do Crédito Agrícola.
- Implementação de melhorias na aplicação de simulação de crédito.
- Revisão e automatização dos modelos de atribuição de notação de risco para empresas (*rating*) e de avaliação individual de imparidades.
- Preparação da infra-estrutura de comunicações para a mobilidade (VPN com potencial para 800 utilizadores).

Março

- Divulgação dos resultados de 2014 do Grupo Crédito Agrícola: resultado líquido positivo de 26,9 milhões de euros.
- Crédito Agrícola distinguido com Prémio Cinco Estrelas 2015 na categoria Banca qualidade do atendimento.
- Lançamento do novo serviço CA Mobile Empresas.
- Abertura do Escritório de Representação do Crédito Agrícola em Genebra.
- Dinamização dos protocolos de parceria com a AJAP e com a Confagri junto da rede Crédito Agrícola.
- Conclusão do ciclo de renovação de postos de trabalho com aquisição de cerca de 4.100 novos equipamentos entre Dez.2013 e Mar.2015.
- Renovação da Certificação de Qualidade e da Certificação Ambiental da CA Seguros.

Abril

- Crédito Agrícola atinge a marca dos 4,0% em quota de mercado no crédito concedido.
- Lançamento da 2ª edição do Prémio Empreendedorismo e Inovação (parceria Inovisa / Crédito Agrícola) e início do ciclo de seminários destinados a promover a cultura de inovação na agricultura, agro-indústria e floresta e mar.
- Crédito Agrícola celebra parceria com a CAP para o apoio ao sector agrícola e agro-industrial.

- Crédito Agrícola reforça, em 50 milhões de euros, o capital disponível para financiamento a PME e empresas de média capitalização (*mid-caps*) com um acordo assinado com o Banco Europeu de Investimento.
- Conclusão da 1ª vaga formativa aos gestores de empresa das Caixas Associadas.
- Crédito Agrícola lança a página oficial nas redes sociais (*Facebook, Youtube, Instagram, LinkedIn*).

Maio

- Comemoração dos "20 anos" de actividade da CA Seguros.
- Participação na 5ª edição do Concurso Internacional de Azeites Virgem Extra (prémio Ovibeja) como patrocinador exclusivo.
- Implementação de uma ferramenta de análise competitiva do negócio bancário.
- Lançamento do novo serviço de pagamentos MB WAY (SIBS).
- Lançamento de novas funcionalidades no CA Mobile Empresas.
- Conclusão da mudança do centro de dados do CA Serviços (ACE instrumental).
- Concretização da aplicação do regime especial de tributação de grupos de sociedades ao Grupo SGPS.

Junho

- Participação do Crédito Agrícola na Feira Nacional de Agricultura (Santarém) como patrocinador.
- Participação na 4ª edição do Salão do Imobiliário e Turismo Português (Paris Expo Porte de Versailles França).
- Participação do Crédito Agrícola na Feira Auto na Exponor (Porto) como patrocinador.
- Lançamento da solução "CA Ciclista" no âmbito da actividade dos seguros do ramo não vida.
- Conclusão do processo de reorganização do Edifício Bloom (Campolide, Lisboa).
- Implementação da solução de Dossier Digital de Cliente (gestão documental).
- Implementação de ferramenta de gestão de qualidade (reclamações).
- Disponibilização de novas funcionalidades na aplicação DFOA Online (incluindo o módulo de gestão de imóveis).

Julho

- Publicação da Top 1000 World Banks Bankers que coloca o Grupo Crédito Agrícola como o 3º banco mais sólido a operar em Portugal e o 1º de capitais exclusivamente nacionais.
- Participação na 25ª edição da Expofacic - Feira Agrícola, Comercial e Industrial de Cantanhede como patrocinador oficial.
- Disponibilização de novas funcionalidades no serviço *on-line* (particulares e empresas).

- Realização da final do Concurso Nacional de Bandas – Antena 3 / RTP (CCB em Lisboa), patrocinado pelo Crédito Agrícola, e que procura identificar novos talentos musicais.
- Divulgação da 4ª Edição do Prémio EACB para Jovens Investigadores, subordinado à temática dos Bancos Cooperativos, enquanto membro da *European Association of Co-Operative Banks*.
- Adequação de procedimentos e sistemas de informação ao novo regime fiscal dos OIC, no âmbito das funções de entidade comercializadora e depositário de fundos de investimento.
- Centralização e virtualização dos servidores das agências bancárias.
- Implementação da central receptora de alarmes do Crédito Agrícola.

Agosto

- Participação na Feira FATACIL (Algarve) como patrocinador oficial.
- Divulgação dos resultados semestrais de 2015 do Grupo Crédito Agrícola: resultado líquido positivo de 25,6 milhões de euros.

Setembro

- Liquidação da "Crédito Agrícola Finance IFI", sociedade sedeada em Cabo Verde e sem actividade.
- Migração dos meios de pagamento internacionais (1ª vaga) para o sistema central.
- Concessão de autorização para divulgação de informação sobre sistema de garantia de depósitos à Comissão Europeia.
- Adequação de processos e sistemas de informação às novas regras de subscrição e resgate das unidades de participação de fundos de investimento imobiliário.

Outubro

- Distinção da CA Seguros como a melhor pequena e média seguradora, por parte da Revista Exame e pela quinta vez em oito anos.
- Lançamento do livro “A Floresta em Portugal: Estudo Jurídico Económico”, da autoria da Professora Glória Teixeira, docente na Universidade do Porto, num encontro sobre o futuro da Floresta em Portugal, realizado no Salão Nobre da Academia das Ciências de Lisboa.
- Participação na 18ª edição do SIL – Salão Imobiliário de Portugal (FIL Lisboa).
- Crédito Agrícola assinala Dia Mundial da Poupança com passatempo nas redes sociais.
- Sensibilização dos clientes para a importância da detecção precoce do Cancro da Mama, numa iniciativa promovida pela CA Vida.
- Participação da CA Vida nos eventos solidários “Prevenção é meio caminho andado” e “Mamamaratona”.
- Adesão do Crédito Agrícola ao sistema MB WAY, que permite aos clientes efectuar pagamentos e transferências através dos dispositivos móveis (*smartphone*, *tablet* ou PC).

- Arranque da emissão de produto de risco nas agências do Crédito Agrícola.
- Estabilização do portal de compras do Crédito Agrícola.
- Implementação de ferramenta para controlo de transacções com as componentes de detecção de casos, emissão de alertas e disponibilização de informação histórica.
- Implementação de melhorias na gestão do serviço B24.
- Implementação da plataforma de controlo de actividade corrente (*service desk* SI/TI) nas Caixas Associadas.

Novembro

- Realização do 2º Concurso de Vinhos do Crédito Agrícola na FIL (Lisboa) destinado a produtores clientes ou associados do Crédito Agrícola.
- Participação na 4ª edição do Mercado de Natal como patrocinador oficial (Lisboa).
- Promoção de um passeio de BTT Solidário, a favor da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Faro.
- Implementação de um modelo alocação de capital regulamentar e da imparidade como factor de decisão de negócio.
- Implementação da ferramenta de contabilidade analítica integrada para Caixa Central, CA Serviços e CA Informática.
- Inquérito de satisfação indica que 97% dos clientes sinistrados (seguro automóvel) recomendariam a CA Seguros aos seus familiares e amigos.

Dezembro

- Realização de Assembleias Gerais electivas (mandato 2016/2018).
- Avaliação e selecção de titulares para os cargos de Administração, dos órgãos de fiscalização e demais órgãos sociais e emissão de orientações quanto à política de remunerações (DL157/2015).
- Constituição da holding "CA Seguros e Pensões SGPS" permitindo uma gestão mais dedicada e a inclusão da CA Vida no perímetro fiscal.
- Lançamento do CA Express com vista a agilizar e digitalizar o processo de abertura de cliente e conta.
- Simplificação da subscrição de produtos de risco vida.
- Lançamento do Programa de Desenvolvimento Rural 2020 (PDR 2020) prevendo o apoio financeiro a investimentos de empresas ou de empresários do complexo Agrícola, florestal e de investigação.
- Preparação da imagem para os *tablets* para entrega a colaboradores das áreas comerciais.
- Realização da Campanha Solidariedade “Era Uma Vez”, em parceria com a União das Misericórdias Portuguesas, com o objectivo de apoiar as Actividades Ocupacionais do Centro de Apoio a Deficientes João Paulo II.

- Implementação dos primeiros modelos de *scoring* comportamental nas áreas dos cartões de crédito e crédito ao consumo.
- Implementação de uma aplicação de informação de gestão em matéria de acompanhamento, qualidade, concentração e recuperação das carteiras de crédito.
- Reformulação da infra-estrutura telefónica e *contact center* do Crédito Agrícola (edifícios Castilho e Bloom).
- CA Vida alcança a 5ª posição no *ranking* de seguradoras vida e a 7ª posição no mercado português de seguros (composto por 42 companhias).

01

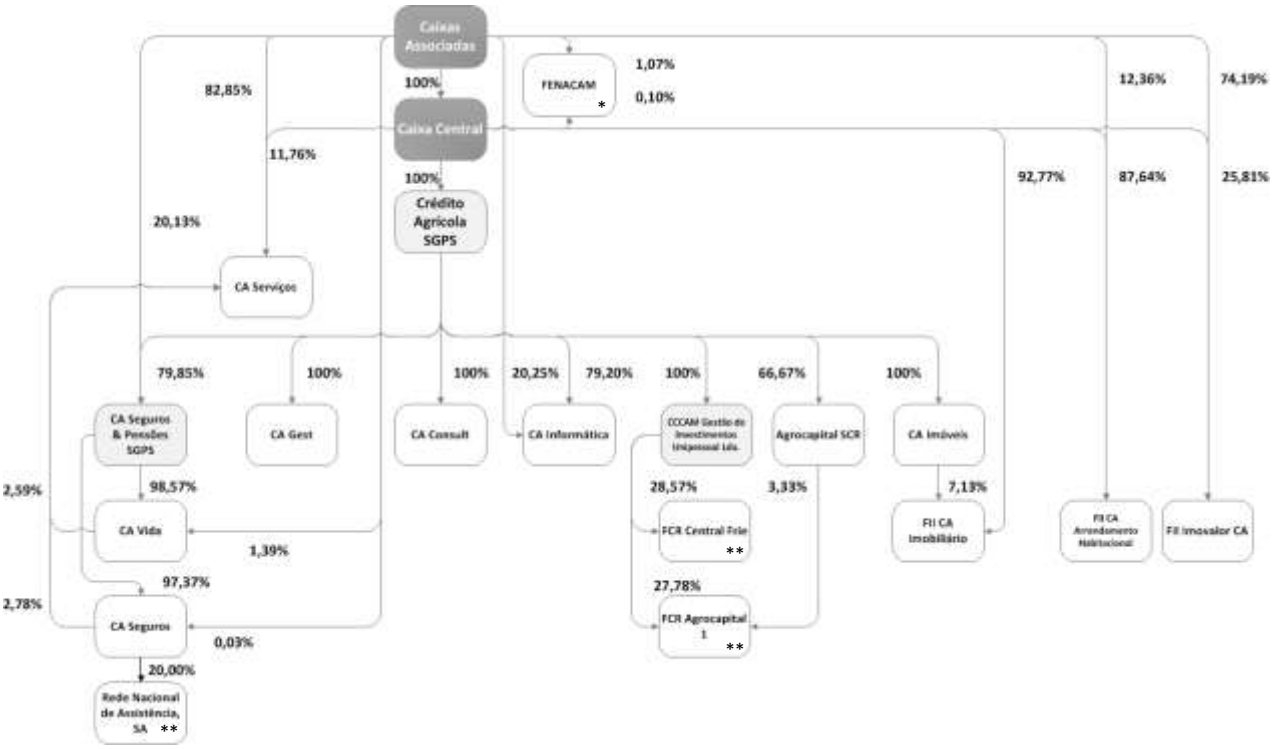
Apresentação do Grupo Crédito Agrícola

I. APRESENTAÇÃO DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

1.1 ESTRUTURA DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

O Grupo Crédito Agrícola apresenta uma organização societária orientada à sustentação e apoio à competitividade das 82 Caixas Associadas. As empresas do Grupo são detidas, directamente, pela Caixa Central e/ou Caixas Associadas ou, indirectamente, pela Crédito Agrícola SGPS (*holding* detida a 100% pela Caixa Central).

a) Estrutura societária

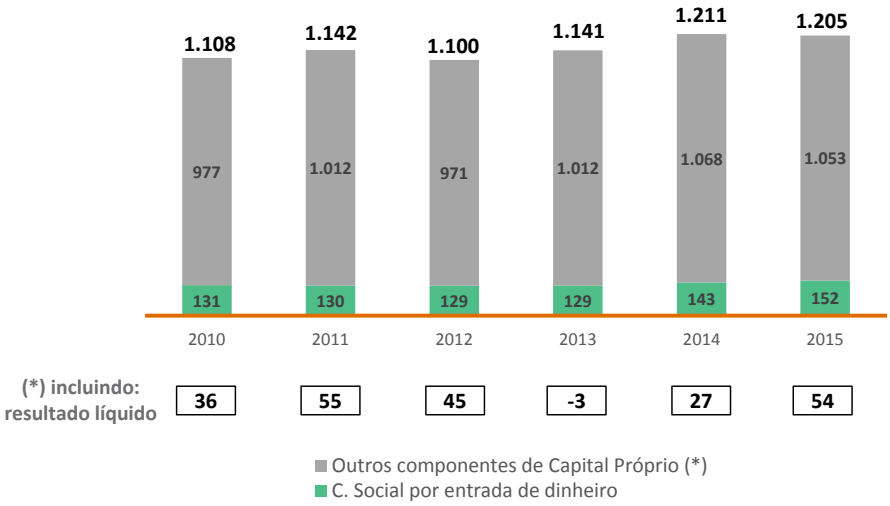


(*) A FENACAM detém 98,80% do seu próprio capital.
(**) Consolidação por método de equivalência patrimonial.

Nota: No que respeita às Caixas Associadas, durante o exercício de 2015 e até à data do presente relatório, verificou-se a alteração da denominação social de duas Agrupadas: da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Região de Bragança e Alto Douro, C.R.L. para Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alto Douro, C.R.L.; e da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Douro, Corgo e Tâmega, C.R.L. para Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro, C.R.L.

b) Estrutura de capital do Grupo CA

O Grupo Crédito Agrícola tem vindo a demonstrar, de forma consistente e ímpar no sector em Portugal, a capacidade de cumprir os níveis de capitalização exigidos no quadro dos requisitos impostos por Basileia III e decorrentes da União Bancária (*Capital Requirements Directive* IV), exclusivamente com o reforço da participação dos actuais Associados e a entrada de novos Associados (no total foi registado um crescimento em valor de 17% entre 2013 e 2015) e, fundamentalmente, com a incorporação de resultados do exercício ao longo dos anos.



c) Modelo Cooperativo do Crédito Agrícola e do SICAM

i. Estrutura do mecanismo jurídico

O Grupo Crédito Agrícola é um grupo cooperativo/mutualista, regulado por um regime jurídico específico, o Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo e das Cooperativas de Crédito Agrícola (RJCAM) e, paralelamente, pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

O Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM) é o conjunto formado pela Caixa Central e pelas Caixas Agrícolas suas associadas. A Caixa Central é a "cabeça do Grupo", actuando como organismo central, que coordena e representa o Grupo, sendo responsável pela coordenação e planeamento, fiscalização, orientação e intervenção nas Caixas Associadas, reporte às entidades de supervisão, gestão integrada da liquidez, monitorização e controlo global dos riscos e definição e acompanhamento das principais políticas e normas do Grupo, incluindo, entre outras, as relacionadas com recursos humanos, sistemas de informação e *marketing*.

O princípio mutualista/cooperativo do SICAM assenta num mecanismo de solidariedade que quando é accionado, por um eventual desequilíbrio financeiro numa das Caixas Associadas, garante que primeiro responda a Caixa Central e, depois, as restantes Caixas Associadas. Por seu lado, a Caixa Central, numa situação de desequilíbrio financeiro, vê garantido o recurso às suas Associadas para reforço dos seus fundos próprios. Este mecanismo é vinculado juridicamente pelo RJCAM.

De acordo com o RJCAM, este sistema de solidariedade é um mecanismo formal de garantias cruzadas em que: (i) a Caixa Central garante integralmente as obrigações assumidas pelas Caixas Associadas, nos termos em que o fiador garante as obrigações do afiançado, e (ii) as Caixas Associadas, sempre que para tal solicitadas, subscrevem e realizam aumentos do capital social no montante necessário para corrigir eventuais desequilíbrios financeiros da Caixa Central, que se traduzam na redução dos fundos próprios a um nível inferior ao mínimo legal ou na inobservância dos rácios e limites prudenciais aplicáveis.

Em complemento, o Grupo dispõe através do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo (FGCAM), de um reforço do mecanismo de suporte através da possibilidade da utilização de parte do montante deste fundo, para garantir a solidez e sustentabilidade do SICAM.

ii. Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo

O GCA dispõe de um reforço do mecanismo de solidariedade assegurado através do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo (FGCAM). Este fundo não garante apenas as responsabilidades perante os depositantes do GCA, mas também suporta o sistema na sua solvabilidade e liquidez, através de empréstimos às Caixas Associadas, designados por Contratos de Assistência Financeira.

O Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo é uma pessoa colectiva de direito público, dotado de autonomia administrativa e financeira, que funciona junto do Banco de Portugal, e totalmente independente do Fundo de Garantia de Depósitos para o sector bancário português. Este fundo é dirigido por uma Comissão Directiva, tem como Presidente um Administrador do Banco de Portugal e dois Vogais nomeados, um em representação do Ministério das Finanças e outro em representação da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo. As funções de fiscalização são da competência do Conselho de Auditoria do Banco de Portugal.

O mecanismo de garantia dos depósitos é análogo ao que rege o Fundo de Garantia de Depósitos, aplicável à banca em geral, considerando as especificidades das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo pertencentes ao SICAM. Assim, o FGCAM garante até 100 mil euros, por depositante e por instituição, o reembolso dos

depósitos constituídos na Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo e nas Caixas de Crédito Agrícola Mútuo suas associadas. Este Fundo nunca foi accionado no âmbito da garantia de depósitos.

Este fundo está fortemente capitalizado, ascendendo em 31 de Dezembro de 2015 o valor dos recursos próprios ao montante de 346,4 milhões de euros, dos quais 199,9 milhões de euros correspondiam exclusivamente a aplicações destinadas a garantir os depósitos constituídos no SICAM.

Em conformidade com o disposto no Regime Jurídico que regula a sua actividade, o FGCAM aplica os recursos disponíveis em aplicações financeiras, mediante plano de aplicações definido pela Comissão Directiva, sendo que 30% do seu activo deve ser aplicado em depósitos imediatamente disponíveis e em instrumentos financeiros de elevada liquidez. À data de 31 de Dezembro de 2015, as aplicações financeiras totais ascendiam a 261,1 milhões de euros.

d) Presença Internacional do GCA

Consciente da importância do mercado internacional, o Grupo Crédito Agrícola tem vindo a reforçar a sua presença internacional através de acordos comerciais e de investimento, conjuntamente com a expansão da rede de escritórios de representação e de agentes comerciais e com o alargamento da oferta de produtos e serviços destinados a apoiar a actividade internacional das empresas portuguesas.

Presença Internacional do Crédito Agrícola em 2015

Europa
Alemanha
Bélgica
França
Luxemburgo
Portugal
Suíça
Espanha

África
Cabo Verde

Legenda:
- Rede doméstica
- Escritórios (ER/EI)
- Angariadores
- SFE
- Participação de capital

1.2 VISÃO, MISSÃO, VALORES E ESTRATÉGIA DO GRUPO CA

a) Marcos históricos

Em Portugal a banca cooperativa é representada pelo Grupo Crédito Agrícola que regista uma marcante história secular de contributo para a sociedade e a economia nacional.

b) Grupo Crédito Agrícola em 2015

O Crédito Agrícola é um grupo financeiro com oferta universal com 15 mil milhões de euros de activos líquidos, 13 mil milhões de euros de recursos de clientes e uma base de 1,2 milhões de clientes. Com uma situação líquida de cerca de 1,2 mil milhões de euros, o Grupo relaciona-se com os seus Clientes e Associados através das 675 agências que possui por todo o país e da sua oferta de canais não presenciais e digitais.

c) Missão, Visão e Valores do Grupo Crédito Agrícola

Sendo um Grupo de cariz cooperativo e centenário e não estando sujeito aos regulamentos e à pressão do mercado de capitais, o Crédito Agrícola aposta numa estratégia de reinvestimento dos resultados gerados e de maximização do valor a longo prazo.

Missão e Visão do Grupo CA

O Grupo Crédito Agrícola (e as Caixas Associadas que o compõem) tem como objectivo:

Missão	Ser o **motor de desenvolvimento das comunidades locais** através da relação de proximidade com os clientes, contribuindo para dar resposta às suas ambições e projectos financeiros; e
Visão	Ser reconhecido como o "**Melhor Grupo Financeiro" nos mercados em que opera.**

O Grupo Crédito Agrícola foca-se nas relações de proximidade para dar resposta às ambições e projectos financeiros dos clientes e das comunidades e distingue-se da concorrência por reinvestir o lucro gerado por cada Caixa Associada na própria região (os casos de distribuição de resultados são inexpressivos), por aplicar os depósitos captados no financiamento de projectos da região dos depositantes, por contribuir para a redução dos níveis de desemprego das regiões onde actua (recrutamento local) e por descentralizar as tomadas de decisão de financiamento atentos os limites de exposição e as políticas de Grupo em vigor.

A origem dos princípios de solidariedade e responsabilidade social do Grupo Crédito Agrícola, que norteiam a sua missão e valores, remontam ao século XV, aquando da fundação das Santas Casas da Misericórdia em Portugal. Estas entidades foram pioneiras na concessão de crédito aos agricultores, a partir de meados do século XVIII, lançando as bases para a criação das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo. Ao longo dos séculos este sistema foi evoluindo, tornando-se cada vez mais relevante no contexto social e económico do país, o que conduziu ao seu actual enquadramento legal e prudencial e ao progresso registado em matéria de modelo de governo corporativo e de integração.

Valores do Grupo CA

d) Princípios de reforço da sustentabilidade

Para manter a sustentabilidade do actual modelo de negócio, o GCA tem vindo a demonstrar capacidades de adaptação à mudança e de responder agilmente ombreando com os maiores bancos do sistema bancário nacional.

Princípios orientadores para a sustentabilidade do modelo de negócio do CA

- **Acompanhamento das tendências sociais de urbanização e digitalização.**
- **Modernização da marca** fazendo evoluir a marca para um conceito de **banco universal.**
- **Orientação de toda a organização para o conhecimento do Cliente.**
- Manutenção e **incentivo de uma disciplina de rigor e contenção de custos.**
- Fomento de uma **cultura de avaliação criteriosa de tomada de riscos de crédito.**

e) Estratégia de marketing e comercial integrada (*bancassurance*)

Com a definição de uma estratégia comum focada no Cliente e com o patrocínio da gestão de topo, o Crédito Agrícola tem vindo a colher os resultados da implementação de uma gestão integrada dos negócios bancário, segurador e de gestão de activos que passa pela:

- Definição de objectivos comerciais com vista a focar a rede de agências nos segmentos / produtos mais rentáveis e vinculadores (estratégia comum);
- Orçamentação e atribuição de incentivos aos colaboradores comerciais das agências para estímulo do desempenho individual no cumprimento dos objectivos do Grupo;
- Planeamento e realização de campanhas, protocolos e outras acções de marketing e comunicação orientadas a segmentos de clientes;
- Investimento em ferramentas de simplificação do processo de interacção comercial;
- Implementação de ciclos de formação formatados em função dos resultados da avaliação individual de conhecimentos;
- Acompanhamento regular no terreno do cumprimento de objectivos;
- Preparação das visitas comerciais a clientes e não clientes (quando necessário, com o apoio de especialistas de produto).

O programa de transformação centrou, com sucesso, a estratégia de marketing e comercial num modelo de grupo (banca-seguros). Com esta nova dinâmica, tem sido possível às actividades de seguros e gestão de activos aumentar a sua participação na geração de valor para o Grupo.

02

Modelo de banca responsável do Crédito Agrícola

II. MODELO DE BANCA RESPONSÁVEL DO CRÉDITO AGRÍCOLA

Enquanto Banco cooperativo, o CA possui um modelo de actuação distinto da banca tradicional. A actuação sustentável do CA está por isso vinculada à sua identidade cooperativa e a uma missão empresarial que ambiciona o desenvolvimento da economia e o bem-estar social das regiões onde actuam cada uma das 82 Caixas de Crédito Agrícola. Neste capítulo apresentamos o desempenho de sustentabilidade do CA, estando nele refletidos os indicadores de 100% das CCAM.

2.1 RESPONSABILIDADE COM OS CLIENTES

a) Produtos com Benefícios Sociais e Ambientais

O compromisso com a sustentabilidade no Grupo CA passa pela integração de aspectos socio-ambientais na oferta de serviços que disponibiliza, e que é geradora de benefícios sociais e ambientais.

A oferta sustentável para clientes empresariais, promotora do desenvolvimento do tecido empresarial português e, consequentemente, da empregabilidade incluiu, em 2015, linhas de financiamento para micro e pequenas empresas, linhas de financiamento para empresas de sectores estratégicos da economia portuguesa, linhas de financiamento a projectos nas áreas de energias renováveis, e apoio a projectos de microcrédito.

Oferta Sustentável CA para Clientes Empresariais	Valor do financiamento em 2015 (em milhares de euros)
Apoio à competitividade das micro e pequenas empresas	903
Microcrédito	888
Apoio a empresas de sectores estratégicos da economia portuguesa	443.250
Crédito a Energias Renováveis (Parques Eólicos e Fotovoltaicos)	7.077

Na área de particulares, a oferta sustentável promove a inclusão financeira, o ecocrédito, o apoio ao ensino e à saude. O Crédito Agrícola dispõe ainda de soluções para potenciar, junto das famílias, a criação de hábitos de poupança numa óptica de gestão financeira responsável.

Oferta Sustentável CA para Clientes Particulares em 2015	
Inclusão Financeira Conta serviços mínimos bancários	321 contas
Ecocrédito	73 mil euros
Apoio ao Ensino	1.828 mil euros

b) Medidas implementadas para fomentar a competitividade e empreendedorismo

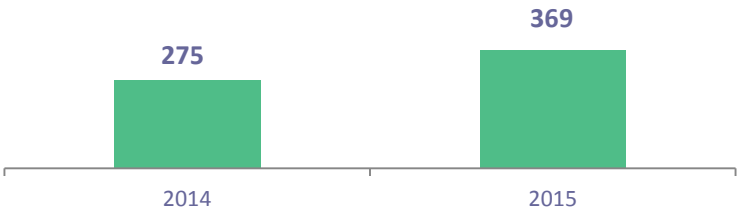
No âmbito das iniciativas para fomento da competitividade e do empreendedorismo, são de destacar, pelo papel que representam na história do Grupo, os protocolos com associações empresariais, nomeadamente as dos principais sectores económicos que estruturam a nossa carteira de crédito, que atribuem condições especiais de subscrição de produtos e serviços financeiros aos seus associados/membros.

Protocolos com Associações Empresariais	N.º de Protocolos
Novos Protocolos	5
Renovação de protocolos	5

c) Mapa de agências e parque ATM

Uma rede de agências marcada pela elevada capilaridade e presença no interior do país tem impacto na empregabilidade e contribui para o desenvolvimento da economia regional. Traduz-se, ainda, num conhecimento profundo da comunidade local, e na construção de um relacionamento de confiança e duradouro com os Clientes. Em 2015, o Crédito Agrícola contava com uma rede de 675 Agências, reflectindo a elevada capilaridade e interioridade da rede e a preocupação em disponibilizar serviços financeiros em localidades do interior e de menor densidade populacional. Em 369 localidades, o Crédito Agrícola é a única instituição bancária existente, número que registou um aumento de 34% face ao ano anterior (275 agências).

N.º de Agências CCAM em localidades onde não existe nenhuma outra

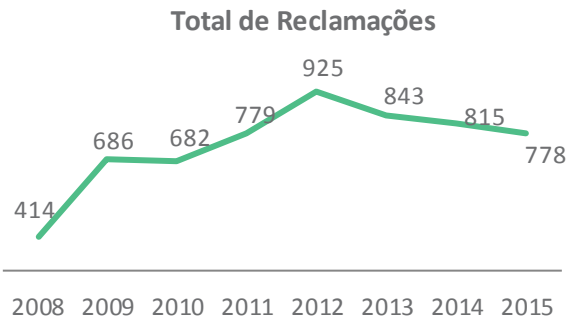


Em 2015, o parque de ATM aumentou para 1.497 unidades, mais 2,18% do que no ano anterior (1.465). Do total de ATM, 616 situam-se em localidades onde não existe nenhum outro, registando um aumento de 3,4% face a 2014.

d) Relações de confiança com os clientes

No ano de 2015, foram registadas 778 reclamações, o que representa um decréscimo de 5% face ao que se verificou em 2014.

Total de Reclamações	
2008	414
2009	686
2010	682
2011	779
2012	925
2013	843
2014	815
2015	778



Com base nas informações do Banco de Portugal (Relatório Intercalar de 2015 elaborado e emitido pela Supervisão Comportamental do Banco de Portugal), o Crédito Agrícola continua a situar-se, em quase todos os domínios, como uma das Instituições de Crédito menos reclamada, resultado esse que naturalmente reflecte o posicionamento e a atitude de proximidade que as Caixas Associadas têm com os seus Clientes.

Dos processos reclamativos registados em 2015 é possível inferir que a população mantém à sua disposição uma multiplicidade de canais para acesso à informação sobre a natureza e movimentos da sua interacção bancária, quer através dos meios facultados pelas próprias instituições financeiras, quer pelos supervisores, quer ainda por associações de consumidores.

Registe-se, neste âmbito e no que respeita à distribuição das reclamações por canal de entrada, que o Gabinete Provedor do Cliente continua a ser o primeiro e principal destinatário de apresentação de reclamações no Crédito Agrícola, com 29% de entradas directas no total de reclamações recebidas.

Origem das Reclamações	2012	2013	2014	2015
Gabinete Provedor do Cliente	399	382	251	225
Linha Directa/CCCAM	237	148	199	201
Livro de Reclamações	173	154	166	167
Banco de Portugal	112	154	148	128
Outros	4	5	51	57
Total	**925**	**843**	**815**	**778**

No que respeita à tipologia de "assunto reclamado" temos a seguinte distribuição:

Assunto da Reclamação	2012	2013	2014	2015
Atendimento e Instalações	24	21	29	28
Cartões	67	82	67	49
Central de Responsabilidades de Crédito	5	14	19	20
Cheques	75	42	54	38
Comissões e Despesas	178	136	107	122
Contas de Depósito	193	193	203	165
Credito a Empresas	9	17	41	27
Crédito à Habitação	106	47	44	42
Crédito ao Consumo (e outros créditos)	84	133	59	83
Débitos Directos/Cobranças	7	5	18	19
Infra-estruturas	N/A	N/A	N/A	3
Infra-estruturas (ATM)	12	7	14	14
Infra-estruturas (Redes POS outros)	6	4	3	5
Operações com Numerário	7	11	20	25
Outros Assuntos	79	75	93	26
Seguros - ISP	15	11	4	14
Solicitações	N/A	N/A	N/A	16
Sigilo Bancário	N/A	N/A	N/A	1
Central de Protesto de Efeitos	0	2	1	0
Títulos de Capital	36	29	29	29
Transferências	13	11	5	13
Valores mobiliários - CMVM	6	3	5	4
Folhas Inutilizadas	N/A	N/A	N/A	35
Contrafacções e/ou Notas Falsas	3	0	0	0
Total	**925**	**843**	**815**	**778**

Os assuntos "Contas de Depósito" e "Comissões e Despesas" asseguraram cerca de 37% das reclamações registadas.

Globalmente, importa ainda assinalar que no total de reclamações recebidas se manteve uma significativa pulverização das mesmas pelas diferentes Caixas Associadas. Destas, a mais reclamada não ultrapassou 5% do total de reclamações.

Quanto à Caixa Central, esta registou especificamente cerca de 6% do total das reclamações recebidas por todo o SICAM. Continua também a verificar-se que as Caixas Associadas mais reclamadas (incluindo a Caixa Central, pela sua natureza específica e centralizadora de alguns serviços), se situam maioritariamente em meios urbanos.

De referir ainda que no ano de 2015, foram recepcionadas 11 solicitações com origem na DECO para apoio ao Cliente, valor que se manteve idêntico ao do ano anterior.

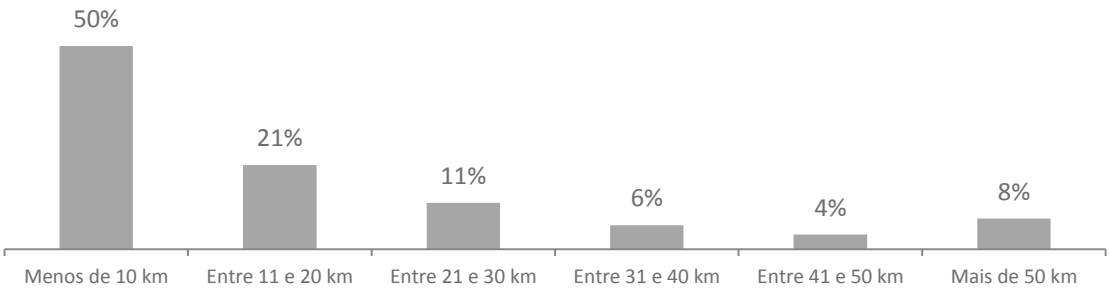
Origem	Nº de Solicitações em 2014	Nº de Solicitações em 2015
DECO	11	11

O Gabinete de Provedoria do Cliente gostaria ainda de salientar a atitude colaborativa e interessada dos Órgãos Sociais das Caixas Associadas, bem como dos interlocutores desse Gabinete, facto que se continua a registar com apreço.

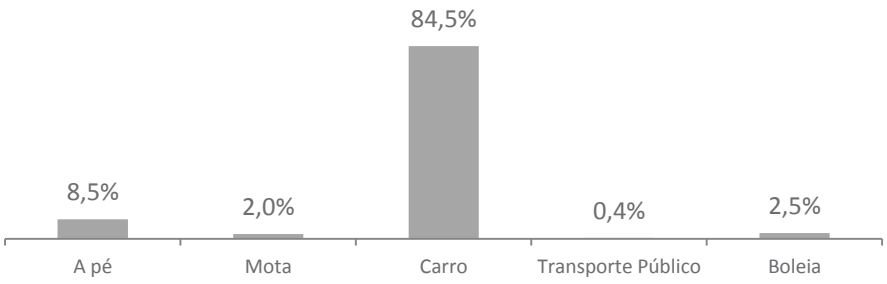
e) Empregabilidade local

Um dos impactos da estrutura organizativa e da rede de agências do Crédito Agrícola é a criação de emprego directo, sobretudo no interior e em zonas rurais do país. Do total de colaboradores das CCAM, 50% habita a menos de 10 km da agência onde trabalha. 8,5% dos colaboradores faz o seu percurso casa-trabalho a pé.

Distância casa-trabalho-casa percorrida pelos colaboradores das CCAM



Meio de transporte utilizado pelos colaboradores das CCAM



f) Fornecedores

A aquisição de produtos e serviços a fornecedores locais é um indicador relevante da integração dos princípios da sustentabilidade na operação de uma empresa. Através das compras locais a empresa está a promover o desenvolvimento da economia local e a criação de emprego na região. Simultaneamente, e nos casos em que os produtos são ainda produzidos localmente, a empresa está também a contribuir para que existam menores impactos ambientais e menos custos energéticos associados ao transporte dos produtos. Em 2015, 60% dos contratos foram realizados com fornecedores locais.

Outro indicador que reflecte a sustentabilidade das compras é a percentagem do valor das compras realizadas a fornecedores locais que, em 2015, foi de 48%.

Indicadores de *Procurement* de 2015

Número de fornecedores com contratos assinados em 2015	2.609
Valor total contratos adjudicados em 2015	€ 45 631 225
% de número de fornecedores locais	60%
% do valor contratual adjudicado em 2015 a fornecedores locais	48%

g) Ajuda mútua no desenvolvimento

Na qualidade de parceiro do desenvolvimento da economia local, continuou a investir-se durante 2015 num conjunto de actividades promotoras do empreendedorismo e da dinamização dos sectores económicos estratégicos para a sua actividade financeira e economia do país. Para além de viabilizar, com o seu apoio/patrocínio, a ocorrência de feiras e seminários, que desempenham um papel importante na disseminação de inovações, no debate das oportunidades futuras e na promoção do *network* entre os principais *players*, 2015 fica marcado pela institucionalização de três iniciativas chave: o Prémio Inovação

CA acompanhado de um novo ciclo de seminários nacionais sobre inovação na "Agricultura, Agro-Indústria e Floresta", e o "II Concurso de Vinhos do Crédito Agrícola". No seu conjunto estas iniciativas materializam a Politica de Sustentabilidade do Grupo em matéria de ajuda mútua ao desenvolvimento.

Ciclo de Seminários Inovação na "Agricultura, Agro-Indústria e Floresta"

Em parceria com a Inovisa, entidade coordenadora da rede Inovar, foi organizado um ciclo de seminários, para promover a cultura de inovação na agricultura, agroindústria e floresta de Portugal. Dirigidos a empresários, agricultores, produtores e entidades ligadas ao sector primário, pretenderam debater as oportunidades futuras destes sectores, e sensibilizar os participantes sobre as medidas de apoio ao investimento no âmbito do 8.º quadro comunitário.

Ciclo de seminários Inovação na "Agricultura, Agro-Indústria e Floresta"	
6	Seminários realizados em 2015, 4 dos quais fora de Lisboa e Porto
1.042	Participantes
70	Oradores
7	Casos de estudo apresentados
7	Sessões de trabalho com empreendedores

Prémio Inovação Crédito Agrícola – Agricultura, Agro-Indústria e Floresta

O Prémio Empreendedorismo e Inovação Crédito Agrícola tem por objectivo reconhecer o mérito e a excelência, contribuindo de forma efectiva, para a disseminação de uma cultura de empreendedorismo e inovação nos sectores agrícola, agro-industrial e florestal. O concurso teve como objectivo seleccionar, divulgar e premiar ideias, projectos e empresas inovadoras em 5 grandes categorias. Na edição de 2015 foram vencedores os seguintes projectos, que poderão ser conhecidos com maior detalhe em http://www.premioinovacao.pt/vencedores/.

Aos projectos vencedores de cada categoria foi atribuído um prémio monetário no valor de 5 mil euros, e condições preferenciais em linhas de financiamento e outros produtos/serviços financeiros do Crédito Agrícola. As menções honrosas têm um prémio de 2,5 mil euros e condições especiais nos serviços do Crédito Agrícola. O processo de selecção do projecto ou empresa vencedora passa pela avaliação de critérios como o grau de inovação, relevância, viabilidade técnica e económica, potencial de mercado e sustentabilidade.

Prémio Inovação Crédito Agrícola – Agricultura, Agro-Indústria e Floresta	
102	Candidaturas recebidas
15	Elementos
8	Prémios
32.500	Euros de investimento nos prémios atribuídos
5	Financiamentos com condições vantajosas aos projectos vencedores

Concurso de Vinhos

Em 2015, realizou-se, em parceria com a Associação dos Escanções de Portugal, o lançamento do "II Concurso de Vinhos do Crédito Agrícola" destinado a produtores e cooperativas de todas as regiões vitivinícolas do País. Com esta iniciativa pretendeu-se apoiar o sector e o desenvolvimento local das regiões onde estes são produzidos e promover o desenvolvimento das cooperativas e produtores. Foram distinguidos um total de 51 vinhos brancos e tintos, oriundos das regiões vitivinícolas dos Vinhos Verdes, Douro, Beiras, Dão, Bairrada, Lisboa, Península de Setúbal e Alentejo.

Patrocínios e Feiras

Em 2015, o Crédito Agrícola voltou a ser parceiro de um conjunto de iniciativas, viabilizando, através de patrocínios, apoios e parcerias, a sua realização. Merecem especial destaque os patrocínios e presenças em feiras relacionadas com as fileiras do sector primário da economia portuguesa. Os apoios concedidos pelo Crédito Agrícola são sobretudo importantes no actual momento económico vivido em Portugal, onde a viabilização destas iniciativas apoiadas desempenha um papel importante na dinamização da economia, revitalizando actividades económicas e promovendo o empreendedorismo em sectores chave para a economia e sociedade portuguesa.

Principais patrocínios e apoios a Feiras
AgroNegócios
Feira Nacional de Agricultura
Ovibeja
Mercado de Vinhos
Concursos de Azeites
AGRO – Feira Internacional de Agricultura, Pecuária e Alimentação
Portugal Agro
Feira Nacional do Porco
Fruit Attraction
Fruit Logistic

2.2 RESPONSABILIDADE COM AS COMUNIDADES

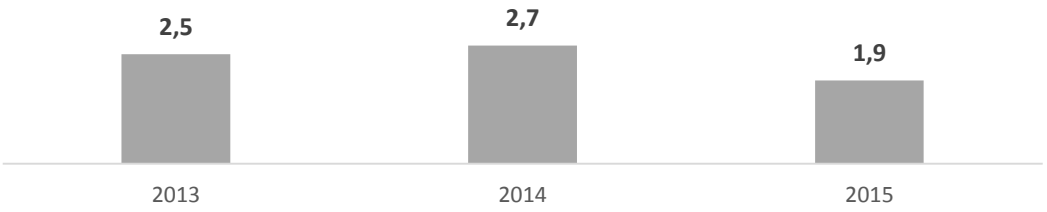
A responsabilidade social do CA está focalizada no apoio a iniciativas e instituições que desenvolvem a sua actividade em 5 áreas: cultura; desporto; solidariedade social, seniores e educação. Relativamente às tipologias dos apoios concedidos estão segmentadas em donativo monetário, patrocínios e/ou donativos em bens.

As iniciativas nacionais, focadas num determinado tema, são complementadas pela actuação cirúrgica de cada CCAM em resposta às principais problemáticas e desafios que cada comunidade local apresenta. Este modelo garante, assim, que o CA seja um agente que contribui para o efectivo bem-estar e desenvolvimento da comunidade local.

Indicadores de Responsabilidade Social para com a Comunidade Local em 2015	
1,9	Milhões de euros investidos na comunidade em acções de responsabilidade social
2.474	Instituições apoiadas
31%	Peso do valor total do investimento na área desportiva
16%	Peso do valor total do investimento na área cultural

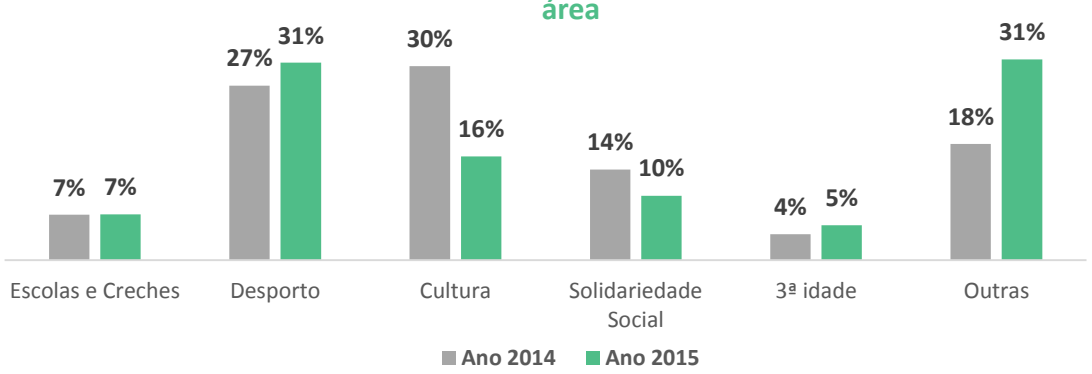
Em 2015 o Grupo CA realizou um investimento de 1,9 milhões de euros em iniciativas de apoio à comunidade. Verificou-se um decréscimo de 30% face a 2014 .

Evolução do Investimento em Acções de Responsabilidade Social (Milhões de euros)



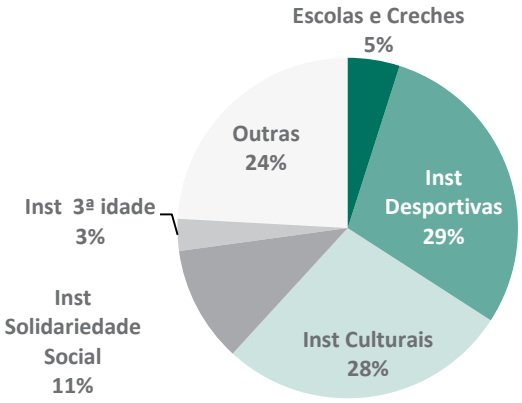
Em 2015 o investimento com maior peso foi na área desportiva, com um peso 31%, registando um aumento de 4 p.p. face a 2014. O investimento na cultura assumiu um peso de 16% em 2015, sendo a 3.ª área com uma maior dotação orçamental.

Evolução do valor de investimento em responsabilidade social por área



Em 2015 foram apoiadas um total de 2474 entidades, menos 16% que em 2014. A distribuição das entidades apoiadas atribui um maior peso às instituições dedicadas à área do desporto e da cultura.

Tipologia das entidades apoiadas em 2015



Cultura

O Grupo CA apoia manifestações culturais em diversas áreas artísticas e lúdicas. Das iniciativas culturais apoiadas em 2015 fazem parte:

- O Concurso Nacional de Bandas Antena 3 / Crédito Agrícola, resultante da associação do Grupo CA com o Grupo RTP. A iniciativa envolveu um "mega tour", com várias eliminatórias regionais, e passagem por Coimbra, Setúbal e Guimarães. A final, no Centro Cultural de Belém, consagrou como vencedora a banda lisboeta *Antony Left*. Ao apoiar esta iniciativa, o Crédito Agrícola deu o seu contributo à revelação e afirmação de jovens talentos que muitas vezes encontrando-se em zonas menos urbanos tem maior dificuldade em se afirmar no mundo das artes;
- O apoio do Crédito Agrícola à Festa da Rádio Alfa 2015, um dos maiores eventos da comunidade portuguesa em França;
- Apoio do CA do Norte Alentejano ao Festival de Artesanato e Gastronomia do Crato.

Educação

O CA tem desempenhado um papel importante na atribuição de prémios aos alunos com melhor desempenho escolar. Estas iniciativas, que decorrem por todo o país, são relevantes dado que estimulam a adesão, junto dos mais jovens, de valores que irão determinar a qualidade e bem-estar da sua vida futura e da comunidade onde estão inseridos. São exemplo destas iniciativas:

- Os prémios atribuídos pelo CA de Cantanhede e Mira aos melhores alunos dos dois concelhos;
- A Fundação Caixa Agrícola do Noroeste atribuiu, pelo terceiro ano consecutivo, cinco Bolsas de Estudo por mérito e carência económica, no valor de 1.000 euros cada bolsa, a alunos do distrito de Viana do Castelo e do Concelho de Barcelos;
- No âmbito da campanha "CA Jovens", o programa CA Nota 20 continuou a premiar os bons resultados escolares, constituindo um estímulo aos estudantes entre o 7.º e o 12.º ano de escolaridade. Os 20 melhores alunos de cada ano escolar, desde o terceiro ciclo ao ensino secundário, receberam prémios monetários com valores entre os €100 e os €1.000;
- O Crédito Agrícola de Alenquer, no âmbito do Projecto "Quadros de Valor" que anualmente distingue o desempenho dos Alunos do Agrupamento de Escolas de Abrigada (AEA) voltou a premiar os alunos que se destacaram com a atribuição do prémio de mérito desportivo, académico e pessoal.

Solidariedade Social

Ao longo de 2015 foram várias as iniciativas implementadas para apoio a instituições e causas sociais. São exemplo das acções apoiadas pelo CA:

- A sensibilização realizada pela Seguradora Vida do Grupo CA, junto dos seus clientes, para a importância da detecção precoce do Cancro da Mama. A iniciativa, que envolveu todo o universo de Agências CA, premiou todas as subscritoras do seguro CA Mulher com 1% da anuidade deste seguro, que reverteu a favor da Liga Portuguesa Contra o Cancro;
- O CA de Pombal, em parceria com Associação Empresarial de Soure, apoiou a construção do site www.eucomproca.pt, um directório de comércio local e serviços. Esta iniciativa visa ajudar a revitalizar o comércio local na área de actuação do CA de Pombal, dando a conhecer os espaços comerciais existentes através da internet, redes sociais, imprensa local e regional.
- O CA do Douro e Côa, numa lógica de cidadania responsável, promoveu a entrega de cheques solidários à Delegação do Côa da Cruz Vermelha e à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Foz Côa.

Desporto

O apoio dos valores desportivos e do bem-estar que a estes estão associados têm sido um dos traços da cultura de responsabilidade do CA. Neste âmbito o Grupo tem possibilitado que diversas instituições desportivas cumpram com a sua missão, estimulando milhares de jovens para a prática desportiva.

Em 2015 manteve a sua política de continuidade de patrocínios nas seguintes áreas: motociclismo – todo-o-terreno, automobilismo – rali, ciclismo em várias classes, e *body board*, entre outros. Esta política de proximidade que caracteriza o Grupo foi também aplicada ao nível dos patrocínios e apoios concedidos a nível nacional, incidindo nos sectores desportivos.

Principais atletas/eventos/modalidades desportivas apoiadas	
Motociclismo	Mário Patrão
Automobilismo	João Ruivo, Paulo Ramalho, Rui Ramalho, Rafael Lobato
Ciclismo	Volta ao Alentejo Alcobaça Clube de Ciclismo Velo Clube do Centro "Anicolor-Mortágua"
BodyBoard	Teresa Almeida

Literacia Financeira

No âmbito da sua ligação secular com as comunidades locais, do seu posicionamento como parceiro financeiro de proximidade e, mais recentemente, da sua política de responsabilidade social, o Grupo CA tem vindo a investir de forma crescente na área da literacia financeira. As iniciativas implementadas dividem-se entre iniciativas locais e nacionais. No que se refere a iniciativas locais, 15% das CCAM desenvolveram campanhas de literacia financeira em 2015 para as comunidades que se encontram dentro da sua zona geográfica de influência. As escolas foram o principal público-alvo das campanhas realizadas, representando 82% das iniciativas realizadas desta área.

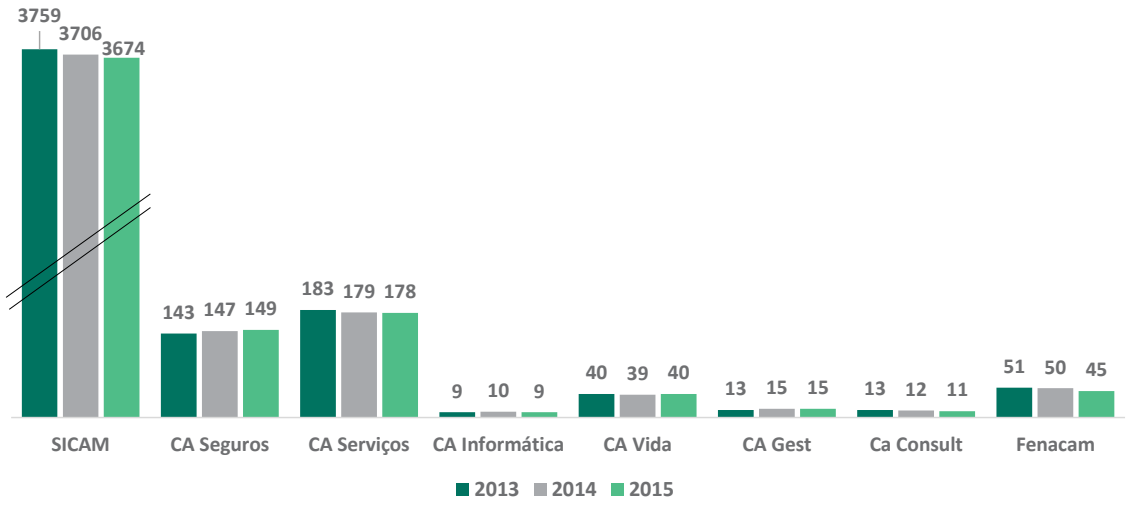
Público-Alvo das iniciativas de literacia financeira implementadas em 2015 em escolas			
Escolas do 1º ciclo	Escolas do 2º e 3º ciclo	Escolas de ensino secundário	Escolas de ensino superior
24%	24%	41%	12%

2.3 RESPONSABILIDADES COM OS COLABORADORES

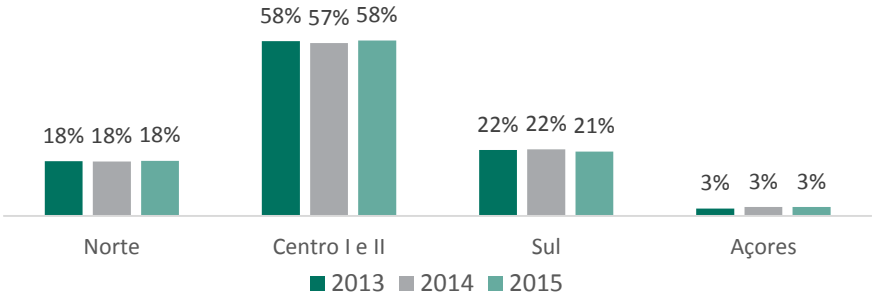
Equipa Grupo CA

Em 2015, a equipa de colaboradores do Grupo Crédito Agrícola contava com 4.121 colaboradores. Em 2015, a distribuição do número de colaboradores pelas diferentes empresas do Grupo, bem como a sua distribuição geográfica, mantiveram-se homólogas ao ano anterior, com a seguinte distribuição:

Distribuição dos colaboradores pelo SICAM, Empresas Participadas e FENACAM

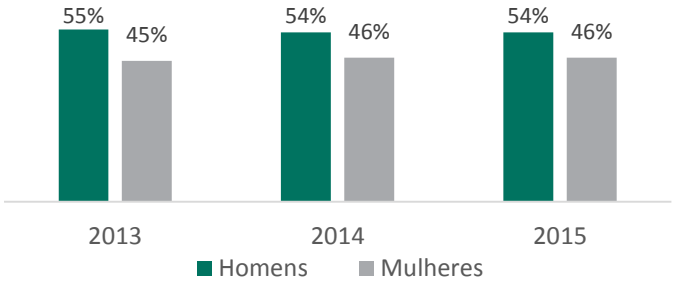


Distribuição geográfica dos colaboradores

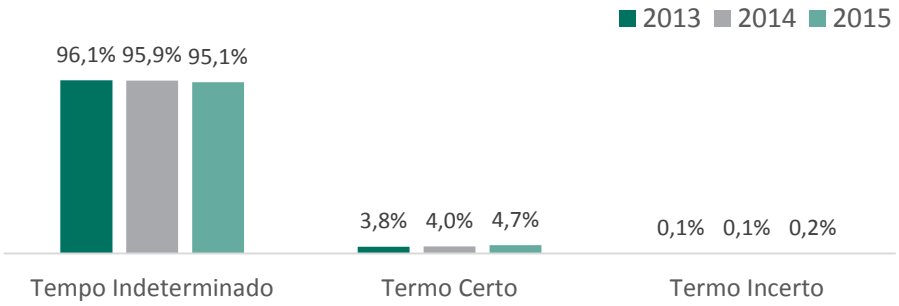


A equipa de colaboradores regista um equilíbrio relativamente ao género, dado que 54% dos colaboradores são homens e 46% mulheres. Cerca de 96% dos colaboradores possuem contrato por tempo indeterminado. A estrutura etária da equipa apresenta um padrão semelhante a 2014, com a faixa etária dos 40 aos 49 a representar cerca de 38% dos colaboradores.

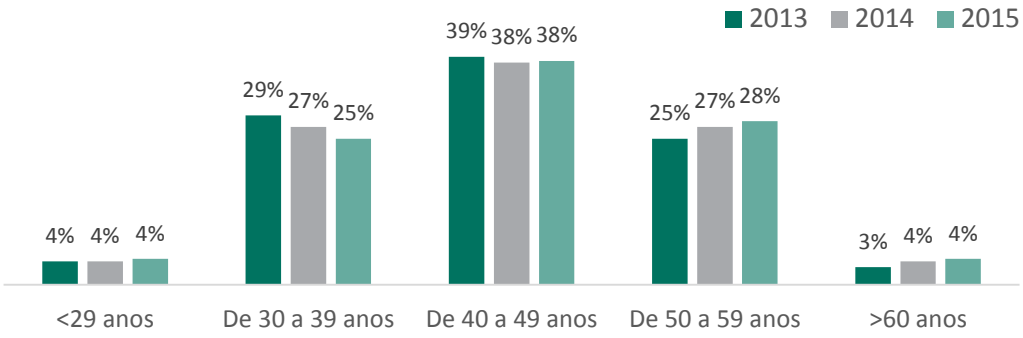
Distribuição equipa por género



Caracterização dos colaboradores por tipo de contrato de trabalho

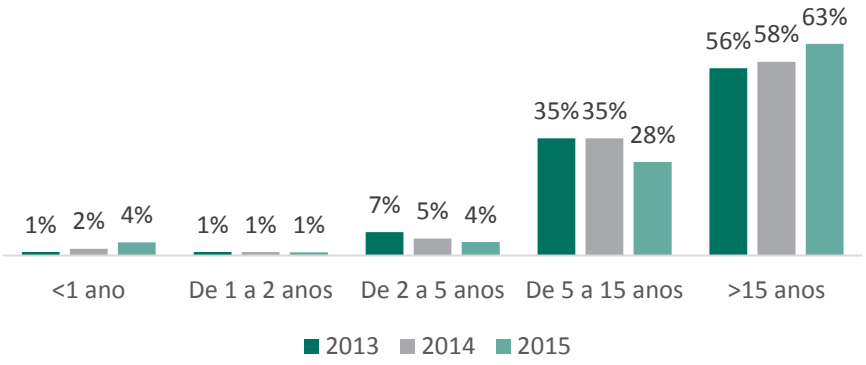


Caracterização dos colaboradores por faixa etária



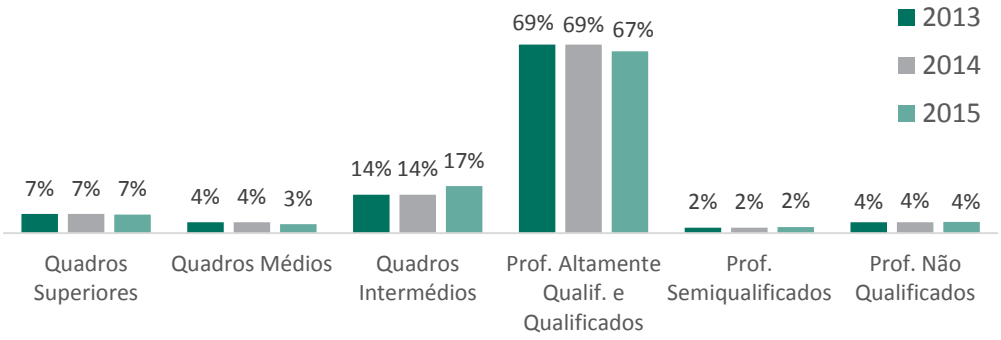
O Grupo CA revela uma forte capacidade de retenção dos seus colaboradores, expressa na antiguidade da equipa: 63% dos colaboradores estão no Grupo há mais de 15 anos.

Caracterização dos colaboradores por antiguidade



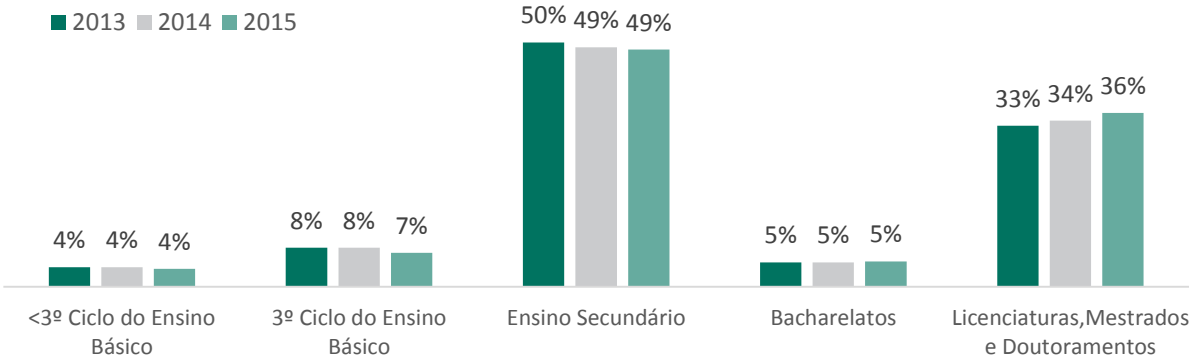
Relativamente à distribuição funcional, 67% dos colaboradores estão integrados na categoria profissionais altamente qualificados e qualificados. 17% são quadros intermédios, 7% quadros superiores e 3% quadros médios.

Caracterização dos colaboradores por distribuição funcional



As habilitações literárias com maior peso são o ensino secundário com 49%, seguida do ensino superior com um peso de 36%.

Caracterização dos colaboradores por habilitações literárias



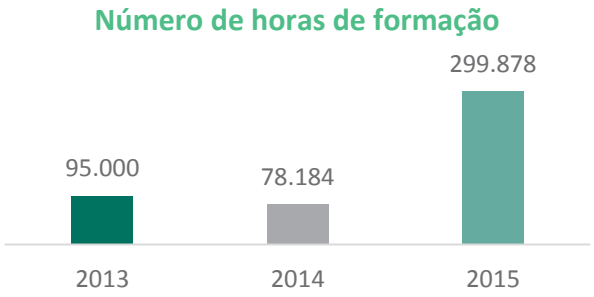
Formação

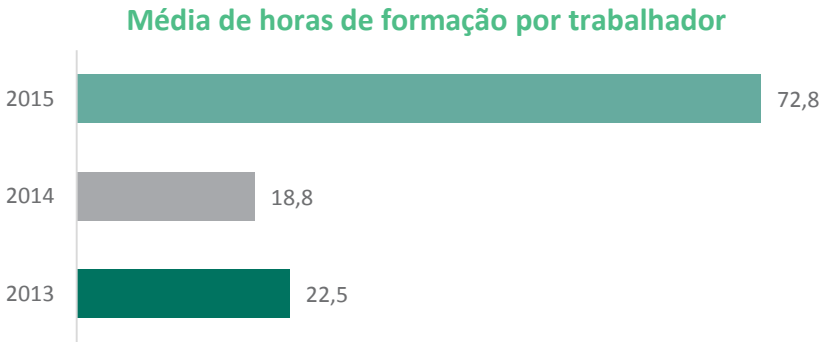
Em 2015, o número de participantes bem como o número de horas de formação por colaborador aumentaram substancialmente. No total, as acções de formação realizadas, em 2015, tiveram 13.954 participantes.

Número de Participantes [1]	2014	2015	Var. % 2015/2014
Presencial	7.338	9.862	**34,4%**
E-learning	5.063	4.067	**-19,7%**
À distância	3	25	**733,3%**
Total	**12.404**	**13.954**	**12,5%**

(1) O mesmo colaborador pode ter frequentado diversas formações

Número de Horas	2014	2015	Var. % 2015/2014
Presencial	46.537	49.002	**5,3%**
E-learning	31.107	246.531	**692,5%**
À distância	540	4.345	**704,6%**
Total	**78.184**	**299.878**	**283,6%**





Benefícios

Os benefícios atribuídos aos colaboradores estão segmentados nas seguintes 3 áreas, sendo ainda referenciado no final deste subcapítulo os encargos de protecção social assumidos pelo CA:

- Benefícios relacionados com a saúde, formação e família
- Crédito
- Cultura, Desporto e Bem-estar

Saúde, formação e família

Em 2015, o Grupo CA atribuiu aos colaboradores os benefícios em seguida referidos, para além dos que são regulamentados pela legislação bancária:

- Serviço médico semanal nas instalações da Caixa Central;
- Financiamento e apoio no incremento da formação académica e especializada dos colaboradores, o que, em 2015 se materializou num investimento de 103 mil euros;
- Investimento no desenvolvimento de competências dos colaboradores, num total de 498 mil euros;
- Colaboração com o IFB na qualificação de alunos com o 12º ano, através de acolhimento para realização de estágios em regime de alternância e comparticipação de 18 mil euros;
- Concursos Internos de Desenho, Poesia, Prosa e implementação do Programa "Histórias de CA".

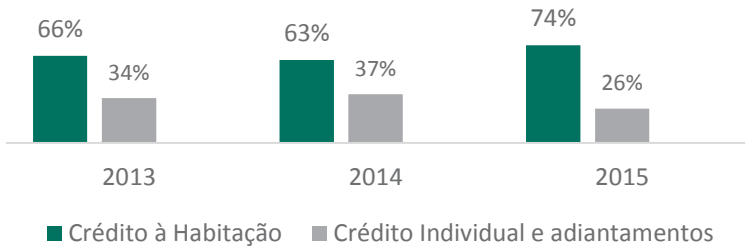
Crédito

Os colaboradores do Crédito Agrícola beneficiam de condições especiais em vários produtos e serviços financeiros, nomeadamente:

- No recurso ao crédito a habitação;
- Na contratualização de vários seguros;
- Na redução de despesas de manutenção na anuidade dos cartões de crédito e de débito;
- Na redução de despesas de manutenção na emissão de cheques;
- Na isenção de despesas de comissão de manutenção nos depósitos a ordem;
- Crédito para despesas pessoais a taxas simbólicas.

Do crédito concedido aos colaboradores 74% foi crédito à habitação, e 26% crédito individual e adiantamentos, tendo o crédito à habitação aumentado o peso em relação a 2014, e o crédito individual diminuído em 2015 face ao ano anterior.

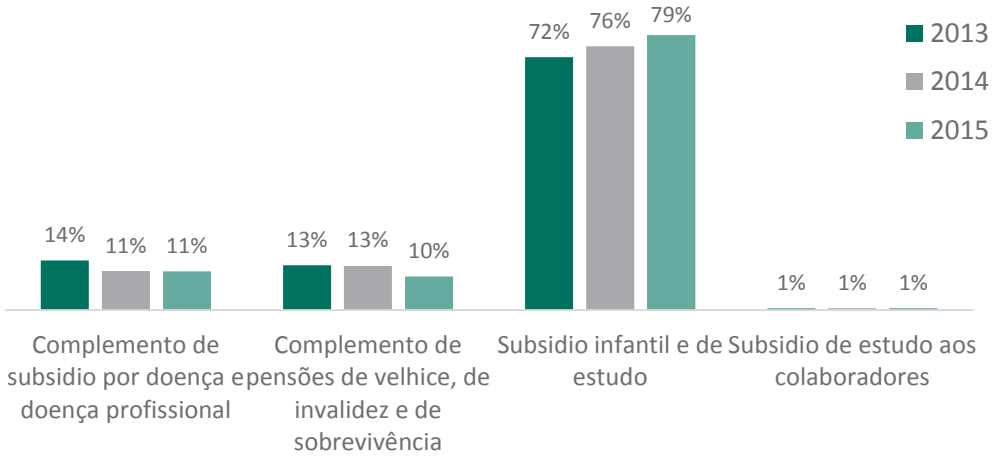
Crédito concedido aos colaboradores



Protecção Social

Dos encargos de protecção social directamente suportados pela empresa, o subsídio infantil e de estudo assume um peso de 79% em valor investido, tendo aumentado o peso em 3 p.p. face a 2014.

Encargos de protecção social directamente suportados pela empresa



A par do apoio e relacionamento com a comunidade, a responsabilidade social interna representa uma dimensão importante da Política de Sustentabilidade do Grupo CA. Neste âmbito são implementadas iniciativas dirigidas aos cerca de 4.000 colaboradores do Grupo, que nalguns casos se estendem aos seus familiares. Para além de actividades da área da cultura, desporto e bem-estar, merece destaque o Encontro Anual do Crédito Agrícola como o grande momento de reunião de todos os colaboradores e das suas famílias.

Cultura, Desporto e Bem-estar

O Centro de Cultura e Desporto do Grupo CA tem tido um papel relevante no âmbito da responsabilidade social para os trabalhadores do GCA e em concreto na organização de actividades lúdicas, tais como:

- Viagens, *rally paper*, *peddy paper* e visitas guiadas;

- Organização de actividades culturais: exposições de pintura na Caixa Central, livros e outras obras de colaboradores e externos; descontos para espectáculos e em bilheteira para diversas instituições culturais;
- Núcleos organizados de Bilhar, BTT, Golf, Motard e Pesca Desportiva;
- Estabelecimento de parcerias que permitem a obtenção de descontos em viagens, aquisição de produtos de saúde, estética, restauração e escolas;
- Protocolo com Inatel para férias dos colaboradores;
- Descontos combustíveis: Galpfrota e BP; Protocolo que permite a obtenção de desconto em parque de estacionamento para os colaboradores CCCAM;
- Protocolo com empresa de comunicações;
- Portal de anúncios para apoiar empregados na divulgação e oferta de bens e serviços;
- Serviço local de sapateiro, cafetaria, refeições e entrega de medicamentos.

Encontro Anual do Grupo CA

O Encontro Anual do Grupo CA é uma iniciativa desenvolvida para todos os colaboradores e para as suas famílias. O evento é sobretudo um momento promotor de actividades lúdicas entre a "família" alargada do GCA, integrando ainda iniciativas de *team building*. A realização do evento é da responsabilidade de uma Caixa Associada. Em 2015, o Encontro Anual realizou-se na Expolima em Ponte de Lima. A anfitriã foi a Caixa Associada do Noroeste, e contou com a presença de 1.000 pessoas, entre colaboradores e seus familiares.

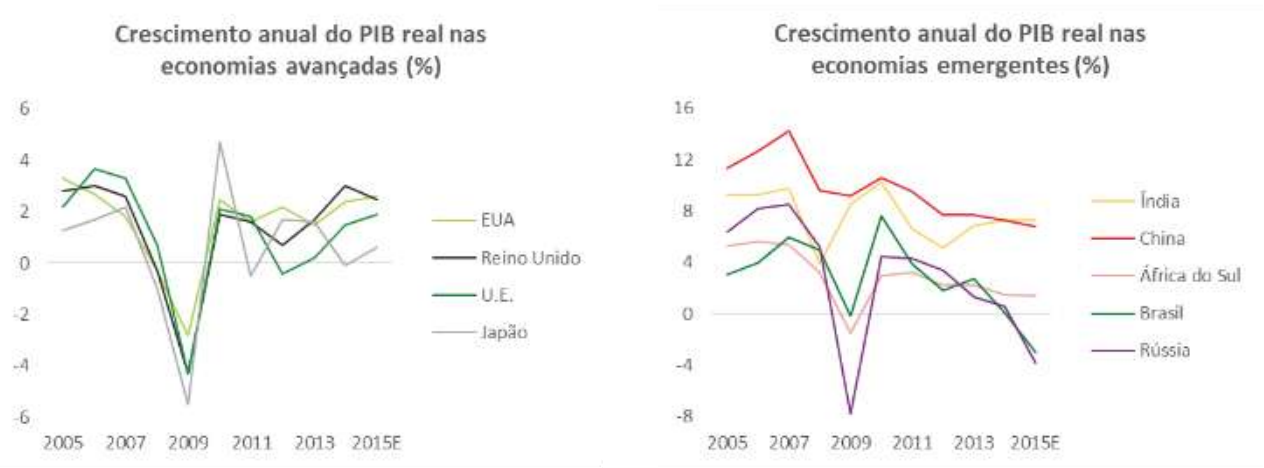
03

Enquadramento económico

III. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

3.1 ECONOMIA INTERNACIONAL

Segundo as mais recentes previsões do Fundo Monetário Internacional referidas no *update* do *World Economic Outlook* de Janeiro de 2016, a economia mundial registou um crescimento de 3,1% em 2015, representando uma desaceleração do crescimento face a 2014 que foi de 3,3%. Relativamente às maiores economias mundiais, avançadas e emergentes, estas registaram evoluções distintas.



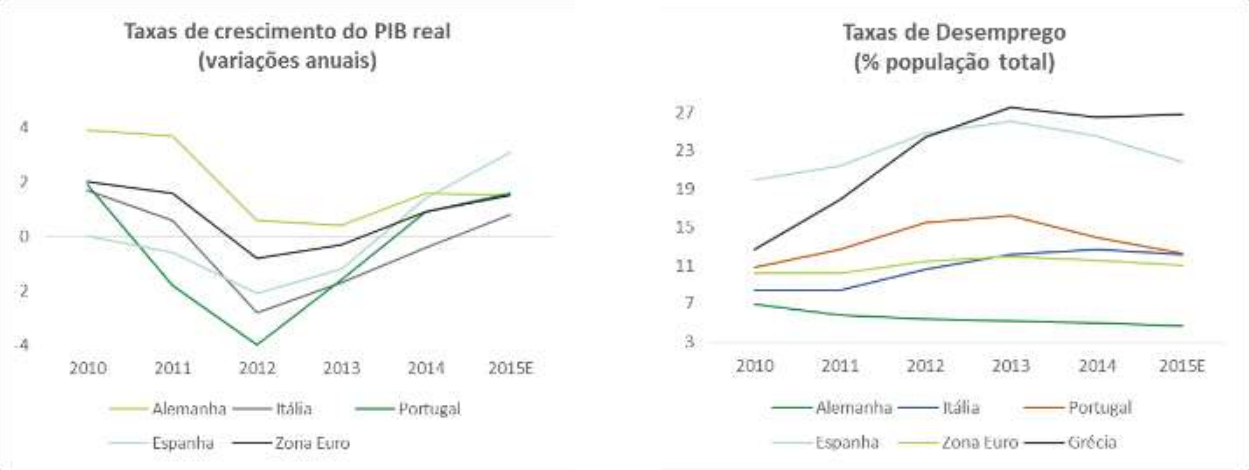
Fonte: World Economic Outlook, Outubro 2015, com update em Janeiro 2016

Entre os factores que contribuíram para esta diferenciação encontram-se a continuação de políticas monetárias acomodatícias e de uma política orçamental menos restritiva nos países desenvolvidos, assim como os desequilíbrios macroeconómicos e a instabilidade política em algumas economias exportadoras de matérias-primas, sendo de destacar os casos do Brasil e da Rússia com maior decréscimo das respectivas economias. Na China, a reorientação da política económica para um modelo mais baseado no mercado interno conduziu a uma diminuição gradual do respectivo crescimento económico, com impacto na procura mundial de matérias-primas, sendo, deste modo, ultrapassada pela Índia, que registou uma aceleração em 2015.

Por outro lado, as flutuações do preço do petróleo contribuíram também para um decréscimo acentuado nos preços das matérias-primas.

Na zona Euro, a actividade foi caracterizada pela continuação da recuperação económica, apesar do quadro de incerteza quanto à situação financeira da Grécia. Esta evolução favorável deveu-se à evolução do preço

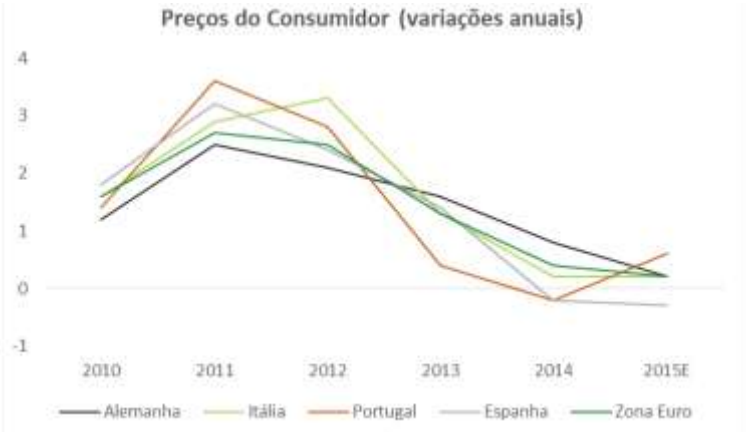
das matérias-primas e à política monetária do Banco Central Europeu, além da implementação do programa de compra de activos financeiros pelo BCE (*Expanded Asset Purchase Programme*).



Fonte: World Economic Outlook, Outubro 2015, com update em Janeiro 2016

Na Zona Euro estima-se que o PIB cresça 1,5% em 2015, devido essencialmente ao impacto da depreciação do euro (que ocorre desde meados de 2014), à manutenção de taxas de juro baixas (fomentada pelo programa alargado de compra de activos), aos efeitos favoráveis do nível do rendimento, resultantes dos preços mais baixos dos produtos energéticos (especialmente do petróleo) e às políticas de *quantitative easing* aplicadas pelo BCE. A maioria dos membros da U.E. acompanhou esta tendência de crescimento.

Em relação ao mercado laboral, verificou-se uma redução generalizada da taxa de desemprego na Zona Euro. O desemprego prosseguiu uma trajectória de recuperação ao longo dos últimos dois anos, sendo que em 2015 registou o valor de 11% (-0,6 p.p. face a 2014). Esta melhoria é explicada por factores como o impacto favorável da moderação salarial, pelas recentes reformas do mercado de trabalho, pela retoma económica e pelos recentes incentivos orçamentais. Ainda assim, é de salientar que os elevados valores de 2015 são, em grande parte, explicados pelas economias periféricas, onde se incluem países como Espanha (21,8%) e Grécia (26,8%).

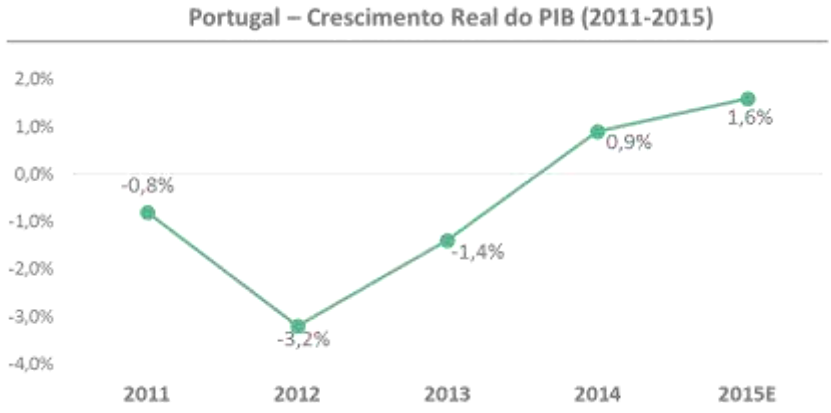


Fonte: World Economic Outlook, Outubro 2015, com update em Janeiro 2016

De forma a combater a pressão deflaccionista, foram anunciadas várias medidas por parte do BCE, em 22 de Janeiro de 2015, de entre as quais: (i) o lançamento de um programa alargado de compra de activos, com compras mensais no valor de 60 mil milhões de euros até ao final de Setembro de 2016, ou até o Conselho do BCE considerar que se verifica um ajustamento sustentado da trajectória de inflação, compatível com o seu objectivo de obter taxas de inflação abaixo mas próximo de 2% no médio prazo; e (ii) a alteração da taxa de juro das restantes seis operações de refinanciamento de prazo alargado direccionadas (ORPA). Desta forma, a taxa de juro aplicável às futuras ORPA direccionadas será igual à taxa de juro das operações principais de refinanciamento (OPR) do Eurosistema prevalecente na data em que cada ORPA direccionada é conduzida, anulando assim o diferencial (spread) de 10 p.b. acima da taxa de juro das OPR aplicado nas duas primeiras ORPA direccionadas.

Mais recentemente, a 3 de Setembro de 2015, o Conselho do BCE decidiu que a taxa de juro aplicável às (i) operações principais de refinanciamento, (ii) facilidade permanente de cedência de liquidez e (iii) facilidade permanente de depósito permanecerão inalteradas em 0,05%, 0,30% e -0,20%, respectivamente.

3.2 ECONOMIA NACIONAL



Fonte: Banco de Portugal – Boletim Económico Dezembro 2015

Após um crescimento de 0,9% em 2014, a economia portuguesa apresentou maior dinamismo que justifica a perspectiva de crescimento de 1,6% em 2015, o que reflecte um crescimento ligeiramente superior ao verificado na média da Zona Euro.

Indicadores macroeconómicos (2013-2015)

		2013	2014	2015E
Procura Externa	**tav**	**1,3**	**4,6**	**3,9**
EUR/USD Taxa de Câmbio	tav	3,1	0,1	-6,4
Preço do Petróleo (euros)	tav	-4,1	-9,5	-29,7
Produto Interno Bruto	**tav**	**-1,4**	**0,9**	**1,6**
Consumo Privado	tav	-1,7	2,1	2,7
Consumo Público	tav	-1,8	-0,7	0,1
Formação Bruta de Capital Fixo	tav	-6,6	2,3	4,8
Exportações	tav	6,1	3,4	5,3
Importações	tav	2,8	6,2	7,3
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	tav	0,4	0,7	0,6
Taxa de Poupança (%)	vma	4,5	6,9	7,0
Empregabilidade (sector privado)	tav	n.d.	2,3	0,8
Taxa de Desemprego	%	16,2	13,9	11,8
Remunerações por Trabalhador (sector privado)	tav	n.d.	-1,3	0,0
Balança Corrente e de Capital (%PIB)	tav	2,6	2,1	2,4
Balança de Bens e Serviços (%PIB)	tav	1,7	1,1	1,6
Taxa de referência do BCE (média)	%	0,37	0,16	0,05
Euribor 3 meses (média)	%	0,29	0,21	0,00
Yield das OT Alemãs 10 anos (média)	%	1,93	0,54	0,53
Yield das OT Portuguesas 10 anos (média)	%	6,13	2,69	2,41

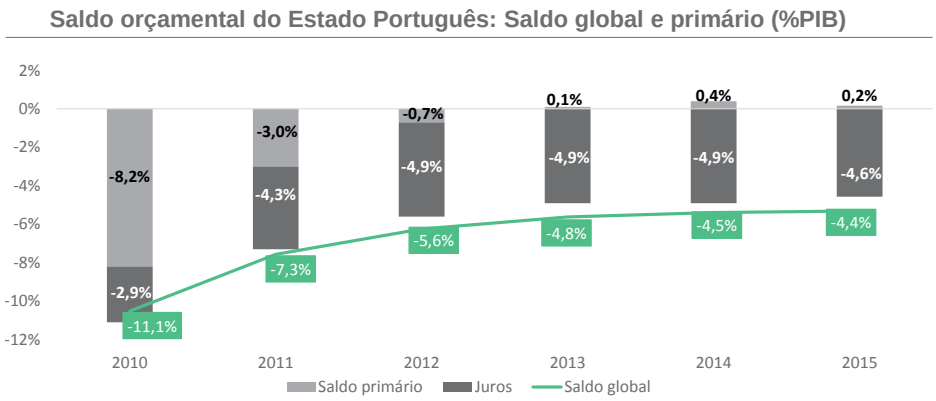
Fonte: Banco de Portugal (Dezembro 2015) e Banco Central Europeu (Dezembro 2015)

tav: Taxa anual de variação; vma: variação média anual

Para a aceleração da actividade em 2015 contribuiu, em maior grau, a evolução das exportações portuguesas, que aumentaram 5,3% e que beneficiaram, em grande medida, da evolução da procura externa dirigida à economia portuguesa. Este dinamismo esteve associado à recuperação económica de alguns dos principais parceiros comerciais da Zona Euro, em particular Espanha, França e Itália. As exportações para países fora da Zona Euro beneficiaram da depreciação do euro e do crescimento da procura externa oriunda de alguns parceiros comerciais relevantes, em particular o Reino Unido e os EUA.

O crescimento do consumo privado (2,7% em termos homólogos, o que compara com o crescimento de 2,1% registado em 2014) esteve associado a uma melhoria das perspectivas quanto à evolução do rendimento permanente das famílias, conjugada com um quadro de condições monetárias e financeiras favoráveis.

A taxa de desemprego cifrou-se em 11,8% em 2015, ficando 2,1 p.p. abaixo do verificado em 2014, num contexto de diminuição da população activa. Não obstante esta diminuição, a percentagem de desempregados continua historicamente elevada, agravada pela existência de um elevado nível de desemprego de longa duração.



Fonte: Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, Portugal: The Way Forward (Janeiro 2016); INE – Procedimento de défices excessivos (31 de Março de 2016)

O ano de 2015 terminou com um défice orçamental de 4,4% do PIB devido, em grande medida, à resolução do Banif ocorrida no final do ano findo. Estima-se que o impacto desta medida nas contas públicas venha a ser de 2.255 milhões de euros (1.766 milhões de euros numa injecção de capital no banco e 489 milhões de euros na transferência para o Fundo de Resolução), fazendo aumentar o défice em 1,4 p.p. do PIB, sendo que, excluindo este impacto, o défice orçamental seria de 3% em 2015.

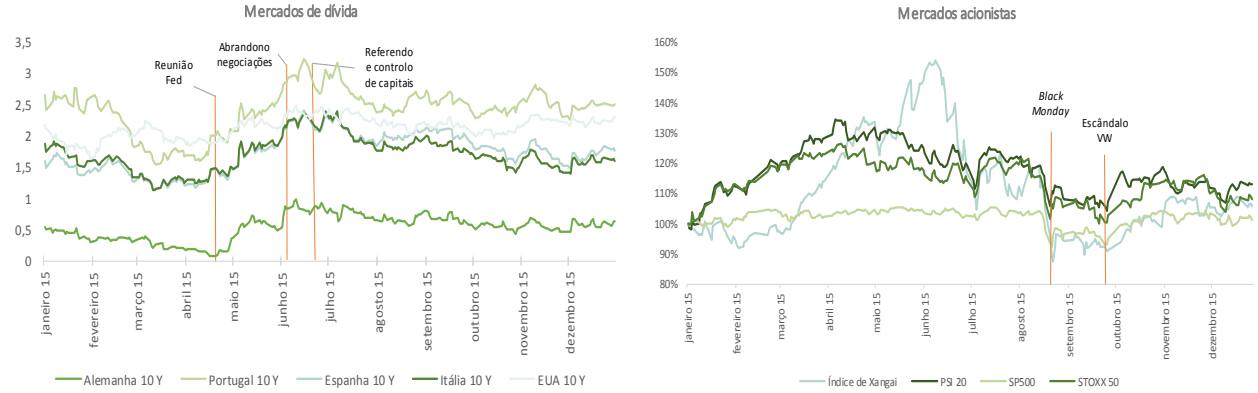
O valor de 4,4% encontra-se acima do previsto no Orçamento de Estado de 2015 para o conjunto do ano (2,7%), mas traduz uma melhoria homóloga de 0,3 p.p. decorrente de um aumento da receita superior ao da despesa.

3.3 MERCADOS FINANCEIROS

No ano de 2015 a atenção dos investidores esteve centrada, fundamentalmente, na actividade dos Bancos Centrais, na situação de incerteza quanto à evolução da Grécia, no progresso das economias emergentes e na cotação das *commodities*. Em Portugal, o ano ficou marcado pelas eleições legislativas, pela incerteza em relação à formação do novo Governo, pelas perdas geradas com a queda do Banco Espírito Santo, e, por fim, pela resolução do Banif com a alienação da sua actividade e abertura do processo de investigação sobre o auxílio estatal concedido em 2013.

Na Europa, o 1º semestre de 2015 ficou marcado pelo anúncio do início do programa de *Quantitative Easing* por parte do BCE, programa criado com o propósito de aumentar os níveis de inflação na Zona Euro, e pelo processo negocial tenso entre a Grécia e a Troika (BCE, CE e FMI) quanto à aplicação de reformas na

economia, o que conduziu a um aumento da incerteza entre os investidores e, consequentemente, a um aumento da volatilidade nos mercados accionistas e de dívida pública.



Na China, no final do 1º trimestre, o *People Bank of China* (PBOC), por forma a dinamizar a economia, cortou as taxas de juro e baixou as taxas de remuneração dos depósitos em 0,25 p.p.

O 2º trimestre iniciou-se com a decisão por parte da Reserva Federal Americana em manter a política monetária inalterada, conservando o intervalo objectivo das taxas dos "*fed funds*" em 0% – 0,25%.

Do lado da Zona Euro, o trimestre ficou marcado pela passagem da taxa *Euribor* a 3 meses para terreno negativo (-0,001%) resultante da política seguida pelo BCE.

No mercado accionista começou também a verificar-se a queda do mercado chinês, com o índice Shanghai Composite a desvalorizar 11% só no mês de Junho. Este *crash* ocorreu após uma corrida às acções, com os chineses a recorrerem a crédito para colocarem na bolsa. Como tal, o Banco Central chinês reduziu por duas vezes (uma em Maio e outra em Junho) a taxa de juro de referência e a taxa de depósitos em 0,25 p.p..

No 3º trimestre assistiu-se a uma grande volatilidade no mercado accionista. Como as desvalorizações registadas pelas acções chinesas indiciavam que as medidas de Pequim não estavam a aliviar os receios dos investidores, o regulador chinês e o PBOC avançaram com medidas expansionistas adicionais, principalmente (i) a proibição de venda de acções por investidores com posições qualificadas, (ii) a desvalorização do "yuan" em 1,9% e (iii) a redução das taxas de juro e de depósito em 0,25 p.p. Estas medidas alertaram os investidores para o abrandamento da segunda maior economia do mundo contagiando os índices europeus e norte-americanos e também as *commodities*.

Em termos de política monetária, tanto o BCE como a Reserva Federal mantiveram as suas políticas inalteradas nas reuniões de Setembro.

No 4º trimestre, a atenção dos investidores esteve centrada nas decisões dos Bancos Centrais, na evolução das *commodities* e nas eleições realizadas na região ibérica.

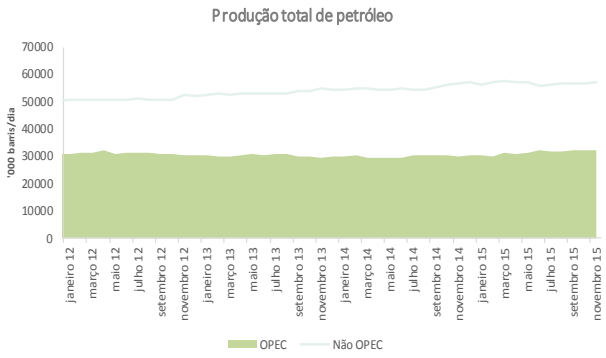
Na Zona Euro, o BCE tomou medidas adicionais na sua reunião de Dezembro, em particular: (i) corte da taxa de juro dos depósitos em 10 p.b. para -0,30%, mantendo a taxa de juro de referência e a taxa de cedência de liquidez inalteradas; (ii) alargamento do programa de compra de activos até, pelo menos, Março de 2017 (iii) reinvestimento dos juros obtidos com os activos comprados e (iv) inclusão da dívida dos governos regionais e das administrações locais no âmbito das aquisições de dívida do BCE.

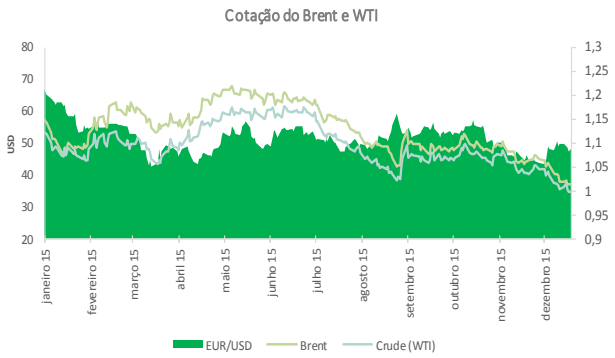
Por sua vez, nos EUA, a Reserva Federal subiu a taxa de juro de referência pela primeira vez desde 2006, passando o intervalo de variação da taxa dos *fed funds* a estar entre 0,25%-0,50%, justificada com a melhoria significativa das condições do mercado de trabalho (taxa de desemprego foi de 5% em Dezembro) e a estimativa de subida da inflação no médio prazo.

Na China, o Banco Central cortou as taxas de juro dos empréstimos à banca e a taxa de juro dos depósitos dos bancos no Banco Central, tendo ainda sido diminuídos os requisitos de reservas de capital dos bancos em 50 p.b. e injectados 150 mil milhões de "yuan" na economia com o objectivo de elevar o nível de liquidez da banca chinesa.

O ano em análise fica também marcado por uma certa instabilidade política em função da dispersão de votos pelos vários partidos nas eleições de Portugal e Espanha, criando incerteza no processo de formação de Governo nesses países.

No mercado das *commodities*, o destaque vai claramente para o petróleo, cuja cotação desvalorizou cerca de 18% no 4º trimestre e 31% ao longo de 2015, graças ao excesso de oferta existente no mercado e ao aumento dos conflitos entre os países produtores. Em relação aos produtos agrícolas, a queda foi de cerca de 2,4% no último trimestre e de 12% no ano.





A evolução do preço das matérias-primas teve também um impacto directo nos níveis de inflação dos principais países, a saber: (i) nos EUA a taxa YoY foi de 0,5% no mês de Novembro, enquanto que a taxa core[4] foi de 1,4%; e (ii) na Zona Euro, segundo o Eurostat, a taxa YoY foi de 0,1% em Dezembro, o mesmo valor registado em Outubro e a taxa de inflação core mensal caiu inesperadamente 0,2 p.b. para 0,9%.

Em termos cambiais, no 4º trimestre, assistiu-se a uma apreciação de 3,1% do USD face ao EUR, com o EUR/USD a fechar o ano nos 1,0887. No acumulado do ano, o EUR perdeu 10,2% face ao USD.

Principais focos em 2016

A evolução das economias emergentes constitui o grande foco de análise em 2016. Para além da desaceleração da economia chinesa, a situação nestes países encontra-se ainda penalizada pelo início da subida das taxas de juro nos EUA, pela depreciação ocorrida nas respectivas moedas, e pela acentuada queda dos preços das matérias-primas. Um enfraquecimento mais acentuado do que o esperado da procura interna na China poderá afectar a confiança nos mercados financeiros e, dessa forma, comprometer as perspectivas de muitas outras economias, tanto emergentes como avançadas. A evolução dos mercados estará assim dependente da resposta dos Bancos Centrais à situação na China, bem como à forma de conciliar este tema com a tentativa de chegar a níveis de inflação de 2%.

Factores como os conflitos no Médio Oriente, actos terroristas e a consequente variação do preço do petróleo serão também fundamentais para a evolução dos mercados no ano de 2016.

Em Portugal, a execução orçamental e a decisão da DBRS, única agência que coloca o *rating* de Portugal no nível *investment grade* e como tal possibilitando a aquisição de dívida pública por parte do Banco Central Europeu, assumem carácter decisivo quanto à situação política e económico-financeira do país em 2016.

[4] Taxa que exclui bens energéticos e alimentares.

3.4 MERCADO BANCÁRIO NACIONAL

a) Factos relevantes

No âmbito da sua responsabilidade enquanto autoridade de supervisão e resolução do sector financeiro português, o Banco de Portugal em 3 de Agosto de 2014 decidiu aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. ("BES") uma medida de resolução, ao abrigo do nº5 do artigo 145º-G do RGICSF, que consistiu na transferência da generalidade da sua actividade para um banco de transição, denominado Novo Banco, S.A. ("Novo Banco"), criado especialmente para o efeito. Para realização do capital social do Novo Banco, o Fundo de Resolução disponibilizou 4.900 milhões de euros. Desse montante 377 milhões de euros correspondem a recursos financeiros próprios do Fundo de Resolução. Adicionalmente, foi concedido um empréstimo por um sindicato bancário ao Fundo de Resolução de 700 milhões de euros, tendo a participação de cada instituição de crédito sido ponderada em função de diversos factores, incluindo a respectiva dimensão. O restante montante, 3.823 milhões de euros, necessário ao financiamento da medida de resolução adoptada, teve origem num empréstimo concedido pelo Estado Português, o qual será reembolsado e remunerado pelo Fundo de Resolução. Os fundos que venham a ser gerados com a venda do Novo Banco serão integralmente afectos ao Fundo de Resolução.

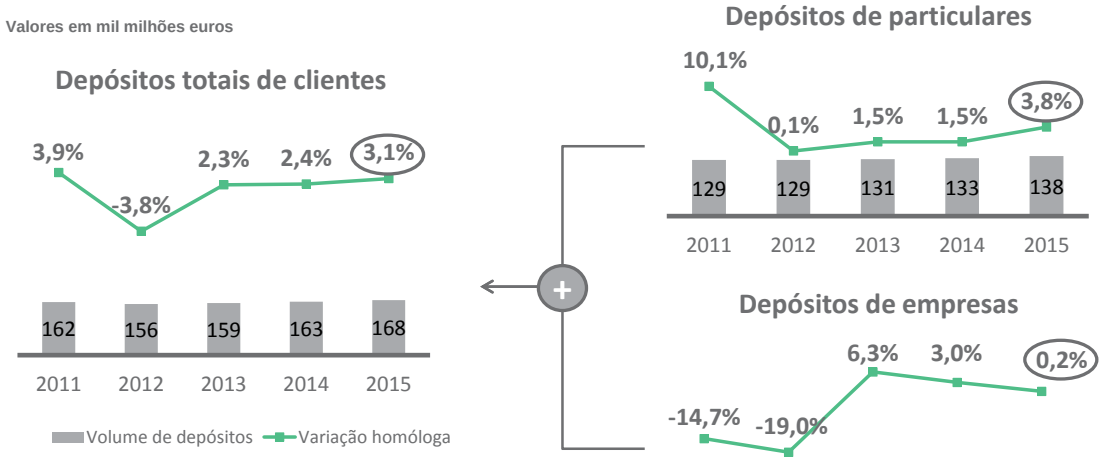
Em 29 de Dezembro de 2015, o Banco de Portugal determinou retransmitir para o BES a responsabilidade pelas obrigações não subordinadas por este emitidas, com valor nominal de aproximadamente 2 mil milhões de euros, e que foram destinadas a investidores institucionais, e procedeu ao ajustamento final do perímetro de activos, passivos, elementos extrapatrimoniais e activos sob gestão transferidos para o Novo Banco.

Ainda durante o mês de Dezembro de 2015, as autoridades nacionais decidiram vender a maior parte dos activos e passivos associados à actividade do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. ("Banif") ao Banco Santander Totta, por 150 milhões de euros, no quadro da aplicação de uma medida de resolução. Esta operação envolveu um apoio público estimado de 2.255 milhões de euros que visou cobrir contingências futuras, financiados em 489 milhões de euros pelo Fundo de Resolução e em 1.766 milhões de euros directamente pelo Estado português, em resultado das opções acordadas entre as autoridades portuguesas, as instâncias europeias e o Banco Santander Totta, para a delimitação do perímetro dos activos e passivos a alienar. No contexto desta medida de resolução, os activos do Banif identificados como problemáticos foram transferidos para um veículo de gestão de activos, criado para o efeito – Oitante, S.A., sendo o Fundo de Resolução o detentor único do seu capital social, através da emissão de obrigações

representativas de dívida desse veículo, no valor de 746 milhões de euros, com garantia do Fundo de Resolução e contragarantia do Estado Português. No Banif, que será alvo de futura liquidação, permaneceram um conjunto restrito de activos, bem como as posições accionistas, dos credores subordinados e de partes relacionadas.

b) Evolução do mercado nacional de depósitos (Dezembro 2011 – Dezembro 2015)

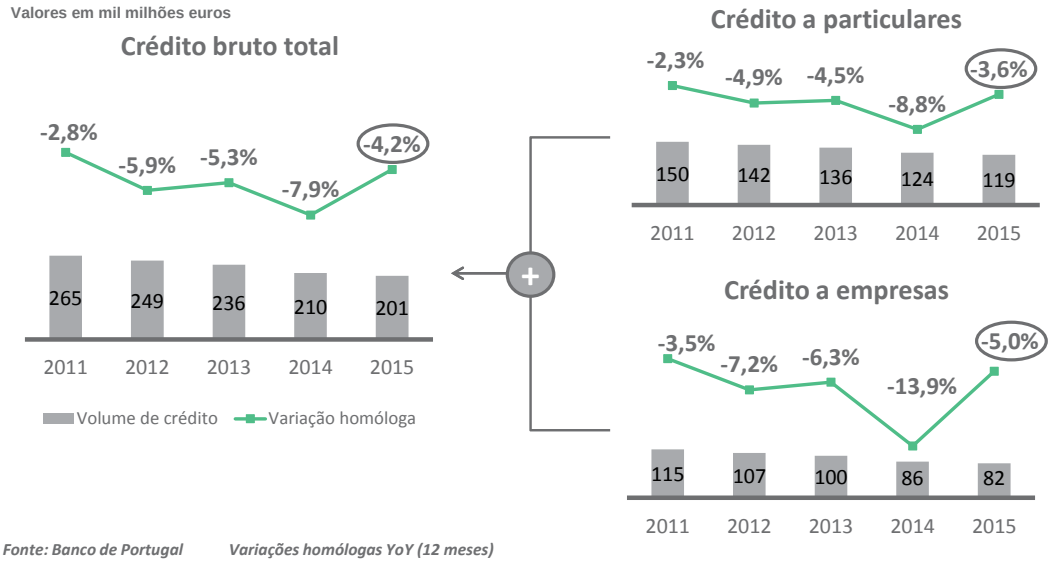
Segundo a informação mais recente disponibilizada pelo Banco de Portugal (Dezembro 2015), o volume de depósitos aumentou 3,1% em Dezembro de 2015 face ao mesmo período de 2014. Para esse crescimento contribuíram a evolução positiva de 3,8% dos depósitos de particulares (+2,3 p.p. que em 2014) e um crescimento menos acentuado nos depósitos de empresas de 0,2% (-2,8 p.p. que em 2014).



Fonte: Banco de Portugal *Variações homólogas YoY (12 meses)*

c) Evolução do mercado nacional de crédito (Dezembro 2011 – Dezembro 2015)

Ao invés, o crédito bruto total registou decréscimo homólogo de 4,2% em Dezembro de 2015. A quebra foi mais significativa no crédito a empresas (-5,0%) do que no crédito a particulares (-3,6%), ambos em termos homólogos.



Fonte: Banco de Portugal *Variações homólogas YoY (12 meses)*

De acordo com a informação divulgada pelo Banco de Portugal, entre 2014 e 2015, o crédito total reduziu 4,2% com uma quebra percentual mais expressiva (de dois dígitos) no segmento das empresas nas regiões autónomas e nos distritos de Viseu, Vila Real e Faro. Em Lisboa, o crédito a empresas caiu 2,6 mil milhões de euros, o que explica mais de 60% da quebra registada no país.

Valores em milhares de euros

Evolução do crédito total por região - Dez.2014/Dez.2015

	Crédito			Peso	Var. 2015/2014		
	Particulares	Empresas	Total	total %	Particulares	Empresas	Total
Aveiro	5.825	2.985	8.810	4,4%	-4,3%	-3,9%	-4,2%
Beja	1.323	445	1.768	0,9%	-4,4%	-9,9%	-5,9%
Braga	6.477	3.805	10.282	5,1%	-3,2%	1,1%	-1,7%
Bragança	924	238	1.162	0,6%	-4,6%	-2,1%	-4,1%
Castelo Branco	1.492	410	1.902	0,9%	-4,7%	-4,2%	-4,6%
Coimbra	3.975	1.276	5.251	2,6%	-3,6%	-2,0%	-3,2%
Évora	1.748	708	2.456	1,2%	-0,8%	-4,3%	-1,8%
Faro	5.004	1.722	6.726	3,3%	0,0%	-10,9%	-3,0%
Guarda	905	287	1.192	0,6%	-3,8%	-2,0%	-3,4%
Leiria	4.309	2.528	6.837	3,4%	-3,3%	-2,8%	-3,1%
Lisboa	43.432	45.766	89.198	44,4%	-3,3%	-5,5%	-4,4%
Portalegre	903	329	1.232	0,6%	-4,7%	1,9%	-3,1%
Porto	17.694	12.765	30.459	15,2%	-4,7%	-1,6%	-3,4%
Santarém	4.179	1.513	5.692	2,8%	-1,0%	0,4%	-0,7%
Setúbal	9.618	2.104	11.722	5,8%	-2,9%	4,7%	-1,6%
Viana do Castelo	1.697	644	2.341	1,2%	-5,6%	-0,5%	-4,2%
Vila Real	1.371	332	1.703	0,8%	-6,5%	-12,9%	-7,8%
Viseu	2.576	1.020	3.596	1,8%	-3,0%	-23,0%	-9,6%
Reg. Autónoma Açores	2.728	1.161	3.889	1,9%	-5,4%	-14,6%	-8,4%
Reg. Autónoma Madeira	3.046	1.552	4.598	2,3%	-8,9%	-25,6%	-15,3%
Total	**119.226**	**81.590**	**200.816**	**100%**	**-3,6%**	**-5,0%**	**-4,2%**

Fonte: Banco de Portugal

Analisando detalhadamente o crédito a particulares, verifica-se que o decréscimo deveu-se essencialmente à diminuição do crédito à habitação (-3,9% em 2015 face ao período homólogo) que representa 82% do total do crédito a particulares. Relativamente ao crédito vencido de clientes particulares, esse situou-se nos 4,2%, agravado, principalmente, pelo crédito a outros fins que, ainda assim, tem vindo a perder peso no agregado de crédito.

Evolução do mercado de crédito a particulares por tipologia - Dez.2014/Dez.2015

Tipologia	Volume de crédito (M€)	Var. homóloga %	Peso total %	Crédito vencido %
Habitação	97.706	-3,9%	82,0%	2,5%
Consumo	12.183	0,7%	10,2%	9,4%
Outros fins	9.336	-6,0%	7,8%	14,7%
Total	**119.225**	**-3,6%**	**100%**	**4,2%**

No caso do crédito a empresas, o decréscimo de 5,0% deveu-se principalmente à redução do crédito a empresas do sector da construção, indústrias extractivas e saúde e apoio social. Apenas nos sectores da agricultura e pescas e dos transportes e armazenagem foi possível verificar um aumento do crédito concedido (5,3% e 7,0%, respectivamente).

Relativamente ao crédito vencido a empresas, este situou-se nos 15,4%, sendo que os sectores com maior incumprimento continuam a ser a construção, as actividades imobiliárias e o comércio, que mantêm elevada representatividade no total do crédito a empresas.

Valores em milhões de euros

Evolução do mercado de crédito a empresas por CAE - Dez.2014/Dez.2015

Actividade económica	Var. Dez. 2015/2014	Total Crédito	Peso %	% Crédito Vencido
Agricultura e Pescas	5,3%	2.185	2,7%	4,4%
Indústrias Transformadoras	-1,8%	12.881	15,8%	10,3%
Saúde e Apoio Social	-7,0%	1.288	1,6%	5,4%
Comércio	-0,3%	12.238	15,0%	16,1%
Construção	-14,1%	12.870	15,8%	33,4%
Actividades Imobiliárias	-4,9%	11.234	13,8%	23,7%
Alojamento e Restauração	-5,3%	4.446	5,4%	10,9%
Transporte e Armazenagem	7,0%	7.221	8,9%	6,7%
Energia	-0,2%	2.517	3,1%	0,6%
Indústrias Extractivas	-13,6%	254	0,3%	13,0%
Água e Saneamento	-6,5%	1.548	1,9%	2,6%
Outros	-10,1%	12.909	15,8%	8,6%
Total	**-5,0%**	**81.591**	**100%**	**15,4%**

Fonte: Banco de Portugal

Em 2015, as PME foram as empresas que registaram maior redução no crédito contraído face a 2014, tendo sido a principal aposta comercial das instituições bancárias não apenas pelo seu peso relativo (49% do total)

mas também pela menor incidência de crédito vencido (23,0% e 25,8%, nas médias e pequenas empresas respectivamente, que comparam com os 30,4% das microempresas).

Valores em milhões de euros

Evolução do mercado de crédito a empresas por dimensão - Dez.2015

	Valor	Peso %	% Crédito Vencido
Microempresas	28.012	34%	30,4%
Pequenas empresas	20.330	25%	25,8%
Médias empresas	19.969	24%	23,0%
Grandes empresas	10.577	13%	13,4%
Não especificado	2.703	3%	n.a.
Total	**81.591**	**100%**	**15,4%**

Fonte: Banco de Portugal

Da análise ao número de empresas, destaca-se a variação positiva do nascimento de novas empresas, o que, combinado com a variação do número de empresas encerradas e insolventes, resulta na criação líquida de empresas de 1,9x em 2015 (i.e. revitalização empresarial), 15,7% acima do verificado em 2013.

EVOLUÇAO DO NÚMERO DE EMPRESAS

	2013	2014	2015	Variação 13/15
Nascimentos	35.670	35.842	37.698	5,7%
Encerramentos	16.066	15.001	15.541	-3,3%
Insolvências	5.546	4.492	4.192	-24,4%
Revitalização Empresarial*	1,7	1,8	1,9	15,7%

Fonte: Barómetro Informa DB

* Nascimentos / (Encerramentos + Insolvências)

04

Actividade do Grupo Crédito Agrícola em 2015

IV. ACTIVIDADE DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA EM 2015

4.1 ACTIVIDADE BANCÁRIA

a) Evolução do crédito

Em 2015, a carteira de crédito registou um acréscimo de 3,5% face ao ano anterior, tendo passado de 8.147 milhões de euros em 2014 para 8.430 milhões em 2015.

Este crescimento ocorreu em contraciclo com a média do sector bancário em Portugal, que apresentou um decréscimo do crédito bruto de 5,0% e 3,6%, a empresas e particulares, respectivamente. Por sua vez no SICAM, o crédito concedido a empresas aumentou 5,1% e o crédito concedido a particulares cresceu 1,9%.

Crédito a Clientes	2012	2013	2014	2015	Δ Abs.	Δ %
Valores em milhões de euros, excepto %						
Crédito a Clientes bruto (1)	8.365	8.199	8.147	8.430	283	3,5%
Empresas	4.108	4.083	4.079	4.286	207	5,1%
Particulares	4.257	4.115	4.068	4.144	76	1,9%
do qual crédito vencido há mais de 90 dias (2)	568	628	644	650	6	1,0%
Rácio de Crédito Vencido (2/1)	6,8%	7,7%	8,0%	7,8%	-0,2 p.p	
Compromissos perante terceiros	1.085	947	1.194	1.000	-194	-16,3%
linhas de crédito irrevogáveis	553	500	536	599	63	11,8%
linhas de crédito revogáveis	308	201	296	301	5	1,7%
outros	224	246	363	101	-262	-72,3%
Garantias Prestadas *	257	250	225	203	-22	-9,8%

* Inclui garantias e avales prestados e créditos documentários de importação, e exclui activos dados em garantia, nomeadamente de crédito e de títulos, junto do euro-sistema

O crédito vencido há mais de 90 dias no final de 2015 alcançou os 650 milhões de euros, representando uma variação de 1,0% face ao ano transacto. O esforço que vem sendo desenvolvido no sentido de melhorar a análise de risco de crédito, bem como as iniciativas e ferramentas desenvolvidas para uma cobrança de créditos vencidos mais eficaz, contribuíram para a referida variação residual do crédito vencido há mais de 90 dias e para a redução do rácio de crédito vencido em 0,2 p.p..

Os compromissos perante terceiros e as garantias prestadas relacionadas com operações com clientes reduziram 194 milhões de euros e 22 milhões de euros, respectivamente, face ao exercício de 2014.

Para o aumento do crédito concedido em 2015 contribuiu principalmente o crescimento nos contratos de financiamento (+4,5%), no crédito à habitação (+3,2%) e no papel comercial (+2,5%).

Evolução do Crédito por Tipo de Operação	2012	2013	2014	2015	Δ Abs.	Δ %
Valores em milhões de euros, excepto %						
Crédito à Habitação	2.449	2.364	2.375	2.451	76,0	3,2%
Contas Correntes Caucionadas	569	433	433	426	-7,4	-1,7%
Descontos Comerciais	52	38	30	26	-4,3	-14,4%
Leasing	165	138	133	133	0,3	0,2%
Cartões de Crédito	39	38	23	23	0,3	1,2%
Descobertos	34	16	30	26	-4,3	-14,4%
Papel Comercial	169	240	226	232	5,7	2,5%
Contratos de Financiamento (diversas maturidades)	4.854	4.912	4.884	5.106	221,6	4,5%
Rendimentos a receber (líquidos)	41	38	34	30	-3,9	-11,4%
Receitas com rendimento diferido (líquidas)	-17	-19	-21	-22	-1,4	6,6%
Crédito a clientes bruto (1)	**8.365**	**8.199**	**8.147**	**8.430**	**282,6**	**3,5%**
Compromissos perante Terceiros (2)	**1.085**	**947**	**1.194**	**1.000**	**-194,1**	**-16,3%**
Linhas de Crédito Irrevogáveis	553	500	536	599	63,3	11,8%
Linhas de Crédito Revogáveis	308	201	296	301	5,1	1,7%
Outros	224	246	363	101	-262,5	-72,3%
Garantias prestadas (3) *	**257**	**250**	**225**	**203**	**-22,0**	**-9,8%**
Subtotal (2+3)	1.342	1.197	1.419	1.203	-216,1	-15,2%
Total (1+2+3)	**9.708**	**9.395**	**9.566**	**9.633**	**66,6**	**0,7%**
* Inclui garantias e avales prestados e créditos documentários de importação, e exclui activos dados em garantia, nomeadamente de crédito e de títulos, junto do euro-sistema.						
Taxa média ponderada da carteira de crédito a clientes	**4,4%**	**4,2%**	**4,1%**	**3,7%**	**-0,4 p.p.**	

A remuneração da carteira de crédito a clientes, medida em termos de taxa média ponderada com saldos de fim de período, reduziu 0,4 p.p. para os 3,7%. Esta redução é explicada não apenas pelo aumento da concorrência por operações com binómio qualidade/risco aceitável mas também pela redução registada nas taxas de referência (Euribor).

Crédito Agenciado por Tipologia de Crédito	2012	2013	2014	2015	Δ Abs.	Δ %
Valores em milhares de euros, excepto %						
Crédito à Habitação	181.406	170.316	159.279	146.690	-12.589	-7,9%
Cartões de Crédito	17.463	15.194	13.562	12.258	-1.304	-9,6%
Descontos Comerciais	537	388	230	144	-86	-37,5%
Contas Correntes Caucionadas	24.340	14.526	10.929	8.976	-1.953	-17,9%
Financiamentos	167.261	181.275	158.097	146.317	-11.780	-7,5%
Leasing	103.449	68.723	59.551	65.541	5.990	10,1%
Operações com o estrangeiro	1.098	2.656	1.138	1.017	-121	-10,6%
TOTAL	**495.554**	**453.077**	**402.787**	**380.943**	**-21.844**	**-5,4%**

Após o decréscimo de 11,1% verificado em 2014, o crédito agenciado (concedido pela Caixa Central ao abrigo de contrato de agência com as Caixas Associadas) voltou a reduzir em 2015, desta feita 5,4% para os 381 milhões euros. Estas quebras reflectem, por um lado, uma cada vez maior autonomia das Caixas

Agrícolas na concessão de crédito a clientes, e por outro, o crescimento verificado na dimensão média de fundos próprios individuais.

i. Empresas

No segmento de empresas, como já referido, verificou-se um crescimento de 5,1% (+207 milhões de euros), valor que compara com o decréscimo de 5,0% verificado no sector. Esta situação permitiu ao Crédito Agrícola reforçar em 2015 a sua quota de mercado no crédito a empresas e evidencia a aposta estratégica neste segmento.

A taxa média ponderada da carteira de crédito a empresas regista quebras desde 2012 fixando-se, em 2015, nos 4,21%, situação explicada em grande medida pela redução das taxas Euribor que atingiram níveis historicamente baixos em 2015.

EMPRESAS	2012	2013	2014	2015	Δ Abs.	Δ %
Valores em milhões de euros, excepto %						
Crédito a Empresas	**4.108**	**4.083**	**4.079**	**4.286**	**207**	**5,1%**
Contas Correntes Caucionadas	497	383	380	379	-1	-0,4%
Descontos Comerciais	53	34	25	22	-3	-12,6%
Leasing	142	120	115	110	-5	-4,6%
Financiamentos	3.416	3.546	3.558	3.775	217	6,1%
do qual Papel Comercial	169	240	226	232	6	2,5%
Taxa média ponderada da carteira de crédito a empresas	**5,08%**	**4,93%**	**4,88%**	**4,21%**	**-0,7 p.p.**	

Fonte: Informação contabilística GCA e SIGA, com excepção do Leasing (informação extraída da aplicação *Lease)*

O aumento da concessão de crédito foi transversal à generalidade dos sectores, com excepção das indústrias transformadoras, da construção e das indústrias extractivas. Entre os sectores que registaram maior crescimento de crédito em 2015 estão a agricultura e pescas (12,7%), o alojamento e restauração (+25,0%) e energia (+27,3%).

No que respeita à concentração de crédito, verifica-se que os sectores do comércio por grosso e a retalho, das indústrias transformadoras e da agricultura e pescas representam aproximadamente 40% do crédito concedido a empresas. O sector agrícola destaca-se pela sua relevância no Crédito Agrícola, tendo a quota de mercado atingido os 23%, em 2015. Em contraposição, o peso no crédito a empresas dos sectores da construção e actividades imobiliárias do Crédito Agrícola é francamente inferior ao registado no mercado (9,0% versus 15,8% e 7,5% versus 13,8%, respectivamente).

CRÉDITO A EMPRESAS POR SECTOR DE ACTIVIDADE	Peso no crédito concedido
Comércio por grosso e a retalho	16,3%
Indústrias transformadoras	12,8%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	10,7%
Construção	9,0%
Actividades imobiliárias	7,5%
Alojamento, restauração e similares	6,0%
Outros sectores	28,3%

ii. Particulares

Pese embora a melhoria da conjuntura económica em 2015, com o consumo privado e a taxa de desemprego a contribuírem para uma maior confiança dos consumidores, persiste ainda um elevado nível de endividamento das famílias. O crédito a particulares no SICAM registou um aumento de 1,9% em 2015, apresentando um melhor desempenho do que a média deste segmento no total do sector bancário nacional que, por sua vez, contraiu 3,6%.

PARTICULARES e MICRO-NEGÓCIOS	2012	2013	2014	2015	Δ Abs.	Δ %
Valores em milhões de euros, excepto %						
Crédito a Particulares	**4.257**	**4.115**	**4.068**	**4.144**	**76**	**1,9%**
Crédito à Habitação (inclui Multiusos)	2.449	2.337	2.375	2.451	76	3,2%
Crédito ao Consumo *	331	319	225	244	19	8,3%
do qual Cartões de Crédito	38	37	22	22	0	0,3%
Leasing	23	18	18	20	2	11,6%
Outro Crédito por Desembolso de Fundos *	1.455	1.441	1.450	1.429	-21	-1,4%

* Inclui descobertos, efeitos descontados, contas correntes e empréstimos de maturidades diversas

Do reforço do crédito, destaca-se o crescimento de 76 milhões de euros verificados no crédito à habitação, que compara com o crescimento de 38 milhões de euros ocorrido em 2014.

O crédito ao consumo, após uma quebra de 29% em 2014 decorrente da contracção da procura interna inerente à conjuntura económica vivida nesse ano, voltou a apresentar um crescimento em 2015 de 8,3% para os 244 milhões de euros, ainda assim valor significativamente abaixo do alcançado em 2013 (319 milhões de euros).

O crédito na modalidade de locação financeira registou, nos particulares, um acréscimo relevante de 11,6%, conforme se explicita no ponto seguinte.

iii. Locação Financeira

O valor da carteira de crédito em locação financeira do Crédito Agrícola ascende a um valor global de 132 milhões de euros, equivalente ao verificado em 2014.

Activo das operações leasing	2013	2014	2015	Variação Abs.	Variação %	Estrutura da carteira 2014	Estrutura da carteira 2015
unidade: milhares de euros, excepto %							
Caixa Central	119.448	108.484	108.826	342	0,3%	81,8%	81,9%
Caixas Associadas	18.765	24.148	23.974	-174	-0,7%	18,2%	18,1%
Total	**138.213**	**132.632**	**132.800**	**168**	**0,1%**	**100,0%**	**100,0%**

Em 2015, o sector empresarial não financeiro representou cerca de 82% do valor da carteira de crédito nesta área, enquanto os particulares e pequenos negócios representam cerca de 17%, tendo estes últimos registado um assinalável crescimento de 28%.

Tipo de locatário	2013	2014	2015	Variação Abs.	Variação %	Estrutura da carteira 2014	Estrutura da carteira 2015
unidade: milhares de euros, excepto %							
Particulares e pequenos negócios	18.421	17.531	22.409	4.878	27,8%	13,2%	16,9%
Sector público estatal	581	575	638	63	11,0%	0,4%	0,5%
Sector financeiro	665	586	603	17	2,9%	0,4%	0,5%
Sector não financeiro	118.546	113.940	109.150	-4.790	-4,2%	85,9%	82,2%
Total	**138.213**	**132.632**	**132.800**	**168**	**0,1%**	**100,0%**	**100,0%**

Relativamente ao bem locado é de destacar o crescimento de 19% da carteira de viaturas, que beneficiou da recuperação verificada no sector automóvel em 2015 e compensou os decréscimos ocorridos nas carteiras de equipamentos e imóveis, de respectivamente -6,7% e -8,0%. Desta forma a estrutura da carteira alterou-se face a 2014 com a carteira de viaturas a representar 34,7% do total.

Tipo de bem locado	2013	2014	2015	Variação Abs.	Variação %	Estrutura da carteira 2014	Estrutura da carteira 2015
unidade: milhares de euros, excepto %							
Viaturas	36.254	38.775	46.041	7.266	18,7%	29,2%	34,7%
Equipamentos	44.516	34.078	31.790	-2.288	-6,7%	25,7%	23,9%
Imóveis	57.443	59.779	54.969	-4.810	-8,0%	45,1%	41,4%
Total	**138.213**	**132.632**	**132.800**	**168**	**0,1%**	**100,0%**	**100,0%**

b) Evolução dos depósitos e outros recursos

Num contexto em que se registou a continuação do reforço dos níveis de poupança em Portugal, o Crédito Agrícola consolidou a sua posição de banco aforrador, ganhando quota de mercado ao registar um crescimento dos recursos de 3,3% que compara com os 3,1% alcançados pelo total do sector bancário nacional.

Em relação à sua repartição, os depósitos à ordem aumentaram 16,2%, que reflecte a opção dos aforradores em manter um nível de recursos com maior liquidez, atendendo às reduzidas taxas de juro de remuneração dos depósitos a prazo praticadas pelo mercado bancário em geral e também pelo Crédito Agrícola.

Depósitos de Clientes	2012	2013	2014	2015	Δ Abs.	Δ %
Valores em milhões de euros, excepto %						
Depósitos à Ordem	2.660	2.805	2.943	3.419	476	16,2%
Depósitos a Prazo e Poupanças	7.518	7.405	7.677	7.551	-126	-1,6%
TOTAL	**10.178**	**10.210**	**10.620**	**10.970**	**350**	**3,3%**

De realçar ainda o desempenho do Crédito Agrícola na angariação de recursos fora de balanço que, após um crescimento de 29,0% em 2014, registaram um acréscimo de 9,4% para os 2.274 milhões de euros.

Recursos Fora do Balanço do Grupo	2012	2013	2014	2015	Δ Abs.	Δ %
Valores em milhões de euros, excepto %						
Fundos de Investimento	283	366	606	661	55	9,1%
Mobiliários (FIM e FEI)	166	221	396	382	-14	-3,5%
Imobiliários	117	145	210	279	69	32,9%
Seguros de Capitalização*	994	1.246	1.473	1.613	140	9,5%
TOTAL	**1.277**	**1.612**	**2.079**	**2.274**	**467**	**9,4%**

* inclui valor das provisões matemáticas e passivos financeiros de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos contratos de investimento, referentes às CCAM do SICAM.

O crescimento dos produtos fora do balanço permitiu às Caixas e à Caixa Central mitigar o impacto adverso na margem financeira da remuneração de depósitos, mantendo-se, no entanto, os recursos dentro do perímetro do Grupo Crédito Agrícola, e reforçando-se os níveis de vinculação com os clientes.

Relativamente à comercialização de fundos de investimento destaca-se o acréscimo de 9,1% em 2015, muito por conta do contributo dos fundos imobiliários com uma variação positiva de 32,9%. Os seguros de capitalização, que representam o maior no total de recursos fora do balanço, aumentaram de 9,5%, atingido os 1.613 milhões de euros em 2015.

Para este crescimento contribuem as soluções apresentadas pela CA Gest e pela CA Vida, que se têm mostrado competitivas face ao restante mercado.

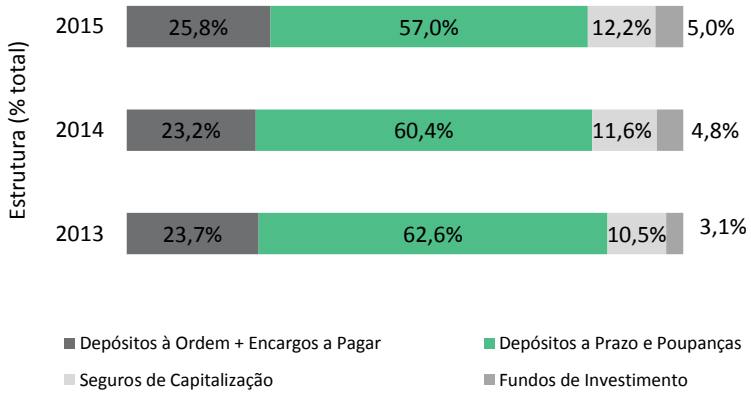
Na estrutura de recursos de clientes manteve-se, naturalmente, o peso dominante dos depósitos, os quais representavam 82,8% dos recursos totais confiados ao Grupo no final de 2015, em oposição aos 88,9% que representavam em 2012.

Recursos de Clientes sob Gestão do Crédito Agrícola	2012	2013	2014	2015	Estrutura (% total) 2012	2013	2014	2015
Valores em milhões de euros, excepto %								
Depósitos à Ordem + Encargos a Pagar	2.660	2.805	2.943	3.419	23,2%	23,7%	23,2%	25,8%
Depósitos a Prazo e Poupanças	7.518	7.405	7.677	7.551	65,6%	62,6%	60,4%	57,0%
Total Depósitos	**10.178**	**10.210**	**10.620**	**10.970**	**88,9%**	**86,4%**	**83,6%**	**82,8%**
Seguros de Capitalização	994	1.246	1.473	1.613	8,7%	10,5%	11,6%	12,2%
Fundos de Investimento	283	366	606	661	2,5%	3,1%	4,8%	5,0%
Total Recursos Fora do Balanço	**1.277**	**1.612**	**2.079**	**2.274**	**11,1%**	**13,6%**	**16,4%**	**17,2%**
TOTAL	**11.455**	**11.822**	**12.699**	**13.243**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Dada a evolução positiva nos produtos fora do balanço e nos depósitos tradicionais, o valor total dos recursos de clientes geridos pelo Crédito Agrícola registou um acréscimo face ao período homólogo de 4,2%, tendo atingido os 13,2 mil milhões de euros em Dezembro de 2015.

A CA Vida, em 2015, alcançou um volume sob gestão de fundos de pensões na ordem dos 98,9 milhões de euros, o representou um acréscimo 14% face a 2014.

Estrutura dos Recursos de Clientes



c) Canais de distribuição

O Grupo Crédito Agrícola disponibiliza aos seus clientes, empresariais e particulares/micro-negócios, uma ampla rede de agências e uma equipa de gestores comerciais que, complementados com especialistas de produto, estão disponíveis para encontrar as soluções de investimento e protecção mais adequadas às necessidades e aspirações financeiras específicas. O acréscimo de adesão aos canais digitais e não presenciais tem permitido ao Crédito Agrícola servir, numa base 24x7, as necessidades transaccionais e focar a relação da rede comercial nas actividades de maior valor acrescentado.

Rede de agências

Num ano em que encerraram mais de 200 agências bancárias em Portugal, o Crédito Agrícola manteve praticamente inalterada a sua presença física junto das comunidades locais, tendo representado a terceira maior rede agências bancárias abertas (675 no total).

Banco	Dez.2014	Dez.2015	Var.
A	594	575	-19
B	204	177	-27
C	720	695	-25
CA	683	675	-8
D	695	671	-24
E	631	596	-35
F	546	495	-51
G	436	421	-15
Total	4.509	4.305	-204

Σ 752

Canais de banca directa

A adopção dos canais digitais por parte dos clientes bancarizados continua a registar um crescimento significativo, essencialmente pela flexibilidade conferida pelas funcionalidades disponíveis em computador, *smartphone* ou *tablet*. Este crescimento tem vindo a evidenciar-se nos níveis de adesão dos clientes Crédito Agrícola aos canais digitais, levando a instituição a investir na melhoria dos actuais serviços e no desenvolvimento de soluções inovadoras visando melhorar a experiência do cliente e contribuindo para o reforço do seu envolvimento e vínculo.

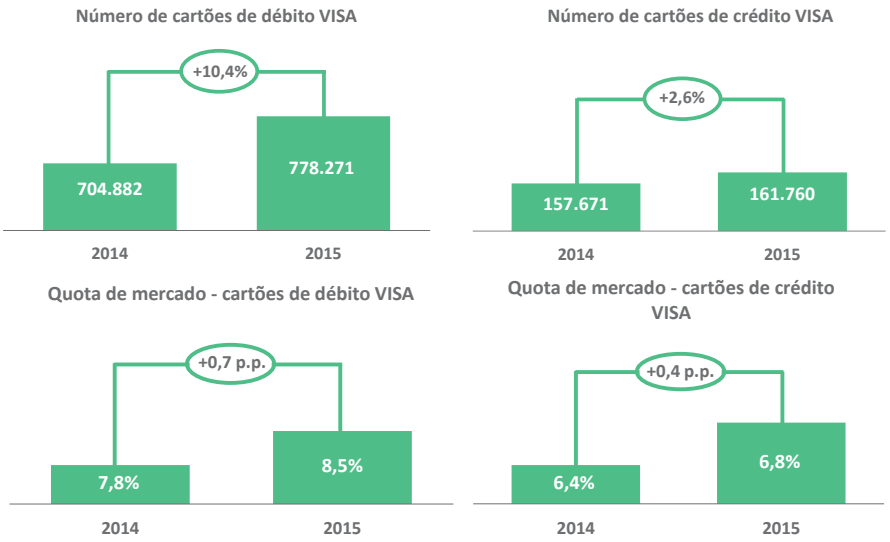
Das acções desenvolvidas em 2015 nesta área, destacam-se:

- O lançamento do Serviço CA Mobile Empresas; e
- O lançamento do Grupo Crédito Agrícola nas Redes Sociais.

Das 100 mil empresas clientes do Grupo Crédito Agrícola, mais de 65 mil possuem adesão *on-line* activa e cerca de 18 mil utilizam o canal mobile.

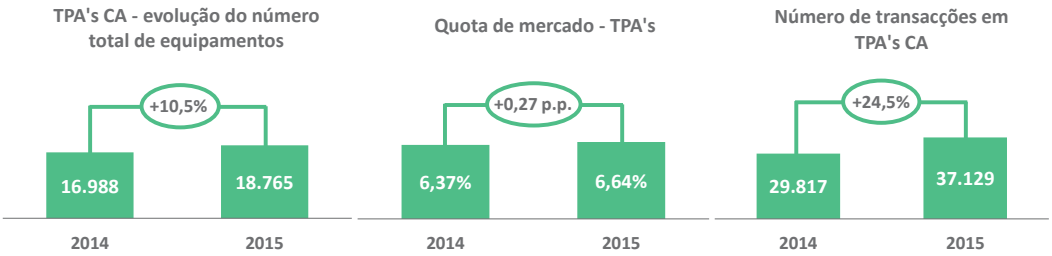
d) Meios electrónicos de pagamento

Em 2015, quando comparado com o período homólogo, o Crédito Agrícola registou um crescimento da carteira global de cartões de pagamento, quer dos cartões de débito (+10,4%), quer dos cartões de crédito (+2,6%). Esta evolução originou um incremento da quota de mercado do Crédito Agrícola de 0,7 p.p. nos cartões de débito e 0,4 p.p. nos cartões crédito.



Para além do desenvolvimento da carteira global de cartões de pagamento, em 2015 foi possível registar um aumento do número de transacções de cartões (+8,1% face a 2014), assim como, um aumento do volume de transacções (+6,3% face a 2014).

No que se refere à instalação de terminais de pagamento automático (TPA), em 2015, registou-se uma evolução positiva que, sendo acompanhada pelo mercado, apenas originou um ligeiro reforço da quota de mercado do Crédito Agrícola no parque instalado (+0,27 p.p.). O número de equipamentos do Crédito Agrícola aumentou 10,5% face ao período homólogo e, de igual modo, registou-se um aumento de 24,5% no respectivo número de transacções.



Em 2015, o serviço Rede CA&Companhia cresceu 33,5% face a 2014, estando instalado em 49% dos terminais de pagamento automático do Crédito Agrícola.

e) Negócio internacional

A conjuntura socioeconómica vivida durante o ano de 2015 levou um maior número de empresas a envidar maiores esforços para conseguirem penetrar em mercados externos. Dando continuidade à estratégia definida em 2013, o Crédito Agrícola assumiu-se, uma vez mais, como parceiro de negócio das empresas portuguesas, quer através da disponibilização de soluções bancárias destinadas potenciar as suas exportações e importações, quer desempenhando um papel activo na sinalização de oportunidades de negócio internacional. O acompanhamento e o apoio da actividade internacional das empresas, durante o ano de 2015, veio traduzir-se também num trabalho de prospecção de negócio, nomeadamente através das representações no exterior e em parceria com várias entidades internacionais. Neste âmbito, salienta-se a abertura de um Escritório de Representação em Genebra, o que veio permitir um apoio efectivo das empresas exportadoras que pretendem investir neste mercado e das comunidades emigrantes residentes na Suíça.

Banca de Correspondência e Comércio Internacional

Durante 2015, o impacto das alterações ao nível das normas de *Compliance* que regulam a actividade da banca de correspondência condicionou a actividade do Crédito Agrícola, sobretudo no que respeita ao alargamento dos mercados de destino das exportações portuguesas nomeadamente para países africanos. Como factor positivo, registe-se uma significativa melhoria na percepção do risco-país Portugal.

Tendo em perspectiva o alargamento a novos mercados, o Crédito Agrícola passou a oferecer aos seus clientes a possibilidade de efectuarem a liquidação de importações e exportações em *Renminbis* com a China. Fruto do estabelecimento de uma parceria com um banco chinês de referência, o serviço de pagamentos transnacionais com aquele importante mercado, ficou assim mais rápido, mais económico e mais eficiente.

Apesar do montante global das operações de estrangeiro efectuadas ter decrescido 10,0%, o número de operações apresentou um crescimento de 7,7%, traduzindo uma maior actividade do Crédito Agrícola nesta área de negócio.

Escritórios de Representação

Durante o ano de 2015, a presença do Grupo Crédito Agrícola no exterior aumentou com a abertura de um Escritório de Representação em Genebra. O alargamento da presença internacional do Grupo tem vindo a aumentar progressivamente desde 2013, em linha com a estratégia de captação e dinamização de negócio

internacional em todas as suas vertentes, nomeadamente como apoio aos esforços de internacionalização de clientes do Crédito Agrícola, e de reforço das relações com clientes não residentes.

Emigração

O segmento de não residentes e emigrantes assume uma importância significativa para o Grupo, que, por esse facto, tem procurado assegurar o acompanhamento destes clientes, contribuindo assim para a sua fidelização e para a manutenção da ligação à sua Caixa Agrícola de origem.

Sucursal Financeira Exterior

A actividade da Sucursal Financeira Exterior de Cabo Verde (SFE) está direccionada para o segmento de não residentes em Portugal, particulares e empresas, e tem como missão a captação de recursos para o Grupo, de forma complementar, não obstante a sua política de taxas de juro ter vindo reflectir a descida progressiva das taxas praticadas para operações de passivo.

Esta descida generalizada dos níveis de taxas de juro tem impacto na margem financeira da SFE, pese embora a eficiência na gestão de activos e passivos, quer pelo esmagamento das margens quer pela retracção na aplicação de recursos por parte dos clientes, que têm vindo a procurar aplicações financeiras com um maior retorno.

Serviço de *Money Transfer*

Os dados referentes à transferência de dinheiro através do serviço *Western Union* revelam um crescimento de 10% em 2015, o que confirma a tendência de crescimento sustentado deste negócio verificada em anos anteriores. Este serviço está disponível no universo de agências do Crédito Agrícola e tem vindo a contribuir para o aumento do produto bancário das Caixas Associadas, representando um volume de transacções de cerca de 12 milhões de euros em 2015.

4.2 ACTIVIDADE SEGURADORA

a) Seguros de Ramos Reais

O ano de 2015 foi o melhor de sempre para a CA Seguros. O crescimento da produção nova foi expressivo, em praticamente todos os produtos de seguros, o que se interpreta como tendo resultado de uma maior atenção das Caixas Agrícolas às margens geradas pela actividade de Seguros Não Vida, também potenciada pela introdução, pela primeira vez, de uma componente extra na remuneração de mediação, indexada ao cumprimento dos objectivos comerciais propostos. No final do ano, mais de 80% das Caixas Agrícolas atingiram os objectivos comerciais propostos, e muitas ultrapassaram largamente esses objectivos.

A carteira de apólices em vigor registou um crescimento de 47 mil apólices (+9,5%) e de 6,1 milhões de euros em valor (+8,4%), o que representa um desempenho claramente melhor que em anos anteriores. Para esta evolução, e para além do crescimento da produção nova, contribuiu a tendência de redução das taxas de anulação e as medidas que a seguradora implementou para evitar a contínua degradação dos prémios médios, particularmente nos ramos automóvel e acidentes de trabalho.

Para a significativa melhoria da margem técnica, contribuiu positivamente a evolução favorável da sinistralidade, não obstante o impacto negativo de alguns eventos adversos, como a inundação do centro de Albufeira e outras zonas do Algarve, em Novembro de 2015. Considerando o conjunto dos prémios adquiridos, dos custos com sinistros e do saldo de resseguro, registou-se uma margem técnica cerca de 7,4 milhões de euros superior à de 2014, o que representou um crescimento de 25,8%.

Em 2015, a CA Seguros alienou a posição accionista que detinha na CA Vida, SA à nova sub-*holding* CA Seguros e Pensões, SGPS, e registou uma mais-valia de 6,6 milhões de euros, aumentando o resultado líquido para mais de 10 milhões de euros. Mas é importante referir, a propósito, que o desempenho económico e financeiro em 2015 melhorou significativamente, mesmo sem a realização desta operação.

A CA Seguros aumentou o número de clientes com apólices em vigor de 272 mil para 295 mil, prosseguindo proactivamente a sua Visão de "Ser a Seguradora Não Vida em que confiam todos os Associados e Clientes do Crédito Agrícola". O número de apólices em vigor aumentou de 498 mil para 545 mil, ou seja, um aumento de 9,5%.

Unidade: milhares, excepto %

	2012	2013	2014	2015	Δ%
Nº de Clientes no final do ano	248	257	272	295	8%
Nº de Apólices em vigor no final do ano	439	462	498	545	9%

Conforme compromisso assumido com as Caixas Agrícolas, no início de 2015, foram reforçadas significativamente as remunerações de mediação pagas, para 16,8 milhões de euros, o que representa um aumento de 33,3% relativamente a 2014, e um aumento acumulado de 7 milhões de euros, nos últimos três anos.

Remunerações de Mediação de Seguros Pagos às CCAM

Unidade: milhões de euros, excepto %

	2012	2013	2014	2015	Δ%
CA Seguros	9,7	11,0	12,6	16,8	33,3%

Ao nível da oferta a clientes, foi reforçada a competitividade de prémios e introduziram-se melhorias nos produtos, nomeadamente no CA Saúde (incluindo a harmonização da nossa oferta com a de outros parceiros Médis) e no CA CliniCard (introduziram-se novas coberturas e aumentos de capitais seguros, sem aumento do prémio anual). Foi ainda lançado o novo produto CA Ciclista.

A CA Seguros prosseguiu a sua preparação para o regime Solvência II, que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2016, tendo participado no reporte preparatório anual de solvência, promovido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, com o objectivo de quantificar as necessidades de capital em Solvência II. Foi reconfirmada a robustez do rácio de solvência da CA Seguros.

Foi concluído com sucesso o processo de acompanhamento da Certificação de Qualidade, pela Norma ISO 9001/2008, e a auditoria de acompanhamento à Certificação Ambiental, novamente com referências muito elogiosas por parte da equipa auditora da APCER, relativamente à organização da CA Seguros, ao seu controlo interno, e à qualidade dos seus recursos humanos.

Neste contexto, é de assinalar o facto de a CA Seguros ter registado mais um ano com zero incumprimentos ao nível dos prazos e datas limite impostos pela lei, na gestão dos sinistros Automóvel, uma situação ímpar no mercado português.

Os prémios brutos emitidos ascenderam a 87,1 milhões de euros, o que representa um aumento de 7,1%, face ao ano anterior, com um crescimento acima do mercado não vida, que apresentou uma taxa de crescimento de 3,7%.

O resultado líquido apurado de 10.172 mil euros, foi superior ao do orçamento e ao montante do ano anterior, reflectindo o aumento da margem técnica, a redução de custos de estrutura, a redução da Provisão para riscos em curso e o aumento do resultado financeiro. Foi deliberado na Assembleia-Geral da CA Seguros efectuar o pagamento de dividendos aos Accionistas, desta vez pelo montante de 9.000 mil euros, o que corresponde a cerca de 88% do resultado líquido do exercício.

A situação patrimonial da CA Seguros registou uma evolução favorável em 2015, traduzida no aumento do activo total e no reforço significativo dos capitais próprios.

No activo, os investimentos financeiros aumentaram 21 milhões de euros, o que corresponde a um aumento percentual de 13%. O peso desta rubrica no total do activo aumentou, de 82,0%, para 86,8% em 2015.

No passivo, a CA Seguros manteve uma política prudente ao nível do provisionamento, tal como em anos anteriores. Globalmente, as provisões técnicas aumentaram, situando-se, em 31 de Dezembro de 2015, no valor total de 130 milhões de euros.

As responsabilidades relativas aos Segurados encontram-se devidamente asseguradas em 31 de Dezembro de 2015 quer ao nível da representação das provisões técnicas quer ao nível da margem de solvência, em que a taxa de cobertura se situa em 392% (antes de dividendos a pagar aos accionistas, relativos a 2015). Refira-se ainda que os activos elegíveis para a representação das provisões técnicas asseguravam um grau de cobertura de 143%.

CA Seguros - Principais Indicadores

Unidade: milhares de de euros, excepto % e nº de Colaboradores

	2012	2013	2014	2015
Prémios Brutos Emitidos	80.778	80.631	81.285	87.075
Activo	175.509	173.134	194.699	207.739
Capitais Próprios	31.134	32.564	42.341	49.171
Resultado Líquido	3.203	2.645	3.394	10.172
Nº Colaboradores no final do ano	145	144	148	151

b) Seguros Vida

O ano de 2015 voltou a ser marcante para a CA Vida. A permanência de um cenário de taxas de juro baixas, a condicionar a oferta do segmento de capitalização e o enquadramento regulamentar e prudencial de Solvência II representou um investimento significativo em recursos humanos e sistemas de informação.

Não obstante este contexto, a CA Vida voltou a alcançar um volume de prémios brutos emitidos de montante significativo, na ordem de 345 milhões de euros, e um resultado líquido de 6,7 milhões de euros, ambos consistentes com o que tem sido a performance financeira e comercial da CA Vida e a confirmarem a relevância do seu posicionamento no mercado segurador.

Os valores de produção verificados permitiram à CA Vida um crescimento da sua quota de mercado, de 3,37% para 4%, assim como subir uma posição no *ranking* de prémios totais das seguradoras vida, passando a ocupar a quinta posição do ranking. No final de 2015, a CA Vida detinha 282.977 apólices em vigor, a representar um crescimento de 6% face ao ano anterior.

No que respeita ao negócio de fundos de pensões, o volume de contribuições no ano ascendeu a 14,2 milhões de euros e o número de contratos a 8.375, um incremento muito significativo face ao ano anterior de 12% e 93%, respectivamente.

Unidade: milhares, excepto %

	2013	2014	2015	Δ %
Nº de Apólices	256	267	283	6%
Nº de Contratos de Fundos de Pensões	6,3	7,5	8,4	12%

O desempenho comercial das Caixas Associadas nas diferentes categorias de produto, com especial destaque para os produtos de risco, constituiu um importante contributo para os resultados alcançados, num ano de consolidação da abordagem comercial do Grupo.

É de reforçar a relevância dos seguros de risco para a rentabilidade da CA Vida, mantendo-se o desenvolvimento deste segmento de negócio como um dos eixos estratégicos da CA Vida. O ano de 2015 foi uma confirmação deste rumo que a CA Vida pretende para o seu futuro, na medida em que se ultrapassou significativamente o crescimento da produção de seguros de risco face ao ano anterior, bem como os níveis registados no mercado, propondo-se a CA Vida desenvolver e implementar os meios necessários para apoiar as iniciativas das Caixas Agrícolas na comercialização destes produtos.

A actividade de seguros de vida tem-se traduzido ao longo dos anos como uma mais-valia para o Grupo Crédito Agrícola, quer pelo retorno expressivo para os resultados consolidados, quer pela margem complementar das Caixas Associadas, reforçada pelos 11,5 milhões de euros de comissões de mediação, quer pela dimensão da sua carteira de investimentos, com um volume próximo de 2 mil milhões de Euros, geridos no seio do Grupo CA.

Remunerações de Mediação de Seguros pagas às CCAM

Unidades: milhões de euros

	2013	2014	2015	Δ %
CA Vida	11,8	11,9	11,5	0,5%

Em 2015, o capital próprio da CA Vida totalizava 80,8 milhões de euros, valor ligeiramente inferior ao do ano transacto, como consequência da variação da reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros, não compensada pelo resultado líquido alcançado no exercício. Tendo em consideração os resultados obtidos e sendo esta uma prática de anos anteriores, a CA Vida propôs a distribuição de dividendos pelos seus accionistas, no montante de 750 mil euros, proposta que foi aprovada em Assembleia Geral.

Em 2015, deu-se continuidade aos trabalhos de preparação da CA Vida para a gestão em ambiente de Solvência II, assegurando-se os desenvolvimentos necessários para responder às exigências previstas nos seus três pilares. De facto, as alterações introduzidas pelo novo regime prudencial implicam mudanças significativas na forma de funcionamento da CA Vida, nomeadamente ao nível dos sistemas de informação, do desenvolvimento de produtos e da gestão dos investimentos, visando uma maior e melhor integração da gestão de riscos nos diversos processos da Companhia.

Foi já neste contexto que a CA Vida ajustou a sua oferta de capitalização, ao desenhar produtos com capital garantido e participação de resultados, procurando minimizar por um lado, os elevados níveis de exigência de capital para produtos com garantias a longo prazo e por outro, salvaguardar os investimentos dos clientes do Grupo Crédito Agrícola.

A evolução da economia global para 2016 apresenta riscos consideráveis para a actividade de seguros de vida, que se concretizam no facto de as expectativas quanto aos mercados financeiros estarem centradas em níveis muito elevados de volatilidade, sem contudo se antever uma subida das taxas de juro. Uma envolvente que não será muito diferente daquela que caracterizou o ano de 2015, significativamente

restritiva para a actividade financeira, condicionando de forma muito material a rentabilidade dos produtos de capitalização, tanto para os clientes, como para as seguradoras.

CA Vida - Principais Indicadores

Unidade: milhares de euros, excepto n.º de Colaboradores

	2013	2014	2015
Prémios brutos emitidos e entregas em contratos de Investimento	383.986	349.948	344.648
Contribuições para fundos de pensões	10.704	7.341	14.176
Activo	1.428.197	1.756.574	1.880.126
Activos financeiros	1.423.636	1.752.100	1.873.004
Capital próprio	64.525	81.187	80.827
Resultado líquido	5.974	4.059	6.717
Número de Colaboradores no final do ano	40	39	40

4.3 GESTÃO DE PATRIMÓNIOS E FUNDOS DE RETALHO

a) Gestão de patrimónios e fundos de investimento mobiliários

Em 31 de Dezembro de 2015, a CA Gest atingiu um valor total de activos sob gestão de 2.538 milhões de euros, correspondente a um acréscimo de 6,2% relativamente à mesma data do ano anterior e equivalente a 149 milhões de euros de crescimento. Em 3 anos, os activos sob gestão aumentaram mais de mil milhões de euros (+66%).

Activos sob gestão por tipologia de actividade

Em milhões de euros

	2012	2013	2014	2015
Gestão de Patrimónios	1.366	1.674	1.994	2.156
Gestão de Fundos de Investimento Mobiliários	166	221	396	382
Total de Activos Sob Gestão	1.532	1.895	2.390	2.538

A actividade de gestão de fundos de investimento mobiliários (actividade principal da CA Gest), no mesmo período anual, teve um decréscimo líquido de 14 milhões de euros, equivalente a uma redução de 3,5%. Todavia, deve ter-se em consideração que, durante o exercício de 2015, foram liquidados 2 fundos de investimento alternativo num total de 7,1 milhões de euros.

No período do triénio (2013/2015), o crescimento dos activos sob gestão relativo a fundos de investimento mobiliário geridos pela CA Gest foi 2,3 vezes superior, equivalente a 216 milhões de euros de aumento.

Como resultado do enquadramento referido, a evolução das comissões de gestão, que constituem o essencial dos rendimentos da CA Gest, foi a seguinte:

Rendimento por tipologia de actividades

Em milhares de euros

	2012	2013	2014	2015
Gestão Patrimónios	2.048	2.351	2.243	2.157
Gestão de Fundos de Investimento Mobiliários	873	978	1.908	2.247
Total de Activos sob Gestão	2.921	3.329	4.151	4.404

Com o aumento de rendimentos da gestão de fundos de investimento mobiliário, foi também possível incrementar a remuneração da rede de comercializadores, i.e. do SICAM, atingindo-se um valor de 1,2 milhões de euros durante o exercício de 2015 (mais 16,3% relativamente a 2014).

Peso relativo por tipologia de actividades

	2012	2013	2014	2015
Gestão Patrimónios	70,1%	70,6%	54,0%	49,0%
Gestão de Fundos de Investimento Mobiliários	29,9%	29,4%	46,0%	51,0%
Total de Activos sob Gestão	100%	100%	100%	100%

O peso relativo da actividade principal, medida apenas pelo valor das comissões de gestão dos fundos de investimento, atingiu 51% do total dos rendimentos correspondentes a 2,25 milhões de euros.

Em 2015, a actividade associada aos Fundos de Investimento Mobiliário sofreu alterações significativas em relação ao passado recente, determinadas por um novo regime jurídico e uma alteração significativa da sua fiscalidade, em ambos os casos, acompanhadas por um ambiente dos mercados financeiros caracterizados por uma especial volatilidade e de alterações de contexto, quer económico, político ou social, numa escala que podemos caracterizar de mundial e infelizmente já não tão extraordinária como noutros tempos.

Efectivamente, a redução acentuada das taxas de juro e dos "*spreads*" de dívida soberana das obrigações emitidas no espaço Euro, reforçadas pelas medidas do Banco Central Europeu, inviabilizaram o lançamento de fundos de investimento fechados de capital protegido e rendimento conhecido, pelo facto das suas taxas de rendibilidade indicativas não se afigurarem atractivas sem assunção de riscos significativos.

Neste contexto, a proposta de valor mais ajustada às condições dos mercados financeiros e ao perfil de risco da base de clientes do Crédito Agrícola começou por assentar no CA Rendimento, o qual verificou um crescimento acentuado do seu valor global líquido, nos primeiros meses de 2015, ultrapassando os 400 milhões de euros e tornando-se o maior fundo de obrigações nacional. Todavia, a modificação das

condições de mercado por diversas ocorrências complexas (Ucrânia/Rússia, Grécia, crise das matérias primas nomeadamente o petróleo com níveis de preço sucessivamente mais baixos, desvalorizações cambiais, políticas divergentes sobre as políticas monetárias nos diferentes espaços económicos e financeiros com especial relevância para a política da FED percepcionada a partir de meados do ano), veio a dar lugar a desvalorizações das unidades de participação do CA Rendimento e, consequentemente, do aumento do nível de resgates em parte canalizados para o CA Monetário, que registou um incremento muito significativo no período subsequente.

O portefólio de Fundos de Investimento Mobiliário sofreu uma nova redução do seu número de 7 para 5 (relativamente ao início do ano), decorrente da liquidação dos fundos de duração determinada CA Rendimento Crescente e CA Rendimento TOP (este último por liquidação antecipada).

A CA Gest terminou o ano com dois fundos a distinguirem-se com os melhores nas suas categorias de acordo com os dados da APFIPP: O CA Rendimento, pelo segundo ano consecutivo por ter obtido na sua categoria a melhor rentabilidade anual e o CA Monetário que se mantém ao longo dos últimos 5 anos como o melhor fundo na sua classe.

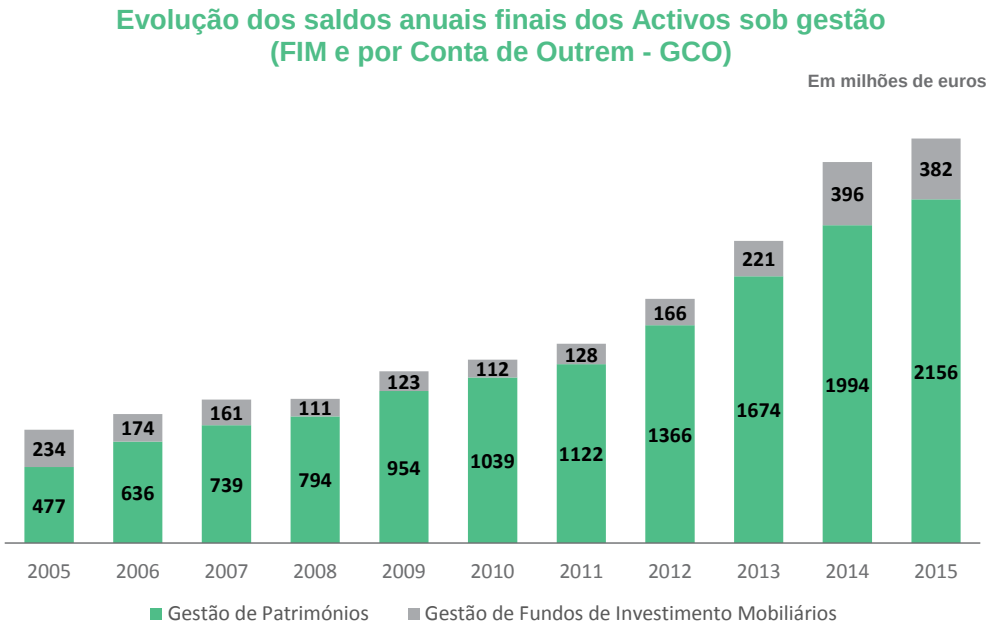
Foi iniciada, também, a prestação do serviço de gestão de dívida pública da zona euro para as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo que integram o SICAM, nos termos que se encontram autorizados pelo Banco de Portugal) e pela Caixa Central.

A CA Gest viu diminuída parte da sua quota de mercado (que passou de 3,42% para 3,2%) com uma redução de 14 milhões de euros do volume sob gestão).

Sociedade Gestora	Volumes sob Gestão		Quota de Mercado		Cresc. %
	Dez-2015	Dez-2014	Dez-2015	Dez-2014	Desde Dez-2014
Banif Gestão de Activos	373.322.620	495.008.635	3,13%	4,27%	-24,58%
Barclays Wealth Managers Portugal	30.936.274	110.625.101	0,26%	0,96%	-72,04%
BBVA Gest	0	151.828.692	0,00%	1,31%	-100,00%
BPI Gestão de Activos	2.791.480.457	1.908.400.906	23,38%	16,48%	46,27%
Caixagest	4.185.935.053	3.662.817.202	35,07%	31,63%	14,28%
Crédito Agrícola Gest	**382.116.605**	**396.036.021**	**3,20%**	**3,42%**	**-3,51%**
Dunas Capital - Gestão de Activos	61.294.424	103.190.211	0,51%	0,89%	-40,60%
Fund Box - SGFIM	0	7.220.611	0,00%	0,06%	-100,00%
GNB - SGFIM	356.679.190	965.053.960	2,99%	8,33%	-63,04%
IM Gestão de Ativos	1.635.964.909	1.467.802.264	13,70%	12,67%	11,46%
Invest Gestão de Activos	13.809.367	11.449.670	0,12%	0,10%	20,61%
LYNX Asset Managers	50.429.404	45.408.037	0,42%	0,39%	11,06%
MCO2	20.988.351	38.057.573	0,18%	0,33%	-44,85%
Montepio Gestão de Activos	218.951.059	351.925.072	1,83%	3,04%	-37,78%
Optimize Investment Partners	74.907.474	55.303.290	0,63%	0,48%	35,45%
Patris Gestão de Activos	8.485.471	9.612.277	0,07%	0,08%	-11,72%
Popular Gestão de Activos	158.584.993	138.947.995	1,33%	1,20%	14,13%
Santander Asset Management	1.573.749.571	1.669.626.862	13,18%	14,42%	-5,74%
Total	11.937.635.222	11.588.314.379			3,01%

Fonte: APFIPP

Evolução dos activos sob gestão



A sustentação do crescimento verificado a partir de 2010, e em contraciclo com o verificado no conjunto do mercado, esteve inicialmente assegurado pela oferta de fundos especiais de investimento fechados (designação já alterada para fundos de investimento alternativo) e, já em 2012, mas com especial ênfase nos anos de 2013, 2014 e 2015, pelas dinâmicas dos fundos CA Flexível, CA Rendimento e CA Monetário.

No que se refere à gestão de activos por conta de outrem (incluindo as entidades institucionais – fundamentalmente companhias de seguros e fundos de pensões e particulares), assistiu-se em 2015 a um aumento dos valores sob gestão de 5,5 mil milhões de euros (+10,1%).

Sociedade Gestora	Volumes sob Gestão		Quota de Mercado		Cresc. % Desde Dez-2014
	Dez-2015	Dez-2014	Dez-2015	Dez-2014	
BMO GAM (F&C Portugal)	13.647.833.488	14.034.384.767	22,85%	25,88%	-2,75%
BPI Gestão de Activos	7.788.761.492	6.960.111.299	13,04%	12,83%	11,91%
Caixagest	22.331.127.439	21.894.166.530	37,39%	40,37%	2,00%
Crédito Agrícola Gest	**2.156.155.010**	**1.993.708.142**	**3,61%**	**3,68%**	**8,15%**
Dunas Capital - Gestão de Activos	17.558.825	23.163.846	0,03%	0,04%	-24,20%
GNB - SGP	7.629.004.812	2.596.004.759	12,78%	4,79%	193,87%
LYNX Asset Managers	14.408.913	20.577.978	0,02%	0,04%	-29,98%
Montepio Gestão de Activos	1.464.384.663	1.356.189.033	2,45%	2,50%	7,98%
Optimize Investment Partners	107.374.761	84.974.122	0,18%	0,16%	26,36%
Orey Financial	4.664.961	6.356.535	0,01%	0,01%	-26,61%
Patris Gestão de Activos	203.980.998	195.136.864	0,34%	0,36%	4,53%
Santander Asset Management	4.352.907.650	5.073.419.964	7,29%	9,35%	-14,20%
Total	59.718.163.012	54.238.193.839			10,10%

Fonte: APFIPP

A gestão de carteiras continua assente, fundamentalmente, na gestão de carteiras de clientes institucionais empresas de Seguros do Grupo Crédito Agrícola e neste exercício a gestão de carteiras de dívida pública da zona euro de Caixas de Crédito Agrícola Mútuo integrantes do SICAM -, estando em curso um projecto de ajustamento da oferta deste serviço personalizado aos clientes particulares e empresas e outros institucionais, de uma forma mais completa e com um suporte informático adequado.

Por força da entrada em vigor da regulamentação Solvência II em 1 de Janeiro de 2016, a CA Gest, em articulação com as seguradoras suas clientes, procedeu ao longo dos anos de 2014 e 2015 a alterações na composição do activo das suas carteiras e correspondente calibração das políticas de investimento, por forma a optimizar e minimizar os requisitos de capital de solvência, salvaguardando naturalmente o cumprimento dos objectivos de investimento das carteiras cuja gestão lhe foi confiada. Ao nível do reporte da informação, autonomizaram-se as peças relativas à gestão dos investimentos e do risco, afirmando a função de controlo da actividade de gestão de carteiras, no que se refere nomeadamente às regras consagradas nas políticas de investimentos.

Principais indicadores financeiros

O resultado do exercício da CA Gest, antes de impostos sobre os lucros, foi de 667 mil euros (+7,6% relativamente a 2014), com o produto bancário a atingir quase 3,1 milhões de euros (+5,7% relativamente ao ano anterior).

Evolução dos resultados líquidos

Em euros

	dez-15	dez-14	Variação	Variação (%)
Resultado antes de impostos	667.374,37	620.321,75	47.052,62	7,6%
Impostos correntes	132.670,22	202.423,39	(69.753,17)	-34,5%
Resultado líquido	534.704,15	417.898,36	116.805,79	28,0%

Produto Bancário

Em euros

	dez-15	dez-14	Variação	Variação (%)
Juros e rendimentos similares	20.223,55	47.091,14	(26.867,59)	-57,1%
Juros e encargos similares	42,00	26,87	15,13	0,0%
Margem Financeira	20.181,55	47.064,27	(26.882,72)	-57,1%
Rendimentos de serviços e comissões	4.404.042,75	4.151.240,31	252.802,44	6,1%
Encargos com serviços e comissões	1.402.054,61	1.226.403,23	175.651,38	14,3%
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	(2.182,08)	2.314,32	(4.496,40)	-194,3%
Outros resultados de exploração	103.043,39	(19.754,58)	122.797,97	-621,6%
Produto Bancário	3.123.031,00	2.954.461,09	168.569,91	5,7%

As comissões de comercialização a favor das Caixas Agrícolas e da Caixa Central atingiram o valor de 1.204 mil euros, reflectindo um acréscimo de 16,1% do valor de 2014 (+169 mil euros).

Da actividade global de gestão de activos desenvolvida pela CA Gest resultou um total de rendimentos (directos e indirectos) para o Grupo Crédito Agrícola de 6,3 milhões de euros (+ 9%), em comissões de gestão, comissões de depositário e de custódia (no ano anterior este valor tinha sido de 5,8 milhões).

Custos de Funcionamento

Em euros

	dez-15	dez-14	Variação	Variação (%)
Custos com pessoal	1.443.017,02	1.447.909,05	(4.892,03)	-0,3%
Gastos gerais administrativos	1.158.157,59	856.423,60	301.733,99	35,2%
Amortizações do exercício	34.482,02	29.806,69	4.675,33	15,7%
Total custos de funcionamento	2.635.656,63	2.334.139,34	301.517,29	12,9%

Os gastos de funcionamento corrente, de cerca de 2,6 milhões de euros, tiveram um aumento global de 12,9% (301 mil euros) muito afectadas pelos custos associados à mudança de instalações (devendo ter-se em conta que o espaço arrendado é substancialmente maior) e de custos acrescidos nas rubricas associadas aos sistemas de informação, em especial na utilização dos serviços de informação específicos

para o exercício da actividade. Em 2015, tal como em 2014, o quadro de pessoal era composto por 15 colaboradores.

Os gastos gerais administrativos tiveram um aumento de 35,2%, decorrentes de encargos adicionais com os sistemas de informação e comunicação e ainda com a mudança de instalações.

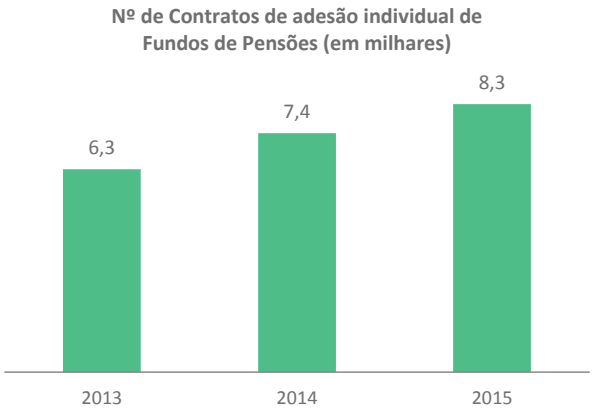
b) Fundos de investimentos imobiliários de retalho

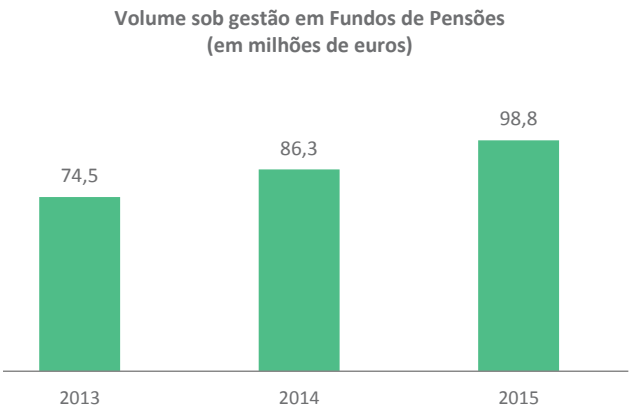
Fundo de Investimento Imobiliário Aberto CA Património Crescente

- Tipo de Fundo: Fundo de Investimento Imobiliário Aberto
- Entidade Gestora: Square Asset Management Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA
- Data de Início da Actividade: 15/07/2005
- Valor Líquido Global do Fundo em 31 Dezembro 2014: €248.993.859
- Valor Líquido Global do Fundo em 31 Dezembro 2015: € 307.074.647
- Rendibilidade líquida anualizada desde o início do fundo: 3,80%
- Rendibilidade líquida a 1 ano (2015): 3,16%
- Património/política de investimentos: O fundo investe em valores imobiliários urbanos, adquiridos no mercado com o objectivo de gerar rendimento, quer através das rendas dos imóveis, quer pela valorização dos mesmos ao longo do tempo.

c) Fundos de pensões

Os fundos de pensões geridos pela CA Vida registaram em 2015 um comportamento bastante positivo, crescendo tanto em número de contratos de adesão individual (no caso dos fundos de pensões abertos) como em montante sob gestão:





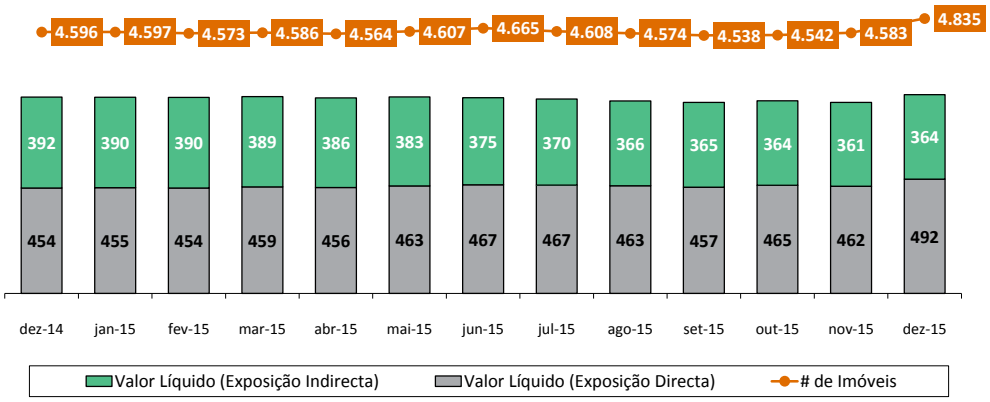
Face a 2014, o montante sob gestão aumentou 14%, numa tendência crescente que já vem de 2011. Os fundos de pensões abertos, que têm como objectivo financiar planos de pensões individuais ou colectivos, diferenciam-se pela política de investimento que adoptam, de acordo com o nível de risco tolerado e do horizonte temporal de investimento. O CA Reforma Segura destina-se a investidores com reduzida tolerância ao risco, investindo sobretudo em títulos de rendimento fixo; o CA Reforma Tranquila, para investidores com uma moderada tolerância ao risco, aposta em obrigações e em acções; finalmente, o CA Reforma Mais, com um perfil menos avesso ao risco, apresenta uma política de investimento mais dinâmica, com mais exposição ao mercado de acções.

Em 2015 estes fundos apresentaram rendibilidades de +6,9% (CA Reforma Mais), +2,7% (CA Reforma Tranquila) e -0,3% (CA Reforma Segura). Para além destes fundos de pensões abertos, a CA Vida também gere o fundo de pensões aberto CA Reforma Garantida, um fundo de pensões aberto com garantida de capital investido, e o fundo de pensões fechado do Crédito Agrícola que tem como objectivo financiar o plano de pensões decorrente do acordo colectivo de trabalho das instituições do Crédito Agrícola.

d) Exposição imobiliária e fundos de investimento imobiliário de recuperação

Em 2015 foram alienados a clientes externos um total de 761 imóveis recebidos por recuperação de crédito, no valor de 64 milhões de euros. Este resultado decorre do maior foco na venda e do esforço de caracterização dos activos e na sua publicitação nas plataformas do Grupo e em mediadores locais.

É de salientar ainda que foram assumidas imparidades referentes à desvalorização das unidades de participação do fundo CA Imobiliário no valor de aproximadamente 20 milhões de euros, que resultaram de avaliações efectuadas em Janeiro de 2016 e classificadas contabilisticamente em Dezembro de 2015.



Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto CA Imobiliário

- Tipo de Fundo: Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto
- Entidade Gestora: Square Asset Management Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA
- Data de Início da Actividade: 01/09/2005
- Valor Líquido Global do Fundo em 31 Dezembro 2014: €232.303.605
- Valor Líquido Global do Fundo em 31 Dezembro 2015: €220.390.819
- Património/ política de investimentos: O fundo investe em valores imobiliários urbanos e rústicos, não privilegiando nenhuma área em particular da actividade imobiliária, nem de tipologia de imóveis. O seu património tem sido aplicado predominantemente na aquisição de bens imóveis adquiridos por Instituições de Crédito em reembolso de crédito próprio
- Rendibilidade líquida anualizada desde o início do fundo: -3,83%
- Rendibilidade líquida a 1 ano (2015): -5,12%

Fundo de Investimento Imobiliário Fechado CA Arrendamento Habitacional

- Tipo de Fundo: Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional
- Entidade Gestora: Square Asset Management Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA
- Data de Início da Actividade: 23/10/2009
- Valor Líquido Global do Fundo em 31 Dezembro 2014: €110.880.923
- Valor Líquido Global do Fundo em 31 Dezembro 2015: €106.075.341
- Património/ política de investimentos: O fundo investe em valores imobiliários urbanos destinados ao arrendamento habitacional
- Rendibilidade líquida anualizada desde o início do fundo: -1,89%
- Rendibilidade líquida a 1 ano (2015): -4,33%

Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado IMOVALOR CA

- Tipo de Fundo: Fundo Especial de Investimento Imobiliário
- Entidade Gestora: Selecta Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA
- Data de Início da Actividade: 31/07/2013
- Valor Líquido Global do Fundo em 31 Dezembro 2014: €10.447.525
- Valor Líquido Global do Fundo em 31 Dezembro 2015: €19.582.925

- Património/ política de investimentos: O fundo investe em valores imobiliários urbanos e rústicos provenientes das Caixas Agrícolas e à Caixa Central ou adquiridos no âmbito de operações extrajudiciais de recuperação de crédito.

e) Fundos de capital de risco, assessoria financeira e serviços

No âmbito da missão que lhe é conferida pelo Grupo, a CA Consult manteve, durante todo o ano de 2015, a sua actividade focada na prestação de serviços de assessoria a entidades do Grupo nas seguintes vertentes:

- Assessoria em capital de risco;
- Assessoria de gestão a órgãos de estrutura da Caixa Central e suas participadas; e
- Prestação de serviços administrativos e de contabilidade;

sendo a generalidade dos recursos humanos objecto de cedência, total ou parcial, a entidades do Grupo, nomeadamente à Caixa Central (DPEC, DE e DCF) e à CA SGPS.

Assessoria em Capital de Risco

A CA Consult continua a prestar serviços de assessoria de apoio à execução de tarefas da responsabilidade da Caixa Central e da AGROCAPITAL enquanto entidades gestoras de Fundos de Capital de Risco (FCR).

No que respeita ao **FCR CENTRAL FRIE**, e tendo a Assembleia de Participantes deliberado, sob proposta da Caixa Central, que a duração do fundo não fosse prorrogada, ficou consensualizado com o participante IAPMEI que deixaram de existir condições para realizar novos investimentos recuperáveis até à maturidade do FCR (final de 2016). Nestes termos a actividade desenvolvida cingiu-se ao acompanhamento das participações existentes.

Durante os primeiros três trimestres de 2015 a CA Consult manteve a sua actividade de assessoria ao **FCR AGROCAPITAL 1**, nos mesmos termos em que tinha vindo a ser desenvolvida. No último trimestre, e face ao aproximar da maturidade do FCR, a análise de operações direccionou-se para projectos que demonstrassem boas perspectivas de saída do fundo no prazo de 3 a 4 anos. Em consequência foram preteridas algumas das operações então em análise e foi sujeita à aprovação da AGROCAPITAL uma operação cujo processo de *due diligence* decorre no 1º quadrimestre de 2016 e se prevê completar no semestre em curso. Já no termo do exercício foi angariada uma intenção de investimento, aguardando-se ainda o respectivo Plano de Negócios.

Relativamente à carteira de participações, procedeu-se à alienação da participação de 25% na Parmouras através de uma permuta de participações com o respectivo promotor. No âmbito dessa permuta o Fundo passou a deter a totalidade do capital da Sociedade Agrícola Herdade das Mouras de Arraiolos, participação que, entretanto, foi objecto de um contrato de venda a prazo executado no termo de 2015.

Assessoria à Caixa Central e CA SGPS na gestão de participações

A CA Consult manteve a actividade de acompanhamento e *reporting* dos eventos, nomeadamente societários ou assimiláveis, de entidades em que a CCCAM, a CA SGPS e CCCAM GI participam, onde se incluem:

- Sociedades de garantia mútua;
- Sociedades de gestão de patrimónios imobiliários;
- Sociedades financeiras de gestão de pagamentos;
- Fundo de investimento florestal e respectiva entidade gestora;
- Fundos de capital de risco; e
- Associações empresariais e de caracter sectorial.

O ano de 2015 revelou-se particularmente exigente nesta área tendo a CA Consult assegurado a participação em 58 assembleias gerais de accionistas ou participantes; a apreciação técnica de 165 operações apresentadas pelos FCR Revitalizar, a preparação/representação em 32 reuniões de comités consultivos de FCR.

Por outro lado a CA Consult incrementou decisivamente o seu envolvimento na assessoria à gestão da CCCAM GI e da CA SGPS na medida em que passou a assegurar o apoio à gestão corrente de ambas as sociedades e aos seus órgãos sociais, bem como todas as tarefas de natureza administrativa.
Adicionalmente assinala-se que, no ano de 2015, a CA Consult foi chamada a desenvolver novos tipos de projectos de assessoria à Caixa Central e à CA SGPS, nomeadamente de natureza estratégica, em que se incluiu:

- apoio à reorganização societária da área seguradora do grupo, em que foi prestada assessoria à CA SGPS em todo o processo inerente à constituição da Crédito Agrícola – Seguros e Pensões SGPS, SA;
- apoio à DFOA no desenvolvimento de planos de negócio de Caixas Associadas e de projectos de reestruturação;
- consultoria ao grupo de trabalho constituído em sede de assembleia geral da Fenacam para apoio na concepção do plano de reestruturação da FENACAM.

Serviços Administrativos e de Contabilidade

Esta área continuou a prestar serviços de apoio administrativo e o processamento contabilístico da própria Sociedade bem como da CA Gest, CA SGPS, FCR Central FRIE, Agrocapital SCR, FCR Agrocapital 1, bem como a preparação de dados relativos à contabilidade da Caixa Central.

No ano de 2015 verificou-se o alargamento dos seus serviços à CA Imóveis, e, já no segundo semestre, a cessação da assessoria à CA Finance na sequência da sua dissolução.

Em 2015 a CA Consult registou um resultado líquido de 235 mil euros, equivalente a 25% do volume de negócios, mais 20 p.p. que no ano anterior, e que representaram 19,3% da totalidade do capital próprio que a accionista única mantém investido na sociedade.

Os resultados positivos acumulados e a geração de *cash-flows* permitiram reembolsar prestações acessórias à accionista única no valor de 290 mil euros, em 2015, o que se traduziu numa redução do activo da sociedade em 8% e das disponibilidades em 30% neste ano.

CA Consult - Principais Indicadores

Valores em milhares de Euros, excepto nº de colaboradores

	2011	2012	2013	2014	2015
Activo Líquido	660	1301	533	524	480
Situação Líquida	139	218	306	370	315
Resultado Líquido	-679	-631	88	64	235
Nº Colaboradores Efectivos	20	21	16	15	14

05 Análise financeira

V. ANÁLISE FINANCEIRA

5.1 GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA (CONSOLIDADO)

As contas consolidadas do Grupo Crédito Agrícola reflectem a situação patrimonial do SICAM (Sistema Integrado de Crédito Agrícola Mútuo), conjunto formado pela Caixa Central e Caixas Associadas, que com as restantes empresas filiais e associadas formam o Grupo Financeiro do Crédito Agrícola Mútuo.

a) Evolução dos principais indicadores

PRINCIPAIS INDICADORES

em milhares de euros				Var. 15/14	
	2013	2014	2015	Abs.	%
Activo total	14.620.576	15.050.841	14.935.759	-115.082	-0,8%
Activos fin. dispon. para venda	4.987.081	5.747.753	5.346.312	-401.441	-7,0%
Crédito a clientes (bruto)	8.136.142	8.099.442	8.373.275	273.832	3,4%
Passivo total	13.479.558	13.839.915	13.730.955	-108.960	-0,8%
Recursos de clientes	10.122.543	10.536.609	10.910.086	373.477	3,5%
Provisões técnicas de contratos de seguros	1.261.657	1.516.614	1.611.507	94.894	6,3%
Capitais próprios	1.141.019	1.210.925	1.204.804	-6.122	-0,5%
Margem financeira	306.704	306.940	309.647	2.707	0,9%
Produto bancário	486.000	576.559	515.212	-61.347	-10,6%
Custos de estrutura	331.636	331.578	328.916	-2.662	-0,8%
Provisões / imparidades	137.118	179.320	112.942	-66.378	-37,0%
Resultado antes de impostos	19.154	65.560	73.128	7.568	11,5%
Resultado Líquido	-2.941	26.883	54.112	27.229	101,3%
Rácio de crédito vencido > 90 dias	7,7%	8,0%	7,8%	-0,23 p.p.	
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	-0,26%	2,22%	4,49%	2,27 p.p.	
Rendibilidade do activo (ROA)	-0,02%	0,18%	0,36%	0,18 p.p.	
Rácio de eficiência	68,2%	57,5%	63,8%	6,33 p.p.	
Common equity tier 1	n.a.	13,1%	13,1%	-0,05 p.p.	

O activo total consolidado do Grupo Crédito Agrícola registou, em 2015, um valor de 14.936 milhões de euros, representando um decréscimo de 0,8% face aos 15.051 milhões de euros alcançados em 2014 essencialmente resultantes da redução da carteira de activos financeiros disponíveis para venda.

Relativamente ao passivo total consolidado, este sofreu uma quebra de 0,8%, passando de 13.840 milhões de euros em 2014 para 13.731 milhões de euros em 2015. É, porém, de assinalar os crescimentos homólogos registados nos recursos de clientes em balanço (+373 milhões de euros) e nas provisões técnicas de contratos de seguros (+95 milhões de euros).

O capital próprio consolidado do Grupo Crédito Agrícola atingiu os 1.205 milhões de euros em 2015, o que representou um ligeiro decréscimo de 6 milhões de euros (-0,5%), justificado essencialmente pelo impacto da desvalorização de activos imobiliários que compõem o activo dos veículos de recuperação de crédito.

Em termos de resultado líquido, o Grupo Crédito Agrícola apresentou em 2015 um valor de 54,1 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 27,2 milhões de euros face a 2014. Para este aumento contribuíram, essencialmente, o ligeiro acréscimo da margem financeira (+0,9%) e o menor nível na constituição de provisões e imparidades que se cifraram em 113 milhões de euros (menos 66 milhões de euros do que o valor registado no período homólogo de 2014).

b) Rácios de capital

Em Dezembro de 2015, os fundos próprios do Grupo Crédito Agrícola ascenderam a 1.145 milhões de euros, o que representou um reforço de 97 milhões de euros em relação ao período homólogo. Os requisitos de fundos próprios para cobertura do risco de crédito (que incluem requisitos de fundos próprios para risco de ajustamento da avaliação de crédito) e do risco operacional cresceram globalmente 6,1% quando comparados com a posição no final de 2014.

FUNDOS PRÓPRIOS E RÁCIO DE SOLVABILIDADE - GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

Em milhões de euros	2012	2013	2014	2015	Δ 15/14
Fundos Próprios totais [a]	**992**	**913**	**1.048**	**1.145**	**9,2%**
Core tier 1	1.052	1.012			
Fundos Próprios Principais de Nível 1 (Common equity tier 1)			1.048	1.108	5,7%
Fundos Próprios de Nível 1 (*Tier 1*)	1.011,0	967,0	1.048	1.108	5,7%
Posição em risco de activos e equivalentes	**15.825**	**13.505**	**15.301**	**14.245**	**-6,9%**
Requisitos de fundos próprios	**9.088**	**8.495**	**7.985**	**8.469**	**6,1%**
Crédito [b]	8.096	7.487	6.919	7.388	6,8%
Operacional	992	1.008	1.066	1.081	1,4%
Rácios de solvabilidade [c]					
Core Tier 1	11,6%	11,9%			
Common equity tier 1 - phased in			13,1%	13,1%	-0,04 p.p.
Tier 1	11,1%	11,4%	13,1%	13,1%	-0,04 p.p.
Total	10,9%	10,8%	13,1%	13,5%	0,38 p.p.

(b) Incluindo os requistos de fundos próprios para risco de ajustamento da avaliação de crédito.

(c) Até dezembro 2013 os rácios são calculado de acordo com o Avisos nºs 5/2007 e 6/2010 do Banco de Portugal, após o que são aplicadas as regras da Diretiva 2013/36/UE (CRD IV - Capital Requirements Directive) e Regulamento (U.E.) nº 575/2013 (CRR – Capital Requirements Regulation).

Os rácios *common equity tier 1* e solvabilidade total, calculados com a aplicação das disposições transitórias (*phased-in*) e aplicação integral (*fully implemented*) das regras previstas no Regulamento (UE) nº 575/2013, fixaram-se em:

- CET1:
  - *phased-in*: 13,1%
  - *fully implemented*: 11,6%
- Solvabilidade total:
  - *phased-in*: 13,5%
  - *fully implemented*: 13,3%

FUNDOS PRÓPRIOS E RÁCIO DE SOLVABILIDADE 2015 - GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

Em milhões de euros	CRD IV transitional definition (1)	CRD IV fully definition (2)	Δ 2/1
Capital Common equity tier 1	1.108	984	-11,2%
Fundos próprios totais	1.145	1.126	-1,7%
Requisitos de fundos próprios	8.469	8.461	-0,1%
Rácios de solvabilidade			
Common equity tier 1	13,1%	11,6%	-1,5 p.p.
Total	13,5%	13,3%	-0,2 p.p.

c) Demonstração de Resultados

Num contexto em que o sector financeiro voltou a estar pressionado devido às taxas historicamente baixas da Euribor, ao processo de desalavancagem dos agentes económicos e aos crescentes requisitos de capital no quadro da regulamentação do Basileia III e do Solvência II, o Grupo Crédito Agrícola apresentou um resultado de 54,1 milhões de euros, duplicando o registo do período homólogo de 2014, para o qual concorreu a redução registada nos impostos do exercício por conta da integração da CA Vida no perímetro de consolidação fiscal do Grupo.

Demonstração de Resultados

Em milhares de euros	2014	2015	Variação Abs.	Variação %
Juros e rendimentos similares	531.548	486.032	-45.516	-8,6%
Juros e encargos similares	224.609	176.385	-48.223	-21,5%
Margem Financeira	**306.940**	**309.647**	**2.707**	**0,9%**
Margem técnica da actividade de seguros	-21.497	19.661	41.159	191,5%
Comissões líquidas	100.601	98.280	-2.321	-2,3%
Result. de op. financeiras	211.182	109.680	-101.502	-48,1%
Outros result. de exploração:	-20.667	-22.056	-1.389	6,7%
Result. de act. e pass. avaliados ao justo valor	564	-15.466	-16.030	-2844,2%
Result. de alienação de outros activos	-7.560	-6.669	891	11,8%
Outros result. de exploração	-13.671	79	13.749	-100,6%
Produto Bancário	**576.559**	**515.212**	**-61.347**	**-10,6%**
Custos de Estrutura	331.578	328.916	-2.662	-0,8%
Custos de pessoal	192.135	193.296	1.161	0,6%
Gastos gerais administrativos	107.300	108.147	847	0,8%
Amortizações	32.144	27.473	-4.671	-14,5%
Provisões e imparidades	179.320	112.942	-66.378	-37,0%
Resultados de participações em associadas (equivalência patrimonial)	-100	-227	-126	126,1%
Resultado antes de impostos	**65.560**	**73.128**	**7.568**	**11,5%**
Impostos	38.582	18.755	-19.827	-51,4%
Interesses que não controlam	-95	-260	-165	174,1%
Resultado Líquido	**26.883**	**54.112**	**27.229**	**101,3%**

d) Estrutura do Balanço

O activo líquido registou o valor de 14,9 mil milhões de euros. A contracção verificada face a 2014 resulta da redução da carteira de aplicações em títulos (-407 milhões de euros) ainda que, fruto da desalavancagem

do mercado, não tenha podido ser totalmente compensada pela expansão do crédito concedido a clientes (+294 milhões de euros).

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de euros	2014	2015	Variação Abs.	Variação %
Activo				
Disponibilidades	501.660	421.807	-79.853	-15,9%
Aplicações em Instituições de Crédito	3.194	95.128	91.934	2878,3%
Crédito a Clientes (líquido)	7.261.441	7.555.017	293.575	4,0%
Aplicações em Títulos (líquido)	5.856.848	5.449.820	-407.028	-6,9%
Activos não correntes detidos para venda	667.990	668.752	762	0,1%
Propriedades de investimento	94.835	82.583	-12.252	-12,9%
Invest. Filiais, Tangíveis e Intangíveis	335.393	321.608	-13.785	-4,1%
Activos por impostos diferidos	150.357	170.524	20.167	13,4%
Outros Activos	179.122	170.520	-8.602	-4,8%
Total Activo	**15.050.841**	**14.935.759**	**-115.082**	**-0,8%**
Passivo				
Recursos de bancos centrais e OIC's	1.116.382	625.817	-490.565	-43,9%
Recursos de Clientes	10.536.609	10.910.086	373.477	3,5%
Provisões técnicas de contratos de seguros	1.516.614	1.611.507	94.894	6,3%
Passivos Subordinados	142.534	120.409	-22.125	-15,5%
Outros Passivos	527.777	463.136	-64.641	-12,2%
Total Passivo	**13.839.915**	**13.730.955**	**-108.960**	**-0,8%**
Capitais Próprios	1.210.925	1.204.804	-6.122	**-0,5%**
Total do Capital Próprio + Passivo	**15.050.841**	**14.935.759**	**-115.082**	**-0,8%**

e) Qualidade da Carteira de Crédito

Numa análise à qualidade da carteira de crédito é possível verificar que crédito vencido superior a 90 dias aumentou 6,2 milhões de euros (+1%). Contudo, em resultado das políticas prudentes de assunção de risco, o crescimento do crédito vencido foi inferior ao crescimento do total de crédito bruto, o que permitiu uma melhoria do respectivo rácio em 0,2 p.p. para os 7,8% registados em Dezembro de 2015.

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO VENCIDO

Em milhões de euros	2012	2013	2014	2015	Δ 15/14	Δ % 15/14
Crédito vencido < 90 dias	39,8	29,8	27,5	17,8	-9,7	-35%
Crédito vencido > 90 dias	568,0	627,6	644,1	650,3	6,2	1%
Crédito vencido total	**607,8**	**657,5**	**671,6**	**668,1**	**-3,5**	**-1%**
Rácio crédito vencido > 90 dias	**6,8%**	**7,7%**	**8,0%**	**7,8%**	**-0,2 p.p.**	

O nível de provisionamento para cobertura da carteira de crédito sofreu uma ligeira redução em 2015 face a 2014, posicionando-se nos 818 milhões de euros e evidenciando um rácio de cobertura de 122,5%, mantendo níveis de cobertura conservadores face ao registado no mercado.

CRÉDITO VENCIDO E IMPARIDADES EM 31.DEZ.2015

Em milhões de euros	Crédito total bruto	Crédito vencido	Crédito vencido / Crédito total	Provisões para risco de crédito	Grau de cobertura
Empresas e Administração Pública	**4.229**	**426**	**10,1%**	**534**	**125,1%**
Particulares	**4.144**	**242**	**5,8%**	**285**	**117,8%**
Habitação	2.451	51	2,1%	41	80,9%
Consumo e outras finalidades	1.692	190	11,3%	243	127,8%
Total	**8.373**	**668**	**8,0%**	**818**	**122,5%**

O segmento de Empresas e Administração Pública registou uma ténue contenção do crédito vencido com o rácio de crédito vencido a situar-se nos 10,1% em Dezembro de 2015 (10,5% em 2014). O crédito concedido a clientes particulares também acompanhou a redução do rácio crédito vencido, situando-se em 2015 nos 5,8%, que compara com os 6,1% registados em 2014.

O rácio de crédito com incumprimento, calculado nos termos da Instrução nº 24/2012 do Banco de Portugal, reduziu face ao ano anterior, atingindo os 8,1% em Dezembro de 2015 e o rácio de incumprimento líquido manteve-se nos -1,8%.

RÁCIOS DE INCUMPRIMENTO (*)

	2012	2013	2014	2015
Crédito com incumprimento/Crédito total	7,8%	8,4%	8,5%	8,1%
Crédito com incumprimento, líquido /Crédito total, líquido	0,2%	-0,2%	-1,8%	-1,8%

(*) Rácios calculados nos termos definidos pelo Banco de Portugal na Instrução nº 24/2012 que alterou a instrução nº 22/2011.

O rácio de crédito em risco, que inclui o valor total em dívida do crédito vencido por um período igual ou superior a 90 dias e o crédito reestruturado igualmente vencido por esse período sem que tenham sido observados o pagamento integral de juros e encargos e o reforço integral de garantias, apresentou uma variação de 0,6 p.p. face ao ano anterior, situando-se nos 11,2% e observando, em termos líquidos, uma redução face ao período homólogo, fixando-se nos 1,6%.

RÁCIOS CRÉDITO EM RISCO (*)

	2012	2013	2014	2015
Crédito em risco/Crédito total	10,7%	11,3%	11,8%	11,2%
Crédito risco, líquido /Crédito total, líquido	3,3%	3,0%	1,8%	1,6%

(*)Rácios calculados nos termos definidos pelo Banco de Portugal na Instrução nº 24/2012 que alterou a instrução nº 22/2011.

O rácio de crédito reestruturado, calculado nos termos da Instrução nº 32/2013 do Banco de Portugal, atingiu os 13,0% e o rácio de crédito reestruturado não incluído no crédito em risco situou-se nos 11,9%, em ambos os casos apresentando crescimentos face ao ano anterior.

RÁCIOS CRÉDITO REESTRUTURADO (*)

	2013	2014	2015
Crédito reestruturado/Crédito total	10,8%	10,7%	13,0%
Crédito reestruturado não incluído no crédito em risco /Crédito total	10,2%	9,7%	11,9%

(*)Rácios calculados nos termos definidos pelo Banco de Portugal na Instrução nº 32/2013.

5.2 NEGÓCIO BANCÁRIO

a) Demonstração de Resultados

Após 3 anos de depressão económica em Portugal, entre 2011 e 2013, o ano de 2015 veio confirmar a fase de recuperação e crescimento iniciada em 2014, tendo o crescimento do PIB sido de 1,6% em 2015. Apesar da dinâmica verificada na procura interna e na formação bruta de capital fixo, assistiu-se a uma redução do nível de alavancagem das famílias e das empresas não financeiras com tradução directa na redução do crédito (volume de liquidação não compensado pelas novas concessões de crédito) em 4,2%, especificamente de -3,6% nas famílias e -5,0% nas empresas[5].

De forma assinalável, a actividade bancária do Grupo Crédito Agrícola, que inclui a Caixa Central e as Caixas Associadas (SICAM) destacou-se da tendência de mercado, registando um aumento homólogo no crédito concedido a clientes de 3,5%, sustentado num crescimento de 5,1% no crédito a empresas e de 1,9% no crédito a particulares.

O Crédito Agrícola apresentou no final de Dezembro de 2015 um aumento do resultado líquido do negócio bancário (SICAM) de 56,3 milhões de euros, que se traduzem numa variação positiva de 31,8 milhões de euros face a 2014.

A diferença entre o resultado líquido do Grupo (54,1 milhões de euros) e o resultado líquido registado no negócio bancário (56,3 milhões de euros) é explicada, em larga medida, pela anulação da mais-valia gerada entre entidades do grupo no valor de 19,8 milhões de euros e que resultou da operação de constituição da *holding* seguradora ("CA SeP").

[5] Em Portugal, no segmento de crédito a sociedades não financeiras, a concessão de crédito encontra-se particularmente penalizada pela dinâmica negativa do crédito aos sectores da construção e imobiliário, com um peso superior a 30%. O crédito à indústria transformadora e ao comércio e reparação de veículos regista variações homólogas praticamente nulas ou marginalmente positivas. – O.S.B.P. – APB, Nov.2015

Demonstração de Resultados

Em milhares de euros	2014	2015	Variação Abs.	Variação %
Juros e rendimentos similares	457.014	400.181	-56.833	-12,4%
Juros e encargos similares	208.789	155.052	-53.737	-25,7%
Margem Financeira	**248.225**	**245.129**	**-3.096**	**-1,2%**
Comissões líquidas	128.522	130.193	1.671	1,3%
Result. de operações financeiras	171.767	101.989	-69.778	-40,6%
Outros resultados de exploração	5.864	25.445	19.581	333,9%
Produto Bancário	**554.378**	**502.756**	**-51.622**	**-9,3%**
Custos de Estrutura	300.475	300.838	363	0,1%
Custos de pessoal	164.986	166.516	1.529	0,9%
*dos quais não recorrentes**	*2.297*	*3.386*	*1.089*	*47,4%*
Gastos gerais administrativos	121.298	121.152	-146	-0,1%
*dos quais não recorrentes**	*477*	*0*	*-477*	*-100,0%*
Amortizações	14.190	13.170	-1.021	-7,2%
Provisões e imparidades	200.507	126.902	-73.605	-36,7%
Resultado antes de impostos	**53.397**	**75.017**	**21.620**	**40,5%**
Impostos, após correc. e diferidos	28.891	18.706	-10.185	-35,3%
Resultado Líquido	**24.505**	**56.311**	**31.806**	**129,8%**

* Custos com pré-reformas, indemnizações resultantes da reorganização da Caixa Central e consultoria de suporte ao Programa de Transformação

Globalmente o resultado líquido é marcado: i) pela deterioração da margem financeira em 1,2%; ii) pela quebra de 40,6% no resultado de operações financeiras proveniente dos resultados obtidos na carteira de títulos; iii) pelo aumento de outros resultados de exploração em 333,9% que provêem, em larga medida, da mais-valia criada com a venda da participação financeira das Caixas Associadas na CA Vida e na CA Seguros à nova *holding* do Grupo CA SeP e iv) pela redução das provisões e imparidades constituídas no exercício que passaram de 200,5 milhões de euros em 2014 para 126,9 milhões de euros (-36,7%) em 2015.

i. Margem Financeira

A margem financeira do SICAM registou uma quebra de 1,2%, passando de 248 milhões de euros em 2014 para 245 milhões de euros em 2015.

O ano de 2015 ficou marcado pela política expansionista do BCE, com vista ao aumento dos níveis de inflação na Zona Euro que, por um lado, ficou marcada pela injecção de liquidez na economia através do programa de *quantitative easing,* e, por outro, pela reduzida taxa de referência, com impacto ao nível das taxas Euribor que, em algumas maturidades, atingiram valores negativos.

MARGEM FINANCEIRA

em milhares de euros	2014			2015		
Variáveis	Capitais médios	Taxa média (%)	Proveitos/ Custos	Capitais médios	Taxa média (%)	Proveitos/ Custos
Crédito a clientes	8.172.972	4,0%	322.855	8.288.507	3,6%	296.278
Títulos e outras aplicações *	4.538.145	1,6%	72.888	4.492.008	0,9%	40.677
Activos financeiros	**12.711.117**	**3,1%**	**395.743**	**12.780.516**	**2,6%**	**336.955**
Depósitos de clientes	10.415.034	1,4%	141.950	10.795.079	0,8%	87.253
Recursos de Bancos Centrais e outros passivos	1.377.616	0,4%	5.568	1.002.571	0,5%	4.573
Passivo financeiro	**11.792.650**	**1,3%**	**147.518**	**11.797.650**	**0,8%**	**91.826**
Margem financeira		**1,9%**	**248.225**		**1,9%**	**245.129**
Margem de intermediação**		2,6%			2,8%	
Taxa euribor média (6 meses)		0,3%			0,06%	

(*) Proveitos líquidos de encargos com amortizações de prémios
(**) taxa média crédito a clientes - taxa média de depósitos a clientes

Para a redução da margem financeira contribuiu em larga escala: i) o efeito preço, por via da redução da taxa de juro média no crédito a clientes de 4,0% para 3,6% justificada fundamentalmente pela descida da taxa Euribor e pela concorrência gerada pelo facto da generalidade dos bancos reunir condições para a expansão de balanço e ii) a redução via efeito preço dos títulos e outras aplicações como resultado da quebra da taxa de remuneração implícita de 1,6% em 2014 para 0,9% em 2015.

Face a este contexto, as taxas de juro médias dos depósitos de clientes ajustaram, passando de 1,4% em 2014 para 0,8% em 2015.

ii. Produto Bancário

Apesar do resultado líquido do SICAM ser significativamente superior ao do ano anterior, o produto bancário registou, em sentido inverso, uma quebra de 9,3%, explicada pelo menor contributo dos resultados de activos financeiros disponíveis para venda, que, no que respeita às mais-valias geradas pela carteira de títulos, sofreu em 2015 uma redução de 69,7 milhões de euros (169,1 milhões de euros em 2014 e 99,4 milhões de euros em 2015), o que representa um decréscimo de 41%. A justificação para este resultado reside na estabilização do mercado obrigacionista europeu, em particular do mercado de dívida pública dos países do Sul da Zona Euro.

Esta quebra foi parcialmente compensada pelo aumento dos outros resultados de exploração, em particular pelo resultado da alienação da participação financeira das Caixas Associadas no capital da CA Vida e CA Seguros, no âmbito da constituição de uma *holding* seguradora (CA SeP), operação que resultou no apuramento de uma mais-valia de 19,8 milhões de euros.

iii. Comissões Líquidas

Em 2015, as comissões líquidas aumentaram 1,3%, alcançando os 130,1 milhões de euros face aos 128,5 milhões de euros registados em 2014. Este efeito resultou:

i) do aumento das comissões das operações de crédito em 2,6%, proporcionado pelo crescimento do crédito bruto;

ii) do aumento das comissões de colocação e comercialização de produtos de retalho nas áreas dos seguros e da gestão de activos em 13,6% (+4 milhões de euros) em resultado da aposta do Grupo em reforçar a venda dos produtos complementares ao negócio bancário disponibilizados pela CA Gest, CA Seguros e CA Vida e por entidades externas ao grupo.

COMISSÕES

Em milhares de euros	2014	2015	Variação Abs.	Variação %
Comissões recebidas	**138.214**	**140.430**	**2.216**	**1,6%**
Garantias prestadas	5.382	4.838	-543	-10,1%
Créditos documentários abertos	85	82	-4	-4,4%
Compromissos assumidos perante terceiros	7.894	7.726	-167	-2,1%
Depósito e guarda de valores	3.345	3.649	304	9,1%
Cobrança de valores	927	877	-50	-5,4%
Transferências de valores	2.882	2.298	-583	-20,2%
Operações de crédito	24.905	25.552	646	2,6%
Cartões	24.849	24.630	-219	-0,9%
Interbancárias	366	389	23	6,3%
Colocação e comercialização	28.989	32.922	3.934	13,6%
Outras comissões recebidas	38.589	37.466	-1.124	-2,9%
Comissões pagas	**9.692**	**10.237**	**545**	**5,6%**
Total de comissões líquidas	**128.522**	**130.193**	**1.671**	**1,3%**

O aumento da actividade das empresas participadas traduziu-se numa maior remuneração da Caixa Central e das Caixas Associadas enquanto colocadoras. Este aumento deveu-se particularmente aos resultados da CA Seguros que geraram comissões na ordem dos 16,1 milhões de euros, o que representou um aumento de 32,1% face a 2014. Para tal contribuiu o bom desempenho ao nível da comercialização de produtos como o CA Clinicard, Agrícola-Colheitas, CA Saúde, Habitação e Comércio e Serviços.

COMISSÕES DE COLOCAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Em milhares de euros	2014	2015	Variação Abs.	Variação %
CA Gest	870	1.145	274	31,5%
CA Seguros	12.197	16.117	3.921	32,1%
CA Vida	11.710	11.211	-499	-4,3%
Sub-total*	**24.777**	**28.473**	**3.696**	**14,9%**
Outras comissões de colocação/comercialização**	4.212	4.449	237	5,6%
Total	**28.989**	**32.922**	**3.934**	**13,6%**

(*) comissões de colocação registadas no SICAM (i.e. exlui Caixas Agrícolas fora do perímetro)

(**) as restantes comissões de colocação referem-se à comercialização dos fundos de investimento imobiliário e registaram um crescimento de 5,6% (+237 mil euros).

iv. Resultados de Operações Financeiras

Os resultados de operações financeiras atingiram os 102 milhões de euros em 2015, o que reflecte uma redução de 70 milhões de euros face a 2014 (-41%).

RESULTADO DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Em milhares de euros	2014	2015	Variação absoluta	Variação%
Activos financeiros disponíveis para venda	**169.130**	**99.365**	**-69.765**	**-41%**
Dívida pública soberana	184.616	80.711	-103.905	-56%
Outros instrumentos de dívida	-7.820	15.510	23.330	298%
UP CA Imobiliário	-10.785	0	10.785	-100%
UP CA Património Crescente	3.127	5.607	2.480	79%
Outros activos	-9	-2.464	-2.455	-27825%
Rendimento de instrumentos de capital	341	339	-2	-1%
Cambiais	847	2.739	1.891	223%
Outros resultados	1.449	-453	-1.902	-131%
Total de resultado de operações financeiras	**171.767**	**101.989**	**-69.778**	**-41%**

A estabilização do mercado obrigacionista, nomeadamente da dívida pública da zona euro, resultou na redução das mais valias geradas pela carteira de títulos, que alcançaram os 81 milhões de euros em 2015, representando um decréscimo de 56% face a 2014.

Em 2015, são ainda de realçar os seguintes resultados na gestão de activos financeiros disponíveis para venda:

i) mais-valias de 15,5 milhões de euros com os outros instrumentos de dívida, em particular de obrigações detidas de empresas nacionais;

ii) mais-valias de 5,6 milhões de euros referentes à alienação de unidades de participação do CA Património Crescente.

v. Custos de Estrutura

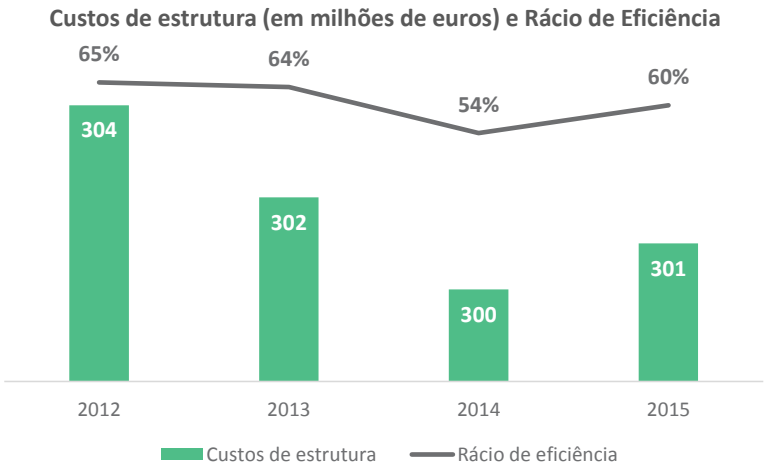
Em 2015, verificou-se um ligeiro aumento dos custos de estrutura de 0,1% (363 mil euros). Este agravamento justifica-se pelo aumento dos custos com o pessoal em 1,5 milhões de euros (+0,9%) para os quais concorreram custos não recorrentes relacionados com litigâncias em processos iniciados há mais de 5 anos, tendo sido contudo atenuados com uma quebra ligeira nos gastos gerais administrativos (-0,1%), fruto das negociações centralizadas de contratos e da estratégia de contenção de custos já iniciada que o Grupo tem vindo a operacionalizar. Verificou-se ainda uma redução das amortizações do exercício de 7,2%.

Custos de estrutura

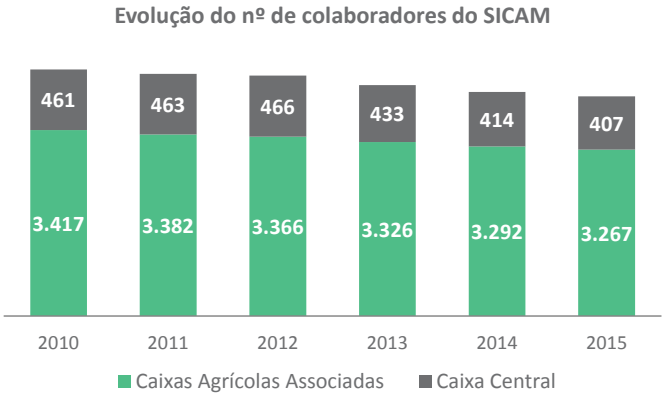
Em milhares de euros	2014	2015	Variação Absoluta	Variação Relativa
Custos de funcionamento	286.284	287.668	1.384	0,5%
Custos com o pessoal	164.986	166.516	1.529	0,9%
*dos quais não recorrentes**	*2.297*	3.386	1.089	47,4%
Gastos gerais administrativos	121.298	121.152	-146	-0,1%
*dos quais não recorrentes**	*477*	0	-477	-100,0%
Amortizações	14.190	13.170	-1.021	-7,2%
Custos de estrutura	**300.475**	**300.838**	**363**	**0,1%**
Custos não recorrentes*	2.774	3.386	612	22,1%
Custos de estrutura excl. custos não recorrentes	**297.701**	**297.452**	**-249**	**-0,1%**
Rácio de eficiência	**54%**	**60%**	**5,6 p.p.**	**-**

* Custos com pré-reformas, indemnizações e consultoria da Caixa Central

Relativamente ao rácio de eficiência, este cresceu de 54% em 2014 para 60% em 2015, em resultado da quebra do produto bancário em 9,3%.



vi. Evolução dos colaboradores do SICAM



Em 2015, o SICAM reduziu o número de colaboradores de 3.706 para 3.674 (-32 colaboradores). Cerca de um quinto desta redução (7 colaboradores) ocorreu na Caixa Central, sinalizando o esforço de contenção de gastos iniciado aquando da reorganização em 2013/2014.

As Caixas Agrícolas encontram-se igualmente empenhadas na contenção de gastos, o que em 2015 se traduziu na redução de 25 recursos em 2015 face ao ano anterior.

vii. Níveis de Provisões / Imparidades

Nos últimos anos as exigências no reforço de provisões/imparidades fizeram-se notar nos balanços das instituições financeiras portuguesas, sendo que o SICAM não foi excepção, tendo procedido a um reforço de provisões/imparidades entre 2012 e 2014 de cerca de 500 milhões de euros.

Em 2015 o registo de provisões/imparidades no SICAM ascendeu a 127 milhões de euros, o que representa um abrandamento face a 2013 e 2014, sobretudo justificado:

- pela recuperação económica verificada em Portugal, que, entre outros factores, influenciou a redução do crédito vencido de 8,0% em 2014 para 7,8% (-0,2 p.p.) em 2015; e
- pelo reforço significativo levado a cabo nos últimos anos, aliado a uma melhor análise de risco de novos créditos, sustentada em novos processos desenvolvidos internamente.

Relativamente à repartição das provisões e imparidades do exercício verificou-se que:

i) as provisões para crédito vencido e cobrança duvidosa (regulamentares e extraordinárias) reduziram de 155 milhões de euros em 2014 para 76 milhões de euros (-51,0%) em 2015;

ii) as imparidades de outros activos financeiros, em particular das unidades de participação e fundos de investimento imobiliário, registaram um aumento de 29 milhões de euros em 2014 para 33 milhões de euros em 2015 (+11,7%).

Em relação ao rácio de cobertura do crédito vencido, este situou-se nos 122,5%, prosseguindo o Crédito Agrícola com uma gestão sã e prudente no que respeita a esta matéria.

Adicionalmente, no que respeita aos imóveis recebidos por recuperação de crédito, o reforço de imparidades teve um aumento ligeiro de 4,0%, passando de 9,2 milhões de euros em 2014 para 9,6 milhões de euros em 2015. Este reforço de imparidades reflectiu-se no provisionamento acumulado que se situou nos 77,4M€ que comparam com os 74,4M€ registados no período homólogo (variação de +4,0%).

PROVISÕES / IMPARIDADES

Em milhares de euros	2014	2015	Variação Abs.	Variação %
Provisões para crédito vencido e de cob. duvidosa	155.001	75.883	-79.118	-51,0%
Imparidade de outros activos financeiros	29.256	32.692	3.435	11,7%
Imparidade de outros activos	11.130	12.332	1.202	10,8%
dos quais imóveis por recuperação de crédito	*9.242*	*9.616*	*374*	*4,0%*
Outras provisões / imparidades	5.119	5.996	877	*17,1%*
Total	**200.507**	**126.902**	**-73.605**	**-36,7%**

viii. Rendibilidade

A actividade bancária, espelhada na margem comercial bruta, verificou uma ligeira redução de 0,03 p.p. em 2015 face a 2014, em resultado da menor rendibilidade média da margem financeira (-0,03 p.p.) apesar do aumento da rendibilidade média das comissões (+0,01 p.p.).

DECOMPOSIÇÃO DA RENDIBILIDADE

	2014	2015	Variação
+ Taxa activos financeiros	3,11%	2,64%	-0,48 p.p.
- Taxa passivos financeiros	1,16%	0,72%	-0,44 p.p.
= Margem financeira	**1,95%**	**1,92%**	**-0,03 p.p.**
+ Rendibilidade de comissões	1,01%	1,02%	0,01 p.p.
= Margem Comercial Bruta	**2,96%**	**2,94%**	**-0,03 p.p.**
+ Resultado de operações financeiras e outros	1,40%	1,00%	-0,40 p.p.
= Margem de Negócio	**4,36%**	**3,93%**	**-0,43 p.p.**
- Efeito dos custos de estrutura	2,36%	2,35%	-0,01 p.p.
- Efeito de provisões e impostos	1,80%	1,14%	-0,67 p.p.
= Rendibilidade dos activos financeiros	**0,19%**	**0,44%**	**0,25 p.p.**
x Activos financeiros / Activo líquido	0,96	0,98	
= Rendibilidade do activo (ROA)	0,18%	0,43%	0,25 p.p.
x Activo líquido / Capital próprio	11,36	11,14	
= Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	**2,10%**	**4,80%**	**2,70 p.p.**

A rendibilidade alcançada com as operações financeiras decresceu 0,40 p.p. face a 2014, no entanto foi mais que compensada pelo efeito positivo da redução do reforço das provisões e impostos (-0,67 p.p.), o que resultou num aumento da rentabilidade dos capitais próprios em 2,70 p.p., passando dos 2,1% em 2014 para os 4,8% em 2015.

b) Estrutura do Balanço

Balanço a 31 de Dezembro

Em milhares de euros	2014	2015	Variação Abs.	Variação %
Activo				
Disponibilidades	501.641	421.057	-80.584	-16,1%
Aplicações em Instituições de Crédito	191	94.827	94.637	49631,8%
Crédito a Clientes (líquido)	7.309.837	7.577.775	267.939	3,7%
Crédito a Clientes (bruto)	*8.147.371*	*8.429.644*	*282.274*	3,5%
Imparidades	*837.534*	*851.869*	*14.335*	1,7%
Aplicações em Títulos (líquido)	4.277.583	3.729.604	-547.979	-12,8%
Activos não correntes detidos para venda	429.010	445.441	16.431	3,8%
Invest. Filiais, Tangíveis e Intangíveis	323.123	330.958	7.835	2,4%
Outros Activos	425.215	460.129	34.914	8,2%
Total Activo	**13.266.600**	**13.059.792**	**-206.808**	**-1,6%**
Passivo				
Recursos de bancos centrais e OIC's	1.116.382	625.817	-490.565	-43,9%
Recursos de Clientes	10.620.337	10.969.821	349.485	3,3%
Passivos Subordinados	142.534	120.409	-22.125	-15,5%
Outros Passivos	219.011	171.118	-47.893	-21,9%
Total Passivo	**12.098.264**	**11.887.166**	**-211.098**	**-1,7%**
Capitais Próprios	1.168.335	1.172.626	4.291	**0,4%**
Total do Capital Próprio + Passivo	**13.266.600**	**13.059.792**	**-206.808**	**-1,6%**

Em 2015, o activo total situou-se nos 13.060 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 1,6% face a 2014, tendo para o efeito contribuído:

- o acréscimo do crédito a clientes líquido de 3,7% (268 milhões de euros), em função do desempenho comercial do SICAM e da melhor qualidade da carteira de crédito;
- a redução no valor das aplicações em títulos de 12,8% em parte explicada pela amortização de 594 milhões de euros de financiamento contraído junto do Banco Central. Esta a operação foi desencadeada no 1º trimestre de 2015 e atesta os confortáveis níveis de liquidez do SICAM.

É ainda de salientar, em 2015, o aumento líquido de 16 milhões de euros dos activos não correntes detidos para venda, o que evidencia que embora a qualidade de crédito tenha vindo a melhorar, a actividade de recuperação creditícia tem vindo a originar a tomada de imóveis a um ritmo superior ao crescente fluxo de vendas de imóveis disponíveis para comercialização.

O passivo total acompanhou a tendência do activo total, com uma quebra de 1,7%, cifrando-se nos 11.887 milhões de euros, o que representa uma descida de 211 milhões de euros. Esta quebra do passivo está relacionada com a já mencionada amortização do empréstimo contraído junto do Banco Central compensada em parte com o aumento de 3,3% dos depósitos de clientes, que representou um incremento de 349 milhões de euros.

É ainda de salientar que, não obstante o crescimento do crédito verificado, o rácio de transformação de depósitos em crédito líquido situou-se nos 69,1%, significativamente abaixo do limiar máximo de transformação recomendado (120%).

Quanto aos capitais próprios, estes registaram um crescimento de 4 milhões de euros (+0,4%), fixando-se em 1.173 milhões de euros, em função:

i) do aumento do capital social em 31 milhões de euros através de novos associados e de reforço de títulos de capital dos associados já existentes;

ii) da contabilização do resultado líquido do exercício de 2015, que reflecte um acréscimo no valor de 32 milhões de euros face ao ano anterior;

iii) do decréscimo em 58 milhões de euros relacionado com assunção de perdas nos activos imobiliários.

i. Activos Financeiros Disponíveis para Venda

A carteira de activos financeiros do SICAM é gerida pela Caixa Central enquanto responsável pela tesouraria e gestão de liquidez do SICAM. A estratégia de gestão dinâmica de liquidez, iniciada em 2013 e prosseguida nos exercícios de 2014 e 2015, ficou neste ano marcado pelos seguintes factos:

i) alienação de títulos de dívida e consequente obtenção de liquidez para amortização da linha de financiamento contraída junto do Banco Central;

ii) alteração do perfil de investimento, com a carteira de títulos de dívida portuguesa a ganhar preponderância face às obrigações emitidas por emissores estrangeiros (7,3% em 2014 que compara com 30,1% em 2015).

No cômputo geral, a carteira de activos financeiros diminuiu situando-se no final de 2015 em 3.730 milhões de euros, face aos 4.278 milhões de euros registados no final de 2014 (-12,8%).

Activos financeiros disponíveis para venda, detidos até à maturidade e para negociação

Em milhares de euros	2014		2015		
	Valor	% do total	Valor	% do total	2015/ 2014
Carteira de activos					
Activos financeiros disponíveis para venda	**4.137.132**	**96,7%**	**3.586.461**	**96,2%**	**-13,3%**
Bilhetes do tesouro e outros títulos de dívida portuguesa	311.380	7,3%	1.123.606	30,1%	260,8%
Obrigações de outros emissores residentes	473.293	11,1%	280.846	7,5%	-40,7%
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	2.829.313	66,1%	1.676.546	45,0%	-40,7%
Obrigações de outros emissores estrangeiros	131.510	3,1%	168.301	4,5%	28,0%
Acções de empresas nacionais e UP's	382.637	8,9%	327.832	8,8%	-14,3%
Acções de empresas estrangeiras e UP's	8.999	0,2%	9.330	0,3%	3,7%
Investimentos detidos até à maturidade	**139.582**	**3,3%**	**142.920**	**3,8%**	**2,4%**
Bilhetes do tesouro e outros títulos de dívida portuguesa	136.535	3,2%	139.367	3,7%	2,1%
Obrigações de outros emissores públicos nacionais	0	0,0%	0	0,0%	-
Obrigações de outros emissores residentes	0	0,0%	0	0,0%	-
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	0	0,0%	0	0,0%	-
Obrigações de outros emissores estrangeiros	0	0,0%	0	0,0%	-
Outros não discriminados	3.047	0,1%	3.553	0,1%	16,6%
Activos financeiros detidos para negociação	**869**	**0.0%**	**224**	**0.0%**	**-74,3%**
Total	**4.277.583**	**100%**	**3.729.604**	**100,0%**	**-12,8%**

c) Evolução dos principais indicadores

O Crédito Agrícola apresentou no final de Dezembro de 2015 um aumento do resultado líquido do negócio bancário (SICAM) de 32 milhões de euros face a 2014 (56,3 milhões de euros vs. 24,5 milhões de euros), para o qual contribuiu positivamente o aumento do crédito bruto (+3,5%) e a menor necessidade de reforço de provisões e imparidades (-36,7%), ainda que este efeito tenha sido atenuado pelo menor contributo dos resultados de gestão de tesouraria.

PRINCIPAIS INDICADORES

Em milhares de euros			Var. 15/14	
	2014	2015	Abs.	%
Activo total	13.266.600	13.059.792	-206.808	-1,6%
Activos fin. dispon. para venda e detidos até à maturidade	4.277.583	3.729.604	-547.979	-12,8%
Crédito a clientes (bruto)	8.147.371	8.429.644	282.274	3,5%
Passivo total	12.098.264	11.887.166	-211.098	-1,7%
Recursos de clientes	10.620.337	10.969.821	349.485	3,3%
Recursos de OIC/BCE	1.116.382	625.817	-490.565	-43,9%
Capitais próprios	1.168.335	1.172.626	4.291	0,4%
Margem financeira	248.225	245.129	-3.096	-1,2%
Produto bancário	554.378	502.756	-51.622	-9,3%
Custos de estrutura	300.475	300.838	363	0,1%
Provisões / imparidades	200.507	126.902	-73.605	-36,7%
Resultado Líquido	24.505	56.311	31.806	129,8%
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	2,1%	4,8%	n.a.	2,7 p.p.
Rácio de eficiência	54,2%	59,8%	n.a.	5,6 p.p.

5.3 NEGÓCIO BANCÁRIO EXCLUINDO CAIXA CENTRAL

a) Evolução dos principais indicadores

PRINCIPAIS INDICADORES

em milhares de euros				Var. 15/14	
	2013	2014	2015	Abs.	%
Activo total	12.009.583	11.840.817	12.663.525	822.708	6,9%
Activos fin. dispon. para venda e detidos até à maturidade	264.686	186.442	239.698	53.256	28,6%
Crédito a clientes (bruto)	6.806.294	6.782.153	6.987.799	205.646	3,0%
Aplicações na Caixa Central (Bruto)	4.079.871	3.997.382	4.565.248	567.865	14,2%
Recursos de clientes	9.960.296	10.293.225	10.593.286	300.061	2,9%
Recursos de OIC	575.645	69.376	554.324	484.948	699,0%
Capitais próprios	1.170.533	1.171.098	1.219.407	48.309	4,1%
Margem financeira	253.029	252.383	262.897	10.514	4,2%
Produto bancário	375.788	374.612	403.867	29.255	7,8%
Custos de estrutura	256.887	257.082	256.663	-419	-0,2%
Provisões / imparidades	103.580	119.936	83.473	-36.463	-30,4%
Resultado antes de impostos	15.322	-2.406	63.731	66.137	2748,6%
Resultado Líquido	157	-13.112	49.985	63.096	481,2%
Rácio de crédito vencido	8,17%	8,49%	8,17%	-0,32 p.p.	
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	0,01%	-1,12%	4,10%	0,05 p.p.	
Rendibilidade do activo (ROA)	0,00%	-0,11%	0,39%	0,01 p.p.	
Rácio de eficiência	68,4%	68,6%	63,6%	-0,05 p.p.	

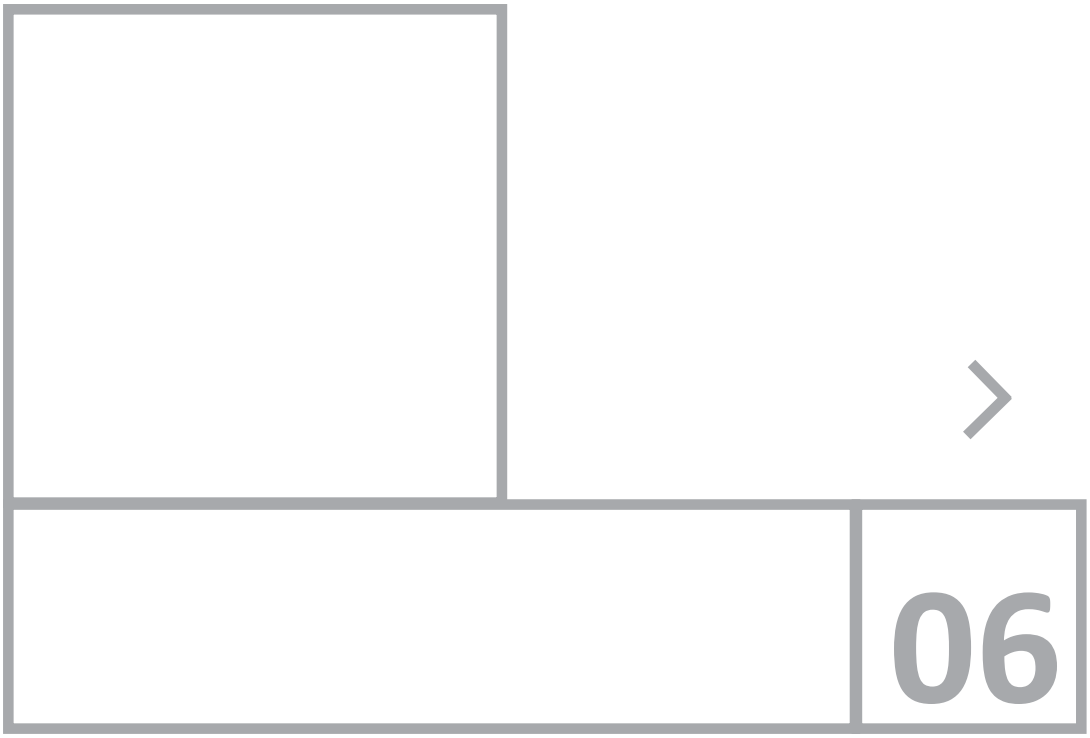
O activo total das Caixas Agrícolas registou, em 2015, um valor de 12.664 milhões de euros, representando um aumento de 6,9% (+823 milhões de euros) face ao período homólogo. Este aumento deve-se, em grande medida (i) ao aumento dos excedentes das Caixas Agrícolas na Caixa Central, que em 2015 atingiu o valor de 4.565 milhões de euros, que compara com os 3.997 milhões de euros registados em 2014 (+14,2%) e (ii) ao aumento do crédito a clientes bruto que cresceu 3,0% (+206 milhões de euros), quando comparado com o período homólogo.

O passivo total sofreu um aumento de 7,3%, passando de 10.670 milhões de euros em 2014 para 11.444 milhões de euros em 2015, influenciado:

- pelo aumento dos recursos de clientes em 2,9% (+300 milhões de euros) passando para os 10.593 milhões de euros, em 2015; e
- pelo recurso a linhas crédito TLTRO disponibilizadas pelo Banco Central Europeu, no montante de 523 milhões de euros.

Ao nível do capital próprio das Caixas Agrícolas, assistiu-se a um crescimento de 48 milhões de euros (+4,1%), totalizando 1.219 milhões de euros em 2015, que compara com os 1.171 milhões de euros em 2014.

No que respeita ao resultado líquido, as Caixas Associadas apresentaram, em 2015, um valor de 50 milhões de euros o que representa um acréscimo significativo de 63,1 milhões de euros face ao período homólogo.



06 Demonstrações Financeiras Consolidadas

VI. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2015 Activo Bruto	2015 Provisões, imparidade e amortizações	2015 Activo líquido	2014 Activo líquido (Reexpresso)
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6	354.214.212	-	354.214.212	423.407.710
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7	67.592.683	-	67.592.683	78.252.455
Activos financeiros detidos para negociação	8	35.304.739	-	35.304.739	31.796.258
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	9	68.203.609	-	68.203.609	77.298.709
Activos financeiros disponíveis para venda	10	5.352.960.576	(6.648.724)	5.346.311.852	5.747.753.110
Aplicações em instituições de crédito	11	95.128.432	-	95.128.432	3.194.001
Crédito a clientes	13	8.373.274.784	(818.258.085)	7.555.016.699	7.261.441.267
Activos não correntes detidos para venda	14	812.779.403	(144.027.039)	668.752.364	667.990.098
Propriedades de investimento	15	82.583.185	-	82.583.185	94.835.032
Outros activos tangíveis	16	543.169.178	(287.889.727)	255.279.451	269.033.430
Activos intangíveis	17	245.729.136	(184.516.817)	61.212.319	61.195.814
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjunto	18	5.116.010	-	5.116.010	5.163.983
Activos por impostos correntes	19	24.969.273	-	24.969.273	3.191.644
Activos por impostos diferidos	19	170.523.652	-	170.523.652	150.356.848
Outros activos	21	169.077.619	(23.527.157)	145.550.462	175.930.368
Total do Activo		16.400.626.491	(1.464.867.549)	14.935.758.942	15.050.840.727

PASSIVO E CAPITAL	Notas	2015	2014 (Reexpresso)
Recursos de bancos centrais	22	385.809.900	980.225.728
Passivos financeiros detidos para negociação	12	3.945	196.836
Recursos de outras instituições de crédito	22	240.007.012	136.156.394
Recursos de clientes e outros empréstimos	23	10.910.085.663	10.536.608.852
Provisões	24	11.326.053	7.500.400
Provisões técnicas de contratos de seguros	20	1.611.507.323	1.516.613.693
Passivos por impostos correntes	19	7.872.979	37.044.554
Passivos por impostos diferidos	19	8.264.917	25.448.612
Instrumentos representativos de capital	25	1.634.295	2.255.655
Outros passivos subordinados	26	120.409.349	142.533.965
Outros passivos	27	434.033.836	455.330.738
Total do Passivo		13.730.955.272	13.839.915.427
Capital	29	997.212.651	965.798.891
Reservas de reavaliação	30	26.023.329	95.497.848
Outras reservas e resultados transitados	30	125.750.495	121.204.064
Lucro do exercício	31	54.112.494	26.883.471
		1.203.098.969	1.209.384.274
Interesses que não controlam	32	1.704.701	1.541.026
Total do Capital		1.204.803.670	1.210.925.300
Total do Passivo e do Capital		14.935.758.942	15.050.840.727

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICA	Notas	2015	2014
Juros e rendimentos similares	33	486.032.472	531.548.374
Juros e encargos similares	34	(176.385.404)	(224.608.508)
Margem financeira		309.647.068	306.939.866
Margem técnica da actividade de seguros	43	19.661.279	(21.497.257)
Rendimentos de instrumentos de capital	35	2.005.267	1.641.309
Rendimentos de serviços e comissões	36	116.346.647	117.946.225
Encargos com serviços e comissões	37	(18.066.289)	(17.344.869)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	38	(15.466.270)	563.605
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	39	104.937.606	208.693.057
Resultados de reavaliação cambial	40	2.736.781	847.325
Resultados de alienação de outros activos	41	(6.668.755)	(7.559.683)
Outros resultados de exploração	42	78.612	(13.670.881)
Produto bancário		515.211.946	576.558.697
Custos com pessoal	44	(193.295.889)	(192.134.660)
Gastos gerais administrativos	45	(108.147.126)	(107.299.995)
Amortizações do exercício	16 e 17	(27.472.751)	(32.143.588)
Provisões líquidas de reposições e anulações	24	(5.843.438)	(5.712.011)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	24	(75.882.584)	(156.800.500)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	24	555.027	(3.117.931)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	24	(31.770.729)	(13.689.607)
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	31	(226.596)	(100.227)
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam		73.127.860	65.560.178
Impostos			
correntes	19	(27.355.287)	(53.074.773)
diferidos	19	8.600.283	14.493.067
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam		54.372.856	26.978.472
Interesses que não controlam	31 e 32	(260.362)	(95.001)
Resultado consolidado do exercício		54.112.494	26.883.471

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2015	2014
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Fluxos operacionais antes das variações nos activos e passivos			
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos		602.379.119	649.494.599
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos		(194.451.693)	(241.953.377)
Pagamentos a empregados e fornecedores		(300.736.615)	(299.046.593)
Pagamentos e contribuições para fundos de pensões		(706.400)	(388.062)
(Pagamentos)/recebimentos do Imposto sobre o rendimento		(88.548.023)	(33.572.690)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à actividade operacional		45.074.409	(18.560.886)
		63.010.797	55.972.991
(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:			
Crédito a clientes		369.539.060	(53.663.281)
Activos financeiros detidos para negociação e outros activos avaliados ao justo valor através de resultados		9.879.651	54.214.379
Activos financeiros disponíveis para venda		(402.446.165)	537.756.368
Aplicações em instituições de crédito		91.934.431	(28.836.819)
Outros activos		(4.253.097)	(99.640.964)
		64.653.880	409.829.683
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:			
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais		(490.565.210)	(246.530.070)
Recursos de clientes e outros empréstimos		373.476.811	414.065.956
Passivos financeiros detidos para negociação e derivados de cobertura		(192.891)	(318.097)
Outros passivos		65.208.110	143.994.441
		(52.073.180)	311.212.230
Caixa líquida das actividades operacionais		(53.716.263)	(42.644.462)
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Dividendos		(2.005.267)	(1.641.309)
Aquisições de filiais e associadas, líquidas de alienações		(47.973)	(65.025.338)
Aquisições de activos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, líquidas de alienações		14.558.371	21.864.351
Caixa líquida das actividades de investimento		12.505.131	(44.802.296)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Emissão de passivos subordinados, líquida de reembolsos		(22.124.616)	9.130.451
Interesses que não controlam		163.675	271.040
Aumento (diminuição) de capital		8.329.065	23.488.107
Caixa líquida das actividades de financiamento		(13.631.876)	32.889.598
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes		(79.853.270)	35.047.432
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		501.660.165	466.612.733
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		421.806.895	501.660.165
A Caixa e seus equivalentes no fim do exercício integra:			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6	354.214.212	423.407.710
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7	67.592.683	78.252.455
		421.806.895	501.660.165

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Capital	Reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados transitados			Resultado consolidado do exercício	Sub-total	Interesses que não controlam	Total
				Outras reservas	Resultados transitados	Total				
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		**926.355.629**	**51.088.525**	**309.548.614**	**(144.302.825)**	**165.245.789**	**(2.941.419)**	**1.139.748.524**	**1.269.986**	**1.141.018.510**
Aplicação do resultado do exercício de 2013:										
Transferência para reservas e resultados transitados		-	-	21.698.974	(24.640.393)	(2.941.419)	2.941.419	-	-	-
Distribuição de resultados a sócios		-	-	(6.227.473)	-	(6.227.473)	-	(6.227.473)	-	(6.227.473)
Aumento de capital por incorporação de reservas		15.955.155	-	(15.955.155)	-	(15.955.155)	-	-	-	-
Aumento de capital por entrada de novos sócios		28.989.552	-	-	-	-	-	28.989.552	-	28.989.552
Diminuição de capital por reembolso a sócios		(5.501.445)	-	-	-	-	-	(5.501.445)	-	(5.501.445)
Aumento de interesses que não controlam		-	-	-	-	-	-	-	366.041	366.041
Outras Variações em Capital Próprio		-	-	-	(18.917.678)	(18.917.678)	-	(18.917.678)	-	(18.917.678)
Resultado Líquido		-	-	-	-	-	26.883.471	26.883.471	(95.001)	26.788.470
Rendimento integral consolidado do exercício de 2014		-	44.409.323	-	-	-	-	44.409.323	-	44.409.323
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		**965.798.891**	**95.497.848**	**309.064.960**	**(187.860.896)**	**121.204.064**	**26.883.471**	**1.209.384.274**	**1.541.026**	**1.210.925.300**
Aplicação do resultado do exercício de 2014:										
Transferência para reservas e resultados transitados		-	-	29.379.857	(2.496.386)	26.883.471	(26.883.471)	-	-	-
Distribuição de resultados a sócios		-	-	(3.467.387)	-	(3.467.387)	-	(3.467.387)	-	(3.467.387)
Aumento de capital por incorporação de reservas	29	23.084.695	-	(23.084.695)	-	(23.084.695)	-	-	-	-
Aumento de capital por entrada de novos sócios	29	14.107.280	-	-	-	-	-	14.107.280	-	14.107.280
Diminuição de capital por reembolso a sócios	29	(5.778.215)	-	-	-	-	-	(5.778.215)	-	(5.778.215)
Aumento de interesses que não controlam		-	-	-	-	-	-	-	424.037	424.037
Transferências			(4.662.947)	-	4.662.947	4.662.947	-	-	-	-
Outras Variações em Capital Próprio		-	-	-	(447.905)	(447.905)	-	(447.905)	-	(447.905)
Resultado Líquido	31	-	-	-	-	-	54.112.494	54.112.494	(260.362)	53.852.132
Rendimento integral consolidado do exercício de 2015		-	(64.811.572)	-	-	-	-	(64.811.572)	-	(64.811.572)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		**997.212.651**	**26.023.329**	**311.892.735**	**(186.142.240)**	**125.750.495**	**54.112.494**	**1.203.098.969**	**1.704.701**	**1.204.803.670**

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO

PARA OS EXERCíCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2015	2014
Resultado consolidado do exercício		54.112.494	26.883.471
Variações de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda, líquido		(38.067.588)	55.914.434
Variação da reserva de reavaliação de imobilizado		585.483	(427.452)
Transferência para resultados por alienação		(44.668.581)	(8.714.299)
		(82.150.686)	46.772.682
Impacto fiscal:			
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	19	23.169.631	(6.419.601)
Remunerações relativas a planos de benefícios de pensões	47	(5.830.517)	4.056.241
Total de outros rendimentos integrais		(64.811.572)	44.409.323
Rendimento integral consolidado		(10.699.078)	71.292.794
Atribuível ao grupo		(10.862.753)	71.021.754
Atribuível aos interesses que não controlam		163.675	271.040

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

SICAM - SISTEMA INTEGRADO DO CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

	2015			2014			
ACTIVO	Activo Bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido	PASSIVO E CAPITAL	2015	2014
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	354.210.218	-	354.210.218	423.403.986	Recurso de bancos centrais	385.809.900	980.225.728
Disponibilidades em outras instituições de crédito	66.847.243	-	66.847.243	78.237.262	Passivos financeiros detidos para negociação	3.945	196.836
Activos financeiros detidos para negociação	223.738	-	223.738	869.057	Recursos de outras instituições de crédito	240.007.012	136.156.329
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	Recursos de clientes e outros empréstimos	10.969.821.411	10.620.336.672
Activos financeiros disponíveis para venda	3.690.352.839	(103.891.748)	3.586.461.091	4.137.131.853	Provisões	10.793.774	6.470.387
Aplicações em instituições de crédito	94.827.185	-	94.827.185	190.677	Passivos por impostos correntes	6.147.905	32.354.551
Crédito a clientes	8.429.644.144	(851.868.759)	7.577.775.385	7.309.836.586	Passivos por impostos diferidos	600.038	15.723.100
Investimentos detidos até à maturidade	142.919.607	-	142.919.607	139.582.134	Instrumentos representativos de capital	1.634.295	2.255.655
Activos não correntes detidos para venda	522.795.477	(77.354.714)	445.440.763	429.010.119	Outros passivos subordinados	120.409.349	142.533.965
Outros activos tangíveis	467.373.502	(227.588.665)	239.784.837	252.439.671	Outros passivos	151.938.141	162.010.950
Activos intangíveis	14.991.295	(14.254.440)	736.855	198.568	Total do Passivo	11.887.165.770	12.098.264.173
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	90.816.044	(379.730)	90.436.314	70.485.256			
Activos por impostos correntes	24.551.810	-	24.551.810	1.169.603	Capital	997.212.651	965.798.891
Activos por impostos diferidos	164.014.467	-	164.014.467	154.626.590	Reservas de reavaliação	(901.979)	56.672.343
Outros activos	290.838.427	(19.275.937)	271.562.490	269.418.309	Outras reservas e resultados transitados	120.004.446	121.358.867
					Lucro do exercício	56.311.115	24.505.397
					Total do Capital	1.172.626.233	1.168.335.498
Total do Activo	14.354.405.996	(1.294.613.993)	13.059.792.003	13.266.599.671	Total do Passivo e do Capital	13.059.792.003	13.266.599.671

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Demonstrações financeiras não auditadas.

SICAM - SISTEMA INTEGRADO DO CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICA	2015	2014
Juros e rendimentos similares	400.181.082	457.013.640
Juros e encargos similares	(155.051.726)	(208.788.736)
Margem financeira	245.129.356	248.224.904
Rendimentos de instrumentos de capital	338.585	341.067
Rendimentos de serviços e comissões	140.430.253	138.214.420
Encargos com serviços e comissões	(10.237.332)	(9.692.101)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(452.991)	1.448.582
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	99.364.534	169.129.589
Resultados de reavaliação cambial	2.738.542	847.325
Resultados de alienação de outros activos	(2.274.979)	(2.168.374)
Outros resultados de exploração	27.720.398	8.032.534
Produto bancário	502.756.366	554.377.946
Custos com pessoal	(166.515.710)	(164.986.450)
Gastos gerais administrativos	(121.152.066)	(121.297.716)
Amortizações do exercício	(13.169.813)	(14.190.456)
Provisões líquidas de reposições e anulações	(5.995.724)	(5.119.046)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber	(75.882.584)	
de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	(32.691.514)	(166.131.060)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(12.331.784)	(29.256.461)
Resultado antes de impostos	75.017.171	53.396.757
Impostos		
correntes	(23.916.520)	(49.287.731)
diferidos	5.210.464	20.396.371
Resultado líquido do exercício	56.311.115	24.505.397

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Demonstrações financeiras não auditadas

07 Anexos

VII.ANEXOS

7.1. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Com a constituição, em 1991, do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM), constituído pela Caixa Central e pelas Caixas Associadas, estabelece-se um regime de co-responsabilidade entre estas. As Caixas têm liberdade de associação à Caixa Central podendo, prosseguir a sua actividade fora do SICAM, mas submetendo-se a regras mais exigentes, semelhantes às aplicadas para as restantes instituições de crédito.

As contas consolidadas apresentadas reflectem a situação patrimonial do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM), conjunto formado pela Caixa Central e Caixas de Crédito Agrícola Mútuo Associadas, que com as respectivas empresas filiais e associadas formam o Grupo Financeiro do Crédito Agrícola Mútuo (ou Grupo Crédito Agrícola – "GCA"), sendo elaboradas em conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor constantes no Artigo n.º 74º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, Decreto-Lei n.º 36/92 e das instruções previstas no Artigo n.º 7º deste diploma.

O Grupo Crédito Agrícola é um Grupo Financeiro de âmbito nacional, integrado por um vasto número de bancos locais (Caixas Agrícolas) e por empresas especializadas, tendo como estruturas centrais a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, instituição bancária dotada igualmente de competências de supervisão, orientação e acompanhamento das actividades das Caixas Associadas e a Fenacam, instituição de representação cooperativa e prestadora de serviços especializados ao GCA.

As demonstrações financeiras anexas referem-se à actividade consolidada do Grupo Crédito Agrícola, tendo sido elaboradas para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas do Banco de Portugal. O Conselho de Administração Executivo da Caixa Central aprovou em 28 de Abril de 2016, as demonstrações financeiras consolidadas com referência a 31 de Dezembro de 2015. As demonstrações financeiras serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral de Associados a realizar no dia 28 de Maio de 2016.

A Assembleia Geral pode recusar a proposta dos membros do Conselho de Administração, relativa à aprovação das contas e deliberar a elaboração de novas contas ou, a reforma, em pontos concretos, dos apresentados.

Sendo entendimento do GCA que a actividade seguradora deve ser concentrada numa holding que detenha participações exclusivas da área de seguros e pensões, foi constituída no exercício de 2015, uma holding seguradora do Grupo Crédito Agrícola, a Crédito Agrícola Seguros e Pensões S.G.P.S., para onde foram transferidas as participações maioritárias detidas pela Crédito Agrícola SGPS, na CA Vida e CA Seguros. Esta entidade, passou a incorporar o perímetro do Grupo Crédito Agrícola, passando a ser consolidada pelo método de consolidação integral.

Em 2015 não se verificaram alterações no âmbito do SICAM decorrentes de fusões entre Caixas Agrícolas associadas. Em 2014 ocorreu a fusão entre a CCAM de Ribatejo Norte e a CCAM de Tramagal, da qual resultou a CCAM de Ribatejo Norte e Tramagal, C.R.L.

As contas consolidadas integram as contas das 82 Caixas de Crédito Agrícola Mútuo associadas à data de 31 de Dezembro de 2015.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO, PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras consolidadas do GCA foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), nos termos adoptados pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para a legislação nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e de acordo com as normas específicas de consolidação de contas constantes no artigo nº. 74º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, Decreto-Lei n.º 36/92 de 28 de Março e Instrução n.º 71/96 do Banco de Portugal. No que se refere às empresas do GCA que utilizam normativos contabilísticos diferentes, são preparados ajustamentos de conversão para IAS/IFRS.

As alterações decorrentes da adopção das novas normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas, não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Crédito Agrícola do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

Os montantes indicados encontram-se apresentados em euros (excepto quando expressamente indicado), arredondados ao euro mais próximo.

Excepto no que diz respeito a matérias reguladas pelo Banco de Portugal, tal como referido acima, as entidades do Grupo Crédito Agrícola utilizam as Normas e Interpretações emitidas pelo *International*

Accounting Standards Board (IASB) e pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) que são relevantes para as suas operações e que se encontram aprovadas pela União Europeia, efectivas para os períodos iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2015.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o GCA seguiu a convenção do custo histórico, modificada, quando aplicável, pela mensuração ao justo valor, caso dos activos financeiros disponíveis para venda, instrumentos financeiros derivados, propriedades de investimento.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pelo GCA, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras consolidadas, são apresentadas na Nota 3.

2.2. Alterações às políticas contabilísticas e informação comparativa

No exercício de 2015, procedeu-se à transferência para a rubrica de "propriedades de investimento" dos imóveis identificados como sendo geradores de fluxo financeiro, nomeadamente decorrente de rendas auferidas, anteriormente registadas em "activos não correntes detidos para venda". Para efeitos de comparabilidade, procedeu-se ao apuramento e reexpressão do valor dos imóveis identificados com as mesmas características e existentes em balanço à data comparativa de 31 de Dezembro de 2014.

		2014				2014
ACTIVO	Notas	Activo Bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Activo líquido	Alterações da reexpressão	Activo líquido (Reexpresso)
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6	423.407.710	-	423.407.710	-	423.407.710
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7	78.252.455	-	78.252.455	-	78.252.455
Activos financeiros detidos para negociação	8	31.796.258	-	31.796.258	-	31.796.258
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	9	77.298.709	-	77.298.709	-	77.298.709
Activos financeiros disponíveis para venda	10	5.758.538.372	(10.785.262)	5.747.753.110	-	5.747.753.110
Aplicações em instituições de crédito	11	3.194.001	-	3.194.001	-	3.194.001
Crédito a clientes	13	8.099.442.498	(838.001.231)	7.261.441.267	-	7.261.441.267
Activos não correntes detidos para venda	14	-	-	-	667.990.098	667.990.098
Propriedades de investimento	15	-	-	-	94.835.032	94.835.032
Outros activos tangíveis	16	546.916.891	(277.883.461)	269.033.430	-	269.033.430
Activos intangíveis	17	235.126.332	(173.930.518)	61.195.814	-	61.195.814
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjunto	18	5.163.983	-	5.163.983	-	5.163.983
Activos por impostos correntes	19	3.191.644	-	3.191.644	-	3.191.644
Activos por impostos diferidos	19	150.356.848	-	150.356.848	-	150.356.848
Outros activos	21	1.049.277.623	(110.522.125)	938.755.498	(762.825.130)	175.930.368
Total do Activo		16.461.963.324	(1.411.122.597)	15.050.840.727	-	15.050.840.727

Com a excepção da alteração referida anteriormente, as políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício são consistentes com as utilizadas no exercício anterior, excepto para as novas normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respectivamente:
Adicionalmente, passaram a ser identificados em rubrica própria do balanço, os "activos não correntes detidos para venda", anteriormente apresentados como uma sub-rubrica de "outros activos".

As alterações que se verificaram às IFRSs seguidamente apresentadas não tiveram qualquer impacto nas políticas contabilísticas ou nas demonstrações financeiras preparadas com referência a 31 de Dezembro de 2015.

As alterações às IFRS ocorridas durante o ano de 2015, foram as seguintes:
1. Impacto de adopção de normas e interpretações que se tornaram efectivas a 1 de Janeiro de 2015:
Normas
Melhorias às normas 2011 - 2013. Este ciclo de melhorias afecta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13, e IAS 40:

- IFRS 1, 'Adopção pela primeira vez das IFRS'. A melhoria à IFRS 1 clarifica que um adoptante pela primeira vez pode usar quer a versão anterior, quer a nova versão de um normativo que, apesar de ainda não ser de aplicação obrigatória, está disponível para adoção antecipada.

- IFRS 3, 'Concentrações de actividades empresariais'. A melhoria à IFRS 3 clarifica que a norma não é aplicável à contabilização da constituição de qualquer acordo conjunto segundo a IFRS 11, nas demonstrações financeiras do acordo conjunto.

- IFRS 13, 'Justo valor: mensuração e divulgação'. A melhoria clarifica que a excepção à mensuração ao justo valor de um portefólio numa base líquida, é aplicável a todos os géneros de contratos (incluindo contratos não-financeiros) no âmbito da IAS 39.

- IAS 40, 'Propriedades de investimento' (a aplicar na União Europeia nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2015). Esta melhoria clarifica que a IAS 40 e a IFRS 3 não são mutuamente exclusivas. É necessário recorrer à IFRS 3 sempre que uma propriedade de investimento é adquirida, para determinar se a aquisição corresponde, ou não, a uma concentração de actividades empresariais.

Interpretações

- IFRIC 21 (nova), 'Taxas'. A IFRIC 21 é uma interpretação à IAS 37 e ao reconhecimento de passivos, clarificando que o acontecimento passado que resulta numa obrigação de pagamento de uma taxa ou imposto (que não imposto sobre o rendimento - IRC) corresponde à actividade descrita na legislação relevante que obriga ao pagamento.

2. Normas e alterações a normas existentes publicadas mas cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Fevereiro de 2015, e que o Grupo Crédito Agrícola decidiu não adoptar antecipadamente:

Normas

Melhorias às normas 2010 - 2012, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Fevereiro de 2015). Este ciclo de melhorias afecta os seguintes normativos: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16 e 38 e IAS 24:

- IFRS 2, 'Pagamento com base em acções' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Fevereiro de 2015). A melhoria à IFRS 2 altera a definição de "condições de aquisição" ("*vesting conditions*"), passando a prever apenas dois tipos de condições de aquisição: "condições de serviço" e "condições de performance". A nova definição de "condições de performance" prevê que apenas condições relacionadas com a entidade são consideradas.

- IFRS 3, 'Concentrações de actividades empresariais' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Fevereiro de 2015). Esta melhoria clarifica que uma obrigação de pagar um valor de compra contingente, é classificada de acordo com a IAS 32, como um passivo, ou como um instrumento de capital próprio, caso cumpra com a definição de instrumento financeiro. Os pagamentos contingentes classificados como passivos serão mensurados ao justo valor através de resultados do exercício.

- IFRS 8, 'Segmentos operacionais' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Fevereiro de 2015). Esta melhoria altera a IFRS 8 que passa a exigir a divulgação dos julgamentos efectuados pela Gestão para a agregação de segmentos operacionais, passando ainda a ser exigida a reconciliação entre os activos por segmento e os activos globais da Entidade, quando esta informação é reportada.

- IFRS 13, 'Justo valor: mensuração e divulgação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Fevereiro de 2015). A melhoria à IFRS 13 clarifica que a norma não remove a possibilidade de mensuração

de contas a receber e a pagar correntes com base nos valores facturados, quando o efeito de desconto não é material.

- IAS 16, 'Activos fixos tangíveis' e IAS 38 'Activos intangíveis' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Fevereiro de 2015). A melhoria à IAS 16 e à IAS 38 clarifica o tratamento a dar aos valores brutos contabilísticos e às depreciações/ amortizações acumuladas, quando uma Entidade adopte o modelo da revalorização na mensuração subsequente dos activos fixos tangíveis e/ ou intangíveis, prevendo 2 métodos. Esta clarificação é significativa quando, quer as vidas úteis, quer os métodos de depreciação/amortização, são revistos durante o período de revalorização.

- IAS 24, 'Divulgações de partes relacionadas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Fevereiro de 2015). Esta melhoria à IAS 24 altera a definição de parte relacionada, passando a incluir as Entidades que prestam serviços de gestão à Entidade que reporta, ou à Entidade-mãe da Entidade que reporta.

b) IAS 19 (alteração), 'Planos de benefícios definidos – Contribuições dos empregados' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Fevereiro de 2015). A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições não estão associadas ao número de anos de serviço.

c) IAS 1 (alteração), 'Revisão às divulgações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016). A alteração dá indicações relativamente à materialidade e agregação, à apresentação de subtotais, à estrutura das demonstrações financeiras, à divulgação das políticas contabilísticas, e à apresentação dos itens de Outros rendimentos integrais gerados por investimentos mensurado pelo método de equivalência patrimonial.

d) IAS 16 e IAS 38 (alteração), 'Métodos de cálculo de amortização e depreciação permitidos (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016). Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/ amortizações de activos com base no rédito obtido, não são por regra consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao activo. É de aplicação prospectiva.

e) IAS 16 e IAS 41 (alteração), 'Agricultura: plantas que produzem activos biológicos consumíveis' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016). Esta alteração define o conceito de uma planta que produz activos biológicos consumíveis, e retira este tipo de activos do âmbito da aplicação

da IAS 41 – Agricultura para o âmbito da IAS 16 – Activos tangíveis, com o consequente impacto na mensuração. Contudo, os activos biológicos produzidos por estas plantas, mantêm-se no âmbito da IAS 41 – Agricultura.

f) IAS 27 (alteração), 'Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016). Esta alteração permite que uma entidade aplique o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

g) Alterações às IFRS 10, 12 e IAS 28, 'Entidades de investimento: aplicação da isenção à obrigação de consolidar' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar de uma "Entidade de Investimento" se aplica a uma empresa holding intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente, a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial, de acordo com a IAS 28, é extensível a uma entidade, que não é uma entidade de investimento, mas que detém um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que é uma "Entidade de investimento".

h) IFRS 11 (alteração), 'Contabilização da aquisição de interesse numa operação conjunta' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016). Esta alteração introduz orientação acerca da contabilização da aquisição do interesse numa operação conjunta que qualifica como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 – concentrações de actividades empresariais.

i) Melhorias às normas 2012 - 2014, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016). Este ciclo de melhorias afecta os seguintes normativos: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34:

- IFRS 5, 'activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016). A melhoria clarifica que quando um ativo (ou grupo para alienação) é reclassificado de "detido para venda" para "detido para distribuição" ou vice-versa, tal não constitui uma alteração ao plano de vender ou distribuir.

- IFRS 7, 'Instrumentos financeiros: divulgações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016). Esta melhoria inclui informação adicional sobre o significado de envolvimento continuado

na transferência (desreconhecimento) de activos financeiros, para efeitos de cumprimento das obrigações de divulgação.

- IAS 19, 'Benefícios aos empregados' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016). Esta melhoria clarifica que na determinação da taxa de desconto das responsabilidades com planos de benefícios definidos pós emprego, esta tem de corresponder a obrigações de elevada qualidade da mesma moeda em que as responsabilidades são calculadas.

- IAS 34, 'Relato intercalar' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016). Esta melhoria clarifica o significado de "informação divulgada em outra área das demonstrações financeiras intercalares, e exige a inclusão de referências cruzadas para essa informação.

j) IFRS 9 (nova), 'Instrumentos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura.

k) IFRS 15 (nova), 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar activos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflecte a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia das 5 etapas".

Estas normas não foram adoptadas pelo GCA na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2015 uma vez que a sua aplicação não é ainda obrigatória. Os impactos da sua adopção futura estão a ser avaliados e estimados pela gestão.

2.3. Princípios de consolidação e registo de empresas associadas

A consolidação de contas do Grupo Crédito Agrícola é efectuada para dar cumprimento aos requisitos da seguinte legislação:

- Artigo nº. 74º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo e das Cooperativas de Crédito Agrícola (Decreto Lei n.º 24/91, de 11 de Janeiro com as últimas alterações introduzidas pelo Decreto Lei n.º 142/2009, de 16 de Junho);
- Decreto-Lei n.º 36/92 de 28 de Março; e
- Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal.

O Grupo Crédito Agrícola detém, directa e indirectamente, participações financeiras em empresas filiais e associadas. São consideradas empresas filiais aquelas em que a percentagem de participação excede 50% do seu capital ou nas empresas onde a Caixa Central exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão. Empresas associadas são aquelas em que a percentagem de participação se situa entre 20% e 50% do seu capital ou em que o SICAM, directa ou indirectamente, exerce uma influência significativa sobre a sua gestão e a sua política financeira.

a) Empresas filiais ou subsidiárias

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L. (Caixa Central), das Caixas de Crédito Agrícola Associadas e das empresas filiais e associadas controladas directamente e indirectamente pela Caixa Central (Nota 4).

Ao nível das empresas participadas, são consideradas “filiais” aquelas nas quais o GCA exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto. As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha controlo (empresas subsidiárias ou filiais), foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral.

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direitos sobre os retornos variáveis do seu envolvimento com a Entidade, e tem a capacidade de afectar esses retornos através do seu poder exercido sobre a Entidade. As empresas subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo, sendo excluídas da consolidação a partir da data em que esse controlo cessa.

A consolidação das contas das empresas filiais foi efectuada pelo método de consolidação integral, desde o momento em que a Caixa Central assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que

o controlo cessa. As transacções e os saldos significativos entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo Crédito Agrícola.

As aquisições de filiais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos activos entregues e passivos incorridos ou assumidos, assim como quaisquer instrumentos de capital emitidos, em contrapartida da obtenção de controlo sobre a entidade adquirida. Os custos directamente atribuíveis à operação são registados como custo quando incorridos. Na data de aquisição, os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 – "Concentrações de actividades empresariais" são registados pelo respectivo justo valor.

Quando a aquisição do controlo é efectuada em percentagem inferior a 100%, na aplicação do método da compra, os interesses que não controlam podem ser mensurados ao justo valor, ou na proporção do justo valor dos activos e passivos adquiridos, sendo essa opção definida em cada transacção. Quando seja adquirido controlo através de direitos potenciais os interesses que não controlam são mensurados ao justo valor.

Transacções subsequentes de alienação ou aquisição de participações a interesses que não controlam, que não implicam alteração do controlo, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou goodwill, sendo qualquer diferença apurada entre o valor da transacção e o valor contabilístico da participação transaccionada, reconhecida no Capital próprio, em Outros instrumentos de Capital próprio.

Os resultados negativos gerados em cada período pelas subsidiárias com interesses minoritários são alocados na percentagem detida por estes, independentemente de assumirem um saldo negativo.

Até 1 de Janeiro de 2006, e conforme permitido pelas políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o goodwill era totalmente anulado por contrapartida de reservas no ano de aquisição das participações. De acordo com o permitido pela Norma IFRS 1, o GCA não efectuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o goodwill gerado em operações ocorridas até 1 de Janeiro de 2006 permanece registado em reservas.

O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas filiais é apresentado na rubrica "Interesses minoritários", do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do SICAM e das empresas filiais, na proporção da respectiva participação efectiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos e de mais e menos-valias geradas em transacções entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

b) Empresas associadas

As empresas associadas são entidades nas quais o GCA exerce influência significativa, mas não detém o controlo. Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (directa ou indirecta) superior a 20% (mas inferior a 50% com direitos de voto proporcionais à participação) ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade mas sem haver controlo nem controlo conjunto sobre a mesma. Os eventuais dividendos recebidos são registados por contrapartida de uma diminuição do valor do investimento financeiro.

Os investimentos em associadas são inicialmente mensurados ao custo nas demonstrações financeiras consolidadas. As participações financeiras em empresas associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o GCA passa a deter influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

O excesso do custo de aquisição relativamente à quota-parte do justo valor dos activos e passivos identificáveis adquiridos, o goodwill, é reconhecido como parte do investimento financeiro na Associada. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da Associada adquirida, a diferença é reconhecida como um ganho directamente na Demonstração do rendimento integral consolidado.

Caso a participação financeira numa associada seja reduzida, mas mantendo a influência significativa, apenas uma quantia proporcional dos valores reconhecidos anteriormente em outros rendimentos integrais é reclassificada para a Demonstração dos resultados.

Na aplicação do método da equivalência patrimonial os ganhos ou perdas não realizadas em transacções entre o Grupo e as suas Associadas são eliminados. As políticas contabilísticas das Associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Quando a quota-parte das perdas de uma Associada excede o investimento na Associada, o Grupo reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações ou tenha efectuado pagamentos em benefício da Associada.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao GCA do total dos lucros e prejuízos reconhecidos pela empresa associada.

c) Goodwill

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de Janeiro de 2006, são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos cedidos, instrumentos de capital próprio emitidos, deduzido dos custos directamente atribuíveis à emissão. O goodwill refere-se à diferença apurada entre o justo valor do preço de aquisição de investimentos em subsidiárias, associadas, ou negócios, e o justo valor dos activos e passivos dessas empresas ou negócios à data da sua aquisição. O goodwill é registado no activo e é sujeito a testes de imparidade, de acordo com o IAS 36, pelo menos uma vez por ano, não sendo amortizado. As perdas de imparidade de Goodwill não são reversíveis. Adicionalmente, sempre que se identifique que o justo valor dos activos líquidos adquiridos é superior ao custo de aquisição (goodwill negativo), o diferencial é reconhecido em resultados.

O Goodwill é alocado às unidades geradoras de caixa a que pertence, para efeitos de realização dos testes de imparidade. Quando o Grupo reorganiza a sua estrutura societária, implicando a alteração da composição das suas unidades geradoras de caixa, às quais tenha sido imputado goodwill, o processo de reorganização deverá envolver a realocação do Goodwill às novas unidades geradoras de caixa. A realocação é efectuada através de uma abordagem de valor relativo, face às novas unidades geradores de caixa que resultam da reorganização.

2.4. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

O GCA adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras consolidadas. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Operações em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço indicada pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, às taxas de câmbio em vigor na data em que foram realizadas.

Adicionalmente, são adoptados os seguintes procedimentos contabilísticos:

- a posição cambial à vista por moeda, que corresponde ao saldo líquido dos activos e passivos numa determinada moeda, é reavaliada diariamente de acordo com os câmbios de "*fixing*" indicados pelo Banco de Portugal, por contrapartida de resultados;
- a posição cambial a prazo numa moeda, que corresponde ao saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, é reavaliada à taxa de câmbio a prazo de mercado ou, na ausência desta, a uma taxa calculada com base nas taxas de juro de mercado para essa moeda e para o prazo residual da operação. A diferença entre os saldos convertidos para Euros às taxas de reavaliação utilizadas e os saldos convertidos às taxas contratadas, corresponde à reavaliação da posição cambial a prazo, sendo registada em resultados.

Os activos e passivos não monetários mensurados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado, sendo as diferenças cambiais resultantes apresentadas em resultados. As diferenças cambiais de activos financeiros disponíveis para venda são, no entanto, reconhecidas em outros rendimentos integrais, tais como as diferenças cambiais respeitantes a relações de cobertura de fluxos de caixa.

Câmbios à data de balanço:

Data	Moeda	Cod.ISO	Taxa Câmbio
31-12-2015	AUD	036	1,4897
31-12-2015	BRL	986	4,3117
31-12-2015	CAD	124	1,5116
31-12-2015	CHF	756	1,0836
31-12-2015	CNY	156	7,0608
31-12-2015	CVE	132	110,265
31-12-2015	DKK	208	7,4626
31-12-2015	GBP	826	0,73395
31-12-2015	JPY	392	131,07
31-12-2015	MOP	446	8,6907
31-12-2015	NOK	578	9,603
31-12-2015	RUB	643	80,6736
31-12-2015	SCP	001	0,73395
31-12-2015	SEK	752	9,1895
31-12-2015	USD	840	1,0887
31-12-2015	ZAR	710	16,953

c) Crédito a clientes

O crédito a clientes abrange os créditos concedidos a clientes e outras operações de empréstimo tituladas (papel comercial) cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente, sendo reconhecidas pelo valor nominal.

Posteriormente, o crédito e outros valores a receber são registados ao custo amortizado, sendo submetidos a análises periódicas de imparidade.

A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios/descontos, é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados. Os proveitos são reconhecidos quando obtidos e distribuídos por períodos mensais. Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria devem ser, igualmente, periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, segundo o método da taxa efectiva.

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo as comissões e custos associados aos créditos periodificados ao longo da vida das operações, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

O GCA classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos que sejam 30 dias após o seu vencimento. Os créditos com prestações vencidas são denunciados nos termos definidos no manual de crédito aprovado, sendo nesse momento considerada vencida toda a dívida.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do GCA relativos aos respectivos fluxos de caixa expirarem, (ii) o GCA transferir substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o GCA retiver parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, controlo sobre os créditos tiver sido transferido.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo da vida das operações.

Imparidade

Periodicamente, o GCA analisa o crédito a clientes e outros valores a receber para identificar evidências de imparidade. Considera-se que um activo financeiro se encontra em imparidade, se e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) tenha um impacto mensurável nos fluxos de caixa futuros esperados desse activo ou grupo de activos.

Para efeitos de apuramento de imparidade do crédito concedido, o GCA segmentou a sua carteira da seguinte forma:

- Crédito concedido a empresas;
- Crédito à habitação;
- Crédito ao consumo;
- Crédito concedido através de cartões de crédito;
- Outros créditos a particulares;
- Extrapatrimoniais.

Adicionalmente, foram incluídas as responsabilidades relativas a papel comercial, operações em moeda estrangeira e contratos de locação financeira.

De acordo com o modelo de imparidade em vigor no GCA para a carteira de crédito a clientes, é analisada a existência de perdas por imparidade em termos individuais, através de análise casuística, e em termos colectivos. Quando um grupo de activos financeiros é avaliado em conjunto, os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os fluxos contratuais dos activos desse grupo e os dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares.

Sempre que o GCA entende necessário, a informação histórica é actualizada com base nos dados correntes observáveis, para reflectirem os efeitos das condições actuais.

Os critérios de selecção dos clientes alvo de análise individual foram os seguintes:

- Todos os clientes com responsabilidades superiores a 1.000.000 Euros; e
- Clientes com crédito vencido (há mais de 90 dias) superior a 50.000 Euros.

A evidência de imparidade de um activo ou grupo de activos definida pelo GCA está relacionada com a observação de diversos eventos denominados “eventos de perda”, entre os quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;

- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor;
- Ocorrência de alterações adversas, nomeadamente:
  - das condições e/ou capacidade de pagamento;
  - das condições económicas do sector no qual o devedor se insere, com impacto na capacidade de cumprimento das suas obrigações.

As perdas por imparidade para os clientes sem incumprimento correspondem ao produto entre a probabilidade de indícios (PI) e o montante correspondente à diferença entre o valor de balanço dos respectivos créditos e o valor actualizado dos *cash flows* dessas operações. A PI corresponde à probabilidade de uma operação ou cliente entrar numa situação de incumprimento durante um período de emergência. Este período equivale ao tempo que decorre entre a ocorrência de um evento originador de perdas e o momento em que a existência desse evento é percepcionada pelos Serviços do GCA (*incurred but not reported*). Para todos os segmentos da carteira, o GCA considerou um período de emergência de 6 meses.

Se existir evidência de que o GCA incorreu numa perda por imparidade em crédito e outros valores a receber, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor de balanço desses activos e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro original do activo ou activos financeiros. O valor de balanço do activo ou dos activos é reduzido pelo saldo da conta de perdas por imparidade. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade é a taxa de juro corrente, determinada pelo contrato. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida de resultados.

Quando num período subsequente se registe uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o montante previamente reconhecido é revertido, sendo ajustada a conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados.

Anulações de capital e juros

Periodicamente, o GCA abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração Executivo do GCA. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas como uma dedução ao saldo das perdas por imparidade reflectidas na demonstração de resultados, na rubrica "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações".

De acordo com as políticas em vigor no GCA, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Os juros de créditos vencidos que se encontrem garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais não são anulados. Não obstante, para os créditos com garantia real e hipotecária com prestações de capital vencidas e não pagas há mais de seis e doze meses, respectivamente, o cálculo e o registo de juros sobre o capital vincendo é interrompido.
As recuperações de juros abatidos no activo são igualmente reflectidos a crédito da rubrica "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações".

d) Outros activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos na data da transacção, isto é, na data em que é assumido o compromisso de compra ou venda. A classificação dos instrumentos financeiros na data de reconhecimento inicial depende das suas características e da intenção de aquisição.

Os activos financeiros são reconhecidos no momento inicial ao justo valor, ao qual se adicionam os custos de transacção, excepto no caso dos activos financeiros detidos para negociação, os quais são reconhecidos de imediato em resultados.

Estas categorias de activos são desreconhecidas quando (i) expiram os direitos contratuais do GCA ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o GCA tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o GCA tenha transferido o controlo sobre os activos.

i) Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados

Os activos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável transaccionados em mercados activos, adquiridos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, bem como derivados. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo) são incluídos na rubrica de activos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), são incluídos na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos financeiros ao justo valor através de resultados incluem os títulos de rendimento fixo transaccionados em mercados activos que a Caixa Central optou por registar e avaliar ao justo valor através

de resultados, enquadrando-se no ponto 9 b) i) da IAS 39, de forma a evitar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos em resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares".

Os dividendos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

O justo valor dos activos financeiros transaccionados em mercados activos é o seu "*bid-price*" ou a cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de "*discounted cash-flows*".

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida, que não sejam classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, investimentos a deter até à maturidade, crédito ou empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio "reserva de justo valor" até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de instrumentos de dívida são reconhecidos directamente em resultados do período, enquanto que os ganhos ou perdas cambiais de instrumentos de capital próprio são reconhecidos directamente em reservas.

Os juros inerentes aos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares".

Os dividendos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

iii) Aplicações em instituições de crédito

Nesta rubrica são registados apenas os valores a receber de outras instituições de crédito.
São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo e não incluídos em qualquer uma das restantes categorias de activos financeiros.

No reconhecimento inicial estes activos são valorizados pelo justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzidos de perdas por imparidade.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, é utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial. A taxa de juro efectiva calculada para um activo financeiro com esta natureza não é alterada em períodos de relato subsequentes.

iv) Operações de venda com acordo de recompra

Considera-se acordo de recompra, um acordo para transferir um activo financeiro para uma outra parte em troca de dinheiro ou de outra retribuição e uma obrigação concorrente de adquirir o activo financeiro numa data futura por uma quantia igual ao dinheiro, ou a outra retribuição trocada incluindo juros.

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificados os respectivos juros, através do método da taxa de juro efectiva.

v) Operações de compra com acordo de revenda

É considerada compra com acordo de revenda o acordo pelo qual uma instituição compra um activo financeiro com o compromisso de revender esse activo a um preço pré determinado e numa determinada data fixada ou em data a fixar.

Os activos financeiros adquiridos com acordo de revenda por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço,

sendo o custo de aquisição registado como empréstimos a outras instituições de crédito. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

vi) Outros passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro independentemente da sua forma legal.

Os outros passivos financeiros, essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e dívida emitida, são inicialmente valorizados ao justo valor, que corresponde à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção e são posteriormente valorizados ao custo amortizado.

Conforme previsto no Decreto-Lei n.º 182/87, de 21 de Abril, foi criado o Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo, cujo funcionamento foi regulamentado pelo Decreto-Lei 345/98, de 9 de Novembro. Este último visou reconverter o Fundo de Garantia de Crédito Agrícola Mútuo, por forma a que o mesmo tivesse por objecto (i) garantir o reembolso de depósitos constituídos na Caixa Central e nas Caixas de Crédito Agrícola Mútuo suas associadas e (ii) promover e realizar acções que visem assegurar a solvabilidade e liquidez das referidas instituições, com vista à defesa do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM).

vii) Imparidade em activos financeiros

O GCA efectua análises periódicas de imparidade aos activos financeiros, efectuando para o crédito a clientes e outros valores a receber o referido na Nota 2.4.c).

Quando existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, as perdas por imparidade registam-se por contrapartida de resultados.

Para títulos cotados e fundos de investimento, considera-se que existe evidência objectiva de imparidade numa situação de desvalorização continuada ou de valor significativo na cotação dos títulos. Considera-se desvalorização continuada ou de valor significativo, uma depreciação de valor por tempo superior a 12 meses ou de valor superior a 30%, respectivamente. Para títulos não cotados, é considerado evidência objectiva de imparidade a existência de eventos com impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, desde que possa ser estimado com razoabilidade.

Caso num período subsequente se registe uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuída a um evento, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados.

No caso de activos financeiros disponíveis para venda, em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na reserva de justo valor. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

e) Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nocional. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo *cash-flows* descontados e modelos de valorização de opções.

Os derivados são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados mensalmente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados". As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas "Activos financeiros detidos para negociação" e "Passivos financeiros ao justo valor através de resultados", respectivamente.
O GCA não possui em balanço instrumentos financeiros derivados de cobertura.

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados em separado do instrumento principal, sempre que: i) as suas características económicas e os seus riscos não se encontrem relacionados com as características económicas e riscos do instrumento principal; e ii) o instrumento

principal não se encontre mensurado ao justo valor através de resultados. Tais derivados embutidos são desembutidos, e contabilizados ao justo valor, sendo as variações de justo valor reconhecidas em resultados.

f) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo GCA para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido das depreciações e perdas de imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com empréstimos obtidos para a construção de activos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do activo.
A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Equipamento informático e de escritório	4 a 10
Mobiliário e instalações interiores	6 a 10
Viaturas	4

As vidas úteis dos activos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. Os terrenos não são depreciados. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação, realizadas em edifícios que não sejam propriedade do GCA, são amortizadas em prazo compatível com o da sua utilização esperada ou do contrato de arrendamento, dos dois o mais baixo.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos activos tangíveis, são efectuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do activo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor menos custos de vender, e o

valor de uso do activo, sendo este último calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do activo no final da vida útil definida.
Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo, sendo reconhecidos na demonstração do rendimento integral consolidado.

g) Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente as despesas da fase de desenvolvimento de projectos relativos a sistemas de informação implementados e em fase de implementação, bem como o custo de *software* adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se reflecte para além do exercício em que são realizados.

Os activos gerados internamente, nomeadamente as despesas com desenvolvimento interno, são registados como gasto quando incorridos, sempre que não seja possível distinguir a fase da pesquisa da fase de desenvolvimento, ou não seja possível determinar com fiabilidade os custos incorridos em cada fase ou a probabilidade de fluírem benefícios económicos para o GCA.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 a 6 anos.

h) Activos não correntes detidos para venda

O GCA regista em "Activos não correntes detidos para venda" os imóveis, equipamentos e outros bens recebidos em dação para pagamento de operações de crédito vencido, sendo registados pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do bem, na data da dação. Os imóveis são objecto de avaliações periódicas que dão lugar ao registo de perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados. Os activos tangíveis são registados nesta rubrica a partir do momento da celebração do contrato promessa de dação ou da arrematação.

Em excepção ao enquadramento no parágrafo acima referido, os imóveis que apresentem a existência de "ónus" impeditivo de venda, são enquadrados em "Outros Activos", de acordo com o mencionado no

parágrafo 7 da IFRS 5 “Activos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas”:
Para que este seja o caso, o activo (ou grupo para alienação) deve estar disponível para venda imediata na sua condição presente sujeito Apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para vendas de tais activos (ou grupos para alienação) e a sua venda deve ser altamente provável.

O GCA não reconhece mais-valias potenciais nestes activos.

i) Propriedades de investimento

O GCA regista em “Propriedades de investimento” os imóveis, seguindo as mesmas regras de valorização e mensuração dos activos registados na rubrica de “Outros activos tangíveis”, cuja característica de diferenciação resulta no facto de corresponder aos imóveis detidos pelo GCA, não utilizados na actividade e identificados como sendo geradores de receita, isto é, sobre os quais existe o objectivo de obter algum tipo de rendimento.

Os gastos e rendimentos obtidos em propriedades de investimento do Grupo Crédito Agrícola são registados na rubrica de demonstração de resultados “Outros resultados de exploração”.

j) Provisões

Esta rubrica do passivo inclui as provisões constituídas para fazer face a riscos fiscais, processos judiciais e outros riscos específicos decorrentes da actividade do Crédito Agrícola, de acordo com o IAS 37 (Nota 23).
As provisões para outros riscos e encargos são constituídas com base nos pressupostos da IAS 37 - “Provisões, passivos contingentes e activos contingentes”, correspondentes a passivos ou obrigações presentes, com elevada probabilidade de ocorrência futura ou passivo cuja liquidação se espera que resulte num dispêndio de recursos. O seu elevado grau de certeza obriga ao registo de provisões, não podendo ser apenas divulgado como um “passivo contingente”.

k) Depósitos e outros recursos

Após o reconhecimento inicial, os depósitos e recursos financeiros de Clientes e Instituições de Crédito são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

l) Dívida titulada emitida pelo GCA

As emissões de obrigações do GCA estão registadas na rubrica Outros passivos subordinados. Na data de emissão, as obrigações emitidas são relevadas pelo justo valor (valor de emissão), incluindo despesas e

comissões de transacção, sendo posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

m) Benefícios de empregados

O SICAM subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o Crédito Agrícola (denominado por Acordo Colectivo de Trabalho das Instituições de Crédito Agrícola Mútuo) pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência. No entanto, uma vez que os empregados estão inscritos na Segurança Social, as responsabilidades do SICAM com pensões relativamente aos seus colaboradores consistem no pagamento de complementos face aos níveis previstos no ACTV.

Para cobertura das suas responsabilidades o SICAM dispõe de um Fundo de Pensões do Grupo Crédito Agrícola, o qual se destina a financiar os complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez e pensões de viuvez e orfandade efectuadas pela Segurança Social. Estes complementos são calculados, por referência ao ACTV, de acordo com (i) a pensão garantida à idade presumível de reforma, (ii) com o coeficiente entre o número de anos de serviço prestados até à data do cálculo e o número total de anos de serviço à data de reforma.

Este Fundo, cujos benefícios a atribuir pelo Plano de Pensões são os definidos no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Crédito Agrícola Mútuo, assume, assim, a natureza de um Fundo solidário, estando a sua gestão a cargo da Companhia de Seguros Crédito Agrícola Vida S.A..
De acordo com os estatutos do SICAM, os membros dos seus órgãos sociais não são abrangidos pelos benefícios descritos.

Para o cálculo das pensões do ACTV, o tempo de serviço assumido foi calculado a partir das seguintes datas:

- Para as diuturnidades futuras e respectiva evolução automática na carreira, considerou-se a data de antiguidade para efeito de nível e diuturnidades;
- Para o cálculo das percentagens do anexo V na atribuição das pensões, assumiu-se a data de admissão reconhecida para o Fundo de Pensões.

Para a repartição das responsabilidades por serviços passados a cargo do Fundo de Pensões do Crédito Agrícola, admitiu-se o seguinte:

- Quando a data de antiguidade para efeito de nível e diuturnidades é posterior à data de admissão reconhecida para o Fundo de Pensões, é esta última a considerada no cálculo dos tempos de serviço passado e total;
- Quando a data de antiguidade para efeito de nível e diuturnidades é anterior à data de admissão

reconhecida para o Fundo de Pensões, é esta última a considerada no cálculo do tempo de serviço passado e da data de antiguidade para efeitos de nível e diuturnidades para o tempo de serviço total, uma vez que esta corresponde à da admissão na Banca.

Os métodos de cálculo utilizados foram o do *Projected Unit Credit* para a reforma por velhice e sobrevivência diferida e o dos Prémios Únicos Sucessivos para a reforma por invalidez e sobrevivência imediata.

O cálculo da pensão de sobrevivência aplicou-se somente aos participantes efectivamente casados, admitindo-se como idade do cônjuge a do participante diminuída ou acrescida de três anos, consoante este seja do sexo masculino ou feminino. O cálculo deste benefício encontra-se em função do nível de remuneração do participante, de acordo com o Anexo VI do ACTV.

O SICAM regista anualmente como custo a contribuição para o Fundo de Pensões que é estimada pela Companhia de Seguros Crédito Agrícola Vida S.A. para cada entidade contribuinte em função do número de trabalhadores inscritos.

O Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelos fundos de pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados de pessoal no activo. No entanto, estabelece um período transitório entre 5 e 7 anos relativamente à cobertura do aumento de responsabilidades decorrente da adopção do IAS 19. Durante o ano de 2008, o Banco de Portugal emitiu o Aviso nº 7/2008, de 14 de Outubro de 2008, no qual permite diferir os impactos da transição acima identificados, por um período adicional de três anos face ao período estipulado inicialmente. Foi decisão da Caixa Central prolongar o diferimento dos impactos de transição tal como permitido no Aviso acima referido.

Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), os quais foram calculados com base nos mesmos pressupostos que as responsabilidades com complementos de pensões. Decorrente da aplicação do IAS 19 Revisto (como início no exercício de 2013), os ganhos e perdas actuariais resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos na sua totalidade como um rendimento integral do respectivo exercício em que ocorrem, sendo registado numa rubrica de resultados transitados.

Os valores registados no exercício em resultados, passam a ser apurados pelo seu "*net interest*":

- Custo do Serviço (P&L): O custo do serviço inclui o custo dos serviços correntes, custo dos serviços passados e ganhos ou perdas aquando das liquidações;
- Juro líquido (P&L): O juro líquido é determinado pela multiplicação da taxa de desconto pelo passivo (activo) líquido de benefícios definidos (ambos determinados no início do período de relato anual, tendo em conta qualquer variação do passivo (activo) líquido de benefícios definidos durante o período em consequência do pagamento de contribuições e benefícios);
- Remensurações (Outro Rendimento Integral): Inclui todas as alterações resultantes da remensuração das responsabilidades por serviços passados e activos do plano.

n) Prémios de antiguidade

Nos termos do ACTV, o SICAM assumiu o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição), respectivamente. O SICAM determina o valor actual dos benefícios com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais pelo método *Projected Unit Credit*. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade utilizadas para o apuramento das responsabilidades com pensões. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de *rating* elevado e prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

O impacto dos desvios actuariais estimados em cada exercício é registado em resultados do exercício.

o) Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no exercício a que se referem;

Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

p) Impostos sobre os lucros

As entidades do GCA são tributadas individualmente e estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC).

As contas das sucursais são integradas nas contas da Caixa Central para efeitos fiscais.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais também são registados como impostos diferidos activos.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, sendo que os activos por impostos diferidos apenas são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou prejuízos fiscais. No entanto, não são registados impostos diferidos nas seguintes situações:

- Diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável;
- Diferenças temporárias dedutíveis resultantes de lucros não distribuídos por empresas filiais e associadas, na medida em que a Caixa Central tenha a possibilidade de controlar a sua reversão e seja provável que a mesma não venha a ocorrer num futuro previsível.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

q) Locação financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

- Como locador:

Enquanto locador os activos alienados em regime de locação financeira são desreconhecidos sendo registado no balanço o saldo do crédito concedido como "Crédito a clientes" (quantia equivalente ao valor de investimento líquido efectuado nos bens locados, juntamente com qualquer residual não garantido a favor da entidade do GCA), o qual é reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros em "Juros e rendimentos similares", com base numa taxa de retorno periódica constante, calculada sobre o valor do investimento líquido referido.

- Como locatário:

Os activos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor em "Outros activos tangíveis" e no passivo, processando-se as respectivas amortizações. As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em "Juros e encargos similares".

r) Seguros

1) Contratos de Seguro

Os contratos de seguro são contratos segundo os quais a Seguradora assume um risco de seguro significativo da pessoa segura, aceitando compensá-la no caso de um acontecimento futuro incerto que a afecte de forma adversa. Este tipo de contrato encontra-se no âmbito da IFRS 4 (Seguros de Vida puros).

Os contratos de investimento são contratos que envolvem exclusivamente risco financeiro, não tendo risco de seguro significativo. Estes contratos podem ainda ser diferenciados entre contratos puramente financeiros e aqueles que possuem uma característica de participação discricionária (participação nos resultados). Se os contratos de investimento forem puramente financeiros enquadram-se no âmbito da IAS 39, se atribuírem uma participação discricionária enquadram-se no âmbito da IFRS 4 (Produtos de capitalização com taxas garantidas e com participação nos resultados), continuando a reconhecer como proveito os prémios recebidos e como custo o correspondente aumento de responsabilidades.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos activos afectos a seguros com participação nos resultados, são repartidos entre uma componente de passivo e uma componente de

capitais próprios, com base nas condições dos produtos e no historial de participações de resultados atribuídas.

2) Reconhecimento de proveitos e custos

Os prémios de contratos de seguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são registados quando emitidos, na rubrica "Prémios, líquidos de resseguro", da demonstração de resultados.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática de seguros de vida, sendo o custo reflectido no mesmo momento em que são registados os proveitos associados aos prémios emitidos.

As principais políticas contabilísticas e bases de mensuração das provisões técnicas, são as seguintes:

i) Provisão para prémios não adquiridos

Reflecte a parte dos prémios emitidos contabilizados no exercício, respeitantes a riscos ainda não incorridos à data do balanço e a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes, com o objectivo de garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos dele resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro. É determinada, para cada contrato em vigor, pela aplicação do método prorata temporis aos prémios brutos emitidos.

Ao montante calculado da provisão para prémios não adquiridos é deduzido a parte do custo a diferir das remunerações pela mediação de seguros e de outros custos de aquisição.

ii) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor. Esta provisão é calculada para o seguro directo, com base nos rácios de sinistralidade, de cedência, de despesas e de rendimentos, de acordo com o definido pela ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

iii) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não participados ("*IBNR-Incurred but not reported*") e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização. A provisão para sinistros participados e não participados é estimada pelo GCA com base na experiência passada, informação disponível e pela aplicação de métodos estatísticos.

Para o cálculo da provisão para IBNR, nos ramos automóvel, acidentes de trabalho, habitação, comércio e serviços e responsabilidade civil (exploração e geral), foram efectuadas estimativas actuariais, baseadas em triangulações de valores pagos, tendo em conta as características específicas de cada ramo. Para os restantes ramos, aplicou-se uma taxa genérica de 4% ao valor dos custos com sinistros do exercício relativos a sinistros declarados, para provisionar a responsabilidade com sinistros a serem participados após o fecho do exercício. A provisão para custos de gestão de sinistros é calculada utilizando o método do custo médio. Considerou-se ainda uma provisão matemática no ramo de acidentes de trabalho, relativa às seguintes responsabilidades com sinistros ocorridos até 31 de Dezembro: (i) pensões a pagar já homologadas pelo Tribunal do Trabalho; (ii) pensões a pagar com acordo de conciliação já realizado; (iii) pensões de sinistros já ocorridos mas que se encontram pendentes de acordo final ou sentença. As provisões matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de acidentes de trabalho, são calculadas utilizando pressupostos actuariais baseados em métodos actuariais reconhecidos e na legislação laboral vigente.

Adicionalmente, constitui-se uma provisão matemática para fazer face: (i) às responsabilidades com pensões de sinistros já ocorridos relativas a potenciais incapacidades permanentes de sinistrados em tratamento; e (ii) a sinistros já ocorridos e ainda não participados.

As provisões para sinistros não são reconhecidas pelo seu valor actual, com excepção da provisão matemática de acidentes de trabalho, que é calculada com base numa estimativa dos fluxos de caixa futuros, actualizados a uma taxa de desconto de 3,25%.

Qualquer insuficiência ou excesso da provisão para sinistros, se vier a existir, é registada nos resultados correntes, quando determinada.

iv) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. No

âmbito dos riscos assumidos pelo GCA, esta provisão é apenas constituída para o risco de fenómenos sísmicos, sendo calculada através da aplicação de um factor de risco, definido pelo ASF para cada zona sísmica, aos capitais seguros retidos pelo GCA.

v) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro directo, tendo em consideração as percentagens de cessão ao resseguro, bem como outras cláusulas constantes nos tratados de resseguro em vigor.

vi) Provisão matemática do ramo vida

A provisão matemática do Ramo Vida corresponde à diferença entre os valores actuais das responsabilidades da Companhia e os valores actuais das responsabilidades dos tomadores de seguro, relativamente às apólices emitidas, sendo calculada com base em métodos actuariais reconhecidos e em conformidade com as notas técnicas aprovadas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões para cada uma das modalidades.

De acordo com estas notas técnicas, a provisão é calculada com base na tábua de mortalidade GKM80 e com as taxas de juro técnicas definidas para cada modalidade.

vii) Provisão para estabilização de carteira do ramo vida

A provisão para estabilização de carteira é constituída relativamente aos contratos de seguro de grupo anuais renováveis, que garantem como cobertura principal o risco de morte, com vista a fazer face ao agravamento do risco inerente à progressão da média etária do grupo seguro, sempre que este tenha sido tarifado com base numa taxa única, a qual, por compromisso contratual, se deva manter por um certo prazo.

viii) Provisão para compromissos de taxa do ramo vida

A cada data de reporte, a Companhia procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contractos de seguro e de contractos de investimento com participação nos resultados discricionária. Essa avaliação é efectuada tendo por base a projecção dos *cash-flows* futuros associados a cada contracto, descontados considerando a estrutura temporal de taxas de juro disponibilizada pela *European Insurance and Occupational Pensions Authority*, (EIOPA) para efeitos de cálculos de Provisões Técnicas no âmbito do regime Solvência II, sendo feita produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Na eventualidade de existir uma diferença entre os valores das

responsabilidades e a projecção de cash-flows futuros descontados, esta é registada em resultados por contrapartida da rubrica provisão para compromissos de taxa.

ix) Provisão para participação nos resultados

Provisão para participação nos resultados a atribuir (shadow accounting)

De acordo com o estabelecido na IFRS 4, os ganhos e perdas não realizados dos activos financeiros afectos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária são atribuídos aos tomadores de seguro, na parte estimada da sua participação, através do reconhecimento de uma responsabilidade, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizados quando se realizarem.

Esta provisão corresponde ao valor líquido dos ajustamentos de justo valor relativos aos investimentos afectos a Seguros de Vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato. A estimativa dos montantes a atribuir aos segurados sob a forma de participação nos resultados em cada modalidade ou conjunto de modalidades deve ser calculada tendo por base um plano adequado, aplicado de forma consistente, que tenha em consideração o plano de participação nos resultados, a maturidade dos compromissos, dos activos afectos e ainda outras variáveis específicas da modalidade ou modalidades em causa.

Ao longo do período de duração dos contratos de cada modalidade ou conjunto de modalidades, o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir que lhe corresponde deve ser integralmente utilizado pela compensação dos ajustamentos negativos do justo valor dos investimentos e pela sua transferência para a provisão para participação nos resultados atribuída.

Provisão para participação nos resultados atribuída

Esta provisão inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos sob a forma de participação nos resultados que não tenham ainda sido distribuídos, designadamente mediante a inclusão na provisão matemática dos contratos.

x) Contratos de seguro e de investimento com participação discricionária nos resultados

Conforme acima referido, o GCA manteve a generalidade das políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro e aos contratos de investimento com participação nos resultados, nos casos em que a participação nos resultados inclui uma componente de discricionariedade por parte das companhias, continuando a reconhecer como proveito os prémios recebidos e como custo os correspondentes aumentos de responsabilidades.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respectivas condições contratuais prevêem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato; e
- Cujo montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discrição do emissor; e
- Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados activos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As responsabilidades originadas por contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são incluídas nos testes de adequacidade de passivos realizados pelo GCA.

xi) Derivados embutidos em contratos de seguro

De acordo com o permitido pelo IFRS 4, as opções detidas pelos tomadores dos contratos de seguro de resgatar antecipadamente os contratos em vigor por um montante fixo, ou por um montante fixo acrescido de uma componente de juro, não são destacadas do contrato de acolhimento.

xii) Testes de adequacidade de passivos

De acordo com os requisitos do IFRS 4, o GCA realiza com referência à data das demonstrações financeiras, testes de adequacidade dos passivos relacionados com os contratos de seguro em vigor, considerando estimativas do valor actual dos *cash flows* futuros associados aos contratos, incluindo as despesas a incorrer com a regularização dos sinistros e os *cash flows* associados a opções e garantias implícitas nos contratos de seguro.

Caso o valor actual das responsabilidades estimadas através destes testes seja superior ao valor dos passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras, líquido do valor contabilístico dos custos de aquisição diferidos e dos activos intangíveis relacionados com os referidos contratos, são registadas provisões adicionais por contrapartida da demonstração de resultados do exercício.

A metodologia e os principais pressupostos utilizados na realização dos testes de adequacidade de passivos são os seguintes:

Ramo vida

O teste da adequação dos passivos é feito através da actualização, à taxa de juro de mercado sem risco dos *cash-flows* futuros de sinistros, resgates, vencimentos, comissões e despesas de gestão, deduzidos dos cash-flows futuros de prémios.

Estes *cash-flows* futuros são projectados apólice a apólice, atendendo às bases técnicas prudentes em utilização, as quais são calculadas com base na análise histórica dos seus dados do seguinte modo:

Mortalidade:

Com base em ficheiros extraídos dos seus sistemas informáticos, obtém-se o número de pessoas seguras por idade no início, no fim e as sinistradas no ano. A partir destes dados, calcula-se o número de pessoas expostas ao risco em cada idade, e multiplicando-se este valor pela probabilidade de morte de uma determinada tábua de mortalidade determina-se o número esperado de sinistros, de acordo com essa tábua. Comparando esse valor com o real obtém-se a sinistralidade real do ano em percentagem da tábua. Analisando os valores dos últimos cinco anos determina-se então o pressuposto de mortalidade. Esta análise é feita em separado para os produtos de Vida Risco e Capitalização.

Resgates:

Com base em ficheiros extraídos dos seus sistemas informáticos, obtém-se as provisões matemáticas no início e fim do ano e os montantes resgatados, por produto. A partir destes dados, calcula-se o valor médio de provisões matemáticas de cada produto, e dividindo-se o montante de resgates por esse valor obtém-se a taxa de resgate do ano. Analisando os valores dos últimos cinco anos determina-se o pressuposto de resgate de cada produto.

Despesas:

As despesas repartem-se em despesas de investimento, administrativas e com sinistros. Por forma a obter os custos unitários, divide-se as despesas de investimento pelo valor médio de provisões matemáticas, as administrativas pelo número médio de pessoas seguras e as de sinistros pelo número total de sinistros do ano.

Taxas de Rendimento:

A determinação das taxas de rendimento futuras, a aplicar às provisões matemáticas, é feita com base na taxa de juro de mercado sem risco. Com base nas taxas de rendimento obtidas são projectadas participações nos resultados futuras, as quais são posteriormente incorporadas nas provisões matemáticas, sendo depois projectadas nos vencimentos, sinistros e resgates futuros.

Provisões para Sinistros:

São projectados os *cash flows* futuros do *run-off* da empresa nas coberturas de morte e invalidez tendo em vista determinar o seu custo futuro por comparação com o custo actual. Para este efeito usam-se métodos estatísticos. Os *cash flows*, sendo de curto prazo, são calculados sem desconto de provisões.

Ramos não vida

Os actuários responsáveis avaliam regularmente a adequabilidade das provisões socorrendo-se para isso da análise das responsabilidades das companhias nas vertentes da incerteza, duração contratual, natureza dos sinistros e despesas de regularização de sinistros. Aplicam ainda um conjunto de cenários micro e macroeconómicos para a verificação da adequação dos mesmos.

xiii) Imparidade de saldos devedores relacionados com contratos de seguro e de resseguro

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras o GCA avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos activos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respectivos activos é reduzido por contrapartida da demonstração de resultados do exercício, sendo o custo reflectido na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações".

s) Demonstração dos fluxos de caixa

Para efeitos da preparação da Demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes, engloba os valores registados no balanço nas rubricas de caixa, disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito. São excluídos os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do GCA são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela gestão, que podem afectar o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

O uso de estimativas e pressupostos, por parte da gestão, mais significativas são as seguintes:

Justo valor dos instrumentos financeiros

O Justo valor é baseado em cotações de mercado, sempre que disponíveis. No entanto, e na ausência de cotação, os instrumentos financeiros são valorizados com base em *bids* indicativos calculados por terceiros através de modelos de valorização ou de acordo com metodologias de valorização considerando essencialmente *inputs* observáveis em mercado com impacto significativo na valorização do instrumento.

Benefícios a empregados

As responsabilidades com complemento de pensões de reforma e sobrevivência são estimadas utilizando pressupostos actuariais e financeiros, nomeadamente no que se refere à mortalidade, crescimento dos salários e das pensões e taxas de juro de longo prazo. Neste sentido, os valores reais podem diferir das estimativas efectuadas.

Activos por impostos diferidos

São reconhecidos activos por impostos diferidos para prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que venham a existir no prazo futuro estabelecido por lei resultados fiscais positivos. Para o efeito são efectuados julgamentos para determinação do montante de impostos diferidos activos que podem ser reconhecidos, baseados no nível de resultados fiscais futuros esperados de acordo com projecções económico-financeiras em condições de incerteza. Caso estas estimativas não se concretizem, existe o risco de ajustamento no valor do activo por impostos diferidos em exercícios futuros.

Avaliação de activos imobiliários

O serviço de avaliações é prestado por peritos independentes, registados na CMVM e com qualificações, reconhecida competência e experiência profissional, adequadas ao desempenho das respectivas funções.

Os procedimentos de avaliação pressupõem a recolha de informação rigorosa, quer de documentação actualizada, quer numa inspecção do imóvel e zona envolvente, quer na análise do mercado, transacções, relação oferta/procura e perspectivas de desenvolvimento. O tratamento da informação permite a adopção de valores base para o cálculo, por aplicação dos métodos e sua comparação.

O valor de realização dos activos está dependente da evolução futura das condições do mercado imobiliário.

Imparidade de imóveis de serviço próprio

Os imóveis de serviço próprio encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade. As avaliações dos imóveis de serviço próprio, utilizadas na realização dos testes de imparidade, foram efectuadas com o pressuposto da continuidade das operações e utilizando o método do custo da reposição depreciado.

Determinação dos passivos por contratos de seguros

A determinação das responsabilidades do Grupo por contratos de seguros é efectuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.4. n) acima. Estes passivos reflectem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas das companhias de seguros do Grupo, efectuada com base em pressupostos actuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no sector.

Face à natureza da actividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjectividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efectuadas.

No entanto, o Grupo considera que os passivos por contratos de seguros reflectidos nas contas consolidadas reflectem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pelo Grupo.

Imparidade em crédito a clientes

O Grupo efectua uma avaliação da sua carteira de crédito, em base periódica, por forma a avaliar a existência de evidência de imparidade. Neste contexto, os clientes identificados com crédito em incumprimento e, cujas responsabilidades totais sejam consideradas de montante significativo para o Grupo, são objecto de análise individual para avaliar as necessidades de registo de perdas por imparidade. Estas estimativas são baseadas em assunções sobre um conjunto de factores que se podem modificar no futuro e, consequentemente alterar os montantes de imparidade. Adicionalmente, é também realizada uma análise colectiva de imparidade às restantes operações de crédito que não foram objecto de análise individual, através da alocação de tais operações em segmentos de crédito, com características e riscos similares, sendo estimadas perdas colectivas de imparidade, cujo cálculo tem por base o comportamento histórico das perdas, para o mesmo tipo de activos. Os créditos analisados individualmente, para os quais não se tenha verificado a existência objectiva de imparidade, são agrupados tendo por base características de risco semelhantes e avaliados colectivamente para efeitos de imparidade.

4. EMPRESAS DO GRUPO

Em 31 de Dezembro de 2015, as entidades que integram o Grupo Crédito Agrícola são:

	Capitais Próprios	Activo Líquido	Lucro/(Prejuízo) do exercício	Participação directa	Participação efectiva	Método de consolidação
Bancos						
Caixas de Crédito Agrícola Mútuo [1]	12.19.230.905	12.663.349.131	49.808.963	100,00%	100,00%	Integral
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	254.978.032	6.022.848.429	4.961.464	100,00%	100,00%	Integral
Gestão de activos e corretagem						
Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A.	2.860.051	3.757.181	534.704	100,00%	100,00%	Integral
Crédito Agrícola Imóveis, Unipessoal, Lda.	3.122.207	56.493.981	(5.725.049)	100,00%	100,00%	Integral
Prestação de Serviços						
FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo FCRL	4.778.584	7.102.670	(394.902)	99,98%	99,98%	Integral
Crédito Agrícola Consult - Assessoria Financeira e de Gestão S.A.	314.983	479.888	235.041	100,00%	100,00%	Integral
Crédito Agrícola Informática-Serviços de Informática S.A.	7.017.874	18.573.279	395.900	99,45%	99,45%	Integral
Capital de risco						
Agrocapital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	986.571	1.125.272	(26.699)	66,67%	66,67%	Integral
Fundos de investimento						
FEIIA CA Imobiliário	220.390.819	227.618.589	(11903.818)	92,77%	99,89%	Integral
FIIF CA Arrendamento Habitacional	106.075.341	108.351.585	(4.805.582)	100,00%	100,00%	Integral
FEIIF ImoValorCA	19.582.925	21.005.120	74.109	100,00%	100,00%	Integral
FCR Central Frie	2.195.229	2.198.040	(23.367)	28,57%	28,57%	Eq. Patrimonial
FCR Agrocapital 1	13.184.278	13.314.505	(1145.033)	27,78%	30,00%	Eq. Patrimonial
Seguros						
Crédito Agrícola Seguros	49.171.323	207.738.587	10.172.173	97,40%	97,40%	Integral
Crédito Agrícola Vida	80.826.673	1.880.125.527	6.717.282	99,96%	99,96%	Integral
Outras						
CA Serviços - Serviços Informáticos e de Gestão - ACE	-	59.911.400	-	94,61%	99,98%	Integral
Crédito Agrícola SGPS S.A.	73.832.204	207.352.188	30.562.856	100,00%	100,00%	Integral
Crédito Agrícola Seguros & Pensões SGPS S.A.	127.688.079	127.688.794	(186)	99,98%	99,98%	Integral
CCCAM Gestão de Investimentos Unipessoal Lda	317.794	22.273.645	(560.190)	100,00%	100,00%	Integral
RNA - Rede Nacional de Assistencia	2.669.929	-	741806	20,00%	20,00%	Eq. Patrimonial

Nota: Os valores reportam-se a 31de Dezembro de 2015 (saldos contabilísticos antes de ajustamentos de consolidação)

[1] Estes valores correspondem à soma algébrica dos balanços das Caixas Agrícolas Associadas

As sedes das entidades do Grupo são as seguintes:

A Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL, a Crédito Agrícola SGPS S.A. e a Crédito Agrícola Imóveis, Sociedade Imobiliária Unipessoal, Lda têm sede na Rua Castilho, n.º 233 – 1099-004 Lisboa.

A Crédito Agrícola Seguros, S.A., a Crédito Agrícola Vida, S.A. e a Crédito Agrícola Seguros e Pensões S.G.P.S., têm a sua sede na Rua de Campolide 372, 1070-040 Lisboa.

A CA Informática – Serviços de Informática, S.A. e a CA Serviços – Serviços Informáticos e de Gestão - ACE têm sede na Rua Teófilo Braga, Lote 43 Damaia – 2720-526 Amadora.

A Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., a Crédito Agrícola Consult S.A., a CCCAM Gestão de Investimentos Unipessoal Lda e a Agrocapital SCR S.A. têm sede na Avenida da Republica, n.º 23 – 1050-185 Lisboa.

A FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, FCRL, tem sede na Rua Professor Henrique Barros, Edifício Sagres, 7.º Piso - 2685-338 Prior Velho.

A Agrocapital – Sociedade de Capital de Risco S.A. tem sede na Rua Júlio Dinis nº.535 – 4050-325 Porto.

O FEIIA CA Imobiliário e o FIIF CA Arrendamento Habitacional são fundos de investimento imobiliário cuja sociedade gestora é a Square Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário S.A, que tem sede na Rua Tierno Galvan, Torre 3, Piso 7, Sala 706, 1070-274 Lisboa.

O FEIIF Imovalor CA é um fundo de investimento imobiliário, cuja sociedade gestora é a Selecta – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário S.A, que tem sede na Rua de S. Caetano à Lapa, nº 6, Bloco C, 1º Piso, 1200-829 Lisboa.

A RNA Seguros de Assistência S.A. tem sede na Av. Eng.º Duarte Pacheco – Edf. Amoreiras, Torre 1 - 12º Piso - Sala 1, 1070-101 Lisboa.

O FCR Agrocapital 1 é um fundo de capital de risco para investidores qualificados, cuja sociedade gestora é a Agrocapital SCR S.A..

O FCR Central Frie é um fundo de capital de risco para investidores qualificados, cuja sociedade gestora é a Caixa Central CRL, que tem sede na Rua Castilho, n.º. 233 – 1099-004 Lisboa.

As alterações ocorridas no perímetro de consolidação em 2015 encontram-se descritas na Nota 1.

5. RELATO POR SEGMENTOS

De forma a cumprir o disposto na norma IFRS 8, o Grupo Crédito Agrícola efectuou uma análise às suas linhas de negócio, tendo identificado quatro segmentos materialmente relevantes. A saber:

- Banca comercial/de retalho: Inclui todas as actividades relacionadas com a carteira própria, derivados, aplicações e recursos de outras instituições de crédito, operações de tesouraria.
- Gestão de fundos investimento e patrimónios: Inclui as operações relacionadas principalmente com a gestão de fundos de investimento imobiliário.
- Actividade seguradora: Inclui as operações relacionadas com a comercialização e gestão dos seguros do ramo vida e de ramos reais (não vida).

- Serviços de consultoria: Inclui a prestação de serviços de assessoria económico-financeira ou estratégia especializada, a prestação de serviços de natureza contabilística ou de consultoria de direcção e gestão de empresas, a elaboração ou a revisão de estudos económico-financeiros.
- Outros: Inclui todas as restantes operações, nomeadamente as relacionadas com a prestação de outros serviços de apoio ao negócio do GCA.

Nos exercícios de 2015 e 2014, a segmentação dos resultados do GCA por linhas de negócios é a seguinte:

	2015						
			Actividade seguradora				
	Banca comercial/de retalho	Gestão de fundos investimento e patrimónios	Ramo vida	Ramo não vida	Serviços de consultoria	Outros	Total
Margem financeira	245.129.356	9.541	62.715.331	2.985.030	268	(1.192.458)	309.647.068
Margem técnica da actividade de seguros	-	-	(11.952.171)	31.613.450	-	-	19.661.279
Rendimentos de instrumentos de capital	338.585	-	809.145	163.481	-	694.056	2.005.267
Resultados de serviços e comissões	130.192.921	(3.714.474)	(12.689.516)	(14.503.641)	-	(1.004.932)	98.280.358
Outros resultados de exploração e outros	127.095.504	(6.186.141)	(22.636.534)	8.495.571	938.475	(22.088.901)	85.617.974
Produto bancário	502.756.366	(9.891.074)	16.246.255	28.753.891	938.743	(23.592.235)	515.211.946
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos	(287.667.776)	(5.787.694)	(6.798.478)	(14.846.858)	(693.049)	14.350.840	(301.443.015)
Amortizações do exercício	(13.169.813)	(34.482)	(543.267)	(1.854.088)	(794)	(11.870.307)	(27.472.751)
Provisões e imparidade	(126.901.606)	(319.583)	-	(1.114.207)	5.722	15.387.950	(112.941.724)
Resultados de participações em associadas	-	-	-	-	-	(226.596)	(226.596)
Resultado antes de impostos e de int minoritários	75.017.171	(16.032.833)	8.904.510	10.938.738	250.622	(5.950.348)	73.127.860
Impostos	(18.706.056)	(67.754)	(2.187.228)	(766.565)	(15.581)	2.988.180	(18.755.004)
Resultado após impostos e antes de int minoritários	56.311.115	(16.100.587)	6.717.282	10.172.173	235.041	(2.962.168)	54.372.856
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	(260.362)	(260.362)
Resultado líquido do exercício	56.311.115	(16.100.587)	6.717.282	10.172.173	235.041	(3.222.530)	54.112.494

	2014						
			Actividade seguradora				
	Banca comercial/de retalho	Gestão de fundos investimento e patrimónios	Ramo vida	Ramo não vida	Serviços de consultoria	Outros	Total
Margem financeira	248.224.904	28.348	57.430.397	3.262.558	(369)	(2.005.972)	306.939.866
Margem técnica da actividade de seguros	-	-	(44.928.107)	23.430.850	-	-	(21.497.257)
Rendimentos de instrumentos de capital	341.067	-	743.935	75.000	-	481.307	1.641.309
Resultados de serviços e comissões	128.522.319	(4.003.856)	(11.518.041)	(10.765.112)	-	(1.633.954)	100.601.356
Outros resultados de exploração e outros	177.289.656	(31.050.946)	27.952.632	6.907.486	1.207.894	6.566.701	188.873.423
Produto bancário	554.377.946	(35.026.454)	29.680.816	22.910.782	1.207.525	3.408.082	576.558.697
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos	(286.284.166)	(5.997.238)	(5.977.058)	(14.719.194)	(832.514)	14.375.515	(299.434.655)
Amortizações do exercício	(14.190.456)	(29.807)	(324.026)	(2.087.302)	(9.248)	(15.502.749)	(32.143.588)
Provisões e imparidade	(200.506.567)	(301.967)	(17.408.240)	(1.309.890)	(277.722)	40.484.337	(179.320.049)
Resultados de participações em associadas	-	-	-	-	-	(100.227)	(100.227)
Resultado antes de impostos e de int minoritários	53.396.757	(41.355.466)	5.971.492	4.794.396	88.041	42.664.958	65.560.178
Impostos	(28.891.360)	(202.423)	(1.912.102)	(1.400.265)	(23.692)	(6.151.864)	(38.581.706)
Resultado após impostos e antes de int minoritários	24.505.397	(41.557.889)	4.059.390	3.394.131	64.349	36.513.094	26.978.472
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	(95.001)	(95.001)
Resultado líquido do exercício	24.505.397	(41.557.889)	4.059.390	3.394.131	64.349	36.418.093	26.883.471

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a segmentação dos principais activos e passivos do GCA por linhas de negócio é a seguinte:

	2015						
			Actividade seguradora				
	Banca comercial/de retalho	Gestão de fundos investimento e patrimónios	Ramo vida	Ramo não vida	Serviços de consultoria	Outros	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais e outras instituições de crédito	421.057.461	9.765.867	12.326.747	3.631.003	279.027	(25.253.210)	421.806.895
Activos financeiros detidos para negociação	223.737	-	35.081.002	-	-	-	35.304.739
Activos financeiros disponíveis para venda	3.729.380.698	-	1.750.434.190	180.136.569	147	(313.639.752)	5.346.311.852
Aplicações em instituições de crédito	94.827.185	27.805.126	-	-	-	(27.503.879)	95.128.432
Crédito a clientes	7.548.031.463	-	6.985.236	-	-	-	7.555.016.699
Propriedades de investimento	-	82.583.185	-	-	-	-	82.583.185
Outros	1.236.527.536	238.565.272	72.483.710	15.603.570	200.714	(163.773.662)	1.399.607.140
Activo liquido total	13.030.048.080	358.719.450	1.877.310.885	199.371.142	479.888	(530.170.503)	14.935.758.942
Recursos de bancos centrais	(385.809.900)	-	-	-	-	-	(385.809.900)
Passivos financeiros detidos para negociação	(3.945)	-	-	-	-	-	(3.945)
Recursos de outras instituições de crédito	(240.007.012)	(3.267.330)	-	(745.513)	-	4.012.843	(240.007.012)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(10.969.821.411)	-	-	-	-	59.735.748	(10.910.085.663)
Outros	(291.523.502)	(6.781.425)	(1.796.484.211)	(149.454.307)	(164.905)	49.359.598	(2.195.048.752)
Passivo total	(11.887.165.770)	(10.048.755)	(1.796.484.211)	(150.199.820)	(164.905)	113.108.189	(13.730.955.272)

	2014						
			Actividade seguradora				
	Banca comercial/de retalho	Gestão de fundos investimento e patrimónios	Ramo vida	Ramo não vida	Serviços de consultoria	Outros	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais e outras instituições de crédito	501.641.248	2.291.889	14.341.519	4.053.184	402.856	(21.070.531)	501.660.165
Activos financeiros detidos para negociação	869.057	-	29.447.557	-	-	1.479.644	31.796.258
Activos financeiros disponíveis para venda	4.274.606.582	-	1.623.985.729	149.889.890	94	(300.729.185)	5.747.753.110
Aplicações em instituições de crédito	190.677	28.002.247	7.054.106	14.063.250	-	(46.116.279)	3.194.001
Crédito a clientes	7.309.836.586	-	-	-	-	(48.395.319)	7.261.441.267
Propriedades de investimento	-	94.835.032	-	-	-	-	94.835.032
Outros	1.177.348.116	238.616.858	79.838.386	24.246.744	107.685	(109.996.895)	1.410.160.894
Activo liquido total	13.264.492.266	363.746.026	1.754.667.297	192.253.068	510.635	(524.828.565)	15.050.840.727
Recursos de bancos centrais	(980.225.728)	-	-	-	-	-	(980.225.728)
Passivos financeiros detidos para negociação	(196.836)	-	-	-	-	-	(196.836)
Recursos de outras instituições de crédito	(136.156.329)	(4.823.533)	-	(1.510.425)	-	6.333.893	(136.156.394)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(10.620.336.672)	-	-	-	-	83.727.820	(10.536.608.852)
Outros	(361.348.608)	(6.829.638)	(1.673.480.464)	(148.401.211)	(140.693)	3.472.997	(2.186.727.617)
Passivo total	(12.098.264.173)	(11.653.171)	(1.673.480.464)	(149.911.636)	(140.693)	93.534.710	(13.839.915.427)

6. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Caixa:		
Moeda nacional	98.530.029	101.668.949
Moedas estrangeiras	7.593.622	6.691.046
	106.123.651	108.359.995
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	248.090.561	315.047.715
	354.214.212	423.407.710

As instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes.

O regime de reservas mínimas do Banco Central Europeu (BCE) é aplicável às instituições de crédito na área do euro e visa principalmente a estabilização das taxas de juro do mercado monetário e a criação (ou alargamento) de uma escassez estrutural de liquidez.

O valor das reservas mínimas a cumprir por cada instituição é determinado a partir da aplicação dos coeficientes de reservas à base de incidência, a qual resulta do somatório de um subconjunto de rubricas do passivo do seu balanço. Presentemente, o coeficiente é de 1% para as responsabilidades de prazo igual ou inferior a dois anos.

Os períodos de manutenção de reservas mínimas são definidos de acordo com o calendário elaborado pelo BCE. Para prosseguir o objectivo de estabilização das taxas de juro, o regime de reservas mínimas do BCE permite que as instituições utilizem uma cláusula de média. Assim, o cumprimento das reservas mínimas é verificado a partir da comparação entre a média de valores dos saldos diários de depósitos à ordem detidos pela instituição no Banco de Portugal ao longo de um período de manutenção de reservas e o valor de reservas a cumprir referido anteriormente.

As reservas mínimas efectivamente constituídas são remuneradas, durante o período de manutenção, à média da taxa marginal de colocação (ponderada de acordo com o número de dias de calendário) das operações principais de refinanciamento do Eurosistema. De acordo com a Decisão do Conselho do Banco Central Europeu BCE/2014/23 de 5 de Junho de 2014, os depósitos que excedam o valor médio de reservas mínimas a cumprir serão remunerados a uma taxa de zero por cento ou à taxa de juro da facilidade permanente de depósito, consoante a que for mais baixa. Como tal, sobre as reservas excedentárias poderá incidir uma taxa de juro negativa.

No contexto actual em que as taxas de depósito são negativas, os depósitos junto do Banco de Portugal são remunerados a 0%, até ao montante das Reservas Mínimas de Caixa (RMC), e à taxa *Deposit Facility*, no montante que excede as RMC.

A taxa *Deposit Facility* era de -0,20% a 31 de Dezembro de 2014 e de -0,30% a 31 de Dezembro de 2015.

7. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Disponibilidades em Instituições de Crédito no País:		
Cheques a cobrar	49.202.302	49.645.366
Depósitos à ordem	6.071.619	3.313.273
	55.273.921	52.958.639
Disponibilidades em Instituições Crédito no Estrangeiro:		
Depósitos à ordem	12.318.607	25.293.673
	67.592.528	78.252.312
Juros a receber	155	143
	67.592.683	78.252.455

Os cheques a cobrar em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 foram compensados na sua grande maioria nos primeiros dias de Janeiro de 2016 e 2015, respectivamente.

8. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de capital	-	1.479.644
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo (Nota 12)		
Forwards cambiais	6.561	869.057
Swaps de taxa de juro	35.298.179	29.447.557
	35.304.739	31.796.258
Cotados	-	-
Não cotados	35.304.739	31.796.258
	35.304.739	31.796.258

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

9. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Títulos		
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	68.176.744	77.271.424
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	26.865	27.285
	68.203.609	77.298.709
Cotados	68.203.609	77.298.709
	68.203.609	77.298.709

Os títulos emitidos por residentes correspondem a dívida soberana portuguesa.

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

10. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	1.748.615.290	1.130.723.181
Instrumentos de capital	57.092.203	91.226.449
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	3.466.152.480	4.475.035.797
Instrumentos de capital	81.100.603	61.552.946
	5.352.960.576	5.758.538.372
Imparidade (Nota 24)	(6.648.724)	(10.785.262)
	(6.648.724)	(10.785.262)
	5.346.311.852	5.747.753.110
Cotados	5.329.749.559	5.717.677.954
Não cotados	16.562.293	30.075.156
	5.346.311.852	5.747.753.110

A rubrica instrumentos de divida emitidos por residentes inclui o montante de 1.377.869.606 euros que corresponde a divida soberana portuguesa.

A rubrica instrumentos de divida emitidos por não residentes, inclui divida soberana estrangeira no montante de 2.490.055.546 euros, sendo os valores mais relevantes os das dívidas soberanas emitidas por Espanha e Itália – 489.457.267 Euros e 1.718.477.694 Euros, respectivamente.

em milhares de euros

	2015						
	Prazos residuais contratuais						
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activos financeiros disponiveis para venda	66.057	656.548	863.472	2.141.854	1.486.837	138.193	5.352.961

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

11. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Aplicações em Instituições de Crédito no País:		
Em outras instituições de crédito:		
Depósitos	30.300.000	3.057.362
Papel Comercial a desconto	60.000.000	
Empréstimos	5.050.000	120.000
Operações de compra de acordo com revenda		
Aplicações subordinadas		
Outras aplicações	2.331	2.338
	95.352.331	3.179.700
Juros a receber	(223.899)	14.301
	95.128.432	3.194.001

Em Dezembro de 2015 e 2014, os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito apresentavam a seguinte estrutura:

	2015	2014
Até três meses	30.302.331	3.017.110
Entre três meses e um ano	65.050.000	162.590
	95.352.331	3.179.700
Juros a receber	(223.899)	14.301
	95.128.432	3.194.001

Em Dezembro de 2015, o detalhe desta rubrica por entidade, apresenta-se de seguida:

. Caixa Geral de Depósitos	60.000.000
. Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	30.000.000
. Finanfarma	5.050.000
. Novo Banco	300.000
. Outras	2.331
	95.352.331

12. DERIVADOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015			
		Valor contabilístico		
	Montante nocional	Activos detidos para negociação	Passivos detidos para negociação	Total
Derivados de negociação		(Nota 8)		
Operações Cambiais a Prazo				
Forwards Cambiais		6.561	(3.945)	2.615
Compras	150.893			
Vendas	154.705			
Swaps	133.841.667	35.298.178	-	35.298.178
	134.147.265	35.304.739	(3.945)	35.300.793

	2014			
		Valor contabilístico		
	Montante nocional	Activos detidos para negociação	Passivos detidos para negociação	Total
Derivados de negociação		(Nota 8)		
Operações Cambiais a Prazo				
Forwards Cambiais		869.057	(22.668)	846.389
Compras	12.957.143			
Vendas	12.102.473			
Swaps	117.925.000	29.447.557	(174.168)	29.273.389
	142.984.616	30.316.614	(196.836)	30.119.778

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do GCA em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe:

	2015					
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	>=5 anos	Total
Operações Cambiais a Prazo						
Forwards Cambiais						
Compras	150.893	-	-	-	-	150.893
Vendas	154.705	-	-	-	-	154.705
Swaps	-	19.560.000	34.570.000	57.795.000	21.916.667	133.841.667
	305.598	19.560.000	34.570.000	57.795.000	21.916.667	134.147.265

	2014					
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	>=5 anos	Total
Operações Cambiais a Prazo						
Forwards Cambiais						
Compras	412.808	12.544.334	-	-	-	12.957.143
Vendas	415.890	11.686.583	-	-	-	12.102.473
Swaps	6.000.000	-	-	111.925.000	-	117.925.000
	6.828.699	24.230.917	-	111.925.000	-	142.984.616

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do GCA em 31 de Dezembro de 2015 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	Valor Nocional	Valor Contabilístico
Operações Cambiais a Prazo		
Forwards Cambiais		
Clientes	305.598	2.615
Swaps		
Swaps de taxa de juro		
Instituições Financeiras	133.841.667	35.298.178
	134.147.265	35.300.793

13. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Crédito interno	2015	2014
Médio e longo prazo:		
Empréstimos com garantia real	3.202.231.712	3.115.573.266
Empréstimos sem garantia real	881.833.730	827.881.253
Empréstimos à habitação regime geral	2.155.807.514	2.085.615.302
Empréstimos à habitação bonificado	186.785.341	200.623.013
Papel comercial	319.316.529	264.989.080
Contratos de locação financeira	127.559.433	123.955.114
Curto prazo:		
Créditos em conta corrente		
Clientes	380.394.207	404.415.629
Outros créditos		
Cartões de crédito	31.597.363	31.669.475
Outros créditos	330.854.062	303.496.067
Descobertos em depósitos à ordem	13.280.523	14.108.601
	7.629.660.414	7.372.326.800
Crédito ao exterior		
Médio e longo prazo		
Empréstimos	5.039.192	4.686.120
Curto prazo		
Outros créditos	62.516.077	37.761.578
Descobertos em depósitos à ordem	7.552	5.134
	67.562.821	42.452.832
Juros a receber	29.920.645	33.617.159
Comissões associadas ao custo amortizado:		
Receitas com rendimento diferido	(22.081.025)	(20.652.042)
Despesas com encargo diferido	120.775	47.457
	(21.960.250)	(20.604.585)
Total crédito não vencido	7.705.183.630	7.427.792.206
Crédito e juros vencidos		
Crédito vencido	660.214.225	661.476.954
Juros vencidos	7.876.929	10.173.338
Total crédito e juros vencidos	668.091.154	671.650.292
	8.373.274.784	8.099.442.498
Imparidade e Provisões Acumuladas		
Crédito e juros vencidos - a clientes	(574.529.845)	(550.803.300)
Créditos de cobrança duvidosa	(243.728.240)	(287.197.931)
	(818.258.085)	(838.001.231)
	7.555.016.699	7.261.441.267

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o crédito concedido a clientes apresentava a seguinte estrutura por sectores de actividade:

Valores em euros

	2015		
	Não vencido	Vencido	Total
Empresas			
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos	624.142.159	83.580.947	707.723.106
Indústrias transformadoras	596.850.670	60.530.757	657.381.427
Construção	302.487.570	112.537.856	415.025.426
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pescas	411.653.850	21.035.598	432.689.448
Actividades imobiliárias	305.683.975	53.687.613	359.371.588
Actividades financeiras e de seguros	387.735.085	15.264.959	403.000.044
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	248.120.417	394.903	248.515.320
Actividades de saúde humana e apoio social	227.773.832	4.185.981	231.959.813
Alojamento, restauração e similares	234.280.250	20.342.577	254.622.827
Transportes e armazenagem	72.250.834	12.366.026	84.616.860
Actividades de consultoria, científicas, técnicas	74.011.382	5.285.941	79.297.322
Outras actividades de serviços	68.199.457	2.694.243	70.893.700
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	62.954.343	3.820.812	66.775.154
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas	29.383.371	3.323.425	32.706.796
Educação	37.480.221	2.341.473	39.821.694
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar	38.581.374	103	38.581.477
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento	55.053.202	1.201.662	56.254.865
Indústrias extractivas	12.923.836	5.025.180	17.949.016
Actividades de informação e de comunicação	13.416.725	4.618.391	18.035.116
Actividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico	14.761	24.823	39.585
Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	2.038.639	831	2.039.469
Outros	8.864.460	8.372.791	17.237.251
	3.813.900.413	**420.636.892**	**4.234.537.304**
Particulares			
Habitação **	2.396.992.717	50.751.500	2.447.744.217
Outros fins	1.486.330.105	188.825.834	1.675.155.939
	3.883.322.822	**239.577.334**	**4.122.900.156**
Juros a receber	29.920.645	-	29.920.645
Comissões associadas ao custo amortizado	-21.960.250	-	-21.960.250
Juros vencidos a regularizar			
Empresas	-	5.894.983	5.894.983
Particulares	-	1.981.946	1.981.946
Total geral	**7.705.183.630**	**668.091.155**	**8.373.274.784**

	2014		
	Não vencido	Vencido	Total
Empresas			
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos	620.743.863	77.054.768	697.798.631
Indústrias transformadoras	511.395.287	63.389.667	574.784.954
Construção	341.356.909	112.021.124	453.378.033
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pescas	409.555.735	21.308.618	430.864.353
Actividades imobiliárias	286.866.324	53.596.577	340.462.901
Actividades financeiras e de seguros	324.510.244	10.444.315	334.954.559
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	221.607.404	214.355	221.821.759
Actividades de saúde humana e apoio social	217.720.470	5.693.749	223.414.219
Alojamento, restauração e similares	182.751.011	20.569.091	203.320.102
Transportes e armazenagem	54.684.642	12.209.837	66.894.479
Actividades de consultoria, científicas, técnicas	73.434.234	4.850.614	78.284.848
Outras actividades de serviços	56.369.946	12.478.190	68.848.136
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	74.088.876	2.428.750	76.517.626
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas	33.373.880	3.219.286	36.593.166
Educação	33.633.514	2.029.844	35.663.358
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar	30.685.463	339.952	31.025.415
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento	45.343.595	124.329	45.467.924
Indústrias extractivas	57.003.881	6.389.555	63.393.436
Actividades de informação e de comunicação	13.478.379	4.015.381	17.493.760
Actividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico	0	24.823	24.823
Outros	4.243.690	2.465.621	6.709.311
	3.592.847.347	**414.868.446**	**4.007.715.793**
Particulares			
Habitação **	2.321.673.558	53.488.824	2.375.162.382
Outros fins	1.500.258.727	193.119.684	1.693.378.411
	3.821.932.285	**246.608.508**	**4.068.540.793**
Juros a receber	33.617.159		33.617.159
Comissões associadas ao custo amortizado	-20.604.585		-20.604.585
Juros vencidos a regularizar			
Empresas		7.149.668	7.149.668
Particulares		3.023.670	3.023.670
Total geral	**7.427.792.206**	**671.650.292**	**8.099.442.498**

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os prazos residuais do crédito a clientes apresentavam a seguinte estrutura:

	2015	2014
Até três meses	1.118.500.706	1.209.599.889
Entre três meses e um ano	645.488.689	569.034.120
Entre um ano e três anos	528.242.436	579.090.799
Entre três e cinco anos	728.236.630	638.189.613
Mais de cinco anos	5.344.845.928	5.090.515.503
	8.365.314.389	8.086.429.924
Juros a receber	29.920.645	33.617.159
Comissões associadas ao custo amortizado	(21.960.250)	(20.604.585)
	8.373.274.784	8.099.442.498

O Crédito Agrícola não realizou até ao momento qualquer operação de securitização da sua carteira de crédito.

14. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

O movimento dos activos tangíveis disponíveis para venda durante os exercícios de 2015 e 2014 pode ser apresentado da seguinte forma:

	31-12-2014					Imparidade				31-12-2015		
	Valor bruto	Imparidade	Aquisições	Alienações	Ajustamentos	Utilização de imparidade	Ajustamentos	Dotações de imparidade	Reposições de imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Activos não correntes detidos para venda:												
Imóveis	750.086.010	(85.409.531)	142.841.261	(99.828.571)	17.055.319	6.948.848	(36.756.343)	(34.363.262)	6.199.070	810.154.019	(143.381.218)	666.772.801
Equipamento	648.280	(196.683)	264.352	(349.354)	-	60.517	-	(29.122)	17.929	563.278	(147.359)	415.919
Outros	3.444.602	(582.580)	171.103	(1.553.599)	-	597.512	(16.222)	(497.694)	522	2.062.106	(498.462)	1.563.644
	754.178.892	**(86.188.794)**	**143.276.716**	**(101.731.524)**	**17.055.319**	**7.606.877**	**(36.772.565)**	**(34.890.078)**	**6.217.521**	**812.779.403**	**(144.027.039)**	**668.752.364**

	31-12-2013						Imparidade				Transferência*		31-12-2014		
	Valor bruto	Imparidade	FII Carteira Imobiliária	Aquisições	Alienações	Ajustamentos	Utilização de imparidade	Ajustamentos	Dotações de imparidade	Reposições de imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Activos não correntes detidos para venda:															
Imóveis	1.007.037.444	(129.399.243)	(141.344.354)	120.750.970	(98.147.515)	(33.652.403)	6.310.483	47.029.786	(16.591.266)	5.996.413	(104.558.132)	1.244.296	750.086.010	(85.409.531)	664.676.479
Equipamento	694.352	(149.749)	-	501.626	(547.698)	-	2.770	-	(122.062)	72.358	-	-	648.280	(196.683)	451.597
Outros	2.351.188	(226.758)	(526.342)	1.639.928	(20.172)	-	-	-	(355.822)	-	-	-	3.444.602	(582.580)	2.862.022
	1.010.082.984	**(129.775.750)**	**(141.870.696)**	**122.892.524**	**(98.715.385)**	**(33.652.403)**	**6.313.253**	**47.029.786**	**(17.069.150)**	**6.068.771**	**(104.558.132)**	**1.244.296**	**754.178.892**	**(86.188.794)**	**667.990.098**

* Transferência para a rubrica “Propriedades de investimento” dos imóveis arrendados dos fundos de investimento imobiliário detidos pelo Grupo Crédito Agrícola em 2014, no montante de 94.835.032 euros (ver Nota 15).

Transferência igualmente ocorrida em 2014, para rubrica "Outros activos" dos imóveis não enquadrados de acordo com o mencionado no parágrafo 7 da IFRS 5 “Activos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas”, ficando registados e enquadrados em “outros activos por recuperação de crédito”, dentro da rubrica de balanço "Outros activos", no valor bruto de 9.723.100 euros e valor de imparidades acumuladas de 1.244.296 euros.

Foram igualmente efectuadas avaliações de justo valor a todos os activos dos Fundos Investimento Imobiliários, dando lugar a ajustamentos de justo valor, no seu valor contabilístico e no reforço de imparidades apuradas mas ainda não cobertas.

15. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O saldo existente em 31 de Dezembro de 2015, no valor total de 82.583.185 euros (em 2014 era de 94.835.032 euros) corresponde ao valor contabilístico dos imóveis arrendados, ou que são detidos com esse objectivo, dos fundos de investimento imobiliário detidos pelo Grupo Crédito Agrícola, que foram transferidos da rubrica “Activos não correntes detidos para venda”.

A sua natureza respeita aos imóveis que têm o objectivo directo de arrendamento habitacional, estando dessa forma concentrados no FII CA Arrendamento Habitacional.

O movimento durante o ano de 2015 foi o seguinte:

	31-12-2014				31-12-2015
	Justo valor	Aquisições	Alienações	Ajustamentos de justo valor	Justo valor
Propriedades de investimento:					
Imóveis	94.835.032	693.600	(7.968.793)	(4.976.654)	82.583.185
	94.835.032	**693.600**	**(7.968.793)**	**(4.976.654)**	**82.583.185**

16. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Outros activos tangíveis" durante os exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	31-12-2014							31-12-2015			
Descrição	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Aquisições	Depreciações	Imparidade (Nota 24)	Abates, alienações e outros	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Valor Líquido
Imóveis:											
De serviço próprio	300.700.630	(77.821.946)	(846.733)	781.447	(5.704.989)	(280.761)	(5.053.399)	294.879.149	(81.977.407)	(1.127.494)	211.774.248
Obras em imóveis arrendados	16.929.526	(8.764.451)	-	229.166	(833.217)	-	(190.482)	16.784.943	(9.414.400)	-	7.370.543
Outros imóveis	2.904.833	(908.465)	-	37.018	(80.124)	-	70.349	2.990.330	(966.718)	-	2.023.612
	320.534.989	(87.494.862)	(846.733)	1.047.631	(6.618.330)	(280.761)	(5.173.532)	314.654.422	(92.358.525)	(1.127.494)	221.168.403
Equipamento	217.013.612	(187.883.219)	-	7.226.792	(9.371.601)	-	(432.876)	219.280.140	(192.727.432)	-	26.552.708
Património artístico	995.595	-	-	28.345	-	-	(362)	1.023.578	-	-	1.023.578
Equipamento em locação financeira:											
Equipamento	980.006	(833.064)	-	154.058	(7.443)	-	(4.134)	1.021.538	(732.116)	-	289.422
Outros activos em locação financeira	-	(29.847)	-	-	(33.127)	-	-	-	(62.974)	-	(62.974)
	980.006	(862.911)	-	154.058	(40.570)	-	(4.134)	1.021.538	(795.090)	-	226.448
Outros activos tangíveis:											
Activos tangíveis em curso	6.356.828	-	-	1.973.112	-	-	(2.175.789)	6.154.151	-	-	6.154.151
Outros	1.035.860	(795.735)	-	99	(85.882)	-	(179)	1.035.347	(881.184)	-	154.163
	7.392.688	(795.735)	-	1.973.211	(85.882)	-	(2.175.968)	7.189.498	(881.184)	-	6.308.314
	546.916.890	(277.036.727)	(846.733)	10.430.037	(16.116.383)	(280.761)	(7.786.872)	543.169.176	(286.762.231)	(1.127.494)	255.279.451

	31-12-2013							31-12-2014			
Descrição	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Aquisições	Depreciações	Imparidade (Nota 24)	Abates, alienações e outros	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Valor Líquido
Imóveis:											
De serviço próprio	300.362.076	(72.453.822)	(801.775)	887.882	(5.781.160)	(44.958)	(136.292)	300.700.630	(77.821.946)	(846.733)	222.031.951
Obras em imóveis arrendados	16.607.564	(8.096.831)	-	300.989	(852.020)	-	205.373	16.929.526	(8.764.451)	-	8.165.075
Outros imóveis	2.906.120	(830.696)	-	-	(79.056)	-	-	2.904.833	(908.465)	-	1.996.368
	319.875.760	(81.381.349)	(801.775)	1.188.871	(6.712.236)	(44.958)	69.081	320.534.989	(87.494.862)	(846.733)	232.193.394
Equipamento	221.009.331	(186.526.755)	-	5.687.577	(11.162.054)	-	122.294	217.013.612	(187.883.219)	-	29.130.393
Património artístico	985.813	-	-	9.782	-	-	-	995.595	-	-	995.595
Equipamento em locação financeira:											
Equipamento	998.708	(864.039)	-	53.296	(20.623)	-	(20.400)	980.006	(833.064)	-	146.942
Outros activos em locação financeira	-	(5.765)	-	-	(24.082)	-	-	-	(29.847)	-	(29.847)
	998.708	(869.804)	-	53.296	(44.705)	-	(20.400)	980.006	(862.911)	-	117.095
Outros activos tangíveis:											
Activos tangíveis em curso	6.996.992	-	-	2.869.718	-	-	(3.509.882)	6.356.828	-	-	6.356.828
Outros	1.035.860	(706.290)	-	-	(89.445)	-	-	1.035.860	(795.735)	-	240.125
	8.032.852	(706.290)	-	2.869.718	(89.445)	-	(3.509.882)	7.392.688	(795.735)	-	6.596.953
	550.902.464	(269.484.198)	(801.775)	9.809.244	(18.008.440)	(44.958)	(3.338.907)	546.916.890	(277.036.727)	(846.733)	269.033.430

17. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Activos intangíveis" durante os exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	31-12-2014					31-12-2015		
Descrição	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Aquisições	Amortizações	Abates, alienações e outros	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Sistema de tratamento automático de dados (software)	221.990.864	(169.638.059)	2.605.424	(11.350.404)	12.084.119	235.916.758	(180.224.814)	55.691.944
Outros activos intangíveis	4.455.830	(4.292.459)	-	(5.964)	12.317	4.461.727	(4.292.003)	169.724
Activos intangíveis em curso	8.679.638	-	9.718.433	-	(13.047.420)	5.350.651	-	5.350.651
	235.126.332	(173.930.518)	12.323.857	(11.356.368)	(950.984)	245.729.136	(184.516.817)	61.212.319

Descrição	31-12-2013 Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Aquisições	Amortizações	Abates, alienações e outros	31-12-2014 Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Sistema de tratamento automático de dados (software)	202.707.425	(155.576.908)	16.488.219	(14.130.179)	2.864.248	221.990.864	(169.638.059)	52.352.805
Outros activos intangíveis	4.466.292	(4.297.952)	-	(4.969)	-	4.455.830	(4.292.459)	163.371
Activos intangíveis em curso	13.471.763	-	11.447.689	-	(16.239.814)	8.679.638	-	8.679.638
	220.645.480	(159.874.860)	27.935.908	(14.135.148)	(13.375.566)	235.126.332	(173.930.518)	61.195.814

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Sistema de tratamento automático de dados (software) inclui os montantes de 49.789.980 Euros e 46.171.534 Euros, respectivamente, relativos a custos incorridos com os colaboradores afectos a software desenvolvido internamente na CA Serviços. O valor incorrido relativo ao exercício de 2015 ascendeu a 3.618.446 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica "Activos intangíveis em curso" diz respeito essencialmente a custos incorridos afectos a software que se encontra em fase de desenvolvimento interno na CA Serviços.
Durante os exercícios de 2015 e 2014, as mais e menos valias apuradas na alienação de activos intangíveis encontram-se registadas na rubrica "Resultados de alienação de outros activos – Outros activos tangíveis" (Nota 41).

18. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
FCR Agrocapital 1	3.955.254	4.298.761
FCR Central Frie	626.770	633.852
Rede Nacional de Assistência, SA	533.986	231.370
	5.116.110	5.163.983

Em 31 de Dezembro de 2015, os dados financeiros mais significativos retirados das demonstrações financeiras destas empresas encontram-se resumidos na Nota 4.

19. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 eram os seguintes:

	2015	2014
Activos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	163.096.230	145.709.439
Por prejuízos fiscais reportáveis	7.427.422	4.647.409
	170.523.652	150.356.848
Passivos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	(8.264.917)	(25.448.612)
	162.258.735	124.908.236
Activos por impostos correntes		
IRC a recuperar	24.969.273	3.191.644
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	(7.872.979)	(37.044.554)
	17.096.294	(33.852.910)

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	2015				
	Saldo em 31-12-2014	Variação em Resultados	Outros movimentos	Variação em Reservas	Saldo em 31-12-2015
. Activos tangíveis e imparidade	52.415	943	-	-	53.358
. Activos intangíveis	20	-	-	-	20
. Provisões não aceites fiscalmente:					
Provisões para créditos de cobrança duvidosa	66.905.293	5.040.260	-	-	71.945.553
Provisões para crédito e juros vencidos	58.753.858	1.180.473	-	-	59.934.331
Provisões para riscos gerais de crédito	7.618.673	1.588.574	-	-	9.207.247
Provisão para aplicações financeiras	39.620	(31.610)	-	-	8.010
Provisões para imóveis	1.032.144	53.136	-	-	1.085.280
Provisões para outras aplicações	1.898.891	(716.750)	-	-	1.182.141
Provisões para outros riscos e encargos	627.414	(4.871)	-	-	622.543
. Pensões					
Reformas antecipadas	358.266	278.197	-	-	636.463
Contribuição efectuada	(10.635)	5.967	-	-	(4.668)
Prémio de antiguidade	4.234.251	(207.469)	-	-	4.026.782
Encargos com saúde	109.547	(6.042)	-	-	103.505
. Valorização ao justo valor por reservas de activos financeiros disponíveis para venda	(11.532.443)	(10.162.522)	5.580.585	23.169.631	7.055.251
. Reavaliação de imobilizado não aceite fiscalmente	(453.067)	40.935	-	-	(412.132)
. Valias fiscais	(3.806.253)	3.617.640	-	-	(188.613)
. Prejuízos fiscais reportáveis	4.647.409	2.780.013	-	-	7.427.422
. Comissões	9.860	-	-	-	9.860
. Imposto consolidado - eliminação mais valias intragrupo	-	3.354.391			3.354.391
. Outros	(5.577.027)	1.789.018		-	(3.788.009)
	124.908.236	8.600.283	5.580.585	23.169.631	162.258.735

	2014			
	Saldo em 31-12-2013	Variação em Resultados	Variação em Reservas	Saldo em 31-12-2014
. Activos tangíveis e imparidade	78.232	(25.817)		52.415
. Activos intangíveis	104	(84)		20
. Provisões não aceites fiscalmente:				
Provisões para créditos de cobrança duvidosa	55.147.013	11.758.280		66.905.293
Provisões para crédito e juros vencidos	54.860.512	3.893.346		58.753.858
Provisões para riscos gerais de crédito	7.102.794	515.879		7.618.673
Provisão para aplicações financeiras	40.514	(894)		39.620
Provisões para imóveis	938.033	94.111		1.032.144
Provisões para outras aplicações	1.346.356	552.535		1.898.891
Provisões para outros riscos e encargos	512.090	115.324		627.414
. Pensões				
Reformas antecipadas	462.900	(104.634)		358.266
Contribuição efectuada	125.348	(135.983)		(10.635)
Prémio de antiguidade	4.372.360	(138.109)		4.234.251
Encargos com saúde	168.827	(59.280)		109.547
. Valorização ao justo valor por reservas de activos financeiros disponíveis para venda	(15.767.721)	4.123.568	111.710	(11.532.443)
. Reavaliação de imobilizado não aceite fiscalmente	(524.306)	71.239		(453.067)
. Valias fiscais	(1.180.468)	(2.625.785)		(3.806.253)
. Prejuízos fiscais reportáveis	4.927.231	(279.822)		4.647.409
. Comissões	69.213	(59.353)		9.860
. Outros	399.167	(5.976.194)		(5.577.027)
	113.078.199	11.718.327	111.710	124.908.236

O montante dos impostos diferidos activos nos exercícios de 2015 e 2014 resulta maioritariamente de provisões para crédito concedido com garantia hipotecária.

O valor de imposto diferidos activo sobre prejuízos fiscais, respeita aos prejuízos fiscais apurados individualmente pelas entidades do Grupo e que se desagrega pêlos seguintes anos em que se verificaram os prejuízos:

Ano/Prejuízo fiscal

2012	2013	2014	2015	Total
1.518.945,99	7.273.914,52	7.273.914,52	7.273.914,52	23.340.689,55

Os gastos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	2015	2014
Impostos correntes	27.355.287	53.074.773
Impostos diferidos		
Registo e reversão de diferenças temporárias	-8.600.283	-14.493.067
Total de impostos reconhecidos em resultados	18.755.004	38.581.706
Lucro antes de impostos	73.127.860	65.560.178
Carga fiscal	25,65%	58,85%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto nos exercícios de 2015 e 2014 pode ser demonstrada como segue:

	2015		2014	
	Taxa de imposto	Montante	Taxa de imposto	Montante
Resultado antes de impostos		73.127.860		65.560.178
Imposto apurado com base na taxa de imposto nominal + derrama municipal (1,5%)	22,50%	16.453.769	24,50%	16.062.244
Taxa adicional (derrama estadual)	3% e 5%	1.495.802	3% e 5%	6.760.209
Provisões não aceites fiscalmente, liquidas de reposições	4%	3.233.771	17%	10.895.781
Derrama Municipal	2%	1.496.085	3%	1.942.762
Tributações autonomas	2%	1.281.715	2%	1.354.406
Correcções de impostos relativos a exercicios anteriores	-2%	(1.277.368)	2%	1.388.310
Correcção de taxa ID (+1,5%)	0%	-	-3%	(2.251.485)
Benefícios Fiscais	0%	(221.700)	-1%	(470.235)
Contribuição sobre sector bancário	1%	589.788	1%	707.584
Mais e menos valias fiscais não tributadas	-2%	(1.708.870)	0%	-
imposto resgate de Up's - Imposto retido ao fundo	0%	-	-1%	(968.552)
Potencial AID e PID referente a ajustamentos consolidados	-5%	(3.354.391)	4%	2.695.042
Redução de taxa sobre impostos diferidos (-2%)	0%	-	-3%	(1.669.941)
Outros	1%	766.404	3%	2.135.583
Imposto registado na demonstração de resultados	25,65%	18.755.004	58,85%	38.581.706

Os valores de impostos correntes e impostos diferidos são apurados individualmente pelas entidades do Grupo Crédito Agrícola, tendo sido utilizadas para o ano de 2015, a taxa de imposto (IRC) para o referido exercício de 21%, com as taxas adicionais de derrama estadual (3% e 5%) e de derrama municipal, caso sejam aplicáveis.

Foi apurado para o exercício de 2015, uma taxa média de imposto de 25%, a qual foi utilizada como taxa de referência para cálculo de impostos diferidos sobre ajustamentos de consolidação realizados (25,57% em 2014).

20. PROVISÕES TÉCNICAS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Ramo vida:		
Provisão matemática	1.395.303.496	1.251.540.302
Provisão para sinistros	9.770.796	5.965.090
Outras provisões técnicas:		
Provisões para participação nos resultados	46.119.444	90.788.454
Provisões para estabilização de carteira	12.089.490	13.695.770
Provisão para compromisso de taxa	28.767.086	37.230.005
	1.492.050.312	1.399.219.621
Provisões ramo não vida:		
Provisões para prémios não adquiridos	16.441.137	15.939.177
Provisões para sinistros	99.520.360	97.075.386
Outras provisões técnicas:		
Provisões para riscos em curso	2.346.811	3.480.330
Provisões para desvios de sinistralidade	1.148.703	899.179
	119.457.011	117.394.072
	1.611.507.323	1.516.613.693

O movimento ocorrido nas provisões técnicas durante o exercício de 2014 e 2015 foi o seguinte:

Saldo em 01-01-2014	Reforços liquidos de reposições e anulações (Nota 43)	Utilizações / regulariz.	Saldo em 31-12-2014	Reforços liquidos de reposições e anulações (Nota 43)	Utilizações	Regulariz.	Saldo em 31-12-2015
1.261.656.636	188.757.800	66.199.257	1.516.613.693	139.226.127	-	(44.332.496)	1.611.507.324

Em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro 2014, a provisão matemática apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Protecção Poupança Investimento	40.761.440	48.506.901
Protecção Poupança Reforma	97.215.368	101.476.546
Protecção Poupança Educação	16.657.914	16.862.578
CA PPR+6	4.582.425	4.869.099
CA Poupança Activa	330.460.699	365.084.548
Protecção Super-Crédito	23.060	27.472
CA PPR	201.477.984	204.297.822
CA Protecção Livre	267.401	193.146
CA Vida Plena	42.784	40.412
CA Super 4,25	82.158.223	80.284.334
CA Primavera	27.162.294	26.616.753
CA Verão Taxa Crescente	26.478.437	25.644.419
CA Verão PPR	11.529.168	11.063.683
CA Futuro Garantido PPR	26.457.815	25.904.832
CA Mulher	10.793	12.679
CA Super 5	40.626.639	39.201.601
CA Super 5 - 3,8%	8.058.004	7.964.518
CA Super 5 PPR	33.370.130	32.381.735
CA Super 5 - PPR (3,8%)	7.261.599	7.199.149
CA Sempre +	14.472.763	14.493.536
CA Sempre + PPR	11.967.132	11.669.509
CA Garantia Máxima	29.149.845	28.469.519
CA Garantia Máxima - PPR	22.312.634	21.789.802
CA Pessoa-Chave	7.905	6.538
CA Pessoa-Chave Crédito	26.123	13.722
CA Garantia 5 (1ª série)	19.477.961	19.328.464
CA Garantia 5 - PPR (1ª série)	29.773.095	29.615.300
CA Garantia 5 - 2 série	51.644.604	51.418.169
CA Garantia 5 PPR - 2 série	62.707.060	61.975.224
CA Universitário (Poupança)	19.511.723	15.125.207
CA Premium	497	408
CA Mulher	5.716	2.677
CA PPR Capital	66.207.230	0
CA Poupança Activa Capital	102.610.054	0
CA Universitário [Capital]	10.760.206	0
	1.395.236.725	1.251.540.302

21. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Outros activos		
Outras disponibilidades	846.784	1.006.463
Ouro e outros metais preciosos	591.044	575.461
Devedores por operações sobre futuros	-	474.740
Aplicações conta-caução	2.037.441	3.663.087
Sector Público Administrativo		
IVA a recuperar	969.324	528.881
IMT - reembolsos pedidos	1.736.521	1.692.489
Outros valores a receber	1.311.578	2.265.076
Devedores por capital não realizado	1.999	1.720
Despesas de crédito em contencioso	4.676.468	4.056.268
Suprimentos	1.186.599	1.183.689
Bonificações a receber	607.494	1.300.199
Outros activos por recuperação de crédito	9.363.604	9.723.100
Devedores diversos - adiantamentos	3.356.776	3.433.064
Clientes de locação financeira	1.358.812	1.682.033
Outros devedores diversos	59.925.079	51.198.134
	87.969.523	82.784.404
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 47)		
Responsabilidades totais	-	(62.898.329)
Valor patrimonial do fundo de pensões	-	63.189.835
	-	291.506
Rendimentos a receber		
Por compromissos irrevogáveis assumidos	129.987	130.128
Por serviços bancários prestados	1.896.535	1.850.327
Outros rendimentos a receber	459.512	1.712.856
	2.486.034	3.693.311
Despesas com encargo diferido		
Rendas e alugueres	438.155	387.244
Seguros	1.325.407	1.013.230
Outras despesas a diferir	4.672.965	6.023.656
Contribuições para o Fundo de Resolução	-	1.454
Contribuições para o FGD, FGCCAM e SII	2.482	10.534
	6.439.009	7.436.118
Valores a regularizar		
Caixas automáticas Multibanco (compensação ATM)	60.063.075	51.518.611
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	176.293	21.007.056
Operações cambiais a liquidar	193.186	-
Posição cambial	(2.257)	-
Acordos protocolares	5.020.036	4.967.746
Sistemas informáticos	220.065	13.525.228
Economato	1.225.537	1.070.044
Compensação de valores	5.925	8.062
Outras operações a regularizar	5.281.193	9.203.010
	72.183.053	101.299.757
	169.077.619	195.505.096
Imparidade – Outros activos		
Outros devedores diversos (Nota 23)	(23.527.157)	(19.574.728)
	145.550.462	175.930.368

A rubrica “Caixas automáticas Multibanco (compensação ATM)” corresponde ao montante imobilizado nas caixas ATM, a aguardar regularização por parte da SIBS.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Outros activos - Suprimentos” diz respeito a suprimentos concedidos à Propaço.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, a rubrica “Outros devedores diversos” inclui os montantes de 5.850.613 Euros e 7.502.828 Euros, respectivamente, relativos a bonificações a receber do IFAP pela CA Seguros, desta rubrica.

Os saldos desta rubrica são explicados pelo registo de valores em aberto para com devedores por prestação de serviços prestadas pelas entidades do Grupo a terceiros, ainda não regularizadas.

A grande diminuição na rubrica de “Operações sobre valores mobiliários a regularizar”, resulta da redução verificada na Caixa Central, em cerca de 20.830.763 euros que respeita na sua totalidade aos saldos de operações dentro e fora de Bolsa (compras e vendas) realizadas por e em nome de clientes, os quais se encontram compensados pelos saldos credores constante no passivo do balanço em “Outros passivos” na rubrica de “Operações sobre valores mobiliários a regularizar”. O decréscimo registado em 2015 prende-se com o reforço dos mecanismos de controlo relativamente aos procedimentos operacionais, que permitiram maior eficácia no encerramento das operações e posições, antes do final do exercício, diminuindo as situações pendentes de regularização (ver nota 27).

22. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2015	2014
Recursos de Bancos Centrais		
Recursos do Banco de Portugal		
Depósitos a prazo	385.200.000	980.200.000
Juros a pagar	609.900	25.728
	385.809.900	980.225.728
Recursos de instituições de crédito no país		
Depósitos	216.989.708	130.124.744
Outros recursos	-	-
	216.989.708	130.124.744
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
Outras instituições de crédito:		
Depósitos	12.144.779	600.814
Empréstimos	10.000.000	-
Operações de venda com acordo de recompra	-	4.587.660
Outros recursos	-	722.000
	22.144.779	5.910.474
Juros a pagar	872.525	121.176
	240.007.012	136.156.394

Em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica "Operações de venda com acordo de recompra" diz respeito a operações de reporte de títulos de dívida pública portuguesa efectuadas com contrapartes estrangeiras, tendo em vista a obtenção de liquidez.

Em Dezembro de 2015 e 2014, o prazo residual dos recursos de Bancos Centrais e de Outras Instituições de Crédito, apresenta a seguinte estrutura:

	2015	2014
Até três meses	135.907.071	702.813.218
Entre três meses e um ano	103.227.416	28.222.000
Entre um ano e três anos	385.200.000	-
Entre três e cinco anos	-	385.200.000
	624.334.487	1.116.235.218
Juros a pagar	1.482.425	146.904
	625.816.912	1.116.382.122

A rubrica "Recursos do Banco de Portugal" inclui um empréstimo no montante total de 385.200.000 Euros, com vencimento em Setembro 2018.

Os títulos dados em garantia ao Banco de Portugal para cobertura de operações de financiamento junto do Eurosistema, com referência a 31 de Dezembro de 2015 são:

Designação	ISIN	Quantidade	Valor Final
SPGB 4.85 31/10/20	*ES0000122T3*	*50.000*	59.217.195,00
BTPS 105 12/19	*IT0005069395*	*200.000*	202.079.496,66
CCTS 0 06/15/22	*IT0005104473*	*75.000*	75.204.338,73
CCTS 0 12/15/22	*IT0005137614*	*190.000*	191.824.466,23
BCPPL 3.75 10/16	*PTBCSSOE0011*	*234*	11.959.165,91
BCPPL 4.75 06/22/17	*PTBCUB1E0005*	*419*	22.400.525,65
OT JUN 20	*PTOTECOE0029*	*15.000.000.000*	162.155.097,47
OT OUT 25	*PTOTEKOE0011*	*3.500.000.000*	32.187.680,91
OT FEV 24	*PTOTEQOE0015*	*4.000.000.000*	45.790.653,88
PORTB 0 09/23/16	*PTPBTWGE0027*	*85.000.000*	79.892.010,00
			882.710.630,44

Os activos não desreconhecidos que estão associados a operações de venda com acordo de recompra são os seguintes:

Designação	ISIN	Quantidade	Valor Recompra
BTPS 3 1/2 11/17	IT0004867070	9.725.000	4.587.660

23. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Depósitos		
À ordem	3.385.962.550	2.909.640.291
A prazo	5.232.707.099	5.450.232.469
De poupança	2.257.385.572	2.119.528.384
Outros recursos de clientes	170.246	225.259
Cheques e ordens a pagar	9.883.682	6.329.605
Outros	45.466	519.206
	10.886.154.615	10.486.475.214
Juros a pagar	23.931.048	50.133.638
	10.910.085.663	10.536.608.852

Em Dezembro de 2015 e 2014, os prazos residuais dos recursos de clientes e outros empréstimos, apresentavam a seguinte estrutura:

	2015	2014
Até três meses	6.320.983.363	5.931.408.245
Entre três meses e um ano	4.256.090.864	4.218.046.277
Entre um ano e três anos	280.462.487	325.922.272
Entre três e cinco anos	9.660.263	6.624.145
Mais de cinco anos	18.957.638	4.474.275
	10.886.154.615	10.486.475.214
Juros a pagar	23.931.048	50.133.638
	10.910.085.663	10.536.608.852

24. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do GCA durante o exercício de 2015 e o exercício de 2014 foi o seguinte:

		2015				
	Saldos em 31-12-2014	Reforços liquidos de rep. e anulações	Utilizações	Transferências	Regularizações	Saldos em 31-12-2015
Imparidade para créditos sobre clientes (Nota 13):						
Créditos de cobrança duvidosa	287.197.933	(8.912.017)	(159.818)	(34.086.370)	(311.486)	243.728.243
Crédito e juros vencidos	550.803.298	84.794.601	(62.046.922)	(31.505)	1.010.371	574.529.843
	838.001.231	75.882.584	(62.206.740)	(34.117.875)	698.886	818.258.086
Provisões:						
Outros riscos e encargos	7.500.400	5.843.437	(1.198.033)	(440.489)	(379.263)	11.326.053
	7.500.400	5.843.437	(1.198.033)	(440.489)	(379.263)	11.326.053
Imparidade de outros activos financeiros:						
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 10)	10.785.262	555.027	(225.934)	(2.764.321)	(1.701.310)	6.648.724
Imparidade de outros activos:		-	-	-	-	
Activos não correntes det. p/ venda (Nota 14)	86.188.794	28.672.558	(7.606.876)	36.276.535	496.028	144.027.039
Outros activos (Nota 21)	19.574.728	2.817.411	(584.295)	1.046.150	673.163	23.527.157
Activos tangíveis (Nota 16)	846.734	280.761	-	-	-	1.127.495
Activos intangíveis (Nota 17)	33.858	-	-	-	-	33.858
	106.644.114	31.770.730	(8.191.170)	37.322.685	1.169.191	168.715.550
	962.931.007	114.051.778	(71.821.878)	-	(212.495)	1.004.948.412

	2014					
	Saldos em 31-12-2013	Reforços liquidos de rep. e anulações	Utilizações	Transferências	Regularizações	Saldos em 31-12-2014
Imparidade para créditos sobre clientes (Nota 13):						
Créditos de cobrança duvidosa	166.416.361	78.185.772	3.708.399	38.837.521	49.880	287.197.932
Crédito e juros vencidos	497.736.358	78.614.728	(15.724.171)	(9.885.493)	61.876	550.803.298
	664.152.719	156.800.500	(12.015.772)	28.952.028	111.756	838.001.231
Provisões:						
Outros riscos e encargos	4.125.557	5.712.011	(3.342.141)	1.564.250	(559.276)	7.500.400
	4.125.557	5.712.011	(3.342.141)	1.564.250	(559.276)	7.500.400
Imparidade de outros activos financeiros:						
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 10)	4.876.962	3.117.931	115.448	2.571.977	102.944	10.785.262
Imparidade de outros activos:						
Activos não correntes det. p/ venda (Nota 19)	129.775.750	11.000.378	(4.726.145)	(32.597.077)	(12.505.509)	90.947.397
Outros activos (Nota 19)	17.712.710	2.643.930	482.314	(491.177)	(773.049)	19.574.728
Activos tangíveis (Nota 14)	801.776	45.298	340	-	(680)	846.733
Activos intangíveis (Nota 15)	33.858	-	-	-	-	33.858
	153.201.056	16.807.538	(4.128.043)	(30.516.278)	(13.176.294)	122.187.979
	821.479.332	179.320.049	(19.485.956)	-	(13.623.815)	967.689.610

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Provisões – outros riscos e encargos" inclui provisões constituídas para fazer face a riscos fiscais, legais e outros riscos específicos decorrentes da actividade do GCA.

25. INSTRUMENTOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
CCAM Nordeste Alentejano, CRL	545.825	572.765
CCAM Pernes, CRL	334.275	341.450
CCAM do Sotavento Algarvio, CRL	309.535	334.475
CCAM Ribatejo Norte e Tramagal, CRL	162.155	190.670
CCAM do Guadiana Interior, CRL	117.800	152.300
CCAM de Trás-os-Montes e Alto Douro, CRL	88.925	89.160
CCAM Médio Ave, CRL	55.305	55.305
CCAM do Baixo Vouga, CRL	13.175	13.175
CCAM Costa Azul, CRL	4.775	5.275
CCAM Beja e Mértola, CRL	1.000	-
CCAM do Vale do Távora e Douro, CRL	1.000	-
CCAM Região do Fundão e Sabugal, CRL	425	-
CCAM Salvaterra de Magos, CRL	100	500
CCAM de Vale de Sousa e Baixo Tâmega, CRL	-	475
CCAM do Noroeste, CRL	-	105
CCAM Vila Verde e Terras do Bouro, CRL	-	500.000
	1.634.295	2.255.655

De acordo com o IAS 32, os títulos de capital são instrumentos de capital próprio caso a entidade tenha um direito incondicional de recusar o seu reembolso. A introdução dos IAS/IFRS implicou um ajustamento com referência a 1 de Janeiro de 2006 no montante de 41.447.495 Euros, resultante da classificação dos títulos de capital especial como passivo (Nota 29).

As reduções de títulos representativos de capital respeitam a reembolsos efectuados aos associados.

26. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Empréstimos subordinados concedidos pelo FGCAM:		
Não titulados	84.956.724	94.433.884
Títulos de investimento:		
Emitidos	34.932.700	47.612.340
	119.889.424	142.046.224
Juros a pagar	519.925	487.741
	120.409.349	142.533.965

Tendo em consideração os prazos de vencimento dos passivos subordinados, a duração residual do saldo em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 analisa-se como segue:

	2015	2014
Menos de três meses	-	300.000
Entre três meses e um ano	7.672.900	21.874.300
Entre um ano e três anos	36.126.500	19.834.900
Entre três e cinco anos	13.765.800	38.080.300
Mais de cinco anos	62.324.224	61.956.724
Juros a pagar	519.925	487.741
	120.409.349	142.533.965

Em 31 de Dezembro de 2015, o GCA possuía empréstimos subordinados concedidos pelo Fundo de Garantia de Crédito Agrícola Mútuo no montante de 84.956.724 Euros (94.433.884 Euros em 31 de Dezembro de 2014).

O saldo do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo detalhado por entidade analisa-se como segue:

						2015			
Descrição	Entidade detentora dos títulos	Moeda	Data de vencimento dos juros	Taxa de Juro em vigor a 31.12.2015	Data de vencimento	Saldo 31.12.2014	Reembolsos	Emissões	Saldo 31.12.2015
Empréstimo do FGCAM	C3030 - Coimbra	Euro	05-jun	0,5000%	05-06-2022	13.000.000	-	-	13.000.000
Empréstimo do FGCAM	C3220 - Costa Verde	Euro	31-jan	0,5000%	31-01-2018	11.000.000	-	-	11.000.000
Empréstimo do FGCAM	C3400 - Bairrada e Aguieira	Euro	-	0,5000%	23-06-2020	8.000.000	-	-	8.000.000
Empréstimo do FGCAM	C3400 - Bairrada e Aguieira	Euro	-	0,5000%	23-06-2024	8.000.000	-	-	8.000.000
Empréstimo do FGCAM	C4050 - Beira Baixa (Sul)	Euro	15-mai	0,7500%	30-06-2020	4.000.000	-	-	4.000.000
Empréstimo do FGCAM	C5460 - Entre Tejo e Sado	Euro	19-mar	0,6000%	31-12-2022	20.956.724	-	-	20.956.724
Empréstimo do FGCAM	C6020 - Álcacer Sal e Montemor-Novo	Euro	29-abr	0,5000%	30-11-2022	12.000.000	-	-	12.000.000
Empréstimo do FGCAM	C6240 - Moravis	Euro	29-abr	0,5000%	15-12-2022	8.000.000	-	-	8.000.000
Empréstimo do FGCAM	C6440 - Alentejo Central	Euro	-	-	23-10-2015	1.995.192	1.995.192	-	-
Empréstimo do FGCAM	C6440 - Alentejo Central	Euro	-	-	23-10-2015	7.481.968	7.481.968	-	-
						94.433.884	9.477.160	-	84.956.724

O saldo dos Títulos Investimento emitidos analisa-se como segue:

Descrição	Entidade detentora dos títulos	Número de Obrigações	Moeda	Valor Nominal Unitário	Data de vencimento dos juros	Taxa de Juro em vigor a 31.12.2015	Data de vencimento	2015			
								Saldo 31.12.2014	Reembolsos	Emissões	Saldo 31.12.2015
Tit.Investimento/2010	C1340 - Vale de Sousa e Baixo Tâmega	2.000.000	Euro	5	-	-	31-12-2015	10.000.000	10.000.000	-	-
Tit.Investimento/2011	C1420 - Noroeste	5.883	Euro	500	3-mar	4,0000%	30-09-2016	2.941.500	-	-	2.941.500
Tit.Investimento/2011	C1420 - Noroeste	9.186	Euro	500	2-abr	4,0440%	02-04-2017	4.593.000	-	-	4.593.000
Tit.Investimento/2012	C1420 - Noroeste	2.142	Euro	500	2-abr	3,5440%	02-04-2018	1.071.000	-	-	1.071.000
Tit.Investimento/2011	C1440 - Área Metropolitana do Porto		Euro		22-jun	4,2500%	22-12-2016	1.400.100	-	-	1.400.100
Tit.Investimento/2010	C2090 - Beira Douro	1.032	Euro	500	-	-	15-06-2015	516.000	516.000	-	-
Tit.Investimento/2015	C2090 - Beira Douro	1.513	Euro	500	15-dez	2,4243%	15-12-2020	-	-	756.500	756.500
Tit.Investimento/2011 - 1ª Emissão	C2160 - Vale do Távora	610	Euro	500	01-jul	4,1250%	30-06-2016	304.800	-	-	304.800
Tit.Investimento/2011 - 2ª Emissão	C2160 - Vale do Távora	2.400	Euro	500	31-dez	5,5000%	30-12-2016	1.200.000	-	-	1.200.000
Tit.Investimento/2012 - 1ª Emissão	C2160 - Vale do Távora	2.347	Euro	500	30-jun	4,1710%	29-06-2017	1.173.500	-	-	1.173.500
Tit.Investimento/2015	C2160 - Vale do Távora	653	Euro	500	09-nov	1,7500%	09-11-2016	-	-	326.500	326.500
Tit.Investimento/2011	C2190 - Terra Quente	3.000	Euro	500	30-mar	4,2500%	30-09-2016	1.500.000	-	-	1.500.000
Tit.Investimento/2012 - 1ª Emissão	C2190 - Terra Quente	3.000	Euro	500	30-mar	4,0625%	30-03-2017	1.500.000	-	-	1.500.000
Tit.Investimento/2012 - 2ª Emissão	C2190 - Terra Quente	1.578	Euro	500	01-fev	4,0625%	01-08-2017	789.000	-	-	789.000
Tit.Investimento/2015	C2190 - Terra Quente	735	Euro	500	31-dez	1,7500%	04-01-2021	-	-	367.500	367.500
Tit.Investimento/2011	C3160 - Vale de Cambra	286.600	Euro	5	-	-	01-04-2015	1.433.000	1.433.000	-	-
Tit.Investimento/2010	C3370 - Serras de Ansião	60.000	Euro	5	-	-	29-03-2015	300.000	300.000	-	-
Tit.Investimento/2010	C6250 - Guadiana Interior	376.228	Euro	5	-	-	01-10-2015	1.881.140	1.881.140	-	-
Tit.Investimento/2014	C6250 - Guadiana Interior	201.860	Euro	5	28-jul	2,0480%	28-07-2019	1.009.300	-	-	1.009.300
Tit.Investimento/2013	C6320 - Costa Azul	32.000	Euro	500	30-jun	4,0000%	30-12-2018	16.000.000	-	-	16.000.000
								47.612.340	14.130.140	1.450.500	34.932.700

27. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Credores e outros recursos		
Recursos - conta cativa	2.538.989	2.159.574
Recursos - conta caução	10.504.163	9.390.952
Outros recursos	2.979.581	2.028.247
Sector Público Administrativo		
Retenção de impostos na fonte	9.087.987	9.837.027
Contribuições para a Segurança Social	3.381.239	3.274.411
Imposto sobre o Valor Acrescentado	915.608	1.224.143
Outros impostos	3.422.224	3.758.759
Cobranças por conta de terceiros	216.687	210.302
Contribuições para outros sistemas de saúde	622.928	617.937
Passivos financeiros de contratos de seguros	252.277.846	255.327.738
Passivos em fundos de investimento, integrados no perímetro de consolidação	238.441	251.329
Credores diversos		
Credores por fornecimento de bens e serviços	12.359.883	11.150.943
Credores por valores a liquidar	196.370	197.309
Credores - parcelas a realizar em títulos subscritos	984.537	2.488.410
Credores - cartões de crédito	292.615	232.634
Adiantamentos por CPCV (imóveis)	3.753.208	2.544.891
Bonificações a receber	-	4.796
Outros credores	23.825.211	22.090.259
	327.597.517	326.789.661
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 47)		
Responsabilidades totais	70.763.328	-
Valor patrimonial do fundo de pensões	(68.072.518)	-
	2.690.810	-
Encargos a pagar		
Por gastos com pessoal		
Provisão para férias e subsídio de férias	21.945.224	22.792.152
Prémio de antiguidade	20.084.297	19.494.776
Outros	1.917.897	1.750.644
Por gastos gerais administrativos	38.150	55.404
Outros	3.412.009	2.956.294
	47.397.577	47.049.270
Receitas com rendimento diferido		
Comissões sobre garantias prestadas	543.759	619.093
Rendas	398.619	337.629
Outras	394.052	466.729
	1.336.430	1.423.451

Valores a regularizar		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	176.062	21.045.725
Camara compensação multibanco - transito real time	14.487.288	14.158.287
Posição cambial	-	830.856
Transferências electrónicas	143.414	139.675
Valores cobrados - sistema de débitos directos (SDD)	3	6
Compensação de valores	4.832.164	4.867.428
Outras operações a regularizar	35.372.570	39.026.379
	55.011.501	80.068.356
	434.033.835	455.330.738

O Grupo reconhece em "Outros passivos", as unidades de participação de fundos de investimento, que estão incluídas no perímetro de consolidação, detidas por entidades externas ao Grupo, por ser uma responsabilidade, conforme AG29A e BC68 da IAS32, deixando de os reconhecer em interesses que não controlam.

Em 31 de Dezembro de 2015, o saldo da rubrica "Credores e outros recursos – Passivos financeiros de contratos de seguros" respeita a contratos da CA Vida, de taxa garantida, sem participação nos resultados discricionária, valorizados ao custo amortizado. A evolução entre 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2015 foi a seguinte:

	Montante gerido em 31.12.2014	Montantes		variações de ganhos e perdas	Montante gerido em 31.12.2015
		Entradas	Saídas	(juro técnico)	
valorizados ao custo amortizado	255.327.738	1.701.345	13.300.992	8.549.755	252.277.846

O valor indicado na rubrica de "Operações sobre valores mobiliários a regularizar", resulta da variação verificada na Caixa Central e respeita na sua totalidade aos saldos credores de operações dentro e fora de Bolsa (compras e vendas) realizadas por e em nome de clientes, encontrando-se compensados pelos saldos devedores constante no activo do balanço em "Outros activos" na rubrica "Operações sobre valores mobiliários a regularizar". O decréscimo registado em 2015 prende-se com o reforço dos mecanismos de controlo relativamente aos procedimentos operacionais, que permitiram maior eficácia no encerramento das operações e posições, antes do final do exercício, diminuindo as situações pendentes de regularização (ver nota 21).

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica "Valores a regularizar – Valores cobrados - sistema de débitos directos (SDD)" inclui montantes ao abrigo do sistema de débitos directos. Os valores registados

nesta rubrica foram cobrados ao cliente da entidade ordenante, tendo sido compensados através do Banco de Portugal nos primeiros dias de Janeiro de 2016 e 2015, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica "Outras operações a regularizar", inclui as contas Nostro, nomeadamente em moeda estrangeira, que ficam a aguardar a data-valor do movimento. A maior parte corresponde a operações com data valor do inicio de Janeiro de 2016 e 2015, respectivamente, regularizando-se as operações nesse momento.

28. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes e compromissos associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2015	2014
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales prestados	200.554.342	222.486.098
Activos dados em garantia	904.842.123	1.521.965.202
Créditos documentários abertos	1.723.033	2.005.873
Activos dados em garantia - outros activos	7.918.983	9.857.505
Fianças	17.494	17.494
Compromissos perante terceiros		
Por linhas de crédito		
Compromissos irrevogáveis	629.516.400	844.092.062
Compromissos revogáveis	311.597.765	295.505.469
Por subscrição de Títulos	64.703.778	52.350.000
Responsabilidade potencial para com o Sistema de indemnização aos investidores	494.159	372.727
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	1.272.004.330	1.141.122.272
Valores administrados pela instituição	2.538.271.614	2.389.744.163
Valores recebidos para cobrança	52.831.314	68.641.332
Outras	16.326.636	13.190.253
	6.000.801.971	6.561.350.450

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Activos dados em garantia" inclui o valor dos títulos incluídos na pool de colateral depositada junto do Banco de Portugal para garantia de operações de financiamento junto do Eurosistema. Esta rubrica inclui ainda títulos dados em garantia para cobertura de operações de reporte ("repos") contratadas junto de outras instituições financeiras não residentes.

A totalidade do saldo da rubrica "Compromissos perante terceiros – Por subscrição de títulos" corresponde a tomada firme de papel comercial.

Apesar de não se encontrar registado nas contas extrapatrimoniais, ao abrigo do regime jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, o Grupo é solidário relativamente ao valor não financiado do fundo de pensões das Caixas Agrícolas que não pertencem ao SICAM (Nota 49).

29. CAPITAL

O capital estatutário do Grupo Crédito Agrícola, dividido e representado por títulos de capital nominativos, com o valor nominal unitário de 5 Euros é de 997.212.651 Euros em 31 de Dezembro de 2015.

Do montante total de capital subscrito, foi transferido para uma rubrica de passivo "Instrumentos representativos de capital com natureza de passivo", o montante de 1.834.295 Euros, por aplicação da IAS 32 – Instrumentos Financeiros (Nota 25).

Com a publicação do novo Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, em Diário de Republica (Decreto-Lei n.º 142/2009, de 16 de Junho), conforme mencionado na Nota Introdutória, procedeu-se à adequação dos Estatutos das Caixas de Crédito Agrícola ao novo Regime Jurídico que, no limite, deveriam ser alterados até à data da realização da primeira assembleia geral obrigatória que se realize no exercício de 2010, conforme mencionado nas disposições transitórias constantes no Artigo 5º do decreto-lei n.º 142/2009 de 16 de Junho. Dessa forma, no decorrer do ano de 2009 e inicio de 2010, os Estatutos das CCAM foram alterados e aprovados em Assembleia Geral, de forma a sujeitar a uma decisão da Assembleia Geral a exoneração dos associados, motivo pelo qual se manteve a classificação, nos termos da IAS 32, como capital dos títulos nominativos das Caixas Agrícolas subscritos pelos seus associados, com excepção dos que se enquadram na definição de passivo, de acordo com a IAS 32.

De acordo com os Estatutos das Caixas Agrícolas, as condições de exoneração dos associados são as seguintes:

- Até ao dia trinta e um de Outubro de cada ano, podem os associados que o desejarem apresentar a sua exoneração, ou solicitar a redução da sua participação, por carta dirigida ao Conselho de Administração, de acordo com as condições:
  - Terem decorrido, pelo menos, três anos desde a data da realização dos títulos de capital.
  - O reembolso não implicar a redução do capital social para valor inferior ao capital mínimo previsto nos estatutos, nem implicar o incumprimento ou o agravamento de incumprimento de quaisquer relações ou limites prudenciais fixados por lei ou pelo Banco de Portugal em relação à Caixa Agrícola.
- A exoneração torna-se efectiva após a aprovação pela Assembleia Geral que deliberar sobre o relatório e contas relativos ao ano em que o pedido for apresentado.

- O associado exonerado, bem como o que tenha reduzido a sua participação têm direito ao reembolso dos seus títulos de capital, nos termos do número sete do artigo oitavo dos estatutos, podendo, no entanto, o Conselho de Administração mandar suspender o reembolso conforme previsto no número oito do mesmo artigo oitavo.
- O reembolso poderá ser realizado em três prestações anuais, salvo se prazo inferior for decidido pelo Conselho de Administração.

No exercício de 2015, verificaram-se aumentos de capital, um no montante de 23.084.695 euros por incorporação de reservas e outro no montante de 14.107.280 euros por entrada de novos sócios.
Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o capital estatutário correspondia aos associados das seguintes Caixas Agrícolas:

	2015	2014
CCAM de Pombal, CRL	55.968.130	55.966.520
CCAM Batalha, CRL	43.504.865	42.371.290
CCAM Alto Douro, CRL	37.777.960	35.146.765
CCAM Costa Azul, CRL	33.732.655	32.528.440
CCAM Açores, CRL	31.140.940	30.938.910
CCAM do Noroeste, CRL	29.299.825	28.515.900
CCAM Alto Cávado e Basto, CRL	28.277.960	27.276.835
CCAM da Serra da Estrela, CRL	27.271.845	24.981.050
CCAM do Vale do Távora e Douro, CRL	22.028.050	20.506.985
CCAM C. da Rainha, Óbidos e Peniche, CRL	21.476.830	21.457.800
CCAM Terras Sousa, Ave, Basto e Tâmega, CRL	19.749.060	18.707.405
CCAM do Sotavento Algarvio, CRL	18.779.800	18.641.035
CCAM de Trás-os-Montes e Alto Douro, CRL	18.414.025	17.863.245
CCAM de Vale de Sousa e Baixo Tâmega, CRL	18.339.515	16.991.895
CCAM de São Teotónio, CRL	17.782.235	17.752.555
CCAM P. Varzim, V. Conde e Esposende, CRL	17.105.535	17.267.550
CCAM do Baixo Mondego, CRL	16.989.845	16.292.150
CCAM Beira Douro, CRL	15.290.045	14.984.280
CCAM de Alcobaça, CRL	14.176.825	13.622.050
CCAM Coimbra, CRL	14.146.290	14.073.660
CCAM Alenquer, CRL	13.538.405	13.498.925
CCAM Vale do Dão e Alto Vouga, CRL	13.459.715	12.733.555
CCAM da Zona do Pinhal, CRL	12.364.420	12.215.150
CCAM S. Bart. Messin. e S. Marcos Serra, CRL	12.273.135	11.983.340
CCAM do Baixo Vouga, CRL	12.131.330	12.128.750
CCAM de Terras de Viriato, CRL	11.864.195	11.212.055
CCAM Ribatejo Norte e Tramagal, CRL	11.813.630	11.917.000
CCAM S. João da Pesqueira, CRL	11.786.570	11.730.170
CCAM Lourinhã, CRL	11.366.870	10.813.045
CCAM Beja e Mértola, CRL	11.132.025	11.092.280
CCAM Costa Verde, CRL	10.901.940	10.829.440
CCAM do Guadiana Interior, CRL	10.716.340	10.802.320
CCAM Salvaterra de Magos, CRL	10.627.565	10.565.590
CCAM Coruche, CRL	10.481.530	10.464.600
CCAM Região do Fundão e Sabugal, CRL	10.175.755	9.683.090
CCAM da Terra Quente, CRL	10.103.370	9.535.585
CCAM Albufeira, CRL	9.946.260	9.950.230
CCAM de Silves, CRL	9.681.130	9.509.415
CCAM Loures, Sintra e Litoral, CRL	9.392.770	9.352.325
CCAM de Cantanhede e Mira, CRL	9.170.035	8.962.585
CCAM Médio Ave, CRL	9.089.360	9.001.170
CCAM Estremoz, CRL	9.033.760	8.257.570
CCAM Área Metropolitana do Porto, CRL	8.261.360	7.764.555
CCAM Nordeste Alentejano, CRL	8.174.805	7.949.135
CCAM de Lafões, CRL	8.107.790	8.011.775
CCAM Cadaval, CRL	8.055.610	7.141.330
CCAM Ferreira do Alentejo, CRL	7.890.770	7.876.530
CCAM Oliveira de Azeméis e Estarreja, CRL	7.828.780	7.787.815
CCAM de Moravis, CRL	7.648.010	7.557.180

	2015	2014
CCAM Arruda dos Vinhos, CRL	7.420.535	7.036.185
CCAM Oliveira do Bairro, CRL	7.354.865	7.261.260
CCAM Alentejo Central, CRL	7.066.525	6.922.385
CCAM da Bairrada e Aguieira, CRL	7.029.270	6.952.135
CCAM Terras de Miranda do Douro, CRL	7.010.715	6.463.665
CCAM Aljustrel e Almodovar, CRL	7.008.025	5.354.715
CCAM Arouca, CRL	6.748.490	6.725.385
CCAM Paredes, CRL	6.606.170	6.127.695
CCAM Porto de Mós, CRL	6.536.415	6.205.945
CCAM Alcácer-Sal e Montemor-Novo, CRL	6.509.610	6.454.550
CCAM Beira Centro, CRL	6.446.805	6.304.945
CCAM Vila Franca de Xira, CRL	6.435.430	6.071.025
CCAM Vila Verde e Terras do Bouro, CRL	6.408.225	5.098.080
CCAM do Algarve, CRL	6.322.766	6.130.711
CCAM do Ribatejo Sul, CRL	6.194.135	6.119.700
CCAM Elvas e Campo Maior, CRL	6.156.375	6.162.225
CCAM Sousel, CRL	6.009.425	5.947.125
CCAM Mogadouro e Vimioso, CRL	5.838.055	5.518.760
CCAM Azambuja, CRL	5.776.525	5.435.210
CCAM do Norte Alentejano, CRL	5.683.210	5.441.875
CCAM Sobral de Monte Agraço, CRL	5.582.920	5.463.605
CCAM Pernes, CRL	5.503.335	5.468.685
CCAM Anadia, CRL	5.470.445	5.461.075
CCAM Entre Tejo e Sado, CRL	5.438.295	5.192.025
CCAM Oliveira do Hospital, CRL	5.247.765	5.030.615
CCAM de Albergaria e Sever, CRL	5.216.065	5.021.975
CCAM Borba, CRL	5.202.800	5.130.335
CCAM Vagos, CRL	5.173.850	5.050.695
CCAM Alcanhões, CRL	5.161.125	5.014.160
CCAM da Beira Baixa (Sul), CRL	5.134.840	4.971.490
CCAM Serras de Ansião, CRL	5.122.795	4.064.025
CCAM Cartaxo, CRL	5.081.320	4.965.430
CCAM Vale de Cambra, CRL	5.046.055	5.018.370
	997.212.651	965.798.891

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a estrutura accionista do GCA encontra-se distribuída por milhares de subscritores de títulos de capital nas Caixas Agrícolas, não existindo detentores de capital com participação superior a 0,1%.

30. RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2015	2014
Reservas de reavaliação:		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor, líquido:		
De activos financeiros disponíveis para venda	17.610.917	81.918.546
	26.023.329	95.497.848
Reservas de reavaliação dos activos fixos	6.111.050	6.269.081
Outras Reservas de reavaliação – fundo pensões (Nota 47)	4.708.945	10.539.462
Outros	(2.407.583)	(3.229.241)
Outras reservas	311.892.735	309.064.960
Resultados transitados	(186.142.240)	(187.860.896)
	125.750.495	121.204.064
Lucro do exercício (Nota 31)	54.112.494	26.883.471
	205.886.318	243.585.383

O valor indicado em "Outras reservas" desagrega-se nas seguintes reservas estatutárias:

	2015	2014
Reserva legal	253.059.895	249.304.811
Reserva estatutária	843.331	801.333
Reserva especial	23.862.565	26.157.624
Reserva para formacão e educação cooperativa	4.199.604	4.203.222
Reserva para mutualismo	3.738.433	3.671.132
Reservas por diferenças no reembolso de capital	1.043.174	1.043.174
Reservas p/remun.titulos de capital em exerc.seguintes	1.471.381	1.578.149
Reservas por direitos de capital dos associados	241.539	8.407
Outras reservas	23.432.813	22.297.108
	311.892.735	309.064.960

Reserva legal

A reserva legal destina-se a cobrir eventuais perdas do exercício. Nos termos do artigo 33º dos estatutos das Caixas a reserva legal é anualmente creditada com 20% dos excedentes anuais líquidos e quaisquer outras prestações das associadas para o mesmo fim, até que o seu montante seja igual ao capital.

Reserva para formação e educação cooperativa

A reserva para formação e educação cooperativa, destina-se a financiar despesas com programas de formação técnica, cultural e cooperativa das associadas, dirigentes e empregados na Caixa Central, é reforçada no máximo com 2,5% dos excedentes anuais líquidos e ainda as importâncias que, a qualquer título, forem obtidas para aquela finalidade.

Reserva para mutualismo

A reserva para mutualismo, destina-se a custear acções de entreajuda e auxílio mútuo de que careçam associadas ou empregados, sendo creditada, no máximo, com 2,5% dos excedentes anuais líquidos.

Reservas de reavaliação

Esta rubrica inclui a reserva de reavaliação resultante da valorização ao justo valor de activos financeiros disponíveis para venda e de reavaliação do imobilizado. Esta reserva não poderá ser distribuída, podendo, no caso da decorrente da reavaliação do imobilizado, ser utilizada para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do seu uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.

31. LUCRO CONSOLIDADO

No exercício de 2015, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como se segue:

	Dez.2015
Lucro do exercício das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo [1]	49.808.963
Lucro do exercício da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	4.961.464
	54.770.427
Impacto no resultado liquido da reconciliação entre saldos comuns no SICAM	1.540.688
Resultado líquido do SICAM	56.311.115
Resultado líquido das restantes empresas do Grupo:	
Crédito Agrícola SGPS S.A.	30.562.856
Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A.	10.172.173
Crédito Agrícola Vida, Companhia de Seguros S.A.	6.717.282
Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A.	534.704
Crédito Agrícola Informática - Serviços de Informática S.A.	395.900
Crédito Agrícola Consult - Acessoria Financeira e de Gestão S.A.	235.041
FII ImoValor CA	74.109
Crédito Agrícola Serviços - ACE (2)	-
Crédito Agrícola Seguros e Pensões SGPS S.A.	(186)
Agrocapital - Sociedade de Capital de Risco S.A.	(26.699)
Fenacam - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo FCRL	(394.903)
CCCAM Gestão de Investimentos Unipessoal Lda	(560.190)
FII CA Arrendamento Habitacional	(4.805.582)
CA Imóveis, Unipessoal Lda	(5.725.049)
FII CA Imobiliário	(11.903.818)
	25.275.638
Anulação do reforço de provisões para imparidade em filiais e associadas registadas nas contas individuais das empresas do Grupo	696.204
Anulação da imparidade nas Ups dos Fundos Inv Imobiliários registadas no exercicio	34.287.659
Resultados da aplicação da equivalência patrimonial a empresas associadas	(202.230)
	34.781.633
Ajustamentos de relações intragrupo e anulações de saldos comuns:	
Ajustamento na imparidade dos imoveis detidos no FII CA Imobiliário, face às desvalorizações de 2016 01	(13.577.787)
Anulação das mais valias das vendas intragrupo de participações financeiras das entidades CA Vida e CA Seguros	(58.529.729)
Ajustamento de provisões sobre prestações suplementares da CA SGPS na CCCAM GI e CA Imóveis	6.050.199
Correção do justo valor das propriedades de investimento	4.241.450
Reforço de AID em ajustamentos e anulações consolidação	3.715.312
Ajustamento ações sibs de CH para JV	(1.130.727)
Anulação das mais e menos valias obtidas na venda de imóveis intra-grupo	245.400
Anulação das comissões de intermediação de seguros pagas às CCAMs	66.891
Anulação dos prémios de seguros cobrados a empresas do Grupo CA	1.217.417
Anulação de dividendos intra-grupo	(4.186.540)
Resultados de interesses não controlados de fundos de investimento	12.879
Outros ajustamentos de consolidação	(120.295)
	(61.995.531)
	54.372.856
Resultados atribuível a interesses não controlados	(260.362)
Lucro consolidado do exercício do Grupo Crédito Agrícola	54.112.494

[1] Este valor resulta da soma do Resultado líquido de todas as Caixas pertencentes ao SICAM.
[2] No fnal de cada exercício, o resultado do ACE é repartido na facturação às entidades do Grupo, de forma proporcional ao total facturado nesse mesmo exercício

32. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

O valor das participações de terceiros em empresas do Grupo, em 2015 e 2014, tem a seguinte distribuição por entidade:

	2015			2014		
	% detida	Balanço	Demonstração dos resultados	% detida	Balanço	Demonstração dos resultados
Crédito Agrícola Seguros	97,40%	1.278.454	(264.476)	97,40%	1.100.877	(88.247)
Agrocapital SCR	66,67%	328.824	8.899	66,67%	337.723	(1.760)
Crédito Agrícola Informática	99,45%	38.598	(2.177)	99,45%	36.421	(1.728)
Crédito Agrícola Vida	99,96%	32.331	(2.687)	99,92%	64.949	(3.248)
Crédito Agrícola Seguros e Pensões	99,98%	25.538	-	-	-	-
Fenacam	99,98%	956	79	99,98%	1.056	(18)
		1.704.701	(260.362)		1.541.026	(95.001)

O movimento nos interesses que não controlam durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 apresenta-se de seguida:

Interesses que não controlam em 31 de Dezembro de 2013	1.269.986
Resultado líquido do exercício atribuível a interesses que não controlam:	
Crédito Agrícola Seguros	88.247
Agrocapital SCR	3.248
Credito Agrícola Vida	1.760
Credito Agrícola Informática	1.728
Fenacam	18
	95.001
Variação nos capitais próprios (reservas de reavaliação) das seguradoras	(366.041)
Interesses que não controlam em 31 de Dezembro de 2014	1.541.026
Resultado líquido do exercício atribuível a interesses que não controlam:	
Crédito Agrícola Seguros	264.476
Credito Agrícola Vida	2.687
Credito Agrícola Informática	2.177
Agrocapital SCR	(8.899)
Fenacam	(79)
	260.362
Variação nos capitais próprios (reservas de reavaliação) das seguradoras	(96.687)
Interesses que não controlam em 31 de Dezembro de 2015	1.704.701

33. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Juros de disponibilidades em bancos centrais	51.778	172.852
Juros de disponibilidades em outras instituições de crédito:		
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país	1.909	2.105
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro	1.391	1.139
	3.300	3.244
Juros de aplicações em instituições de crédito:		
Aplicações em instituições de crédito no país	233.287	736.738
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	25.569	1.202
	258.856	737.940
Juros de crédito a clientes:		
Empréstimos	170.414.165	186.231.111
Habitação	39.980.628	42.033.366
Créditos em conta corrente	21.649.340	26.895.289
Descobertos em depósitos à ordem	5.884.130	6.586.730
Outros	42.216.741	42.512.095
	280.145.004	304.258.591
Juros de crédito vencido	14.922.481	16.797.262
Juros de outros activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	4.187.157	2.920.660
Juros de activos financeiros detidos para venda	158.681.322	169.899.627
Juros de activos financeiros detidos para negociação	7.160.837	7.189.752
Juros de investimentos detidos até à maturidade	6.397.478	13.830.434
Outros juros e rendimentos similares	14.224.259	15.738.012
	205.573.534	226.375.747
	486.032.472	531.548.374

34. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Juros de recursos de clientes e outros empréstimos	86.828.620	140.481.977
Juros de recursos de outras instituições de crédito	1.538.091	1.152.905
Juros de recursos de bancos centrais	602.403	1.902.969
Juros de passivos financeiros de negociação instrumentos financeiros derivados	213.071	201.938
Desconto das operações sobre obrigações no mercado de capitais	-589.591	-598.196
Juros de passivos subordinados	2.432.086	2.512.122
Outros juros e encargos similares	85.360.724	78.954.793
	176.385.404	224.608.508

35. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Activos financeiros disponíveis para venda		
Emitidos por residentes	1.003.387	974.331
Emitidos por não residentes	1.001.880	666.978
	2.005.267	1.641.309

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o valor respeitante a dividendos recebidos de títulos emitidos por residentes, respeita a instrumentos de capital, constantes nas carteiras de títulos da CA Vida.

O valor de dividendos de títulos emitidos por não residentes respeita aos títulos do Grupo CIMD, detidos pelo Crédito Agrícola SGPS.

36. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Por garantias prestadas		
Garantias e avales	4.819.215	5.359.602
Créditos documentários abertos	81.708	85.487
	4.900.923	5.445.089
Por compromissos assumidos perante terceiros		
Compromissos irrevogáveis		
Linhas de crédito irrevogáveis	6.129.613	6.381.981
Outros compromissos irrevogáveis	1.592.965	1.508.901
	7.722.578	7.890.882
Por serviços prestados		
Operações de crédito		
Outras operações de crédito	25.541.282	24.897.790
Anuidades	6.208.539	6.143.778
Transferência de valores	2.277.678	2.857.861
Organismos de investimento colectivo em valores mobiliários		
Comissão de gestão	2.351.885	2.013.389
Cobrança de valores	513.100	581.590
Depósito e guarda de valores	1.333.396	1.220.358
Gestão de cartões	102.812	90.059
Outros serviços prestados		
Colocação e comercialização	4.449.411	4.281.417
Outras comissões interbancárias	389.189	366.217
Outros	27.062.995	27.078.575
	70.230.287	69.531.034
Por operações realizadas por conta de terceiros		
Sobre títulos		
Em operações de Bolsa	98.867	151.618
Em operações fora de Bolsa	1.121	7.776
Outras operações realizadas por conta de terceiros	17.882	54.979
	117.870	214.373
Outras comissões recebidas	33.374.989	34.864.847
	116.346.647	117.946.225

37. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Por garantias recebidas	5.226	501
Por serviços bancários prestados por terceiros		
Depósito e guarda de valores	1.366.298	1.216.480
Cobrança de valores	24.827	30.095
Administração de valores	40.635	48.114
Outros serviços bancários prestados por terceiros	8.315.163	7.974.052
Por operações realizadas por terceiros	5.984.254	6.132.099
Outras comissões pagas	2.329.886	1.943.528
	18.066.289	17.344.869

38. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS MENSURADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos financeiros detidos para negociação:			
Títulos	44	(13.316.097)	(13.316.053)
Derivados de negociação	1.523.949	(2.546.646)	(1.022.697)
Outros activos financ. ao justo valor através de resultados	1.149.135	(2.276.655)	(1.127.520)
	2.673.128	(18.139.398)	(15.466.270)

	2014		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos financeiros detidos para negociação:			
Títulos	535.713	(5.423.591)	(4.887.878)
Derivados de negociação	1.434.522	(69.456)	1.365.066
Outros activos financ. ao justo valor através de resultados	4.191.690	(105.273)	4.086.417
	6.161.925	(5.598.320)	563.605

39. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	26.058.493	28.322.247
Instrumentos de capital	9.736.359	725.211
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	69.148.944	179.645.599
Instrumentos de capital	(6.190)	-
	104.937.606	208.693.057

Conforme se pode constar, o maior valor respeita essencialmente às mais valias obtidas com a alienação de títulos de dívida publica estrangeira, registados na carteira de activos financeiros disponíveis para venda,

onde se verificou igualmente a maior variação, com a redução nos ganhos em cerca de 110.496.655 euros, face a 2014, devido à mais reduzida valorização da carteira.

40. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Nos exercícios de 2015 e de 2014, os resultados relativos a reavaliação cambial correspondem a operações cambiais à vista, sendo no montante total de 2.736.781 euros e 847.325 euros, respectivamente.
Encontram-se refletidos nesta rubrica, os resultados originados na reavaliação de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira.

Sendo operações cambiais à vista, referem-se a operações, onde o seu vencimento se processa em prazo inferior ou igual a dois dias úteis.

41. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Resultados em activos não financeiros		
Activos não correntes detidos para venda	(6.126.422)	(6.726.325)
Outros activos tangíveis	(542.333)	(833.332)
Outros activos não financeiros	-	(26)
	(6.668.755)	(7.559.683)

42. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Outros rendimentos de exploração		
Rendas	5.368.580	4.903.362
Reembolso de despesas	2.458.180	2.408.991
Recuperação de créditos, juros e despesas		
Recuperação de créditos incobráveis	9.462.650	9.931.239
Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	15.103.160	15.583.531
Rendimentos da prestação de serviços diversos	3.922.815	3.764.625
Ganhos não realizados - propriedades de investimento	4.241.450	-
Ganhos relativos a anos anteriores	1.015.948	949.342
Resultados em fundos de investimentos integrados no perímetro de consolidação	12.879	36.734
Outros	9.834.992	11.608.446
	51.420.654	49.186.270
Outros encargos de exploração		
Quotizações e donativos	(1.350.856)	(1.315.561)
Contribuições para o Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo	(3.144.471)	(4.816.446)
Outros impostos	(6.255.743)	(6.223.875)
Falhas na gestão e execução de procedimentos	(247.828)	(140.508)
Outros encargos e gastos operacionais relativos exercicio anteriores	(2.204.891)	(1.363.735)
Outros encargos e gastos operacionais	(38.138.253)	(48.997.026)
	(51.342.042)	(62.857.151)
	78.612	(13.670.881)

O grande valor em "outros encargos e gastos operacionais" respeita ao montante de perdas não realizadas em activos detidos pelos fundos de investimento imobiliários, o qual no final de 2015 era de 7.560.422 euros (31.913.112 euros em 2014). Esta variação, deve-se ao facto da totalidade da carteira de imóveis do FII CA Imobiliário ter sido reavaliada em 2014, com o reflexo das perdas potenciais em resultados desse exercício.

43. MARGEM TÉCNICA DA ACTIVIDADE DE SEGUROS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Prémios líquidos de resseguro		
Ramo vida		
Prémios brutos emitidos	342.946.819	289.188.728
Prémios de resseguro cedido	(6.240.514)	(6.287.524)
	336.706.305	282.901.204
Ramo não vida		
Prémios brutos emitidos	87.075.428	81.285.125
Prémios de resseguro cedido	(18.330.523)	(15.977.538)
	68.744.905	65.307.587
	405.451.210	348.208.791
Custos com sinistros		
Montantes pagos		
Montantes brutos	254.575.321	190.426.463
Parte dos resseguradores	(8.011.517)	(9.478.215)
	246.563.804	180.948.248
Variação de provisões técnicas, líquidas de resseguro (Nota 18)	(139.226.127)	(188.757.800)
	19.661.279	(21.497.257)

44. CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Salários e vencimentos		
Empregados	137.009.816	136.788.477
Órgãos de Gestão e Fiscalização	15.083.237	14.555.961
Encargos sociais obrigatórios		
Fundos de Pensões (Nota 47)		
Custo do serviço corrente	497.701	341.352
Juro líquido	20.556	118.792
Prémios de seguros pagos	-	1.045.897
Encargos relativos a remunerações:		
Segurança Social	30.173.551	29.720.516
SAMS	6.401.373	6.260.669
Outros	226.917	289.918
Outros encargos sociais obrigatórios	1.090.922	948.896
Encargos sociais facultativos	82.138	49.563
Outros custos com pessoal:		
Indemnizações contratuais	1.592.866	1.017.441
Outros	1.116.812	997.178
	193.295.889	192.134.660

O número médio de colaboradores do Grupo Crédito Agrícola em 2015 e 2014 apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Direcção	152	158
Chefias e gerência	859	864
Quadros técnicos	744	737
Comerciais	1.639	1.652
Administrativos	580	614
Outros	192	212
	4.166	4.237

45. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Com fornecimentos:		
Água energia e combustíveis	6.842.392	7.242.968
Material de consumo corrente	994.292	924.576
Publicações	126.041	245.368
Material de higiene e limpeza	226.154	110.788
Material para assistência e reparação	40.529	45.346
Outros fornecimentos de terceiros	1.293.578	1.279.048
	9.522.986	9.848.094
Com serviços:		
Comunicações	11.923.046	11.375.031
Conservação e reparação	7.256.860	7.320.708
Publicidade e edição de publicações	6.119.425	6.322.296
Deslocações, estadas e despesas de representação	5.016.654	5.234.529
Rendas e alugueres	6.829.848	6.483.222
Transportes	2.347.663	2.148.297
Seguros	1.014.295	951.387
Formação de pessoal	705.942	786.944
Serviços especializados:		
Informática	15.117.089	14.893.659
Avenças e honorários	7.723.668	8.158.733
Judiciais, contencioso e notariado	3.147.716	3.433.111
Segurança e vigilância	1.148.461	1.117.241
Informações	1.578.731	1.401.759
Mão de obra eventual	201.188	126.071
Bancos de dados	181.168	171.838
Outros serviços especializados:		
Serviços multibanco	7.028.150	7.301.317
Avaliadores externos	1.813.082	1.946.426
Outros serviços de terceiros	19.471.154	18.279.332
	98.624.140	97.451.901
	108.147.126	107.299.995

A rubrica "Outros serviços especializados – outros serviços de terceiros" inclui o montante de 2.260.226 Euros relativos aos honorários totais facturados pelos Revisores Oficiais de Contas durante o exercício de 2015 (2.446.082 euros em 2014), divulgados para efeitos do cumprimento da alteração introduzida pelo Decreto-Lei nº 185/2009, de 12 de Agosto, ao Artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais.

46. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2015, o montante de créditos concedidos a membros dos órgãos sociais relativos às Caixas Agrícolas que integram o GCA ascende a 18.195.141 Euros (17.684.106 Euros em 31 de Dezembro de 2014).

O montante total de remunerações auferidas pêlos membros dos Órgãos Sociais das entidades que compõem o Grupo Crédito Agrícola, relativo ao exercício de 2015, foi de 15.730.028 euros.

47. PENSÕES DE REFORMA E CUIDADOS DE SAÚDE

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do Grupo Crédito Agrícola relativas a empregados no activo e aos já reformados foram efectuados estudos actuariais pela Companhia de Seguros Crédito Agrícola Vida, S.A. (entidade do Grupo Crédito Agrícola).

A 01 de Janeiro de 2013 entraram em vigor as alterações, publicadas em Junho de 2011, à IAS 19 – norma contabilística internacional que trata os benefícios dos empregados.

O período de transição para implementação das alterações à IAS 19 terminou no início de 2013, e todas as empresas que adoptem esta norma para a contabilização dos benefícios dos empregados (planos de pensões), ficaram obrigadas a ter de reflectir as alterações à IAS 19 durante 2013.

Desta forma, as demonstrações financeiras passaram a reportar a partir do relato respeitante ao exercício de 2013, devendo estas, seguir as alterações da IAS 19 com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2013, que alteram a política contabilística de reconhecimento de desvios actuariais relativos a planos de pensões, deixando de ser utilizado o método do corredor e efectuados registos nas contas de "outros activos" ou outros passivos" passando a ser reconhecidos os ganhos e perdas actuariais directamente em capitais próprios, na rubrica "Outras reservas".

Em 31 de Dezembro de 2015, o valor registado em reservas de reavaliação “rendimento integral”, respeitantes aos ganhos e perdas actuariais foi positivo de 4.708.945 euros (o valor referente a 2014 era de 10.539.462 euros, também positivo).

Com as alterações da IAS 19, passou a ser aplicada uma taxa única às responsabilidades e aos activos do plano, sendo que os resultados com fundo de pensões passaram a corresponder apenas ao custo corrente e aos gastos líquidos de juros. O impacto em resultados encontra-se registado na rubrica de “Custos com

pessoal", sendo respeitante ao valor dos custos com serviço corrente e do juro líquido, no montante de 518.257 euros (em Dezembro de 2014 era de 1.506.041 Euros) (Nota 44).

Os pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades a 31 de Dezembro de 2015 e 2014 foram os seguintes:

	31/12/2015	31/12/2014
Pressupostos demográficos		
Tábua de mortalidade	TV – 88/90	TV – 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Idade de reforma	(**)	(**)
Método de avaliação	"Projected Unit Credit"	"Projected Unit Credit"
Pressupostos financeiros:		
Taxa de desconto	(*)	(*)
Taxa de crescimento dos salários e outros benefícios	1,40%	1,40%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%
Taxa de revalorização de salários para a Segurança Social:		
- de acordo com nº2 Artº 27 do Decreto Lei 187/2007	1,40%	1,40%
- de acordo com nº1 Artº 27 do Decreto Lei 187/2007	1,40%	1,40%
(*) Taxa de desconto diferente para diferentes grupos da população:		
Trabalhadores no activo e Licenças com idade actuarial < 55 anos :	2,70%	3,25%
Trabalhadores no activo e Licenças com idade actuarial >=55 anos :	2,30%	2,75%
Pré-reformados, reformados e pensionistas :	2,00%	2,25%

(**) De acordo com o Decreto-lei nº167-E/2013

As responsabilidades com pensões de reforma em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, do Fundo de Pensões do Crédito Agrícola (FPCAM), assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	2015	2014
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:		
. Trabalhadores no activo e ex-trabalhadores	44.717.700	38.699.267
. Licenças sem vencimento	1.549.686	1.400.442
. Pré-reformados	3.817.190	2.428.459
. Pensões em pagamento	20.659.246	20.370.161
Total de responsabilidades	70.743.824	62.898.329
Cobertura das responsabilidades:		
. Valor patrimonial do Fundo (Nota 21)	68.072.518	63.189.835
Valor financiado em excesso / (insuficiência)	(2.671.306)	291.506

O Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelos fundos de pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados de pessoal no activo. No entanto, estabelece um período transitório entre 5 e 7 anos relativamente à cobertura do aumento de responsabilidades decorrente da adopção do IAS 19. Durante o ano de 2008, o Banco de Portugal emitiu o Aviso nº 7/2008, de 14 de Outubro de 2008, no qual permite diferir os impactos da transição acima identificados, por um período adicional de três anos face ao período estipulado inicialmente. Foi decisão do Crédito Agrícola prolongar o diferimento dos impactos de transição tal como permitido no Aviso acima referido.

O Fundo de Pensões do SICAM engloba as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, Torres Vedras e Mafra. No entanto, estas não fazem parte do perímetro de consolidação do Grupo Crédito Agrícola. Em 31 de Dezembro de 2015, os saldos de balanço do GCA não incluem os montantes destas Caixas Agrícolas.
As responsabilidades destas Caixas Agrícolas apuradas nos termos do IAS 19, e a respectiva quota-parte no valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2015, decompõem-se como segue:

Total das responsabilidades por serviços passados	(4.250.529)
Cobertura das responsabilidades:	
. Valor patrimonial do Fundo	4.158.535
Valor financiado em excesso / (insuficiência)	(91.994)

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 os saldos em balanço relativos ao fundo de pensões, são os seguintes (Nota 21):

	2015	2014
Valor das responsabilidades com pensões	(70.763.328)	(62.898.329)
Valor do Fundo de Pensões	68.072.518	63.189.835
Diferencial	(2.690.810)	291.506

O valor contabilístico das responsabilidades com fundo de pensões, para além do valor respeitante ao Fundo de Pensões do Crédito Agrícola Mutuo – FPCAM (70.743.824 euros), inclui responsabilidades assumidas por outras entidades do Grupo. Encontra-se acrescido do valor líquido do financiamento do fundo de pensões autónomo das seguradoras, os quais respeitam a planos de contribuição definidas, e não de benefício definido como o FPCAM, sendo em 2015, no valor total de 19.504 euros.

Por força da alteração de política pela implementação do IAS 19 Revisto, os desvios actuariais deixaram de ser diferidos, passando a ser registados diretamente no resultado integral, numa rubrica de reservas de reavaliação.

De acordo com a IAS 19 Revisto, o valor registado no exercício em resultados, inclui o custo do serviço passado e o juro liquido. O custo do serviço inclui o custo dos serviços correntes, custo dos serviços passados e ganhos ou perdas aquando das liquidações, deduzido do rendimento esperado. Ainda que de pouca materialidade, em 2015, foi entendimento que os valores registados no exercício referentes aos prémios de seguro pagos e ao rendimento do seguro devem ser considerado e integrados no rendimento integral e não em resultados do exercício.

Nos exercícios de 2015 e 2014, os custos com pensões têm a seguinte composição:

	2015	2014
Custo dos juros líquido	20.556	118.792
Custo do serviço corrente	497.701	341.352
Prémios de seguro pagos	-	1.045.897
Acréscimo anual de responsabilidades	518.257	1.433.959

De acordo com a Carta Circular do Banco de Portugal nº 106/08/DSBDR de 18 de Dezembro, a partir do exercício de 2008, o custo com o serviço corrente e o juro liquido, passaram a ser registados na rubrica "Custos com pessoal" (Nota 44).

O movimento ocorrido no valor das responsabilidades durante os exercícios de 2014 e 2015 foi o seguinte:

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2013	61.496.569
Custo do serviço corrente	341.352
Contribuições dos empregados	1.425.948
Juro líquido	2.152.077
Ganhos e perdas actuariais	(1.157.948)
Pensões pagas	(946.751)
SAMS pago pelo Fundo de Pensões	(412.918)
Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2014	62.898.329
Custo do serviço corrente:	
. das entidades do Grupo (GCA)	497.701
. contribuição dos participantes (empregados)	1.472.618
Juro líquido	1.807.842
Ganhos e perdas actuariais:	
. alteração de pressupostos financeiros (taxa de desconto)	6.193.241
. alteração de pressupostos demográficos e ganhos e perdas de experiência	(775.706)
Pensões pagas	(925.048)
SAMS pago pelo Fundo de Pensões	(425.145)
Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2015	70.743.824

A duração média das responsabilidades com pensões tendo em conta os grupos de população criados, foi a seguinte:

- Trabalhadores no activo e licenças sem vencimento com idades < 55 anos: 27,8 anos;
- Trabalhadores no activo e licenças sem vencimento com idades > = 55 anos: 16,8 anos;
- Pré-reformados, Reformados e Pensionistas: 11,7 anos.

O movimento no Fundo de Pensões durante o exercício de 2014 e 2015 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2013	57.395.358
Contribuições do Grupo Crédito Agrícola	628.014
Contribuições dos empregados	1.425.948
Capitais recebidos de seguro	19.462
Rendimento líquido do Fundo	5.169.159
Participação de resultados no seguro	957.468
Prémios de seguro pagos	(1.045.897)
Pensões pagas	(946.751)
SAMS pago pelo Fundo de Pensões	(412.918)
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2014	63.189.835
Contribuições do Grupo Crédito Agrícola	4.643.179
Contribuições dos empregados	1.472.618
Capitais recebidos de seguro	420.354
Rendimento líquido do Fundo	246.751
Participação de resultados no seguro	820.604
Prémios de seguro pagos	(1.370.636)
Pensões pagas	(925.048)
SAMS pago pelo Fundo de Pensões	(425.145)
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2015	68.072.518

Em 31 de Dezembro de 2015, os activos que integram o Fundo de Pensões do Crédito Agrícola, são compostos por: Divida publica (57,70%), obrigações de empresas (24,58%), acções (5,34%), relacionadas com investimentos imobiliários (1,54%) e outros activos de investimento (10,84%). Estes activos encontram-se valorizados ao justo valor.

	2015		2014	
Dívida pública	41.679.119	57,70%	15.740.094	23,45%
Obrigações de empresas	17.753.162	24,58%	40.459.440	60,29%
Outros activos de investimento	7.828.928	10,84%	2.897.753	4,32%
Ações	3.858.485	5,34%	6.929.238	10,33%
Activos relacionados com invimobiliários	1.111.361	1,54%	1.082.238	1,61%
Total activos do Plano de Pensões do CAM	72.231.054		67.108.762	

De acordo com o relatório actuarial do Fundo de Pensões do Crédito Agrícola Mútuo, no ano de 2015, a rentabilidade da carteira de activos foi de + 9,06%. A mesma encontra-se dividida da seguinte forma:

Classes de Activo	Rentabilidade Média
Dívida Publica	1,03%
Obrigações de Empresas	-0,49%
Acções Euro	5,76%
Acções Não Euro	-0,20%
Outros activos de investimentos	-1,03%
Activos relacionados com investimentos imobiliários	2,69%

a)Riscos associados aos benefícios do plano:

O Plano garante pensões em caso de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e sobrevivência, de acordo com o definido no Acordo Colectivo de Trabalho das Instituições do Crédito Agrícola Mútuo. No que se refere ao pagamento de pensões trata-se de um plano complementar à Segurança Social. O plano prevê ainda o pagamento de contribuições para os serviços de assistência médico-social pós-emprego.

Neste sentido, os riscos associados aos benefícios do plano são os seguintes:

- Risco de dependência dos benefícios dos regimes públicos de Segurança Social;
- Risco de mortalidade no período de formação do benefício e risco de longevidade no período pós-emprego;
- Risco de invalidez dos participantes;
- Risco relativo a reformas antecipadas. Actualmente este risco encontra-se mitigado na medida que o regime de antecipação da idade de reforma do regime geral da Segurança Social está suspenso.

b)Apresentação de análises de sensibilidade sobre cada pressuposto actuarial significativo:

Valores em Euros

	Valor das responsabilidades	Variação
TAXA DE DESCONTO		
Aumento em 50 pontos base	67.996.307	-6.998.048
Diminuição em 50 pontos base	83.127.113	8.132.758
TAXA DE CRESCIMENTO DAS PENSÕES		
Aumento em 50 pontos base	79.759.143	4.764.788
Diminuição em 50 pontos base	70.697.626	-4.296.729
TÁBUA DE MORTALIDADE		
Ajustamento de -1 ano	77.728.004	2.733.649
TAXA DE CRESCIMENTO DOS SALÁRIOS		
Aumento em 50 pontos base	78.483.384	3.489.029
Diminuição em 50 pontos base	71.869.013	-3.125.342

O cenário de ajustamento da tábua de mortalidade consistiu na prática a considerar para a população abrangida uma idade inferior em 1 ano à idade efectiva dos participantes e beneficiários.

Para o cenário da taxa de crescimento dos salários foi efectuada a análise de sensibilidade ao pressuposto de crescimento das tabelas salariais do ACT bem como no salário sujeito a descontos para a Segurança Social.

Adicionalmente, o Grupo Crédito Agrícola assumiu o compromisso de comparticipação do prémio de antiguidade dos colaboradores (Nota 29). Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as responsabilidades são como seguem:

	2015	2014
Prémio de antiguidade:		
. Trabalhadores no activo e ex-trabalhadores	19.495.617	18.838.480
. Licenças sem vencimento	588.680	656.236
Total de responsabilidades com prémio de antiguidade (Nota 27)	20.084.297	19.494.716

48. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Risco de Mercado

O risco de mercado reflecte o potencial de perdas eventuais resultantes de uma alteração adversa do valor de mercado de um instrumento financeiro como consequência da variação, nomeadamente, de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de acções, preços de mercadorias, spreads de crédito ou outras variáveis equivalentes.

As regras de gestão do risco de mercado estabelecidas pela Caixa Central para cada carteira, incluem limites de risco de mercado e ainda limites quanto à exposição a risco de crédito e de liquidez, rentabilidade exigida, tipos de instrumentos autorizados e níveis de perdas máximas admissíveis.

De modo a mitigar os riscos associados a uma avaliação dos riscos incorridos, encontra-se implementada uma política de segregação de funções entre a execução das operações de mercado e o controlo do risco incorrido a cada momento decorrente das mesmas.

Eventuais operações de cobertura podem ser propostas tanto pelos gestores das carteiras como pelos responsáveis pelo controlo do risco, tendo em conta os limites de risco e os instrumentos autorizados.
No caso da CA Vida, a carteira de títulos é gerida na sua totalidade pela CA Gest, estando definidas políticas de investimento de acordo com o risco que se pretende assumir e a rentabilidade desejada, nas quais são definidos limites de repartição por classes de activos, por áreas geográficas, por risco de crédito, entre outros.

A carteira da Seguradora é valorizada mensalmente com base em inputs da Entidade Gestora.
No que respeita à gestão do risco de crédito e de mercado da carteira de títulos, a CA Vida efectua os seguintes controlos:

- São feitos contactos permanentes com a Entidade Gestora, no sentido de se avaliar a evolução da carteira;
- Mensalmente, são elaborados relatórios de análise de risco pela Entidade Gestora, sendo efectuada a respectiva análise; e
- São realizadas reuniões regulares com a mesma, com periodicidade mensal e sempre que as condições e perspectivas de evolução do mercado o recomendem, redefinindo-se os perfis de risco das carteiras caso seja necessário.

O VaR da carteira em 31 de Dezembro de 2015 pode ser assim apresentado:

	Valor de Mercado	Duração	VaR Paramétrico	VaR Monte Carlo	VaR Histórico 1Y
Posição da Carteira 31.12.2015	3.289.703.411	2,84	55.198.804	54.526.120	72.005.848
Variação face a 31.12.2014	*-374.310.227*	*-1,63*	*-88.887.132*	*-94.252.296*	*-129.674.952*

Risco Cambial

O risco cambial surge como consequência de variações nas taxas de câmbio das moedas, sempre que existem "posições abertas" nessas mesmas moedas.

O controlo e a avaliação do risco cambial são efectuados diariamente a nível individual, para cada uma das Sucursais e a nível consolidado. São calculados valores e cumprimento de limites em termos de posição total.

No Grupo Crédito Agrícola, a gestão do risco cambial encontra-se centralizada, sendo responsabilidade da Direcção Financeira sob enquadramento de limites aprovados pelo Conselho de Administração Executivo.
O Grupo Crédito Agrícola apresenta uma reduzida exposição a este tipo de risco. Efectivamente, o perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida.

Risco de Taxa de Juro

O Grupo Crédito Agrícola incorre em risco de taxa de juro sempre que, no desenvolvimento da sua actividade, contrata operações com fluxos financeiros futuros cujo valor presente é sensível a variações das taxas de juro.

O risco de taxa de juro agregado suportado deriva de diversos factores, nomeadamente:

- diferentes prazos de vencimento ou revisão das taxas dos activos, passivos e elementos extrapatrimoniais (risco de *repricing*);
- alterações da inclinação da curva de taxas de juro (risco de curva);
- variações assimétricas das diversas curvas de mercado que afectam as distintas massas patrimoniais e extrapatrimoniais (risco de base); e
- existência de opções explícitas ou implícitas em muitos produtos bancários (risco de opção).

A política de gestão do risco de taxa de juro é definida e monitorizada pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO).

O Grupo Crédito Agrícola avalia mensalmente a sua exposição a este tipo de risco com recurso a uma meodologia baseada no agrupamento dos diversos activos e passivos sensíveis em intervalos temporais de acordo com as respectivas datas de revisão de taxa. Para cada intervalo são calculados os *cash flows* activos e passivos apurando-se o correspondente gap sensível ao risco de taxa de juro. Procede-se então à avaliação do impacto dos gaps mencionados sobre a evolução da margem financeira e sobre o valor económico da entidade em diversos cenários de evolução das taxas de juro.

A relação risco/ rentabilidade encontra-se enquadrada por limites definidos e monitorizados mensalmente pelo ALCO ao nível da exposição da margem financeira e do valor económico a variações adversas das taxas de juro.

Na CA Vida este risco é monitorizado diariamente, sendo observado o diferencial entre o montante de activos e de passivos que irão estar sujeitos a refixação de taxa de juro com base em intervalos temporais pré-definidos.

A Companhia poderá transaccionar instrumentos financeiros derivados, nomeadamente, efectuar a venda de futuros sobre taxas de juro, com o objectivo estrito de realizar a cobertura do risco de variação do património. A utilização de futuros, contempla apenas contratos transaccionáveis em Bolsa ou mercados regulamentados.

A Companhia transacciona também *swaps* de taxa de juro, *over-the-counter*, destinados a garantir uma adequada modelização dos fluxos financeiros gerados pelas carteiras fechadas, negociados e contratualizados com instituições financeiras cuja notação de rating seja preferencialmente *investment grade*, de forma a minimizar o risco de crédito e/ou de contraparte das carteiras.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a exposição ao risco de taxa de juro, excluindo derivados, pode ser resumida como se segue (valores em milhares de Euros):

	2015				
	Taxa Fixa	Taxa Variavel	Subtotal	Não Sujeito a risco de taxa de juro	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	354.214	354.214	-	354.214
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	67.593	67.593	-	67.593
Activos financeiros detidos para negociação	35.305	-	35.305	-	35.305
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	68.204	-	68.204	-	68.204
Activos financeiros disponiveis para venda	4.703.030	592.838	5.295.868	50.443	5.346.311
Aplicações em Instituições de Crédito	88.362	6.990	95.352	(224)	95.128
Crédito a Clientes (saldo bruto)	1.798.794	6.566.520	8.365.314	7.960	8.373.274
	6.693.695	7.588.156	14.281.850	58.179	14.340.030
Passivo					
Recursos de bancos centrais	385.200	-	385.200	610	385.810
Passivos financeiros detidos para negociação	4	-	4	-	4
Recursos de outras instituições de Crédito	225.265	13.870	239.135	872	240.007
Recursos de clientes e outros empréstimos	7.448.485	3.427.786	10.876.271	33.815	10.910.085
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	1.634	1.634
Outros passivos subordinados	-	119.889	119.889	520	120.409
	8.058.954	3.561.545	11.620.499	37.451	11.657.949
Derivados detidos para negociação	111.925	-	111.925	-	111.925
Exposição Liquida	(1.477.184)	4.026.611	2.549.427	20.729	2.570.155

	2014					
	Taxa Fixa	Taxa Variavel	Subtotal	Não Sujeito a risco de taxa de juro	Indeterminado	Total
Activo						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	423.408	423.408	-	-	423.408
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	78.252	78.252	-	-	78.252
Activos financeiros detidos para negociação	31.796	-	31.796	-	-	31.796
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	77.299	-	77.299	-	-	77.299
Activos financeiros disponiveis para venda	5.595.185	44.638	5.639.822	116.192	2.524	5.758.539
Aplicações em Instituições de Crédito	3.180	-	3.180	14	-	3.194
Crédito a Clientes (saldo bruto)	1.418.678	6.663.692	8.082.371	13.012	4.060	8.099.443
	7.126.138	7.209.990	14.336.128	129.218	6.584	14.471.930
Passivo						
Recursos de bancos centrais	980.200	-	980.200	26	-	980.226
Passivos financeiros detidos para negociação	197	-	197	-	-	197
Recursos de outras instituições de Crédito	50.216	85.940	136.156	-	-	136.156
Recursos de clientes e outros empréstimos	10.404.350	78.444	10.482.794	50.134	3.681	10.536.609
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	2.256	-	2.256
Outros passivos subordinados	-	142.046	142.046	488	-	142.534
	11.434.963	306.430	11.741.393	52.904	3.681	11.797.978
Derivados detidos para negociação	111.925	-	111.925	-	-	111.925
Exposição Liquida	(4.420.750)	6.903.560	2.482.810	76.314	2.903	2.562.027

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o desenvolvimento dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro em função da sua maturidade ou data de refixação, excluindo derivados, é apresentado no quadro seguinte (valores em milhares de Euros):

	2015								
	Datas de Refixação/Datas de Maturidade								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Subtotal	Não Sujeito a risco de taxa de juro	Total
Activo									
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	354.214	-	-	-	-	-	354.214	-	354.214
Disponibilidades em outras instituições de crédito	67.593	-	-	-	-	-	67.593	-	67.593
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	14.050	224	21.031	-	35.305	-	35.305
Outros activos financeiros ao justo valor através	-	-	885	30.560	25.166	11.592	68.204	-	68.204
Activos financeiros disponiveis para venda	-	222.010	1.117.536	672.125	1.887.115	1.096.481	4.995.267	351.045	5.346.312
Aplicações em instituições de crédito	30.302	-	65.050	-	-	-	95.352	(224)	95.128
Crédito a clientes (saldo bruto)	1.915.828	2.633.109	3.485.232	107.644	73.934	149.568	8.365.315	7.960	8.373.275
	2.367.937	2.855.119	4.682.754	810.553	2.007.245	1.257.641	13.981.249	358.781	14.340.030
Passivos									
Recursos de bancos centrais	-	-	-	385.200	-	-	385.200	610	385.810
Passivos financeiros detidos para negociação	-	4	-	-	-	-	4	-	4
Recursos de outras instituições de crédito	85.381	50.525	103.227	-	-	-	239.134	873	240.007
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.853.979	3.562.208	4.212.996	228.717	9.618	18.636	10.886.154	23.931	10.910.085
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-	-	-	1.634	1.634
Outros passivos subordinados	1.815	2.289	9.227	35.864	10.327	60.368	119.889	520	120.409
	2.941.176	3.615.026	4.325.450	649.781	19.944	79.004	11.630.381	27.568	11.657.949
Exposição Liquida	(573.239)	(759.907)	357.303	160.772	1.987.301	1.178.637	2.350.868	331.213	2.682.081

	2014									
	Datas de Refixação/Datas de Maturidade									
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Subtotal	Não Sujeito a risco de taxa de juro	Indeterminado	Total
Activo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	423.408	-	-	-	-	-	423.408	-	-	423.408
Disponibilidades em outras instituições de crédito	78.252	-	-	-	-	-	78.252	-	-	78.252
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	11.361	18.087	2.349	31.797	-	-	31.797
Outros activos financeiros ao justo valor através	-	-	-	4.642	51.973	20.683	77.298	-	-	77.298
Activos financeiros disponiveis para venda	-	94.470	217.950	753.665	1.630.856	2.945.405	5.642.346	116.192	-	5.758.539
Aplicações em instituições de crédito	11	3.082	88	-	-	-	3.180	14	-	3.194
Crédito a clientes (saldo bruto)	1.877.531	2.670.675	3.172.405	142.954	75.553	147.314	8.086.431	13.012	-	8.099.443
	2.379.201	2.768.226	3.390.442	912.622	1.776.469	3.115.751	14.342.712	129.218	-	14.471.930
Passivos										
Recursos de bancos centrais	-	595.000	-	-	385.200	-	980.200	26	-	980.226
Passivos financeiros detidos para negociação	-	174	23	-	-	-	197	-		197
Recursos de outras instituições de crédito	71.720	36.893	25.355	2.067	-	-	136.035	121	-	136.156
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.491.513	2.283.274	5.253.328	1.447.946	6.102	4.312	10.486.475	50.134	-	10.536.609
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-	-	-	2.256	-	2.256
Outros passivos subordinados	-	300	21.874	19.835	38.080	61.957	142.046	488	-	142.534
	1.563.233	2.915.641	5.300.580	1.469.848	429.382	66.269	11.744.953	53.025	-	11.797.978
Exposição Liquida	815.968	(147.415)	(1.910.138)	(557.227)	1.347.087	3.049.482	2.597.759	76.193	-	2.673.952

Considerando os valores apurados, verifica-se uma exposição ao risco de taxa de juro, tanto da margem financeira como do valor económico do capital, relevante. Este risco mede o impacto de uma variação das taxas de juro, positiva ou negativa, sobre os referidos indicadores em função da exposição líquida nos diversos intervalos temporais.

Apresenta-se de seguida a análise de sensibilidade para o risco de taxa de juro a que o GCA se encontra exposto em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, efectuada a partir da simulação, nos activos e passivos sensíveis, de variações de até 200 pontos base nas taxas de referência, (valores em milhares de Euros):

	2015					
	impacto resultante da variação da taxa de juro de referência					
	- 200 bp	- 100bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Activo						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	55.405	23.485	10.849	(9.322)	(17.340)	(30.188)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	0	0	0	(0)	(0)	(0)
Activos financeiros de negociação	1.825	894	443	(434)	(859)	(1.685)
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3.390	1.667	824	(809)	(1.607)	(3.147)
Activos financeiros disponiveis para venda	453.347	218.830	106.508	(102.412)	(202.128)	(387.368)
Aplicações em instituições de crédito	98	49	24	(24)	(48)	(95)
Crédito a clientes (saldo bruto)	252.954	120.505	58.850	(56.208)	(109.923)	(210.428)
	767.019	365.430	177.497	(169.208)	(331.905)	(632.909)
Passivo						
Recursos de bancos centrais	21.920	10.750	5.323	(5.223)	(10.348)	(20.314)
Recursos de outras instituições de crédito	1.567	777	387	(384)	(765)	(1.517)
Recursos de clientes e outros empréstimos	73.954	36.593	18.203	(18.020)	(35.860)	(71.019)
Outros passivos subordinados	3.377	1.650	816	(797)	(1.577)	(3.084)
Passivos financeiros de negociação	-	-	-	-	-	-
	100.819	49.770	24.729	(24.424)	(48.550)	(95.935)
Impacto no valor económico	666.201	315.661	152.769	(144.785)	(283.355)	(536.975)

	2014					
	impacto resultante da variação da taxa de juro de referência					
	- 200 bp	- 100bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Activo						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	967	441	212	(199)	(388)	(743)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1	0	0	(0)	(0)	(1)
Activos financeiros de negociação	2.496	1.217	601	(586)	(1.159)	(2.262)
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	6.644	3.236	1.589	(1.544)	(3.055)	(5.924)
Activos financeiros disponiveis para venda	670.439	322.543	157.432	(151.296)	(297.683)	(571.662)
Aplicações em instituições de crédito	1	1	0	(0)	(1)	(1)
Crédito a clientes (saldo bruto)	246.089	117.154	57.198	(54.604)	(106.768)	(204.330)
	926.638	444.593	217.033	(208.231)	(409.054)	(784.923)
Passivo						
Recursos de bancos centrais	30.101	14.690	7.257	(7.087)	(14.009)	(27.375)
Recursos de outras instituições de crédito	528	262	130	(129)	(257)	(510)
Recursos de clientes e outros empréstimos	125.516	62.027	30.834	(30.483)	(60.620)	(119.885)
Outros passivos subordinados	4.700	2.288	1.129	(1.100)	(2.171)	(4.232)
Passivos financeiros de negociação	-	-	-	-	-	-
	160.845	79.266	39.351	(38.798)	(77.057)	(152.003)
Impacto no valor económico	765.793	365.327	177.682	(169.433)	(331.997)	(632.920)

O Mapa de Análise de Sensibilidade mostra-nos a variação do valor de mercado teórico das diversas rubricas de Activos e Passivos em diversos cenários de variação das taxas de juro de mercado (+50bp, +100bp, +200bp, -50bp, -100bp, -200bp), procedendo para tal à actualização dos *cash flows* associados a cada operação nos distintos cenários de mercado considerados.

A variação em termos absolutos do Valor Residual (Activos menos Passivos) pode ser interpretada como o Impacto no Valor Económico dos Capitais Próprios do Grupo.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez está associado à potencial incapacidade do Grupo Crédito Agrícola financiar o seu activo satisfazendo nas datas contratadas todas as responsabilidades exigíveis.

A política de gestão da liquidez é definida e monitorizada, estando a sua gestão diária cometida à Direcção Financeira.

Para avaliar a exposição global a este tipo de risco, no curto, médio e longo prazos, são elaborados relatórios que permitem não só identificar os mismatch negativos, como avaliar a cobertura dinâmica dos mesmos. É também realizado um acompanhamento por parte do Grupo e da Caixa Central dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal.

Refira-se que em matéria de liquidez, o Grupo Crédito Agrícola prossegue uma política conservadora que se traduz num rácio de transformação em cada uma das suas unidades claramente abaixo da média do rácio de transformação do sistema financeiro nacional.

Os recursos excedentários do Grupo Crédito Agrícola são canalizados para a Caixa Central, onde são centralmente aplicados em activos de boa qualidade creditícia e liquidez, nomeadamente obrigações de dívida pública de países da Zona Euro e aplicações de prazo curto sobre Instituições de Crédito de referência, nacionais ou internacionais.

O Grupo Crédito Agrícola dispõe de uma sólida implantação no mercado de retalho, distribuída de forma equilibrada ao longo do país, que se traduz numa rede de 675 balcões e numa base de funding dispersa, estável e com elevada permanência.

Numa óptica de prevenção e de gestão de contingência de risco de liquidez são especialmente tidos em conta e acompanhados os seguintes aspectos:

- Controle e contenção de eventuais concentrações de recursos comerciais que, tendendo a desenvolver-se, pudessem vir a concorrer para uma maior permeabilidade da carteira diminuindo a sua estabilidade e permanência. São efectuadas regularmente simulações de impactos ao abrigo de hipóteses conservadoras sobre a estabilidade dos recursos de retalho e sem consideração do concurso de fontes de financiamento adicionais.
- Embora sem dependência de tais fontes de financiamento complementares atendendo à posição estrutural de tesouraria do Grupo Crédito Agrícola, manutenção de linhas de financiamento junto de Instituições de Crédito nacionais e internacionais, regularmente testadas;
- Lançamento regular de produtos de passivo que concorram para a manutenção dos padrões de permanência dos recursos projectados.

- Manutenção de uma almofada de activos com liquidez imediata para fazer face a um qualquer aumento inesperado de saídas de caixa.

A tesouraria da CA Vida é acompanhada numa base diária, existindo controlos dos saldos bancários e dada a orientação necessária para que sejam cumpridas as necessidades de liquidez. A gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de dinheiro ou instrumentos financeiros líquidos suficientes e a possibilidade de fechar posições de mercado. A Gestão monitoriza previsões actualizadas da reserva de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados, tendo por base uma análise da maturidade contratual remanescente dos passivos financeiros e das suas obrigações com contratos de seguro e a data esperada dos inflows dos activos financeiros. Especificamente no que respeita às carteiras de investimento, a Entidade Gestora faz a gestão diária da tesouraria, tendo em consideração os fluxos de entrada e saída de dinheiro, e as liquidações das transacções realizadas sobre valores mobiliários. Adicionalmente, faz parte da política de investimentos a aquisição privilegiada de valores mobiliários transaccionados em mercados regulamentados.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição (valores em milhares de Euros):

	2015							
	Prazos residuais contratuais							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	354.214	-	-	-	-	-	-	354.214
Disponibilidades em outras instituições de crédito	67.593	-	-	-	-	-	-	67.593
Activos financeiros detidos para negociação	-	7	14.050	-	21.031	217	-	35.305
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	885	49.623	-	17.696	-	68.204
Activos financeiros disponiveis para venda	-	66.057	656.548	863.472	2.141.854	1.486.837	131.544	5.346.312
Aplicações em instituições de crédito	-	30.302	65.050	-	-	-	(224)	95.128
Crédito a clientes (saldo bruto)		1.118.501	645.489	528.242	728.237	5.344.846	7.960	8.373.275
	421.807	1.214.867	1.382.022	1.441.337	2.891.122	6.849.596	139.280	14.340.030
Passivos								
Recursos de bancos centrais	-	-	-	385.200	-	-	610	385.810
Passivos financeiros detidos para negociação	-	4	-	-	-	-	-	4
Recursos de outras instituições de crédito	27.669	108.238	103.227	-	-	-	873	240.007
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.395.846	2.925.137	4.256.091	280.463	9.660	18.958	23.931	10.910.086
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-	-	1.634	1.634
Outros passivos subordinados	-	-	7.673	36.126	13.766	62.324	520	120.409
	3.423.515	3.033.379	4.366.991	701.789	23.426	81.282	27.568	11.657.950
Diferencial	(3.001.708)	(1.818.512)	(2.984.969)	739.548	2.867.696	6.768.314	111.712	2.682.080

	2014								
	Prazos residuais contratuais								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Juros e comissões diferidas	Indeterminado	Total
Activo									
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	423.408	-	-	-	-	-	-	-	423.408
Disponibilidades em outras instituições de crédito	78.252	-	-	-	-	-	-	-	78.252
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	11.361	18.087	2.349	-	-	31.797
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	4.642	51.973	20.683	-	-	77.298
Activos financeiros disponiveis para venda	-	70.614	219.957	753.665	1.647.185	3.050.925	7.226	8.966	5.758.539
Aplicações em instituições de crédito	-	3.017	163	-	-	-	14	-	3.194
Crédito a clientes (saldo bruto)		1.209.600	569.034	579.091	638.190	5.090.515	13.012	-	8.099.442
	501.660	1.283.231	789.154	1.348.759	2.355.435	8.164.472	20.252	8.966	14.471.930
Passivos									
Recursos de bancos centrais	-	595.000	-	-	385.200	-	26	-	980.226
Passivos financeiros detidos para negociação	-	174	23	-	-	-	-		197
Recursos de outras instituições de crédito	58.934	48.879	28.222	-	-	-	121	-	136.156
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.551.936	4.379.473	4.218.046	325.922	6.624	4.474	50.134	-	10.536.609
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-	-	2.256	-	2.256
Outros passivos subordinados	-	300	21.874	19.835	38.080	61.957	488	-	142.534
	1.610.870	5.023.826	4.268.165	345.757	429.904	66.431	53.025	-	11.797.978
Diferencial	(1.109.210)	(3.740.595)	(3.479.011)	1.003.002	1.925.531	8.098.041	(32.773)	8.966	2.673.952

Risco de Crédito

O Grupo Crédito Agrícola evidenciou uma melhoria do seu desempenho, com referência a Dezembro de 2015, traduzido na contenção dos níveis de sinistralidade e no reforço das imparidades de crédito a clientes, o que corresponde a um rácio de cobertura do crédito vencido (há mais de 90 dias) por imparidades de 125,8%, com o rácio de crédito vencido há mais de 90 dias posicionado nos 7,8%, o rácio de crédito em risco nos 11,2% e o rácio de crédito em risco líquido posicionado em 1,6%.

Num contexto em que o quadro económico e regulamentar em matéria de gestão de riscos e de capital tem permanecido particularmente exigente, com uma frequência de actualização normativa bastante acentuada, as actividades desenvolvidas neste âmbito visaram assegurar o necessário enquadramento com os mencionados desafios e habilitar a Caixa Central e o Grupo Crédito Agrícola para uma gestão dos diferentes riscos alinhada com as melhores práticas de mercado, através de um conjunto significativo de iniciativas que compreendem uma forte articulação com a vertente tecnológica e exigem o desenvolvimento de competências internas específicas.

Carteira de crédito por segmento

(em milhões de euros)

Segmento	Exposição total (1)	Crédito em cumprimento (2)	Do qual curado (3)	Do qual reestruturado (4)	(4) / (2)	Crédito em incumprimento (5)	(5) / (1)	Do qual reestruturado (6)	(6) / (5)
Empresas	**5.117**	**4.265**	**18**	**470**	**11%**	**852**	**17%**	**399**	**47%**
Corporate	3.539	3.064	14	344	11%	475	13%	209	44%
Construção e CRE	1.078	742	3	121	16%	336	31%	174	52%
Outros	500	459	0	5	1%	41	8%	17	41%
Particulares	**3.891**	**3.532**	**26**	**144**	**4%**	**359**	**9%**	**93**	**26%**
Crédito habitação	2.491	2.374	17	45	2%	117	5%	19	16%
Crédito ao consumo e outros	1.400	1.157	10	99	9%	242	17%	74	30%
Outros	**248**	**246**	**0**	**4**	**2%**	**3**	**1%**	**1**	**22%**
Total	**9.256**	**8.042**	**44**	**618**	**8%**	**1.214**	**13%**	**493**	**41%**

Notas:

- Exposição: inclui crédito vincendo e vencido, extrapatrimonial (linhas de crédito irrevogáveis, garantias prestadas e créditos documentários) e totalidade dos juros vencidos.
- Créditos curados: inclui contratos regulares que já tiveram *default* no passado e que após a sua regularização mantiveram um período consecutivo de pelo menos 12 meses em estado regular.
- Créditos reestruturados por dificuldades financeiras do cliente ao abrigo da Instrução nº 32/2013 do Banco de Portugal.
- Crédito em incumprimento: inclui o total em dívida do crédito vencido há mais de 90 dias e obrigações de crédito dos devedores que apresentam indícios de dificuldades financeiras.
- CRE: *Commercial Real Estate* (Imóveis para fins comerciais).

A análise da carteira de crédito do GCA, com referência a Dezembro de 2015, revela um peso significativo do segmento de empresas e, por esse motivo, trata-se também do segmento que mais contribui para o crédito em incumprimento e para o crédito reestruturado, em particular o sector da construção e CRE. O crédito reestruturado atingiu os 1.111 milhões de euros neste período, representando cerca de 41% do crédito em incumprimento e apenas 8% do crédito em cumprimento.

Imparidades de crédito por segmento

(em milhões de euros)

Segmento	Exposição total (1)	Imparidade total (2)	(2) / (1)	Imparidades do Crédito em cumprimento (3)	Imparidades do Crédito em incumprimento (4)	(4) / (2)
Empresas	**5.117**	**584**	**11%**	**183**	**402**	**69%**
Corporate	3.539	353	10%	128	225	64%
Construção e CRE	1.078	188	17%	41	147	78%
Outros	500	43	9%	14	29	66%
Particulares	**3.891**	**227**	**6%**	**72**	**155**	**68%**
Crédito habitação	2.491	73	3%	35	38	52%
Crédito ao consumo e outros	1.400	155	11%	38	117	76%
Outros	**248**	**1**	**0%**	**0**	**0**	**53%**
Total	**9.256**	**812**	**9%**	**256**	**557**	**68%**

Notas:

- Exposição: inclui crédito vincendo e vencido, extrapatrimonial (linhas de crédito irrevogáveis, garantias prestadas e créditos documentários) e totalidade dos juros vencidos.
- Crédito em incumprimento: inclui o total em dívida do crédito vencido há mais de 90 dias e obrigações de crédito dos devedores que apresentam indícios de dificuldades financeiras.
- CRE: *Commercial Real Estate* (Imóveis para fins comerciais).
- A imparidade calculada e indicada no quadro, não inclui 'Devedores e Outras aplicações' no valor de 5,8 milhões de euros.

No segmento das empresas o peso das imparidades na exposição total assume maior relevo no sector da construção e CRE. No caso dos clientes particulares o maior peso é referente ao segmento do crédito ao consumo e outros fins. As imparidades associadas ao crédito em incumprimento representam cerca de 67% do total das imparidades da carteira, mais uma vez com o contributo superior do crédito ao consumo e do sector da construção e CRE.

Crédito e imparidades – análise individual e análise colectiva por segmento

(em milhões de euros)

	Análise Individual			Análise Colectiva			Total		
Segmento	Exposição	Imparidade	Taxa	Exposição	Imparidade	Taxa	Exposição	Imparidade	Taxa
Empresas	966	376	39%	4.150	208	5%	5.117	584	11%
Corporate	542	204	38%	2.997	149	5%	3.539	353	10%
Construção e CRE	369	140	38%	709	48	7%	1.078	188	17%
Outros	55	32	58%	445	11	3%	500	43	9%
Particulares	196	73	38%	3.695	154	4%	3.891	227	6%
Crédito habitação	38	9	24%	2.454	64	3%	2.491	73	3%
Crédito ao consumo e outros	158	64	41%	1.242	90	7%	1.400	155	11%
Outros	5	1	12%	243	0	0%	248	1	0%
Total	**1.168**	**450**	**39%**	**8.088**	**362**	**4%**	**9.256**	**812**	**9%**

Notas:

- Exposição: inclui crédito vincendo e vencido, extrapatrimonial (linhas de crédito irrevogáveis, garantias prestadas e créditos documentários) e totalidade dos juros vencidos.
- CRE: *Commercial Real Estate* (Imóveis para fins comerciais).
- A imparidade calculada e indicada no quadro, não inclui 'Devedores e Outras aplicações' no valor de 5,8 milhões de euros.

A vertente individual da análise de imparidade da carteira de crédito do GCA, com referência a Dezembro de 2015, revela taxas superiores às obtidas na análise colectiva. Na análise individual o segmento de crédito ao consumo e outras finalidades e os outros créditos a empresas apresentam as taxas de imparidade mais elevadas.

No total, o segmento de crédito concedido ao sector da construção/ CRE é o que regista uma taxa mais elevada (18%).

Crédito e imparidades – análise individual e análise colectiva por sector de actividade económica

(em milhões de euros)

	Análise Individual			Análise Colectiva			Total		
Sector de actividade	Exposição	Imparidade	Taxa	Exposição	Imparidade	Taxa	Exposição	Imparidade	Taxa
Construção	208	86	41%	335	32	10%	542	117	22%
Comércio por grosso e a retalho	143	64	45%	848	48	6%	991	112	11%
Actividades imobiliárias	147	47	32%	259	9	4%	406	56	14%
Indústrias transformadoras e extractivas	166	66	40%	627	35	6%	793	101	13%
Alojamento, restauração e similares	62	17	28%	266	14	5%	329	32	10%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	51	20	40%	499	20	4%	549	40	7%
Outros sectores	189	76	40%	1.317	50	4%	1.506	126	8%
Total	**966**	**376**	**39%**	**4.150**	**208**	**5%**	**5.117**	**584**	**11%**

Notas:

- Exposição: inclui crédito vincendo e vencido, extrapatrimonial (linhas de crédito irrevogáveis, garantias prestadas e créditos documentários) e totalidade dos juros vencidos.

Da análise por sector de actividade resulta a relevância do comércio por grosso e a retalho e das indústrias transformadoras e extractivas no total de crédito concedido às empresas e, mais uma vez, a confirmação dos sectores da construção e actividades imobiliárias como os que apresentam as taxas de imparidade mais elevadas.

Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro, excluindo os títulos em carteira, pode ser resumida como segue:

	2015	2014
Patrimoniais:		
Crédito a clientes	8.373.274.784	8.099.442.498
Disponibilidades em outras instituições de crédito	67.592.683	78.252.455
Aplicações em instituições de crédito	95.128.432	3.194.001
	8.535.995.899	8.180.888.954
Extrapatrimoniais:		
Garantias prestadas	200.554.342	234.366.971
Compromissos irrevogáveis	629.516.400	896.814.789
	830.070.742	1.131.181.760
	9.366.066.641	9.312.070.714

Qualidade do crédito dos activos financeiros sem incumprimentos ou imparidade

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a qualidade de crédito dos activos financeiros de acordo com o rating de referência interno, pode ser resumida como se segue:

	2015								
Activo	Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	Entre A1 e A3	Baa1 a B3	C	Indeterminado	Total
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	35.304.739	35.304.739
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	7.014.854	-	61.188.755	68.203.609
Activos financeiros disponíveis para venda	115.780.625	62.864.618	92.319.690	-	227.024.344	4.613.340.937	3.848.825	237.781.537	5.352.960.576
	115.780.625	62.864.618	92.319.690	-	227.024.344	4.620.355.791	3.848.825	334.275.031	5.456.468.924

	2014								
Activo	Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	Entre A1 e A3	Baa1 a B3	C	Indeterminado	Total
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	31.796.258	31.796.258
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	917.559	27.285	-	76.353.865	77.298.709
Activos financeiros disponíveis para venda	96.745.548	-	198.192.057	-	174.780.873	5.135.273.328	-	153.546.566	5.758.538.372
	96.745.548	-	198.192.057	-	175.698.433	5.135.300.613	-	261.696.689	5.867.633.339

O Grupo Crédito Agrícola utiliza como rating de referência, o rating divulgado pela agência internacional Moody's, ou caso este não exista, o maior dos ratings divulgados pelas agências Fitch e Standard & Poors. Relativamente ao crédito a clientes, o Grupo dispõe de um modelo heurístico de rating associado a um processo de workflow, que visa uniformizar o processo de análise do risco de crédito das empresas e de modelos de scoring de aceitação associados ao processo de concessão de crédito a clientes particulares. Deste modo, o Grupo Crédito Agrícola tem vindo a desenvolver e a melhorar a sua capacidade de gestão do risco, com base na adopção de metodologias que permitem obter uma visão mais exacta do perfil de risco da sua carteira.

As principais áreas nas quais a CA Vida se encontra exposta ao risco de crédito são:

- Montantes devidos por resseguradores referentes a indemnizações que já foram pagas;
- Risco de crédito de títulos de dívida em carteira;
- Risco de contraparte devido a transacções com derivados.

A Companhia define os níveis de risco de crédito aceitáveis estabelecendo limites à sua exposição a uma única contraparte ou à contraparte no todo, e a segmentos geográficos e de sector. Estes riscos estão sujeitos a uma revisão anual ou a uma supervisão mais frequente. Os limites dos níveis de risco de crédito por categoria e território são aprovados anualmente pelo Conselho de Administração Executivo.

Exposições a entidades de forma individual e a entidades do mesmo sector de actividade ou geográfico são anexadas à monitorização contínua dos controlos associados aos investimentos, existindo limites de diversificação definidos na política de investimentos da Companhia. A análise do risco de crédito das entidades a que a Companhia se encontra exposta através dos títulos de dívida emitidos por estas é efectuada através de ratings de entidades externas independentes, Moody's, Standard & Poors e Fitch. O rating adoptado é o segundo melhor divulgado.

Reestruturações

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o valor de balanço de crédito a clientes cujos termos tenham sido renegociados ou considerados em incumprimento ou com imparidade é o seguinte:

2015

Crédito em Risco	Crédito a clientes reestruturado (bruto)	Crédito a clientes em risco (bruto)	Do qual: crédito reestruturado	Crédito a clientes com incumprimento (bruto)	Provisões / imparidades acumuladas para crédito	Crédito abatido ao activo
Sector privado residentes	1.076.704.925	929.438.304	94.838.150	673.784.602	833.209.394	604.169.439
Particulares residentes, do qual:	334.122.962	347.564.020	25.211.401	245.258.920	291.658.933	244.142.183
Habitação	63.714.839	84.341.519	755.172	55.527.285	41.440.610	8.024.741
Consumo e outras finalidades	270.408.123	263.222.500	24.456.229	189.731.634	250.218.324	236.117.442
Sociedades não financeiras residentes	742.581.963	581.874.285	69.626.749	428.525.682	541.550.461	360.027.256
Administração pública	9.125.603	2.727.178	-	-	230	-
Outros residentes	-	-	-	-	-	-
Não residentes	1.200.149	1.383.283	127.775	889.317	1.078.247	397.118
Total	1.087.030.677	933.548.765	94.965.925	674.673.918	834.287.871	604.566.557

2014

Crédito em Risco	Crédito a clientes reestruturado (bruto)	Crédito a clientes em risco (bruto)	Do qual: crédito reestruturado	Crédito a clientes com incumprimento (bruto)	Provisões / imparidades acumuladas para crédito	Crédito abatido ao activo
Sector privado residentes	858.407.410	949.810.114	79.155.794	684.958.208	817.978.073	546.246.283
Particulares residentes, do qual:	278.246.311	360.037.829	18.829.878	253.980.060	290.415.925	238.189.391
Habitação	58.344.189	88.334.283	150.920	58.580.335	41.429.670	6.701.345
Consumo e outras finalidades	219.902.122	271.703.546	18.678.959	195.399.726	248.986.255	231.488.046
Sociedades não financeiras residentes	580.161.099	589.772.285	60.325.915	430.978.148	527.562.148	308.056.892
Administração pública	6.530.134	1.452.733	-	-	9	-
Outros residentes	-	-	-	-	-	-
Não residentes	314.065	1.385.558	-	1.036.712	982.058	394.392
Total	865.251.609	952.648.406	79.155.794	685.994.920	818.960.141	546.640.675

Antiguidade do incumprimento das operações de crédito vencidas

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a antiguidade do incumprimento das operações de crédito vencidas pode ser resumida como segue (Nota 13):

	2015	2014
Até 3 meses	11.210.649	17.342.627
De 3 a 6 meses	18.347.873	20.186.171
De 6 a 12 meses	58.422.250	67.523.564
De 1 a 3 anos	228.173.372	265.358.383
De 3 a 5 anos	182.277.190	152.566.597
Mais de 5 anos	161.782.891	138.499.612
Juros a receber	7.876.929	10.173.339
	668.091.154	671.650.293

Risco de concentração

Princípios e Políticas de Gestão do Risco de Concentração

1. Gestão do risco no GCA

A gestão dos riscos constitui um eixo prioritário de actuação para o Grupo, reconhecendo este o seu impacto decisivo na criação de valor.

A definição da estratégia global de assunção de riscos, incorporando objectivos mensuráveis relativamente ao risco que se pretende assumir e à rentabilidade que se deseja alcançar é da competência do Conselho de Administração Executivo da Caixa Central (adiante designado por CAE).

A Direcção de Risco Global (adiante designado por DRG) e o Comité de Activos e Passivos (ALCO), em coordenação com as restantes unidades orgânicas responsáveis, têm um papel central na definição de políticas e procedimentos para a gestão de riscos, sendo aprovadas pelo CAE.

1.1 Funções da Direcção de Risco Global

Ao nível da gestão de riscos, a CCCAM, através da DRG, é responsável pela definição dos princípios e políticas globais de gestão de riscos, através do desenvolvimento e disponibilização de instrumentos de análise e apoio à decisão, cálculo de imparidade numa base consolidada, ICAAP (Processo de Auto-Avaliação da Adequação do Capital Interno), concepção de modelos e de sistemas para suporte à função risco, criação de normativos e o estabelecimento de orientações de procedimentos e processos.

Cabe à DRG a supervisão da gestão do risco de crédito e a promoção e coordenação da gestão de todos os demais riscos, do ponto de vista estratégico. Por outro lado, é a Direcção de Risco de Crédito (DRC) o órgão responsável por garantir a operacionalização das políticas definidas pela DRG relativamente ao risco de crédito no âmbito da CCCAM, cabendo às CCAM a gestão local do mesmo.

No que diz respeito ao risco de concentração, a DRG é responsável pela execução do Modelo de Gestão do Risco de Concentração: identificação de variáveis relevantes para a avaliação, medição do nível de concentração associado e elaboração do reporte interno e externo.

No contexto do processo de identificação, avaliação e acompanhamento do Risco de Concentração, a DRG é ainda responsável pela execução do reporte da Instrução n.º 23/2007, no sentido de permitir o cálculo do Índice de Concentração Individual previsto pela Instrução n.º 5/2011 do Banco de Portugal.

1.2 Funções do Comité ALCO

O Comité ALCO é presidido pela Caixa Central e engloba os vários Direcções e Gabinetes com responsabilidade directa sobre:

1) Controlo das actividades relacionadas com o Balanço da Caixa Central e do GCA.

2) Controlo do risco pela produção de informação de gestão, contabilística e de reporte da Caixa Central e do GCA.

De entre as funções do ALCO, compete em particular a este órgão e no contexto da Gestão de Risco:

- Avaliar e acompanhar em permanência os diversos riscos financeiros (nomeadamente, o risco de concentração) a que o GCA e a Caixa Central estão sujeitos, efectuando a sua medição e controlo através de metodologias e indicadores pré-definidos.
- Propor ao CAE os limites de risco pertinentes no âmbito da Gestão de Activos e Passivos.

No que respeita ao Risco de Concentração, caberá ao Comité ALCO a supervisão da gestão da concentração nos riscos financeiros (em particular, risco de taxa de juro, de taxa de câmbio, de liquidez e de mercado) com o contributo da Direcção Financeira, bem como o acompanhamento dos riscos de concentração globais do Grupo em coordenação com a DRG.

1.3 Funções da Direcção de Fiscalização Orientação e Acompanhamento

A DFOA tem como funções no contexto da gestão de riscos, acompanhar e orientar a gestão das Caixas Associadas, em particular, quanto à política de assunção de riscos.

Relativamente à gestão do risco de concentração, a DFOA é responsável pela articulação entre os órgãos da CCCAM (DRG e ALCO) e as CCAM, cabendo a estas a gestão local do risco de concentração.

2. Integração de boas práticas na gestão do risco de concentração

Segundo as orientações do Comité de Basileia e da CEBS (Committee of European Banking Supervisors), as instituições devem implementar uma prática sistematizada de gestão do risco de concentração, incluindo a sua identificação, avaliação, ajustamento, acompanhamento e controlo.

O Comité de Basileia apresenta como alternativas duas abordagens à gestão do risco de concentração: abordagem base (metodologias unidimensionais de avaliação do risco de concentração) e abordagem avançada (aplicação modelos internos de capital económico que deverão medir adequadamente o risco de concentração, mas que por vezes são limitados devido à insuficiência de dados).

2.1 Medição do risco concentração: abordagem implementada

O GCA tem vindo a implementar a gestão do risco de concentração, matéria que continuará a merecer a atenção e o esforço do Grupo a médio prazo.

A avaliação do risco de concentração (da responsabilidade da DRG) baseia-se na avaliação da carteira de crédito, de investimento e de recursos segundo as diferentes variáveis relevantes numa perspectiva unidimensional e multidimensional, através dos índices de Herfindahl e de Gini, bem como o Peso Relativo das Exposições. Em situações em que se considere pertinente, é também utilizado o Coeficiente de Correlação de Variáveis a fim de explorar eventuais ligações entre variáveis em risco ou ainda relacionar variáveis internas com a realidade.

O GCA tem como objectivo robustecer permanentemente as metodologias empregues na gestão do risco de concentração.

2.2 Acompanhamento do risco de concentração

O GCA estabeleceu um Modelo de Gestão de forma a enquadrar o acompanhamento e controlo do risco de concentração, através da revisão periódica das análises de concentração efectuadas e a implementação de medidas de prevenção ou correcção do risco.

3. Características comuns que identificam cada concentração

Análise da concentração de risco de crédito:

A análise de Risco de Concentração foi efectuada para a Carteira de Crédito a Clientes do GCA (SICAM) considerada para Reporte Prudencial do Grupo (no que diz respeito a Crédito a Clientes). O conceito de exposição considerado para análise de concentração foi o Saldo Utilizado da operação (leia-se, o somatório do capital vencido e capital vincendo), que difere do conceito considerado para o Anexo à Instrução 5/2011 (no cálculo do Índice de Concentração Sectorial e Índice de Concentração Individual): Montante Total (somatório de saldo utilizado e limites de crédito não utilizados).

São efectuadas análises unidimensionais (Região, Família de Produto, Taxa, Garantia, Cliente, Sector de Actividade, Prazo Total e Prazo Residual) e também análises multidimensionais (Família de Produto por Região, Sector de Actividade por Região e Garantia por Família de Produto) à exposição ao Risco de Concentração. A análise multidimensional segundo a Família de Produto e Região pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito a clientes sediada em cada Região do país segundo a sua distribuição por Família de Produto. A análise multidimensional segundo o Sector de Actividade e Região pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito a clientes sediada em cada Região do país segundo a

sua distribuição por Sector de Actividade (CAE). Dentro de cada análise multidimensional mencionada, foram seleccionados três regiões como alvo de análise de concentração. Por último, a análise multidimensional segundo Garantia e Família de Produto pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito a clientes de uma determinada família de produto segundo a sua distribuição por tipo de garantia associada. Dentro desta última análise foram seleccionadas duas famílias de produto como alvo de análise de concentração.

3.1 Análise por região

Foi escolhida a variável "Região" para analisar o risco de concentração geográfica no território nacional, tendo sido considerado o Balcão Domicílio como referência da região da operação. Por região consideram-se as regiões NUTS III, do Instituto Nacional de Estatística.
foi efectuada uma análise de correlação entre a distribuição da carteira de crédito a clientes por região e a variável "PIB" por região.

Foi igualmente efectuada uma análise de correlação entre o peso do número de Balcões GCA por região e a distribuição da carteira de crédito do GCA (SICAM) por região.

Foi ainda efectuada uma análise de correlação entre peso do crédito a clientes e a proporção da Imparidade, por região.

Considerou-se igualmente pertinente comparar ainda a distribuição da carteira de crédito do GCA (SICAM) com o sector bancário português.

3.2 Análise por família de produto

Foi efectuada uma análise de concentração à distribuição da carteira de crédito a clientes por tipo de Família de Produto.
Foi realizada uma análise de correlação entre o peso do Crédito a Clientes e a proporção da Imparidade por Família de Produto.

3.3 Análise por tipo de taxa

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por tipo de Taxa: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.4 Análise por garantias

A análise de concentração da carteira de crédito a clientes por tipo de Garantia toma em consideração apenas uma das Garantias disponíveis e registadas em sistema, seleccionando a mesma de acordo a sua relevância numa hierarquia estabelecida conceptualmente. Foi feita e analisada a distribuição da Carteira (Peso por tipo de Garantia: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

Foi realizada uma análise de correlação entre o peso do crédito a clientes e o peso da Imparidade por Garantia.

3.5 Análise por tipo de cliente

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por tipo de cliente: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

Foi realizada uma análise de correlação entre o peso do crédito a clientes e o peso da Imparidade por Cliente.

Considerou-se pertinente comparar a repartição do crédito por tipo de cliente no GCA (SICAM) com o sector bancário português. Num universo de clientes Particulares e Empresas, verifica-se a seguinte distribuição do Grupo face ao mercado.

3.6 Análise por sector de actividade económica (CAE)

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por secção do CAE: Saldo Utilizado e Produção de Crédito corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

Foi realizada uma análise de correlação entre Peso do Crédito a Sociedades não Financeiras no Sector Bancário e a Carteira de Crédito GCA.

3.7 Análise por prazo total

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por intervalo de Prazo Total: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

Considerou-se pertinente comparar a repartição do crédito por prazo da operação no GCA (SICAM) com o sector bancário português.

3.8 Análise por prazo residual

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por intervalo de Prazo Residual: Saldo Utilizado e Produção de Crédito corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.9 Análise por dimensão de empresas

A análise por dimensão de empresas procura averiguar a concentração do crédito concedido por tipo de clientes "Empresa" no Crédito Agrícola. Nesse estudo, as empresas repartem-se por volume de negócios. As "Grandes Empresas" apresentam um volume de negócios superior a 50 milhões de euros, as "Empresas Médias" um Volume de Negócios situado entre 10 e 50 milhões, as "Pequenas" entre 2 e 10 milhões e, por fim, as "Micro Empresas" com um Volume de Negócios inferior a 2 milhões de euros.

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Dimensão da Empresa: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.10 Análise por família de produto na região da grande Lisboa

A análise multidimensional segundo a Família de Produto na região da Grande Lisboa pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito sediada na mesma região segundo a sua distribuição por Família de Produto.

Foram seleccionadas as regiões de Lisboa, Oeste e Algarve por serem as que apresentam maior concentração na análise unidimensional da carteira de crédito do GCA por região.
Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Família de Produto em Lisboa: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.11 Análise por família de produto na região do Oeste

A análise multidimensional segundo a Família de Produto na região do Oeste pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito sediada nesta região segundo a sua distribuição por Família de Produto.

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Família de Produto no Oeste: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.12 Análise por família de produto na região do Algarve

A análise multidimensional segundo a Família de Produto na região do Algarve pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito sediada nesta região segundo a sua distribuição por Família de Produto.
Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Família de Produto no Oeste: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.13 Análise por setor de actividade na região de Lisboa

A análise multidimensional segundo o Sector de Actividade em Lisboa pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito sediada na região de Lisboa segundo a sua distribuição por Sector de Actividade.

Foram seleccionadas as regiões de Lisboa, Oeste e Algarve por serem os que apresentam maior concentração na análise unidimensional da carteira de crédito do GCA por região.
Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Sector de Actividade em Lisboa: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.14 Análise por setor de actividade na região de Oeste

A análise multidimensional segundo o Sector de Actividade no Oeste pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito sediada na região do Oeste, segundo a sua distribuição por Sector de Actividade.

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Sector de Actividade na região: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.15 Análise por sector de actividade na região de Algarve

A análise multidimensional segundo o Sector de Actividade no Algarve pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito sediada na região do Oeste, segundo a sua distribuição por Sector de Actividade.

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Sector de Actividade na região: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.16 Análise por tipo de garantia para o crédito à actividade a empresas

A análise multidimensional segundo o Tipo de Garantia para créditos concedidos a empresas para financiamento da sua actividade pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito desta família de produto segundo a sua distribuição por Tipo de Garantia.

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Tipo de Garantia para Crédito à Actividade de Empresas: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.17 Análise por tipo de garantia para o crédito ao investimento a empresas

A análise multidimensional segundo o Tipo de Garantia para créditos concedidos a empresas com a finalidade de investimento pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito desta família de produto segundo a sua distribuição por Tipo de Garantia.

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Tipo de Garantia para Crédito ao investimento a Empresas: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

Análise da concentração da carteira de recursos:

4.1 Análise por região

Para analisar o risco de concentração da carteira de recursos geográfica no território nacional, a metodologia escolhida foi a variável "Região".

Foi efectuada uma análise de correlação entre o peso do número de Balcões por região e a distribuição da carteira de recursos SICAM por Região.

Foi igualmente realizada uma análise de correlação entre a Distribuição de Depósitos e Equiparados por Distrito em Portugal (Sector Bancário) e SICAM.

4.2 Análise por grupo de produto

Foi efectuada uma análise de concentração à distribuição da carteira de recursos por tipo de Grupo de Produto.

4.3 Análise por cliente

Foi efectuada uma análise de concentração à distribuição da carteira de recursos por tipo de Cliente, entre particulares e empresas, sendo estas repartidas por tipo de actividade económica.

Foi efectuada uma análise de correlação entre o entre o peso de cada tipo de Cliente em Portugal (Sector Bancário) e no GCA (SICAM).

Foi também efectuada uma análise de correlação entre os tipos de clientes de recursos em OIC e na Carteira de Recursos GCA (SICAM) por Sector Institucional.

4.4 Análise por sector actividade

Foi efectuada uma análise de concentração à distribuição da carteira de recursos por Sector de Actividade.

4.5 Análise por prazo residual

Foi efectuada uma análise de concentração à distribuição da carteira de recursos por Prazo Residual.

4.6 Análise por montante

Foi efectuada uma análise de concentração à distribuição da carteira de recursos por classe de Montante.

4.7 Análise por prazo residual para a classe de montante: 5 a 25 mil euros

Foi efectuada uma análise multidimensional de concentração à distribuição da carteira de recursos associada à classe de Montante de 5 a 25 Mil € por Prazo Residual.

Foram seleccionadas as classes de montante com concentração significativa, segundo a respectiva análise unidimensional.

4.8 Análise por prazo residual para a classe de montante: 25 a 50 mil euros

Foi efectuada uma análise multidimensional de concentração à distribuição da carteira de recursos associada à classe de Montante de 25 a 50 Mil € por Prazo Residual.

Foram seleccionadas as classes de montante com concentração significativa, segundo a respectiva análise unidimensional.

Análise da concentração de risco de liquidez:

A análise de Risco de Concentração foi efectuada para as rubricas de Balanço SICAM. O conceito de exposição considerado para análise de concentração foi o cash flow à data de 31 de Dezembro de 2013.
São efectuadas análises segundo a maturidade residual das rubricas de Activo, Passivo e Gap de Liquidez.

1. ANÁLISE DO ACTIVO

O total do Activo foi analisado sob a perspectiva da sua maturidade residual. O mesmo foi feito para as suas rubricas mais representativas/ concentradas.

2. ANÁLISE DO PASSIVO

O total do Passivo foi analisado sob a perspectiva da sua maturidade residual. O mesmo foi feito para as suas rubricas mais representativas/ concentradas.

3. ANÁLISE DO GAP DE LIQUIDEZ

O Gap de Liquidez foi analisado sob a perspectiva da sua maturidade residual (Gap Positivo e Gap Negativo).

Riscos específicos da actividade seguradora

As empresas de seguros assumem riscos através dos contratos de seguros, os quais classificamos na categoria do risco específico de seguros.

Natureza do risco específico de seguros

O risco específico de seguros inclui os riscos inerentes à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respectiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. São aplicáveis a todos os ramos de actividade e podem subdividir-se em diferentes sub-riscos:

a) Risco de desenho dos produtos: risco de a empresa de seguros assumir exposições de risco decorrentes de características dos produtos não antecipadas na fase de desenho e de definição do preço do contrato.

b) Risco de prémios: relacionado com sinistros a ocorrer no futuro, em apólices actualmente em vigor, e cujos prémios já foram cobrados ou estão fixados. O risco é o de os prémios cobrados ou já fixados poderem vir a revelar-se insuficientes para a cobertura de todas as obrigações futuras resultantes desses contratos (subtarifação).

c) Risco de subscrição: risco de exposição a perdas financeiras relacionadas com a selecção e aprovação dos riscos a segurar.

d) Risco de provisionamento: é o risco de as provisões para sinistros constituídas venham a revelar-se insuficientes para fazer face aos custos com sinistros já ocorridos.

e) Risco de sinistralidade: é o risco de que possam ocorrer mais sinistros do que o esperado, ou de que alguns sinistros tenham custos muito superiores ao esperado, resultando em perdas inesperadas.

f) Risco de retenção: é o risco de uma maior retenção de riscos (menor protecção de resseguro) poder gerar perdas devido à ocorrência de eventos catastróficos ou a uma sinistralidade mais elevada.
Existe ainda o risco catastrófico, o qual resulta de eventos extremos que implicam a devastação de propriedade, ou a morte/ferimento de pessoas, geralmente devido a calamidades naturais (terramotos, furacões, inundações). É o risco de que um evento único, ou uma série de eventos de elevada magnitude, normalmente num período curto (até 72 horas), implique um desvio significativo no número e custo dos sinistros, em relação ao que era esperado.

Gestão do risco específico de seguros

O risco específico de seguros é gerido pela Companhia através da implementação de processos operacionais, com controlos preventivos e detectivos embebidos, com elevada automatização, utilizando pessoal qualificado e com responsabilidades atribuídas aos directores de topo:

a) Desenho dos produtos (novos e alterações aos existentes) e tarifação, no âmbito do qual são identificados os riscos resultantes das coberturas e capitais seguros, definidos os sistemas de determinação dos prémios, verificada a adequação do programa de resseguro associado aos novos produtos, verificado o cumprimento das normas legais e regulamentos internos, efectuado um programa de testes completo, definido o plano de formação e contratação de serviços em outsourcing associados ao novo produto. As tarifas aplicadas aos riscos são ajustadas em função de factores de tarifação, que permitem avaliar o nível de risco associado a cada contrato de seguro, o que é determinado com base em estudos técnico-actuariais.

b) Distribuição e gestão da carteira de riscos, no âmbito do qual são definidas as políticas de subscrição, os níveis de delegação de poderes na aceitação de riscos, os sistemas de incentivos à venda e à subscrição de novos seguros e os procedimentos de gestão da carteira e de revisão de prémios. As regras de aceitação de riscos são parametrizadas nos sistemas informáticos de suporte, bem como fixados mecanismos de impedimento e alerta sempre que alguma dessas regras seja violada. Nos casos de risco de aceitação condicionada, a subscrição é efectuada centralmente, havendo evidência das condições e do responsável pela decisão.

c) Provisionamento, no âmbito do qual são geridas e definidas as provisões técnicas, assegurando a cobertura das obrigações da Companhia perante os segurados e sinistrados, com base em estudos de adequação das provisões regularmente preparados pela Actuária Responsável.

d) Gestão de sinistros, no âmbito do qual são efectuados os pagamentos de indemnizações a sinistrados, assegurando: (i) o tratamento e gestão dos sinistros de forma atempada; (ii) o cumprimento rigoroso das

leis, normas regulamentares e regulamentos internos; (iii) a minimização do custo médio dos sinistros, sem comprometer o tratamento justo de todos os reclamantes e sinistrados.

e) Gestão do resseguro, no âmbito do qual é efectuada a especificação, implementação, monitorização, reporte e controlo dos tratados e outras condições acordadas com as resseguradoras; a política de resseguro desempenha um papel central na mitigação dos riscos específicos de seguros, permitindo uma maior estabilização de resultados e dos níveis de solvência, a utilização mais eficiente dos capitais disponíveis e aumentar a capacidade de aceitação de riscos da Companhia.

A gestão do risco específico de seguros é ainda suportada pela realização de estudos diversos pelo Gabinete Técnico e pela Actuária Responsável, que analisam a adequação das tarifas, identificam os tipos de risco e segmentos mais rentáveis, e determinam os valores adequados para as provisões técnicas.

Justo valor de activos e passivos financeiros

A comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, é apresentado no quadro seguinte (montantes em milhares de Euros):

	2015				
	Saldos Analisados			Saldos não analisados	Valor de balanço Total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	354.214	354.214	-	-	354.214
Disponibilidades em outras instituições de crédito	67.593	67.593	-	-	67.593
Aplicações em Instituições de Crédito	95.128	95.266	138	-	95.128
Crédito a Clientes (saldo liquido)	7.555.017	9.050.179	1.495.162	-	7.555.017
	8.071.952	9.567.252	1.495.300	-	8.071.952
Passivo					
Recursos de bancos centrais	385.810	385.810	-	-	385.810
Recursos de OICs	240.007	240.814	807	-	240.007
Recursos de clientes e outros empréstimos	10.910.086	10.903.314	(6.771)	-	10.910.086
Outros passivos subordinados	120.410	126.027	5.617	-	120.410
	11.656.312	11.655.964	(348)	-	11.656.312

	2014				
	Saldos Analisados			Saldos não analisados	Valor de balanço Total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	423.408	423.408	-	-	423.408
Disponibilidades em outras instituições de crédito	78.252	78.252	-	-	78.252
Aplicações em Instituições de Crédito	3.194	123	(3.071)	-	3.194
Crédito a Clientes (saldo liquido)	7.168.079	7.659.418	491.339	93.362	7.261.441
	7.672.933	8.161.200	488.268	93.362	7.766.295
Passivo					
Recursos de bancos centrais	980.226	980.226	-	-	980.226
Recursos de OICs	132.249	132.575	326	3.907	136.156
Recursos de clientes e outros empréstimos	10.528.550	10.547.152	18.602	8.059	10.536.609
Outros passivos subordinados	142.534	150.508	7.973	-	142.534
	11.783.559	11.810.461	26.902	11.966	11.795.525

As principais considerações sobre o justo valor dos activos e passivos financeiros são as seguintes:

- Relativamente aos saldos à vista, considerou-se que o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pela Caixa Central com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, incluindo:
  a) Taxas de juro de mercado para “Aplicações em Instituições de Crédito” e “Outros Passivos Subordinados”;
  b) Taxa de juro praticadas nas operações concedidas pela Caixa Central para tipos de créditos comparáveis;
  c) Taxas de juro de referência para emissão de produtos para colocação no retalho.
  d) Taxas de juro praticadas nas operações intra-grupo realizadas ao abrigo do Regime Jurídico do Crédito Agrícola, designadamente tomada de recursos das Caixas Associadas para aplicação centralizada na Caixa Central.

Foram utilizadas curvas especificas para as rubricas de “Crédito a Clientes”, “Aplicações em outras instituições de crédito” e “Recursos de outras instituições de crédito” que tiveram por base a aplicação sobre a curva Euribor/SWAP a 31 de Dezembro de 2015 dos spreads médios das operações efectuadas nos últimos 3 meses até 31 de Dezembro de 2015. As taxas aplicadas foram as seguintes:

	Euribor - Euribor / Swap	Spread Crédito Particulares	Spread Crédito Negócio	Spread Crédito Habitação	Spread Recursos Clientes	Spread Recursos OIC's
1 day (overnight)	0,00%					
1 month(s)	0,00%					
2 month(s)	0,00%					
3 month(s)	0,00%					
4 month(s)	0,00%					
5 month(s)	0,00%					
6 month(s)	0,00%					
9 month(s)	0,00%					
12 month(s)	0,06%	4,21%	3,26%	0,96%	0,03%	0,00%
2 year(s)	0,00%					
3 year(s)	0,06%					
4 year(s)	0,19%					
5 year(s)	0,33%					
8 year(s)	0,72%					
10 year(s)	0,96%					
15 year(s)	1,35%					
20 year(s)	1,51%					
30 year(s)	1,56%					

Como previsto na norma IFRS7 e para efeitos de apresentação, os instrumentos financeiros registados em balanço ao justo valor são classificados com a seguinte hierarquia:

Nível 1 – Cotações em mercado activo

Neste nível englobam-se os instrumentos financeiros valorizados com base em preços de mercados activos (bids executáveis) divulgados através de plataformas de negociação.

Nível 2 – Técnicas de valorização baseadas em dados de mercado

Neste nível são considerados os instrumentos financeiros valorizados com recurso a modelos internos que utilizam dados observáveis no mercado, nomeadamente curvas de taxas de juro ou taxas de câmbio.

Nível 3 – Técnicas de valorização utilizando inputs não baseados em dados observáveis em mercado

Englobam-se neste nível os instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente inputs não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento ou valorizados com base em bids indicativos calculados por terceiros através de modelos de valorização.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros reflectidos nas demonstrações financeiras, pode ser resumida como se segue:

	2015				
			Técnicas de Valorização		
	valorizados ao custo histórico (1)	Cotações em mercado activo	Dados de mercado (3)	Modelos (4)	Total
Activos financeiros detidos para negociação	-	6.561	35.298.179	-	35.304.739
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	68.203.609	-	-	68.203.609
Activos financeiros disponíveis para venda	23.211.016	5.310.706.788	-	19.042.771	5.352.960.576
	23.211.016	5.378.916.958	35.298.179	19.042.771	5.456.468.924
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	196.836	-	196.836
	-	-	196.836	-	196.836

	2014				
			Técnicas de Valorização		
	valorizados ao custo histórico (1)	Cotações em mercado activo	Dados de mercado (3)	Modelos (4)	Total
Activos financeiros detidos para negociação	-	1.479.644	30.316.614	-	31.796.258
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	77.298.709	-	-	77.298.709
Activos financeiros disponíveis para venda	27.409.620	5.731.128.752	-	-	5.758.538.372
	27.409.620	5.809.907.105	30.316.614	-	5.867.633.338
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	196.836	-	196.836
	-	-	196.836	-	196.836

(1) Títulos não cotados para os quais não é possível determinar de forma fiável o justo valor.

(2) Para além dos instrumentos financeiros cotados em Bolsas de Valores, esta categoria inclui os títulos valorizados com base em preços de mercados activos divulgados através de plataformas de negociação (Nível 1).

(3) Valorização baseada em taxas de mercado, nomeadamente curvas de taxas de juro, curvas de swap e taxas de câmbio (Nível 2).

(4) Correspondem a títulos valorizados através de Bids indicativos informados pelo emissor (Nível 3). A totalidade do valor corresponde aos títulos de divida subordinada ""Banco Finantia Internacional".

No exercício de 2015 e 2014, não houve reclassificações entre níveis nem entre categorias de activos financeiros, com excepção da reclassificação da totalidade da carteira de investimentos detidos até à maturidade para a carteira de activos financeiros disponíveis para venda.

No que concerne à divida soberana, a totalidade da carteira encontra-se registada na carteira de activos financeiros disponíveis para venda e desagrega-se por país, conforme quadro explicativo:

2015				
	OAFJVAR		**AFDV**	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Portugal	25.000	26.865	1.257.582.099	1.377.869.606
Áustria	-	-	39.750.000	42.745.812
Bélgica	-	-	11.959.000	12.756.865
Espanha	-	-	400.725.000	489.457.267
França	-	-	51.229.000	57.579.082
Irlanda	-	-	51.578.000	55.201.502
Itália	-	-	1.616.898.000	1.718.477.694
Alemanha	-	-	63.036.000	64.237.313
Holanda	-	-	46.800.000	49.600.011
Totais	**25.000**	**26.865**	**3.539.557.099**	**3.867.925.152**

No ano anterior de 2014 a divida soberana encontrava-se dividida pela carteira de activos financeiros disponíveis para venda e a carteira de investimentos detidos até à maturidade:

2014				
	OAFJVAR		**AFDV**	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Portugal	25.000	27.285	412.483.279	474.061.175
Áustria	-	-	19.950.000	21.362.984
Bélgica	-	-	35.559.000	38.424.094
Espanha	-	-	1.218.051.000	1.556.110.467
França	-	-	121.829.000	133.084.599
Irlanda	-	-	4.380.000	5.080.566
Itália	-	-	1.522.714.000	1.761.183.385
Alemanha	-	-	27.514.000	28.964.604
Holanda	-	-	41.055.000	43.918.109
Totais	**25.000**	**27.285**	**3.403.535.279**	**4.062.189.983**

47. RÁCIOS PRUDENCIAIS CONSOLIDADOS

A partir de 1 de Janeiro de 2014 a solvabilidade da banca europeia passou a ser avaliada através do rácio *Common Equity Tier* 1 (CET1), ao abrigo do Acordo de Basileia III. Durante o ano 2014 encontrou-se em vigor um regime transitório que permite o cálculo do rácio CET1 na forma de implementação "phase in".

No final de 2015, o rácio de fundos próprios principais de nível 1 (*Common Equity Tier* 1) situou-se nos 12,9%, o mesmo valor obtido pelo rácio de fundos próprios de nível 1 (Tier 1), e o rácio de capital total nos 13,3%, cumprindo amplamente os requisitos mínimos estabelecidos pelo regulador.

Em milhões de euros

FUNDOS PRÓPRIOS E RÁCIO DE SOLVABILIDADE - GCA					
	2012	2013	2014	2015	Δ 14/15
Fundos Próprios totais [(a)]	**992**	**913**	**1.048**	**1.145**	**9,2%**
Common equity tier 1	---	---	1.048	1.108	5,7%
Tier 1	1.011	967	1.048	1.108	5,7%
Posição em risco de activos e equivalentes	**15.825**	**13.505**	**15.301**	**14.245**	**-6,9%**
Requisitos de fundos próprios	**9.088**	**8.495**	**7.985**	**8.469**	**6,1%**
Crédito [(b)]	8.096	7.487	6.919	7.388	6,8%
Operacional	992	1.008	1.066	1.081	1,4%
Rácios de solvabilidade [(c)]					
Common equity tier 1	---	---	13,1%	13,1%	-0,04 p.p.
Tier 1	11,1%	11,4%	13,1%	13,1%	-0,04 p.p.
Total	10,9%	10,8%	13,1%	13,5%	0,38 p.p.

(a) Incluindo os resultados líquidos do exercício de 2015. No períodos anteriores os resultados em final de exercício estão incorporados.

(b) Incluindo os requistos de fundos próprios para risco de ajustamento da avaliação de crédito.

(c) Até Dezembro 2013 os rácios são calculados de acordo com o Avisos nºs 5/2007 e 6/2010 do Banco de Portugal, após o que são aplicadas as regras da Diretiva 2013/36/UE (CRD IV - Capital Requirements Directive) e Regulamento (U.E.) nº 575/2013 (CRR – Capital Requirements Regulation).

48. FUNDO DE RESOLUÇÃO

a)O Fundo de Resolução é uma pessoa colectiva de direito público com autonomia administrativa e financeira, que se rege pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras ("RGICSF") e pelo seu regulamento e que tem como objectivo intervir financeiramente em instituições financeiras em dificuldades, aplicando as medidas determinadas pelo Banco de Portugal. Neste contexto, e em conformidade com o definido no RGICSF, as fontes de financiamento do Fundo de Resolução são:

a.Receitas provenientes da contribuição para o sector bancário;

b.Contribuições iniciais das instituições participantes;

c.Contribuições periódicas das instituições participantes;

d.Importâncias provenientes de empréstimos;

e.Rendimentos de aplicações de recursos;

f.Liberalidades; e

g.Quaisquer outras receitas, rendimentos ou valores que provenham da sua actividade ou que por lei ou contrato lhe sejam atribuídos, incluindo os montantes recebidos da instituição de crédito objecto de resolução ou da instituição de transição.

O Crédito Agrícola, a exemplo da generalidade das instituições financeiras a operar em Portugal, é uma das instituições participantes no Fundo de Resolução efectuando contribuições que resultam da aplicação de uma taxa definida anualmente pelo Banco de Portugal tendo por base, essencialmente, o montante dos passivos. Em 2015 a contribuição periódica efectuada pelo Crédito Agrícola ascendeu a 1.833.242 euros, tendo por base uma taxa contributiva de 0,015%.

b)No âmbito da sua responsabilidade enquanto autoridade de supervisão e resolução do sector financeiro português, o Banco de Portugal em 3 de Agosto de 2014 decidiu aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. ("BES") uma medida de resolução, ao abrigo do nº5 do artigo 145º-G do RGICSF, que consistiu na transferência da generalidade da sua actividade para um banco de transição, denominado Novo Banco, S.A. ("Novo Banco"), criado especialmente para o efeito.

Para realização do capital social do Novo Banco, o Fundo de Resolução disponibilizou 4.900 milhões de euros. Desse montante 377 milhões de euros correspondem a recursos financeiros próprios do Fundo de Resolução. Adicionalmente, foi concedido um empréstimo por um sindicato bancário ao Fundo de Resolução de 700 milhões de euros, tendo a participação de cada instituição de crédito sido ponderada em função de diversos factores, incluindo a respectiva dimensão. O Crédito Agrícola participa em 6 milhões de euros neste empréstimo. O restante montante, 3.823 milhões de euros, necessário ao financiamento da medida de resolução adoptada, teve origem num empréstimo concedido pelo Estado Português, o qual será reembolsado e remunerado pelo Fundo de Resolução. Os fundos que venham a ser gerados com a venda do Novo Banco serão integralmente afectos ao Fundo de Resolução.

c) Recentemente, em 29 de Dezembro de 2015, o Banco de Portugal determinou retransmitir para o BES a responsabilidade pelas obrigações não subordinadas por este emitidas, com valor nominal de aproximadamente 2 mil milhões de euros, e que foram destinadas a investidores institucionais, e procedeu ao ajustamento final do perímetro de activos, passivos, elementos extrapatrimoniais e activos sob gestão transferidos para o Novo Banco, do qual se destaca:
i) a clarificação de que não foram transferidas para o Novo Banco quaisquer responsabilidades que fossem contingentes ou desconhecidas na data da aplicação da medida de resolução ao BES;
ii) a retransmissão para o BES da participação na sociedade BES Finance, que é necessária para assegurar o pleno cumprimento e execução da medida de resolução no que respeita à não transferência para o Novo Banco de instrumentos de dívida subordinada emitidos pelo BES; e
iii) a clarificação de que compete ao Fundo de Resolução neutralizar, por via compensatória junto do Novo Banco, os eventuais efeitos negativos de decisões futuras, decorrentes do processo de resolução, de que resultem responsabilidades ou contingências.

d) Ainda durante o mês de Dezembro de 2015, as autoridades nacionais decidiram vender a maior parte dos activos e passivos associados à actividade do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (“Banif”) ao Banco Santander Totta, por 150 milhões de euros, no quadro da aplicação de uma medida de resolução. Esta operação envolveu um apoio público estimado de 2.255 milhões de euros que visou cobrir contingências futuras, financiados em 489 milhões de euros pelo Fundo de Resolução e em 1.766 milhões de euros directamente pelo Estado português, em resultado das opções acordadas entre as autoridades portuguesas, as instâncias europeias e o Banco Santander Totta, para a delimitação do perímetro dos activos e passivos a alienar. No contexto desta medida de resolução, os activos do Banif identificados como problemáticos foram transferidos para um veículo de gestão de activos, criado para o efeito – Oitante, S.A., sendo o Fundo de Resolução o detentor único do seu capital social, através da emissão de obrigações representativas de dívida desse veículo, no valor de 746 milhões de euros, com garantia do Fundo de

Resolução e contragarantia do Estado Português. No Banif, que será alvo de futura liquidação, permaneceram um conjunto restrito de activos, bem como as posições accionistas, dos credores subordinados e de partes relacionadas.

e) Decorrente das deliberações referidas acima, o risco de litigância envolvendo o Fundo de Resolução é significativo.

Até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas, o Conselho de Administração Executivo não dispôs de informação que lhe permitisse estimar com razoável fiabilidade se, na sequência do processo em curso de alienação do Novo Banco, do desfecho de acções judiciais em curso e de outras eventuais responsabilidades que possam ainda resultar da recente medida de resolução aplicada ao Banif, irá resultar uma eventual insuficiência de recursos do Fundo de Resolução e, nesse caso, a forma como a mesma será financiada.

Nas circunstâncias, a esta data não é possível avaliar o eventual impacto destas situações nas presentes demonstrações financeiras, uma vez que eventuais custos a suportar pelo Banco dependem das condições em que se verificar o desenvolvimento das matérias referidas acima e das determinações que venham a ser emanadas pelo Ministério das Finanças, nos termos das competências que lhe estão legalmente atribuídas.

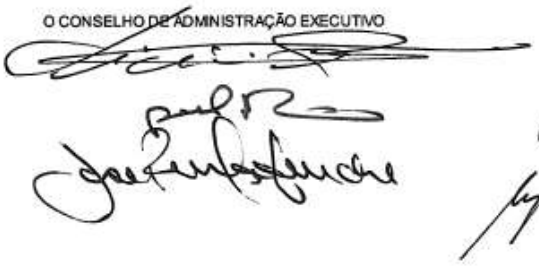
Tendo sido aplicada uma medida de Resolução ao Banco Espírito Santo em 4 de Agosto de 2014, o Fundo de Resolução prestou o apoio financeiro determinado pelo Banco de Portugal para efeitos de realização do capital social do Novo Banco, no montante de 4.900 milhões de euros. O processo de alienação do Novo Banco está actualmente em curso, sendo que na eventualidade de o produto desta alienação se revelar insuficiente para reembolsar os empréstimos obtidos, o Fundo de Resolução, nos termos do disposto no parágrafo anterior, poderá solicitar contribuições especiais às instituições participantes.

49. EVENTOS SUBSEQUENTES

À data da elaboração e conclusão das presentes Demonstrações Financeiras consolidadas do Grupo Crédito Agrícola, não se verificava nenhum evento subsequente a 31 de Dezembro de 2015, data de referência das referidas Demonstrações Financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos activos e dos passivos, nos termos da IAS 10 - Acontecimentos após a data do balanço.

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



Detalhe da Carteira de Títulos

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

DETALHE DOS TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO													
Instrumentos financeiros derivados													
Forwards cambiais	CCCAM	AFDN	--	-	-	-	-	-	-	-	6.561	-	-
Swaps de taxa de juro	CCCAM	AFDN	--	-	-	-	-	-	-	-	217.177	-	-
Swaps de taxa de juro	CA Vida	AFDN	--	-	-	-	-	111.925.000	-	-	35.081.002	-	1.022.196
											35.304.739	**-**	1.022.196
Total								**111.925.000**			**35.304.739**	**-**	**1.022.196**
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS													
Instrumentos de dívida													
De dívida pública													
OT OUT 17	CA Gest	OAFJVAR	PTOTELOE0010	OUT	PRT	S	108,22%	25.000	1	JV	26.865	-	-
											26.865	**-**	-
De outros emissores													
Dívida não subordinada													
BBVASM 6.75% 29/12/49 - 20	CA Vida	OAFJV	XS1190663952	OUT	ESP	S	98,44%	6.200.000	1	JV	6.103.169	-	(143.753)
Corsair 5% 28/07/17	CA Vida	OAFJV	XS0963671127	OUT	JEY	S	104,68%	3.400.000	1	JV	3.559.082	-	128.860
DEMETER 3.75% - 8 - F	CA Vida	OAFJV	XS1071748187	OUT	NLD	S	73,34%	4.000.000	1	JV	2.933.467	-	(1.183.200)
DEMETER 4% 20/03/19	CA Vida	OAFJV	XS1027954822	OUT	NLD	S	102,39%	10.000.000	1	JV	10.239.111	-	(72.000)
DEMETER 4.75% 20/12/18	CA Vida	OAFJV	XS0984085174	OUT	NLD	S	110,04%	10.000.000	1	JV	11.003.875	-	992.000
DEMETR 3.85% 20/03/19	CA Vida	OAFJV	XS1071747882	OUT	NLD	S	74,22%	2.000.000	1	JV	1.484.489	-	(575.400)
DEMETR 4.05% 20/03/19	CA Vida	OAFJV	XS1071747536	OUT	NLD	S	48,22%	2.000.000	1	JV	964.400	-	(1.098.600)
DEMETR 4.1% 20/03/19	CA Vida	OAFJV	XS1071747700	OUT	NLD	S	74,17%	2.000.000	1	JV	1.483.378	-	(580.400)
DEMETR 4.3% 20/03/19	CA Vida	OAFJV	XS1071747619	OUT	NLD	S	68,68%	2.000.000	1	JV	1.373.689	-	(693.200)
DEMETR 4.75% 20/03/22	CA Vida	OAFJV	XS1071977539	OUT	NLD	S	64,39%	4.000.000	1	JV	2.575.778	-	(1.609.000)
DEMETR 4.9% 20/03/19	CA Vida	OAFJV	XS1071748005	OUT	NLD	S	29,22%	2.000.000	1	JV	584.422	-	(1.491.800)
DEMETR 4.9% 20/03/22	CA Vida	OAFJV	XS1071975830	OUT	NLD	S	65,53%	4.000.000	1	JV	2.621.244	-	(1.575.200)
DEMETR 5.1% 20/03/22	CA Vida	OAFJV	XS1071973389	OUT	NLD	S	56,89%	4.000.000	1	JV	2.275.467	-	(1.907.200)
DEMETR 5.25% 20/03/2022	CA Vida	OAFJV	XS1071974601	OUT	NLD	S	65,38%	4.000.000	1	JV	2.615.333	-	(1.596.000)
DEMETR 5.25% 20/03/22	CA Vida	OAFJV	XS1071972225	OUT	NLD	S	31,31%	4.000.000	1	JV	1.252.533	-	(2.931.800)
DEMETR 6.2% 20/03/22	CA Vida	OAFJV	XS1071976218	OUT	NLD	S	6,30%	4.000.000	1	JV	252.089	-	(3.957.800)
Douro 7.85% 20/09/18	CA Vida	OAFJV	XS0968894963	OUT	NLD	S	108,70%	7.500.000	1	JV	8.152.490	-	634.500
SMART 4.67% 20/06/18	CA Vida	OAFJV	XS0958352873	OUT	LUX	S	104,24%	7.500.000	1	JV	7.817.909	-	135.000
UCGIM 4.25% 29/07/16	CA Vida	OAFJV	IT0004511959	OUT	ITA	S	104,10%	850.000	1	JV	884.820	-	(4.474)
											68.176.744	**-**	**(17.529.467)**
Total								**83.475.000**			**68.203.609**	**-**	**(17.529.467)**

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

DETALHE DOS TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA													
Instrumentos de dívida													
De dívida pública													
BGB 0.8% 22/06/25	CA Seguros	AFDV	BE0000334434	OUT	BEL	S	98,90%	2.500.000	1	JV	2.472.546	-	(70.347)
BGB 2.6% 22/06/24	CA Seguros	AFDV	BE0000332412	OUT	BEL	S	116,42%	5.000.000	1	JV	5.821.052	-	31.505
BTPS 1.5% 15/12/16	CA Seguros	AFDV	IT0004987191	OUT	ITA	S	101,52%	1.000.000	1	JV	1.015.197	-	5.077
BTPS 3.5% 01/06/18	CA Seguros	AFDV	IT0004907843	OUT	ITA	S	108,47%	2.500.000	1	JV	2.711.661	-	142.075
BTPS 3.75% 01/05/21	CA Seguros	AFDV	IT0004966401	OUT	ITA	S	116,48%	15.500.000	1	JV	18.054.157	-	1.489.014
BTPS 4.50% 01/03/24	CA Seguros	AFDV	IT0004953417	OUT	ITA	S	125,95%	3.800.000	1	JV	4.786.033	-	112.651
BTPS 4.75% 01/09/28	CA Seguros	AFDV	IT0004889033	OUT	ITA	S	133,59%	2.500.000	1	JV	3.339.801	-	679.890
DBR 3% 04/07/20	CA Seguros	AFDV	DE0001135408	OUT	DEU	S	115,42%	6.000.000	1	JV	6.925.416	-	596.520
FRTR 2.25% 25/10/22	CA Seguros	AFDV	FR0011337880	OUT	FRA	S	112,78%	14.500.000	1	JV	16.352.815	-	331.112
FRTR 4.25% 25/10/18	CA Seguros	AFDV	FR0010670737	OUT	FRA	S	113,35%	6.080.000	1	JV	6.891.657	-	511.091
IRISH 0.8% 15/03/22	CA Seguros	AFDV	IE00BJ38CQ36	OUT	IRL	S	102,77%	4.400.000	1	JV	4.521.803	-	(3.743)
IRISH 2.4% 15/05/30	CA Seguros	AFDV	IE00BJ38CR43	OUT	IRL	S	110,50%	2.000.000	1	JV	2.210.095	-	(189.397)
NETHER 4% 15/07/18	CA Seguros	AFDV	NL0006227316	OUT	NLD	S	112,72%	4.550.000	1	JV	5.128.666	-	416.973
RAGB 1.15% 19/10/18	CA Seguros	AFDV	AT0000A12B06	OUT	AUT	S	104,16%	5.000.000	1	JV	5.207.876	-	58.710
RAGB 1.65% 21/10/24	CA Seguros	AFDV	AT0000A185T1	OUT	AUT	S	108,27%	2.000.000	1	JV	2.165.392	-	(4.630)
SPGB 1.6% 30/04/25	CA Seguros	AFDV	ES00000126Z1	OUT	ESP	S	100,62%	5.000.000	1	JV	5.031.020	-	(83.908)
SPGB 2.75% 31/10/24	CA Seguros	AFDV	ES0000126B2	OUT	ESP	S	109,66%	900.000	1	JV	986.903	-	(16.264)
SPGB 4.50% 31/01/18	CA Seguros	AFDV	ES00000123Q7	OUT	ESP	S	113,24%	2.500.000	1	JV	2.830.878	-	129.342
SPGB 5.15% 31/10/28	CA Seguros	AFDV	ES00000124C5	OUT	ESP	S	133,95%	2.500.000	1	JV	3.348.685	-	613.742
SPGB 5.5% 30/04/21	CA Seguros	AFDV	ES0000123B9	OUT	ESP	S	128,06%	16.000.000	1	JV	20.489.075	-	1.664.224
SPGB 5.85% 31/01/22	CA Seguros	AFDV	ES00000123K0	OUT	ESP	S	134,00%	2.500.000	1	JV	3.350.104	-	(4.129)
OT OUT 25	CA Vida	AFDV	PTOTEKOE0011	OUT	PRT	S	103,67%	35.038.000	1	JV	36.323.842	-	(1.121.675)
OT OUT 17	CA Vida	AFDV	PTOTELOE0010	OUT	PRT	S	108,45%	12.400.000	1	JV	13.448.207	-	3.822
OT Junho 2018	CA Vida	AFDV	PTOTENOE0018	OUT	PRT	S	112,77%	8.295.000	1	JV	9.354.233	-	929.561
OT Junho 2019	CA Vida	AFDV	PTOTEMOE0027	OUT	PRT	S	116,44%	30.550.000	1	JV	35.571.085	-	(25.392)
BGB 0.8% 22/06/25	CA Vida	AFDV	BE0000334434	OUT	BEL	S	98,90%	3.500.000	1	JV	3.461.488	-	(5.570)
BGB 1.25% 22/06/18	CA Vida	AFDV	BE0000329384	OUT	BEL	S	104,46%	959.000	1	JV	1.001.778	-	33.055
BTNS 2.5% 25/07/16	CA Vida	AFDV	FR0119580050	OUT	FRA	S	102,68%	449.000	1	JV	461.016	-	1.531
BTPS 1.5% 15/12/16	CA Vida	AFDV	IT0004987191	OUT	ITA	S	101,52%	8.380.000	1	JV	8.507.005	-	47.374
BTPS 2.5% 01/05/19	CA Vida	AFDV	IT0004992308	OUT	ITA	S	107,80%	3.000.000	1	JV	3.234.063	-	142.232
BTPS 3.5% 01/03/30	CA Vida	AFDV	IT0005024234	OUT	ITA	S	119,70%	30.577.000	1	JV	36.601.727	-	1.224.979
BTPS 3.5% 01/06/18	CA Vida	AFDV	IT0004907843	OUT	ITA	S	108,46%	179.000	1	JV	194.138	-	6.254
BTPS 3.75% 01/05/21	CA Vida	AFDV	IT0004966401	OUT	ITA	S	116,47%	2.400.000	1	JV	2.795.235	-	217.906
BTPS 4.25% 01/02/19	CA Vida	AFDV	IT0003493258	OUT	ITA	S	114,20%	1.780.000	1	JV	2.032.679	-	179.437
BTPS 4.5% 01/08/18	CA Vida	AFDV	IT0004361041	OUT	ITA	S	113,20%	2.700.000	1	JV	3.056.365	-	53.101
BTPS 4.50% 01/02/18	CA Vida	AFDV	IT0004273493	OUT	ITA	S	111,14%	975.000	1	JV	1.083.602	-	92.440
BTPS 4.50% 01/03/24	CA Vida	AFDV	IT0004953417	OUT	ITA	S	125,94%	22.729.000	1	JV	28.623.966	-	694.639
BTPS 4.75% 01/09/28	CA Vida	AFDV	IT0004889033	OUT	ITA	S	133,58%	28.964.000	1	JV	38.689.816	-	4.905.133
BTPS 4.75% 01/09/44	CA Vida	AFDV	IT0004923998	OUT	ITA	S	143,37%	59.593.000	1	JV	85.437.876	-	9.532.288

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

DETALHE DOS TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
BTPS 5.25% 01/08/17	CA Vida	AFDV	IT0003242747	OUT	ITA	S	110,52%	2.575.000	1	JV	2.845.851	-	197.449
BTPSH 0 01/02/19	CA Vida	AFDV	IT0004848583	OUT	ITA	S	99,24%	3.550.000	1	JV	3.523.056	-	420.249
BTPSS 0 01/08/18	CA Vida	AFDV	IT0004848716	OUT	ITA	S	99,61%	5.130.000	1	JV	5.109.788	-	523.157
DBR 0.5% 15/02/25	CA Vida	AFDV	DE0001102374	OUT	DEU	S	99,86%	45.000.000	1	JV	44.938.386	-	(194.837)
DBR 1.50% 15/02/23	CA Vida	AFDV	DE0001102309	OUT	DEU	S	110,21%	1.450.000	1	JV	1.597.986	-	151.993
FRTR 1% 25/05/18	CA Vida	AFDV	FR0011394345	OUT	FRA	S	103,60%	2.000.000	1	JV	2.071.922	-	25.081
FRTR 2.25% 25/10/22	CA Vida	AFDV	FR0011337880	OUT	FRA	S	112,77%	28.200.000	1	JV	31.801.673	-	(51.120)
IRISH 0.8% 15/03/22	CA Vida	AFDV	IE00BJ38CQ36	OUT	IRL	S	102,77%	20.600.000	1	JV	21.169.810	-	129.806
IRISH 2.4% 15/05/30	CA Vida	AFDV	IE00BJ38CR43	OUT	IRL	S	110,50%	20.198.000	1	JV	22.318.426	-	(689.922)
IRISH 4.50% 18/10/18	CA Vida	AFDV	IE00B28HXX02	OUT	IRL	S	113,73%	4.380.000	1	JV	4.981.367	-	967.896
NETHER 0 15/04/16	CA Vida	AFDV	NL0010364139	OUT	NLD	S	100,15%	100.000	1	JV	100.145	-	210
NETHER 1.25% 15/01/18	CA Vida	AFDV	NL0010200606	OUT	NLD	S	104,34%	35.773.000	1	JV	37.325.058	-	125.687
NETHER 1.75% 15/07/23	CA Vida	AFDV	NL0010418810	OUT	NLD	S	110,49%	6.377.000	1	JV	7.046.142	-	272.135
OBL 0.25% 11/10/19	CA Vida	AFDV	DE0001141703	OUT	DEU	S	101,79%	10.586.000	1	JV	10.775.524	-	468
RAGB 1.15% 19/10/18	CA Vida	AFDV	AT0000A12B06	OUT	AUT	S	104,15%	2.050.000	1	JV	2.135.165	-	75.808
RAGB 1.65% 21/10/24	CA Vida	AFDV	AT0000A185T1	OUT	AUT	S	108,27%	30.700.000	1	JV	33.237.380	-	(117.438)
SPGB 1.95% 30/07/30	CA Vida	AFDV	ES00000127A2	OUT	ESP	S	96,19%	9.400.000	1	JV	9.041.906	-	(355.942)
SPGB 2.1% 30/04/17	CA Vida	AFDV	ES0000124I2	OUT	ESP	S	104,17%	2.200.000	1	JV	2.291.756	-	12.378
SPGB 2.75% 31/10/24	CA Vida	AFDV	ES00000126B2	OUT	ESP	S	109,65%	4.613.000	1	JV	5.058.077	-	72.626
SPGB 3.3% 30/07/16	CA Vida	AFDV	ES00000123W5	OUT	ESP	S	103,29%	650.000	1	JV	671.408	-	6.759
SPGB 3.8% 30/04/24	CA Vida	AFDV	ES00000124W3	OUT	ESP	S	119,97%	69.329.000	1	JV	83.173.114	-	3.659.296
SPGB 4.1% 30/07/18	CA Vida	AFDV	ES00000121A5	OUT	ESP	S	111,81%	6.045.000	1	JV	6.758.923	-	732.461
SPGB 4.4% 31/10/23	CA Vida	AFDV	ES00000123X3	OUT	ESP	S	122,92%	878.000	1	JV	1.079.223	-	134.612
SPGB 4.50% 31/01/18	CA Vida	AFDV	ES00000123Q7	OUT	ESP	S	113,22%	2.600.000	1	JV	2.943.793	-	186.989
SPGB 4.6% 30/07/19	CA Vida	AFDV	ES00000121L2	OUT	ESP	S	116,89%	2.160.000	1	JV	2.524.727	-	19.612
SPGB 5.15% 31/10/28	CA Vida	AFDV	ES00000124C5	OUT	ESP	S	133,93%	74.746.000	1	JV	100.109.807	-	5.479.630
SPGB 5.5% 30/04/21	CA Vida	AFDV	ES00000123B9	OUT	ESP	S	128,04%	2.000.000	1	JV	2.560.834	-	(13.093)
SPGB 5.5% 30/07/17	CA Vida	AFDV	ES0000012783	OUT	ESP	S	110,93%	2.925.000	1	JV	3.244.679	-	265.804
SPGB 5.85% 31/01/22	CA Vida	AFDV	ES00000123K0	OUT	ESP	S	133,99%	18.100.000	1	JV	24.251.855	-	25.621
BTPS 0.65 11/2020	Caixa Central	AFDV	IT0005142143	OUT	ITA	S	100,15%	523.000.000	1	JV	524.354.196	-	(3.717.439)
BTPS 1.05 12/19	Caixa Central	AFDV	IT0005069395	OUT	ITA	S	102,50%	230.000.000	1	JV	235.952.249	-	(1.557.006)
BTPS 2.15 12/21	Caixa Central	AFDV	IT0005028003	OUT	ITA	S	107,30%	95.000.000	1	JV	102.026.070	-	(720.331)
BTPS 4 01/09/20	Caixa Central	AFDV	IT0004594930	OUT	ITA	S	115,84%	160.000.000	1	JV	187.495.455	-	(1.480.129)
CCTS 0 06/15/22	Caixa Central	AFDV	IT0005104473	OUT	ITA	S	100,71%	105.000.000	1	JV	105.771.937	-	385.496
CCTS 0 12/15/2020	Caixa Central	AFDV	IT0005056541	OUT	ITA	S	102,30%	55.000.000	1	JV	56.286.441	-	29.001
CCTS 0 12/15/22	Caixa Central	AFDV	IT0005137614	OUT	ITA	S	101,48%	250.000.000	1	JV	253.765.653	-	1.174.614
OT ABR 21	Caixa Central	AFDV	PTOTEYOE0007	OUT	PRT	S	112,69%	60.000.000	1	JV	69.258.295	-	(207.700)
OT FEV 24	Caixa Central	AFDV	PTOTEQOE0015	OUT	PRT	S	124,13%	45.000.000	1	JV	58.089.341	-	(3.140.337)
OT JUN 20	Caixa Central	AFDV	PTOTECOE0029	OUT	PRT	S	116,14%	353.000.000	1	JV	419.247.336	-	(2.514.671)
OT OUT 17	Caixa Central	AFDV	PTOTELOE0010	OUT	PRT	S	107,56%	450.000	1	JV	488.143	-	2.867
OT OUT 25	Caixa Central	AFDV	PTOTEKOE0011	OUT	PRT	S	103,02%	45.000.000	1	JV	46.636.067	-	(3.263.121)
PORTB 0 03/18/16	Caixa Central	AFDV	PTPBTUGE0029	OUT	PRT	S	100,00%	20.000.000	1	JV	19.999.400	-	256

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
PORTB 0 05/20/16	Caixa Central	AFDV	PTPBT5GE0026	OUT	PRT	S	100,00%	125.000.000	1	JV	124.996.250	-	(2.194)
PORTB 0 07/22/16	Caixa Central	AFDV	PTPBTVGE0028	OUT	PRT	S	100,00%	50.000.000	1	JV	49.999.000	-	(315)
PORTB 0 09/23/16	Caixa Central	AFDV	PTPBTWGE0027	OUT	PRT	S	99,98%	314.500.000	1	JV	314.424.520	-	(67.422)
SPGB 4.3 10/19	Caixa Central	AFDV	ES0000121O6	OUT	ESP	S	114,58%	35.000.000	1	JV	40.356.895	-	(252.275)
SPGB 4.85 31/10/20	Caixa Central	AFDV	ES00000122T3	OUT	ESP	S	119,53%	140.000.000	1	JV	168.495.019	-	(1.416.380)
BTPS 4 01/09/20	CCAM Vale do Dao e Alto Vouga CRL	AFDV	IT0004594930	OUT	ITA	S	115,84%	95.000	1	JV	110.059	-	(1.065)
PORTB 0 05/20/16	CCAM Porto de MOs CRL	AFDV	PTPBT5GE0026	OUT	PRT	S	99,97%	2.884.800	1	JV	2.884.800	-	69
PORTB 0 05/20/16	CCAM Sobral de Monte Agraco CRL	AFDV	PTPBT5GE0026	OUT	PRT	S	99,97%	856.800	1	JV	856.800	-	8
BTPS 2,15% 15/12/21	CCAM Vale do Dao e Alto Vouga CRL	AFDV	IT0005028003	OUT	ITA	S	107,30%	333.000	1	JV	357.302	-	-
OT OUT 17	CCAM da Zona do Pinhal CRL	AFDV	PTOTELOE0010	OUT	PRT	S	107,58%	1.000.000	1	JV	1.084.569		78.603
OT JUN 20	CCAM de Pombal CRL	AFDV	PTOTECOE0029	OUT	PRT	S	116,20%	5.000.000	1	JV	5.942.097		41.295
OT (3,875% 02/15/30)	CCAM Regiao Braganca e Alto Douro CRL	AFDV	PTOTEROE0014	OUT	PRT	S	108,69%	10.000.000	1	JV	11.208.526		889.171
OT Junho 2019	CCAM Porto de MOs CRL	AFDV	PTOTEMOE0027	OUT	PRT	S	113,71%	1.233.956	1	JV	1.435.136	-	104.307
OT ABR 21	CCAM Porto de MOs CRL	AFDV	PTOTEYOE0007	OUT	PRT	S	112,50%	229.135	1	JV	264.037	-	96.982
OT 15/Abril/2037	CCAM Porto de MOs CRL	AFDV	PTOTE5OE0007	OUT	PRT	S	108,17%	1.729.000	1	JV	1.920.618	-	142.856
OT 15/Fevereiro/2045	CCAM Porto de MOs CRL	AFDV	PTOTEBOE0020	OUT	PRT	S	107,06%	1.951.100	1	JV	2.164.420	-	1.648
OT Junho 2018	CCAM Porto de MOs CRL	AFDV	PTOTENOE0018	OUT	PRT	S	110,10%	6.000	1	JV	6.751	-	(11.660)
OT OUT 25	CCAM Porto de MOs CRL	AFDV	PTOTEKOE0011	OUT	PRT	S	102,89%	893.000	1	JV	924.245	-	41.737
OT 4,45% Jun 2018	CCAM Lourinha CRL	AFDV	PTOTENOE0018	OUT	PRT	S	110,38%	15.000.000	1	JV	16.921.375		2.057.597
OT JUN 20	CCAM Lourinha CRL	AFDV	PTOTECOE0029	OUT	PRT	S	116,20%	5.500.000	1	JV	6.535.548		997.402
OT 4,95% Out 2023	CCAM Lourinha CRL	AFDV	PTOTEAOE0021	OUT	PRT	S	119,90%	5.000.000	1	JV	6.040.182		1.575.553
OT 15/Fevereiro/2045	CCAM Regiao Braganca e Alto Douro CRL	AFDV	PTOTEBOE0020	OUT	PRT	S	107,26%	3.650.000	1	JV	4.059.420		(1.006.809)
OT FEV 24	CCAM Vale do Dao e Alto Vouga CRL	AFDV	PTOTEQOE0015	OUT	PRT	S	124,13%	2.000.000	1	JV	2.475.320	-	37.417
OT 15/Abril/2037	CCAM Sobral de Monte Agraco CRL	AFDV	PTOTE5OE0007	OUT	PRT	S	108,17%	415.000	1	JV	460.993	-	23.284
OT 15/Fevereiro/2045	CCAM Sobral de Monte Agraco CRL	AFDV	PTOTEBOE0020	OUT	PRT	S	107,06%	757.400	1	JV	840.209	-	1.431
OT JUN 20	CCAM Beja e Mertola CRL	AFDV	PTOTECOE0029	OUT	PRT	S	116,20%	5.000.000	1	JV	5.930.886		868.645
OT Junho 2018	CCAM do Algarve CRL	AFDV	PTOTENOE0018	OUT	PRT	S	110,38%	5.000.000	1	JV	5.640.458		568.123
OT Junho 2018	CCAM de Vale de Sousa e Baixo Tamega CRL	AFDV	PTOTENOE0018	OUT	PRT	S	110,38%	76.000.000	1	JV	85.734.965		9.363.454
OT Junho 2019	CCAM Sobral de Monte Agraco CRL	AFDV	PTOTEMOE0027	OUT	PRT	S	113,71%	581.908	1	JV	676.780	-	50.121
OT JUN 20	CCAM de Vale de Sousa e Baixo Tamega CRL	AFDV	PTOTECOE0029	OUT	PRT	S	116,20%	5.000.000	1	JV	5.940.092		833.499
OT OUT 17	CCAM de Vale de Sousa e Baixo Tamega CRL	AFDV	PTOTELOE0010	OUT	PRT	S	107,58%	1.600.000	1	JV	1.805.292		125.987
OT OUT 25	CCAM Sobral de Monte Agraco CRL	AFDV	PTOTEKOE0011	OUT	PRT	S	102,89%	742.000	1	JV	767.961	-	24.590
OT Junho 2018	CCAM Regiao do Fundao e Sabugal CRL	AFDV	PTOTENOE0018	OUT	PRT	S	110,38%	1.500.000	1	JV	1.689.120		223.087
OT FEV 24	CCAM Coimbra CRL	AFDV	PTOTEQOE0015	OUT	PRT	S	124,13%	800.000	1	JV	1.033.347		30.661
OT JUN 20	CCAM Batalha CRL	AFDV	PTOTECOE0029	OUT	PRT	S	116,69%	3.500.000	1	JV	4.152.995	-	708.400
OT Junho 2019	CCAM de Terras de Viriato CRL	AFDV	PTOTEMOE0027	OUT	PRT	N	113,71%	273.000	1	JV	318.171	-	-
OT FEV 24	CCAM de Terras de Viriato CRL	AFDV	PTOTEQOE0015	OUT	PRT	N	124,13%	246.000	1	JV	318.775	-	-
BTPS 2,15% 12/15/21	CCAM de Terras de Viriato CRL	AFDV	IT0005028003	OUT	ITA	N	107,30%	70.000	1	JV	75.174	-	-
BTPS 2,15% 12/15/21	CCAM de Terras de Viriato CRL	AFDV	IT0005028003	OUT	ITA	N	107,30%	295.000	1	JV	320.415	-	-
BTPS 4 01/09/20	CCAM de Terras de Viriato CRL	AFDV	IT0004594930	OUT	ITA	N	115,84%	273.000	1	JV	320.728	-	-
SPGB 3,8% 30/04/24	CCAM de Terras de Viriato CRL	AFDV	ES00000124W3	OUT	ESP	N	117,46%	263.000	-	JV	322.100	-	-
SPGB 5,4 01/31/23	CCAM de Terras de Viriato CRL	AFDV	ES00000123U9	OUT	ESP	N	128,07%	240.000	-	JV	320.843	-	-
SPGB 3,8% 30/04/24	CCAM Vale do Dao e Alto Vouga CRL	AFDV	ES00000124W3	OUT	ESP	S	117,46%	92.000	1	JV	108.061	-	(2.332)
SPGB 5,4 01/31/23	CCAM Vale do Dao e Alto Vouga CRL	AFDV	ES00000123U9	OUT	ESP	S	128,07%	84.000	1	JV	107.579	-	(4.191)
											3.867.925.152	**-**	**36.496.784**

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
De outros emissores públicos													
ICO 4% 30/04/18	CA Vida	AFDV	XS0900792473	OUT	ESP	S	111,28%	300.000	1	JV	333.848	-	21.942
ICO 4.375% 20/05/19	CA Vida	AFDV	XS0428962921	OUT	ESP	S	115,78%	6.575.000	1	JV	7.612.505	-	1.078.067
ICO 4.625% 31/01/17	CA Vida	AFDV	XS0736467159	OUT	ESP	S	108,93%	6.950.000	1	JV	7.570.718	-	364.429
ICO 5% 05/07/16	CA Vida	AFDV	XS0613543957	OUT	ESP	S	104,88%	350.000	1	JV	367.081	-	8.215
MADRID 4.125% 21/05/24	CA Vida	AFDV	ES0000101602	OUT	ESP	S	119,96%	6.600.000	1	JV	7.917.465	-	1.141.239
MADRID 4.688% 12/03/20	CA Vida	AFDV	ES0000101396	OUT	ESP	S	119,27%	1.700.000	1	JV	2.027.552	-	20.199
RATPFP 2.875% 09/09/22	CA Vida	AFDV	XS0540501359	OUT	FRA	S	116,24%	750.000	1	JV	871.801	-	119.173
MADRID 4.125% 21/05/24	CA Seguros	AFDV	ES0000101602	OUT	ESP	S	119,97%	500.000	1	JV	599.864	-	89.007
											27.300.835	**-**	**2.842.271**
De outros emissores													
Dívida não subordinada													
BCPPL 3.375 02/17	CA Vida	AFDV	PTBITIOM0057	IC	PRT	S	102,40%	5.700.000	1	JV	5.836.783	-	(45.161)
BCPPL 3.75 10/16	CA Vida	AFDV	PTBCSSOE0011	IC	PRT	S	103,24%	9.900.000	1	JV	10.220.825	-	588.572
BCPPL 4.75 06/22/17	CA Vida	AFDV	PTBCUB1E0005	IC	PRT	S	108,56%	6.900.000	1	JV	7.490.764	-	940.704
CXGD 1% 27/01/22	CA Vida	AFDV	PTCGH1OE0014	IC	PRT	S	100,66%	5.100.000	1	JV	5.133.866	-	(374)
CXGD 3% 15/01/19	CA Vida	AFDV	PTCGHAOE0019	IC	PRT	S	110,42%	1.900.000	1	JV	2.098.069	-	149.338
CXGD 3.75% 18/01/18	CA Vida	AFDV	PTCGHUOE0015	IC	PRT	S	110,47%	9.000.000	1	JV	9.942.126	-	580.051
CXGD 3.875% 06/12/16	CA Vida	AFDV	PTCGF11E0000	IC	PRT	S	103,53%	2.200.000	1	JV	2.277.741	-	159.237
CXGD 4.25% 27/01/20	CA Vida	AFDV	PTCG2YOE0001	IC	PRT	S	118,29%	5.000.000	1	JV	5.914.281	-	1.259.813
NOVBNC 5% 23/04/19	CA Vida	AFDV	XS0772553037	IC	PRT	S	89,51%	4.300.000	1	JV	3.848.825	-	(619.530)
OIBRBZ 6.25% 26/07/16	CA Vida	AFDV	PTPTCYOM0008	IC	PRT	S	91,36%	4.600.000	1	JV	4.202.611	-	(566.199)
PTIPL 5.375% 15/05/20	CA Vida	AFDV	PTPTIHOT0014	IC	PRT	S	105,38%	10.028.571	1	JV	10.568.095	-	175.808
AALLN 1.75% 03/04/18	CA Vida	AFDV	XS1052677207	IC		S	85,66%	4.400.000	1	JV	3.769.020	-	(358.694)
ABBEY 2% 14/01/19	CA Vida	AFDV	XS1014539289	IC	GBR	S	105,89%	2.700.000	1	JV	2.858.930	-	87.726
ABESM 4.625% 12/10/16	CA Vida	AFDV	ES0211845237	IC	ESP	S	104,39%	2.350.000	1	JV	2.453.134	-	85.119
ABESM 5.75% 09/03/18	CA Vida	AFDV	XS0602534637	IC	NLD	S	115,94%	2.600.000	1	JV	3.014.517	-	269.139
ACEIM 2.625% 15/07/24	CA Vida	AFDV	XS1087831688	IC	ITA	S	105,98%	3.450.000	1	JV	3.656.313	-	178.316
ADIFAL 3.5% 27/05/24	CA Vida	AFDV	XS1072141861	IC	ESP	S	114,44%	6.000.000	1	JV	6.866.502	-	699.821
ADPFP 1.5% 24/07/23	CA Vida	AFDV	FR0012861821	IC	FRA	S	102,44%	500.000	1	JV	512.219	-	9.620
ADRIT 3.25% 20/02/21	CA Vida	AFDV	XS1004236185	IC	ITA	S	112,83%	1.000.000	1	JV	1.128.286	-	104.063
AEMSPA 3.625% 13/01/22	CA Vida	AFDV	XS1004874621	IC	ITA	S	116,16%	5.550.000	1	JV	6.447.040	-	611.023
AEMSPA 4.50% 02/11/16	CA Vida	AFDV	XS0463509959	IC	ITA	S	104,17%	6.345.000	1	JV	6.609.866	-	240.145
AIB 2.875% 28/11/16	CA Vida	AFDV	XS0997144505	IC	IRL	S	102,16%	900.000	1	JV	919.469	-	17.876
ALB 1.875% 08/12/21	CA Vida	AFDV	XS1148074518	IC		S	96,59%	5.542.000	1	JV	5.352.898	-	(42.520)
AMXLMM 1% 04/06/18	CA Vida	AFDV	XS1074479384	IC	MEX	S	101,33%	3.700.000	1	JV	3.749.164	-	25.219
ATLIM 1.625% 12/06/23	CA Vida	AFDV	IT0005108490	IC	ITA	S	101,48%	500.000	1	JV	507.409	-	13.808
AYTCED 3.50% 14/03/16	CA Vida	AFDV	ES0312298013	IC	ESP	S	103,36%	1.300.000	1	JV	1.343.711	-	14.138
AYTCED 4.75% 04/12/18	CA Vida	AFDV	ES0370148019	IC	ESP	S	112,84%	4.100.000	1	JV	4.626.457	-	572.362
AYTCED 4.75% 15/06/16	CA Vida	AFDV	ES0312298229	IC	ESP	S	104,52%	700.000	1	JV	731.659	-	5.305
BAA 4.375% 25/01/17	CA Vida	AFDV	XS0736300293	IC	GBR	S	108,33%	1.350.000	1	JV	1.462.473	-	56.545
BAC 4.625% 07/08/17	CA Vida	AFDV	XS0530879658	IC	USA	S	108,60%	1.050.000	1	JV	1.140.320	-	60.539

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
BAC 4.75% 03/04/17	CA Vida	AFDV	XS0495891821	IC	USA	S	109,10%	3.700.000	1	JV	4.036.702	-	214.325
BACR 2.625% 11/11/25	CA Vida	AFDV	XS1319647068	IC		S	100,14%	600.000	1	JV	600.856	-	1.450
BACR 4% 20/01/17	CA Vida	AFDV	XS0479945353	IC	GBR	S	107,81%	400.000	1	JV	431.227	-	18.024
BACR 4.125% 15/03/16	CA Vida	AFDV	XS0605207983	IC	GBR	S	104,06%	1.806.000	1	JV	1.879.246	-	13.764
BANBRA 3.75% 25/07/18	CA Vida	AFDV	XS0955552178	IC	BRA	S	94,75%	13.150.000	1	JV	12.459.375	-	(1.111.349)
BANCAR 3.875% 24/10/18	CA Vida	AFDV	IT0004967698	IC	ITA	S	108,86%	11.000.000	1	JV	11.974.155	-	877.417
BBVASM 2.375% 22/01/19	CA Vida	AFDV	XS1016720853	IC	ESP	S	107,80%	3.300.000	1	JV	3.557.263	-	141.741
BBVASM 3.25% 24/01/16	CA Vida	AFDV	ES0413211113	IC	ESP	S	103,16%	1.800.000	1	JV	1.856.903	-	3.936
BBVASM 3.75% 17/01/18	CA Vida	AFDV	XS0872702112	IC	ESP	S	110,39%	2.600.000	1	JV	2.870.045	-	176.869
BBVASM 4.875% 15/04/16	CA Vida	AFDV	XS0615986428	IC	ESP	S	104,83%	3.000.000	1	JV	3.144.783	-	37.689
BKIASM 3.625% 05/10/16	CA Vida	AFDV	ES0414950776	IC	ESP	S	103,32%	500.000	1	JV	516.608	-	21.824
BKTSM 4.125% 22/03/17	CA Vida	AFDV	ES0413679178	IC	ESP	S	107,89%	500.000	1	JV	539.474	-	23.683
BMW 0.875% 17/11/20	CA Vida	AFDV	XS1321956333	IC		S	100,06%	3.800.000	1	JV	3.802.211	-	(928)
BNDES 3.625% 21/01/19	CA Vida	AFDV	XS1017435782	IC		S	92,44%	2.200.000	1	JV	2.033.690	-	(139.251)
BNP 3.75% 25/11/20	CA Vida	AFDV	XS0562852375	IC	FRA	S	114,40%	1.000.000	1	JV	1.144.009	-	142.679
BNP 6.125%29/12/49 - 22	CA Vida	AFDV	XS1247508903	IC	FRA	S	102,62%	3.000.000	1	JV	3.078.519	-	68.589
BOGAEI 3.625% 04/12/17	CA Vida	AFDV	XS0858803066	IC	IRL	S	106,45%	500.000	1	JV	532.227	-	22.527
BPLN 2.177% 16/02/16	CA Vida	AFDV	XS0747743937	IC	GBR	S	102,14%	500.000	1	JV	510.678	-	1.204
BRCORO 4.5% 05/12/16	CA Vida	AFDV	PTBRIHOM0001	IC	PRT	S	104,25%	20.800.000	1	JV	21.684.971	-	1.741.699
BRCORO 6.875% 02/04/18	CA Vida	AFDV	PTBSSGOE0009	IC	PRT	S	118,62%	9.000.000	1	JV	10.676.166	-	977.561
BTPS 3.75% 01/08/21	CA Vida	AFDV	IT0004009673	IC		S	117,73%	20.950.000	1	JV	24.663.731	-	(13.705)
CABKSM 4% 16/02/17	CA Vida	AFDV	ES0440609040	IC	ESP	S	107,70%	1.300.000	1	JV	1.400.073	-	51.028
CAFP4.375% 02/11/16	CA Vida	AFDV	FR0010394478	IC	FRA	S	104,18%	500.000	1	JV	520.906	-	17.425
CAIXAB 3.50% 31/03/16	CA Vida	AFDV	ES0414970535	IC	ESP	S	103,41%	1.550.000	1	JV	1.602.898	-	18.836
CAIXAB 4.625% 04/06/19	CA Vida	AFDV	ES0414970402	IC	ESP	S	116,84%	3.400.000	1	JV	3.972.515	-	577.254
CAIXAC 3.50% 07/03/16	CA Vida	AFDV	ES0414840274	IC	NLD	S	103,40%	1.800.000	1	JV	1.861.187	-	3.676
CAJAMM 5% 28/06/19	CA Vida	AFDV	ES0414950693	IC	ESP	S	118,32%	2.550.000	1	JV	3.017.057	-	488.719
CAJAMM 5.75% 29/06/16	CA Vida	AFDV	ES0414950560	IC	ESP	S	105,50%	4.900.000	1	JV	5.169.570	-	129.279
CAJARU 3.75% 22/11/18	CA Vida	AFDV	ES0422714024	IC	ESP	S	109,07%	14.000.000	1	JV	15.269.183	-	1.115.202
CARGIL 2.50% 15/02/23	CA Vida	AFDV	XS1031019562	IC	USA	S	108,55%	1.850.000	1	JV	2.008.248	-	114.717
CEIFP 3.875% 23/09/16	CA Vida	AFDV	FR0010804492	IC	FRA	S	101,59%	800.000	1	JV	812.721	-	10.906
CEIFP 4.625% 05/10/17	CA Vida	AFDV	FR0011125442	IC	FRA	S	104,67%	3.000.000	1	JV	3.139.992	-	138.436
CESDRA 4.125% 23/07/19	CA Vida	AFDV	XS0807706006	IC	CZE	S	110,54%	250.000	1	JV	276.354	-	22.024
Citigroup Inc 4.375% 30/01/17	CA Vida	AFDV	XS0284710257	IC	USA	S	108,51%	400.000	1	JV	434.046	-	21.582
CNH 2.875% 27/09/21	CA Vida	AFDV	XS1114452060	IC	LUX	S	99,67%	2.500.000	1	JV	2.491.806	-	(8.643)
COFP 3.994% 09/03/20	CA Vida	AFDV	FR0011215508	IC	FRA	S	109,18%	300.000	1	JV	327.537	-	17.728
CS 1.375% 29/11/19	CA Vida	AFDV	XS1074053130	IC	CHE	S	102,98%	4.300.000	1	JV	4.428.020	-	113.486
CXGD 5.12 11/03/16	CA Vida	AFDV	PTCG36OM0000	IC	PRT	S	112,04%	3.900.000	1	JV	4.369.421	-	(73.147)
DANBNK 5.875% 29/04/49 - 22	CA Vida	AFDV	XS1190987427	IC	DNK	S	102,56%	6.200.000	1	JV	6.358.873	-	47.170
DLNA 4.25% 17/11/17	CA Vida	AFDV	XS0559434351	IC	NLD	S	106,01%	2.250.000	1	JV	2.385.284	-	135.879
EDF 5% 22/01/49 - 26	CA Vida	AFDV	FR0011697028	IC	FRA	S	102,37%	1.000.000	1	JV	1.023.656	-	(10.911)

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
EDPPL 5.375% 16/09/75 - 21	CA Vida	AFDV	PTEDPUOM0024	IC	PRT	S	99,41%	2.500.000	1	JV	2.485.167	-	(41.319)
EIBKOR 2% 30/04/20	CA Vida	AFDV	XS0925003732	IC	KOR	S	106,37%	2.400.000	1	JV	2.552.995	-	120.000
ELEPOR 2% 22/04/25	CA Vida	AFDV	XS1222590488	IC	PRT	S	91,88%	500.000	1	JV	459.410	-	(47.245)
EDP FINANCE - ELEPOR 4.75% 26/09/16	CA Vida	AFDV	XS0435879605	IC	NLD	S	102,88%	1.000.000	1	JV	1.028.750	-	22.509
EDP FINANCE - ELEPOR 5.75% 21/09/17	CA Vida	AFDV	XS0970695572	IC	NLD	S	112,13%	20.400.000	1	JV	22.873.500	-	480.760
EDP FINANCE - ELEPOR 5.75% 21/09/17	CA Vida	AFDV	XS0831842645	IC	NLD	S	108,38%	3.531.000	1	JV	3.826.721	-	190.938
EDP FINANCE - ELEPOR 5.875% 01/02/16	CA Vida	AFDV	XS0586598350	IC	NLD	S	100,40%	4.445.000	1	JV	4.462.958	-	(211.066)
ELIASO 1.375% 27/05/24	CA Vida	AFDV	BE0002239086	IC		S	98,58%	2.500.000	1	JV	2.464.518	-	(34.954)
ENEL 4% 14/09/16	CA Vida	AFDV	XS0452187759	IC	LUX	S	103,80%	2.700.000	1	JV	2.802.555	-	78.583
ENELIM 4.875% 20/02/18	CA Vida	AFDV	IT0004794142	IC	ITA	S	113,44%	3.640.000	1	JV	4.129.174	-	316.764
ENELIM 5% 15/01/75 - 20	CA Vida	AFDV	XS1014997073	IC	ITA	S	109,39%	1.600.000	1	JV	1.750.216	-	69.044
ENELIM 5.25% 20/06/17	CA Vida	AFDV	XS0306644344	IC	ITA	S	109,90%	2.000.000	1	JV	2.198.036	-	134.139
ENGSM 2.5% 11/04/22	CA Vida	AFDV	XS1052843908	IC	ESP	S	109,95%	2.000.000	1	JV	2.199.086	-	166.273
ENGSM 4.25% 05/10/17	CA Vida	AFDV	XS0834643727	IC	ESP	S	107,81%	500.000	1	JV	539.031	-	27.160
ENIIM 2.625% 22/11/21	CA Vida	AFDV	XS0996354956	IC	ITA	S	107,93%	2.600.000	1	JV	2.806.276	-	134.553
ENIIM 3.5% 29/01/18	CA Vida	AFDV	XS0563739696	IC	ITA	S	109,54%	250.000	1	JV	273.847	-	17.887
ERSTBK 1.875% 13/05/19	CA Vida	AFDV	XS0993272862	IC	AUT	S	104,81%	2.300.000	1	JV	2.410.550	-	75.241
ESBIRE 6.25% 11/09/17	CA Vida	AFDV	XS0827573766	IC	IRL	S	111,84%	500.000	1	JV	559.177	-	49.715
F 1.114% 13/05/20	CA Vida	AFDV	XS1232188257	IC	GBR	S	100,34%	4.900.000	1	JV	4.916.422	-	(15.135)
FADE 3.875% 17/03/18	CA Vida	AFDV	ES0378641155	IC	ESP	S	110,74%	700.000	1	JV	775.178	-	23.198
FADE 4.875% 17/12/17	CA Vida	AFDV	ES0378641114	IC	ESP	S	108,46%	600.000	1	JV	650.747	-	46.895
FCACAP 1.25% 13/06/18	CA Vida	AFDV	XS1321405968	IC		S	100,40%	1.900.000	1	JV	1.907.656	-	6.902
FCAIM 7% 23/03/17	CA Vida	AFDV	XS0764640149	IC		S	111,25%	4.000.000	1	JV	4.450.103	-	(19.764)
FERROV 3.5% 13/12/21	CA Vida	AFDV	XS1004118904	IC	ITA	S	111,81%	2.800.000	1	JV	3.130.544	-	300.208
FERSM 3.375% 07/06/21	CA Vida	AFDV	XS0940284937	IC	ESP	S	112,02%	1.700.000	1	JV	1.904.269	-	175.676
FGACAP 4% 17/10/18	CA Vida	AFDV	XS0982584004	IC	IRL	S	107,92%	4.000.000	1	JV	4.316.707	-	289.615
FIAT 6.625% 15/03/18	CA Vida	AFDV	XS0906420574	IC		S	113,75%	8.500.000	1	JV	9.668.446	-	(68.062)
FNCIM 5.75% 12/12/18	CA Vida	AFDV	XS0182242247	IC		S	112,03%	1.000.000	1	JV	1.120.315	-	(8.767)
FRFP 5.75% 19/01/17	CA Vida	AFDV	FR0011182112	IC	FRA	S	111,02%	2.000.000	1	JV	2.220.434	-	102.318
GASSM 3.50% 15/04/21	CA Vida	AFDV	XS0981438582	IC	NLD	S	114,39%	2.300.000	1	JV	2.631.047	-	275.973
GASSM 4.125% 26/01/18	CA Vida	AFDV	XS0479541699	IC	ESP	S	111,32%	2.750.000	1	JV	3.061.406	-	249.296
GASSM 4.375% 02/11/16	CA Vida	AFDV	XS0458748851	IC	ESP	S	104,08%	6.400.000	1	JV	6.660.881	-	254.173
GASSM 5% 13/02/18	CA Vida	AFDV	XS0741942576	IC	ESP	S	113,87%	5.900.000	1	JV	6.718.050	-	614.839
GASSM 6.375% 09/07/19	CA Vida	AFDV	XS0436928872	IC	ESP	S	122,58%	1.600.000	1	JV	1.961.283	-	277.847
GE 2.875% 18/06/19	CA Vida	AFDV	XS0794230507	IC	IRL	S	109,89%	3.800.000	1	JV	4.175.768	-	174.268
GLEINT 4.125% 03/04/18	CA Vida	AFDV	XS0767815599	IC	LUX	S	96,93%	500.000	1	JV	484.641	-	(31.749)
GLEINT 5.25% 22/03/17	CA Vida	AFDV	XS0495973470	IC	LUX	S	101,94%	1.500.000	1	JV	1.529.112	-	(47.275)
GLENLN 2.75 01/04/21	CA Vida	AFDV	XS1051003538	IC	LUX	S	79,14%	1.500.000	1	JV	1.187.126	-	(337.839)
GS 4.375% 16/03/17	CA Vida	AFDV	XS0494996043	IC	USA	S	108,37%	3.000.000	1	JV	3.251.026	-	165.090
GS 4.5% 30/01/17	CA Vida	AFDV	XS0284727814	IC	USA	S	108,72%	850.000	1	JV	924.087	-	36.540
GS 5.125% 23/10/19	CA Vida	AFDV	XS0459410782	IC	USA	S	117,06%	2.800.000	1	JV	3.277.601	-	446.684

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
GSZFP 0.5% 13/03/22	CA Vida	AFDV	FR0012602753	IC	FRA	S	97,48%	4.100.000	1	JV	3.996.568	-	(91.949)
HERIM 2.375% 04/07/24	CA Vida	AFDV	XS1084043451	IC	ITA	S	108,00%	2.300.000	1	JV	2.483.978	-	167.030
HNZ 2% 30/06/23	CA Vida	AFDV	XS1253558388	IC	USA	S	101,92%	200.000	1	JV	203.838	-	3.510
IBESM 1.75% 17/09/23	CA Vida	AFDV	XS1291004270	IC	NLD	S	102,29%	1.700.000	1	JV	1.738.965	-	32.682
IBESM 2.5% 24/10/22	CA Vida	AFDV	XS1057055060	IC	NLD	S	107,78%	3.700.000	1	JV	3.987.878	-	244.874
IBESM 3.5% 13/10/16	CA Vida	AFDV	XS0548801207	IC	ESP	S	103,37%	4.500.000	1	JV	4.651.536	-	149.296
IBESM 4.50% 21/09/17	CA Vida	AFDV	XS0829209195	IC	NLD	S	108,44%	1.700.000	1	JV	1.843.426	-	110.220
IGT 4.125% 15/02/20 - 19	CA Vida	AFDV	XS1204431867	IC	USA	S	101,55%	13.450.000	1	JV	13.658.861	-	(167.993)
IGT 5.375% 02/02/18	CA Vida	AFDV	XS0564487568	IC		S	114,25%	1.000.000	1	JV	1.142.480	-	(13.088)
INTNED 1.25% 13/12/19	CA Vida	AFDV	XS1080078428	IC	NLD	S	102,65%	4.700.000	1	JV	4.824.761	-	109.102
INTNED 4.25% 13/01/17	CA Vida	AFDV	XS0731153291	IC	NLD	S	108,25%	500.000	1	JV	541.243	-	21.046
INTPET 4.875% 14/05/16	CA Vida	AFDV	XS0605558856	IC	CYM	S	104,41%	1.260.000	1	JV	1.315.551	-	14.308
ISPIM 3.625% 03/12/22	CA Vida	AFDV	IT0004872328	IC	ITA	S	118,03%	1.300.000	1	JV	1.534.438	-	239.383
ISPIM 3.75% 23/11/16	CA Vida	AFDV	XS0467864160	IC	ITA	S	103,47%	500.000	1	JV	517.362	-	2.269
ISPIM 4.375% 16/08/16	CA Vida	AFDV	IT0004690126	IC	ITA	S	104,24%	5.775.000	1	JV	6.019.666	-	143.368
ISPIM 4.75% 15/06/17	CA Vida	AFDV	XS0304508921	IC	ITA	S	108,95%	5.550.000	1	JV	6.046.928	-	400.070
ISPIM 5.15% 16/07/20	CA Vida	AFDV	XS0526326334	IC	ITA	S	113,13%	4.300.000	1	JV	4.864.759	-	(114.803)
JPM 3.875% 23/09/20	CA Vida	AFDV	XS0543758246	IC	USA	S	115,12%	1.750.000	1	JV	2.014.585	-	234.339
LGFP 5.375% 26/06/17	CA Vida	AFDV	XS0307005545	IC	FRA	S	110,07%	1.650.000	1	JV	1.816.154	-	72.544
LGFP 5.50% 16/12/19	CA Vida	AFDV	XS0473114543	IC	FRA	S	117,57%	3.300.000	1	JV	3.879.732	-	20.551
LINHLD 3.875% 28/11/18	CA Vida	AFDV	XS0997829519	IC	ITA	S	107,30%	2.500.000	1	JV	2.682.485	-	181.449
LLOYDS 4.625% 02/02/17	CA Vida	AFDV	XS0740795041	IC	GBR	S	109,02%	3.775.000	1	JV	4.115.613	-	176.784
LLOYDS 5.375% 03/09/19	CA Vida	AFDV	XS0449361350	IC	GBR	S	119,27%	2.500.000	1	JV	2.981.790	-	446.995
LLOYDS 6.50% 24/03/20	CA Vida	AFDV	XS0497187640	IC	GBR	S	125,81%	6.600.000	1	JV	8.303.671	-	882.615
Lloyds TSB Bank 6.375% 17/06/16	CA Vida	AFDV	XS0435070288	IC	GBR	S	106,37%	4.895.000	1	JV	5.206.975	-	118.422
LUXIM 3.625% 19/03/19	CA Vida	AFDV	XS0758640279	IC	ITA	S	112,89%	300.000	1	JV	338.684	-	30.885
MAERSK 1.5% 24/11/22	CA Vida	AFDV	XS1324446092	IC		S	97,74%	1.500.000	1	JV	1.466.095	-	(25.088)
MLFP 1.125% 28/05/22	CA Vida	AFDV	XS1233732194	IC	LUX	S	100,50%	2.500.000	1	JV	2.512.550	-	(181)
MLFP 2.75% 20/06/19	CA Vida	AFDV	XS0794392588	IC	LUX	S	108,34%	200.000	1	JV	216.685	-	13.810
MRDGF 4.50% 04/12/23	CA Vida	AFDV	XS0998945041	IC	NLD	S	118,12%	2.500.000	1	JV	2.953.099	-	366.796
MS 4.375% 12/10/16	CA Vida	AFDV	XS0270800815	IC	LUX	S	104,22%	400.000	1	JV	416.897	-	21.341
MS 4.50% 23/02/16	CA Vida	AFDV	XS0594515966	IC	LUX	S	104,42%	4.352.000	1	JV	4.544.500	-	32.434
MS 5% 02/05/19	CA Vida	AFDV	XS0298899534	IC	LUX	S	117,68%	1.950.000	1	JV	2.294.695	-	291.261
MSFT 2.125% 06/12/21	CA Vida	AFDV	XS1001749107	IC	USA	S	107,96%	1.800.000	1	JV	1.943.301	-	145.583
MTNA 4.50% 29/03/18	CA Vida	AFDV	XS0765621569	IC	NLD	S	99,62%	7.200.000	1	JV	7.172.552	-	(635.214)
MTNA 4.625% 17/11/17	CA Vida	AFDV	XS0559641146	IC	LUX	S	98,18%	2.350.000	1	JV	2.307.307	-	(62.148)
MTNA 9.375% 03/06/16	CA Vida	AFDV	XS0431928414	IC	NLD	S	108,24%	2.720.000	1	JV	2.944.110	-	17.772
NAB 2% 12/11/20	CA Vida	AFDV	XS0993248052	IC	AUS	S	105,94%	2.000.000	1	JV	2.118.775	-	112.769
NDAQ 3.875% 07/06/21	CA Vida	AFDV	XS0942100388	IC	USA	S	112,62%	1.100.000	1	JV	1.238.849	-	116.112
ODGR 2.375% 10/02/21	CA Vida	AFDV	XS1025752293	IC	DEU	S	107,16%	4.700.000	1	JV	5.036.671	-	194.951
OMVAV 5.25% 29/12/49 - 21	CA Vida	AFDV	XS1294342792	IC		S	96,59%	4.000.000	1	JV	3.863.770	-	(153.018)

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
OMVAV 6.25% 29/12/49 - 25	CA Vida	AFDV	XS1294343337	IC		S	97,36%	4.000.000	1	JV	3.894.514	-	(125.390)
PBBGR 0.875% 20/01/17	CA Vida	AFDV	DE000A12UA67	IC	DEU	S	101,02%	5.000.000	1	JV	5.051.153	-	11.956
PBBGR 1.375% 15/01/18	CA Vida	AFDV	DE000A13SWA4	IC		S	101,05%	13.700.000	1	JV	13.844.134	-	123.360
PEMEX 3.125% 27/11/20	CA Vida	AFDV	XS0997484430	IC	MEX	S	95,94%	6.000.000	1	JV	5.756.118	-	(259.072)
PEMEX 5.5% 09/01/17	CA Vida	AFDV	XS0456477578	IC		S	107,80%	2.100.000	1	JV	2.263.871	-	(43.672)
PETBRA 3.75% 14/01/21	CA Vida	AFDV	XS0982711987	IC	CYM	S	70,90%	23.300.000	1	JV	16.519.970	-	(7.387.316)
PEUGOT 4.25% 25/02/16	CA Vida	AFDV	XS0594299066	IC	FRA	S	104,15%	1.570.000	1	JV	1.635.170	-	12.098
PEUGOT 5.625% 11/07/17	CA Vida	AFDV	FR0011233451	IC		S	109,33%	2.574.000	1	JV	2.814.175	-	20.617
PEUGOT 7.375% 06/03/18	CA Vida	AFDV	FR0011439975	IC		S	118,45%	3.000.000	1	JV	3.553.472	-	(9.882)
POHBK 1.25% 14/05/18	CA Vida	AFDV	XS0931144009	IC	FIN	S	102,98%	1.800.000	1	JV	1.853.567	-	33.785
POPSM 2.875% 19/05/16	CA Vida	AFDV	XS0993306603	IC		S	102,57%	2.000.000	1	JV	2.051.465	-	(1.436)
POPSM 4% 18/10/16	CA Vida	AFDV	ES0413790017	IC	ESP	S	103,81%	300.000	1	JV	311.426	-	5.633
POPSM 4.125% 30/03/17	CA Vida	AFDV	ES0413790173	IC	ESP	S	107,76%	4.700.000	1	JV	5.064.563	-	288.013
PORTEL 4.375% 24/03/17	CA Vida	AFDV	XS0215828913	IC	NLD	S	63,52%	5.225.000	1	JV	3.318.967	-	(1.850.785)
PORTEL 5% 04/11/19	CA Vida	AFDV	XS0462994343	IC	NLD	S	55,19%	3.300.000	1	JV	1.821.359	-	(1.338.037)
PORTEL 5.625% 08/02/16	CA Vida	AFDV	XS0587805457	IC	NLD	S	97,52%	4.745.000	1	JV	4.627.512	-	(341.564)
RABOBK 2.375% 22/05/23	CA Vida	AFDV	XS0933540527	IC	NLD	S	109,37%	2.200.000	1	JV	2.406.185	-	169.323
RABOBK 5.5% 22/01/49 - 29	CA Vida	AFDV	XS1171914515	IC	NLD	S	101,28%	2.600.000	1	JV	2.633.359	-	18.690
RBS 1.625% 25/06/19	CA Vida	AFDV	XS1080952960	IC	GBR	S	102,64%	1.800.000	1	JV	1.847.487	-	33.722
RBS 4.875% 20/01/17	CA Vida	AFDV	XS0480133338	IC	GBR	S	109,50%	1.885.000	1	JV	2.064.016	-	91.720
RBS 5.375% 30/09/19	CA Vida	AFDV	XS0454984765	IC	GBR	S	118,67%	3.400.000	1	JV	4.034.851	-	633.230
RBS 6.934% 09/04/18	CA Vida	AFDV	XS0356705219	IC	GBR	S	116,99%	8.000.000	1	JV	9.359.397	-	652.508
REESM 2.125% 01/07/23	CA Vida	AFDV	XS1079698376	IC	NLD	S	106,27%	1.700.000	1	JV	1.806.667	-	93.451
REESM 2.375% 31/05/19	CA Vida	AFDV	XS0935803386	IC	ESP	S	107,76%	2.200.000	1	JV	2.370.779	-	101.119
REESM 3.875% 25/01/22	CA Vida	AFDV	XS0876289652	IC	NLD	S	120,03%	900.000	1	JV	1.080.275	-	144.857
RENAUL 1.25% 08/06/22	CA Vida	AFDV	FR0012759744	IC	FRA	S	98,22%	4.000.000	1	JV	3.928.662	-	(55.646)
RENAUL 4% 16/03/16	CA Vida	AFDV	XS0602211202	IC	FRA	S	103,88%	4.000.000	1	JV	4.155.056	-	35.558
RENAUL 4% 25/01/16	CA Vida	AFDV	XS0551845265	IC	FRA	S	103,94%	1.990.000	1	JV	2.068.327	-	5.023
RENAUL 4.25% 27/04/17	CA Vida	AFDV	XS0775870982	IC	FRA	S	107,71%	1.425.000	1	JV	1.534.921	-	66.955
RENAUL 4.625% 18/09/17	CA Vida	AFDV	FR0011321447	IC	FRA	S	107,70%	400.000	1	JV	430.785	-	25.648
RENEPL 4.125% 31/01/18	CA Vida	AFDV	PTRELBOE0017	IC	PRT	S	110,31%	14.700.000	1	JV	16.215.814	-	762.876
RENRED 4.75% 16/10/20	CA Vida	AFDV	XS0982774399	IC	NLD	S	115,66%	17.454.000	1	JV	20.187.356	-	1.160.164
REPSM 2.125% 16/12/20	CA Vida	AFDV	XS1334225361	IC		S	99,28%	10.300.000	1	JV	10.226.055	-	(75.862)
REPSM 2.625% 28/05/20	CA Vida	AFDV	XS0933604943	IC	NLD	S	103,37%	3.100.000	1	JV	3.204.388	-	(120.942)
REPSM 3.875% 29/12/49 - 21	CA Vida	AFDV	XS1207054666	IC	NLD	S	88,79%	6.500.000	1	JV	5.771.550	-	(765.358)
REPSM 4.75% 16/02/17	CA Vida	AFDV	XS0287409212	IC	NLD	S	108,78%	250.000	1	JV	271.943	-	(68)
RIOLN 2.875% 11/12/24	CA Vida	AFDV	XS0863127279	IC	GBR	S	107,24%	800.000	1	JV	857.889	-	63.723
ROSW 2% 25/06/18	CA Vida	AFDV	XS0760139773	IC	NLD	S	105,73%	600.000	1	JV	634.367	-	1.545
RWE 3.5% 21/04/75 - 25	CA Vida	AFDV	XS1219499032	IC	DEU	S	80,06%	4.500.000	1	JV	3.602.923	-	(366.232)
SABSM 3.375% 23/01/18	CA Vida	AFDV	ES0413860323	IC	ESP	S	109,51%	1.200.000	1	JV	1.314.136	-	58.617
SABSM 4.25% 24/01/17	CA Vida	AFDV	ES0413860067	IC	ESP	S	108,19%	2.600.000	1	JV	2.812.824	-	106.047

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
SANFP 1.875% 04/09/20	CA Vida	AFDV	FR0011560333	IC	FRA	S	106,57%	1.900.000	1	JV	2.024.840	-	94.860
SANTAN 1.5 03/04/17	CA Vida	AFDV	PTBSQDOE0020	IC	PRT	S	102,71%	1.100.000	1	JV	1.129.818	-	19.601
SANTAN 4% 27/03/17	CA Vida	AFDV	XS0759014375	IC	ESP	S	107,54%	5.700.000	1	JV	6.129.904	-	290.238
SANTAN 4.125% 04/10/17	CA Vida	AFDV	XS0544546780	IC	ESP	S	107,56%	200.000	1	JV	215.122	-	12.879
SANTAN 4.125% 09/01/17	CA Vida	AFDV	ES0413900145	IC	ESP	S	108,07%	800.000	1	JV	864.586	-	36.944
SOLBBB 5.118% 29/06/49 - 21	CA Vida	AFDV	XS1323897485	IC		S	99,95%	1.500.000	1	JV	1.499.213	-	(7.974)
SRGIM 1,5% 21/04/23	CA Vida	AFDV	XS1126183760	IC	ITA	S	102,04%	4.600.000	1	JV	4.693.885	-	80.020
SRGIM 3.25% 22/01/24	CA Vida	AFDV	XS1019326641	IC	ITA	S	115,75%	4.700.000	1	JV	5.440.161	-	550.148
SRGIM 4.375% 11/07/16	CA Vida	AFDV	XS0803479442	IC	ITA	S	104,27%	1.100.000	1	JV	1.146.970	-	1.592
TELEFO 1.477% 14/09/21	CA Vida	AFDV	XS1290729208	IC	ESP	S	100,27%	2.900.000	1	JV	2.907.709	-	(2.163)
TELEFO 3.987% 23/01/23	CA Vida	AFDV	XS0874864860	IC	ESP	S	116,88%	600.000	1	JV	701.303	-	78.909
TELEFO 4.375% 02/02/16	CA Vida	AFDV	XS0241946630	IC	ESP	S	104,28%	3.235.000	1	JV	3.373.570	-	10.448
TELEFO 4.693% 11/11/19	CA Vida	AFDV	XS0462999573	IC	ESP	S	114,69%	1.950.000	1	JV	2.236.438	-	293.530
TELEFO 4.75% 07/02/17	CA Vida	AFDV	XS0585904443	IC	ESP	S	109,09%	4.300.000	1	JV	4.690.676	-	213.963
TELEFO 4.797% 21/02/18	CA Vida	AFDV	XS0746276335	IC	ESP	S	113,07%	3.800.000	1	JV	4.296.606	-	388.166
TELEFO 5.811 05/09/17	CA Vida	AFDV	XS0828012863	IC	ESP	S	110,84%	300.000	1	JV	332.528	-	26.863
TELEFO 5.875 31/03/49 - 24	CA Vida	AFDV	XS1050461034	IC	NLD	S	104,47%	7.900.000	1	JV	8.253.073	-	(191.130)
TITIM 4.5% 20/09/17	CA Vida	AFDV	XS0831389985	IC	ITA	S	107,26%	700.000	1	JV	750.807	-	39.576
TITIM 4.75% 25/05/18	CA Vida	AFDV	XS0630463965	IC	ITA	S	111,49%	1.850.000	1	JV	2.062.569	-	170.032
TITIM 5.125% 25/01/16	CA Vida	AFDV	XS0583059448	IC	ITA	S	105,02%	3.750.000	1	JV	3.938.286	-	10.549
TITIM 5.375% 29/01/19	CA Vida	AFDV	XS0184373925	IC	ITA	S	116,96%	1.700.000	1	JV	1.988.251	-	200.977
TITIM 6.125% 14/12/18	CA Vida	AFDV	XS0794393396	IC	ITA	S	114,11%	23.500.000	1	JV	26.814.790	-	941.328
TITIM 7% 20/01/17	CA Vida	AFDV	XS0693940511	IC	ITA	S	113,18%	4.100.000	1	JV	4.640.234	-	245.182
UCGIM 2.625% 31/10/20	CA Vida	AFDV	IT0004957137	IC	ITA	S	110,14%	3.200.000	1	JV	3.524.400	-	295.314
UCGIM 3% 31/01/24	CA Vida	AFDV	IT0004988553	IC	ITA	S	116,90%	900.000	1	JV	1.052.066	-	82.254
UCGIM 3.375% 11/01/18	CA Vida	AFDV	XS0863482336	IC	ITA	S	109,19%	2.250.000	1	JV	2.456.737	-	137.498
UCGIM 4.875% 07/03/17	CA Vida	AFDV	XS0754588787	IC	ITA	S	109,28%	2.400.000	1	JV	2.622.710	-	146.522
UCGIM 6.7% 05/06/18	CA Vida	AFDV	XS0367777884	IC	ITA	S	113,03%	4.300.000	1	JV	4.860.116	-	(101.850)
VALEBZ 3.75% 10/01/23	CA Vida	AFDV	XS0802953165	IC	BRA	S	80,48%	1.100.000	1	JV	885.261	-	(252.036)
VALEBZ 4.375% 24/03/18	CA Vida	AFDV	XS0497362748	IC		S	95,88%	10.827.000	1	JV	10.381.025	-	(795.729)
VOTORA 3.25% 25/04/21	CA Vida	AFDV	XS1061029614	IC	BRA	S	72,99%	4.800.000	1	JV	3.503.710	-	(1.358.016)
WFC 1.125% 29/10/21	CA Vida	AFDV	XS1130067140	IC	USA	S	100,48%	2.300.000	1	JV	2.310.940	-	21.948
WFC 4.125% 03/11/16	CA Vida	AFDV	XS0273766732	IC	USA	S	104,00%	1.025.000	1	JV	1.066.017	-	33.197
ABBEY 2% 14/01/19	CA Seguros	AFDV	XS1014539289	IC	GBR	S	105,89%	500.000	1	JV	529.459	-	2.529
ACEIM 2.625% 15/07/24	CA Seguros	AFDV	XS1087831688	IC	ITA	S	105,99%	500.000	1	JV	529.936	-	27.722
ADIFAL 3.5% 27/05/24	CA Seguros	AFDV	XS1072141861	IC	ESP	S	114,45%	1.000.000	1	JV	1.144.513	-	128.115
ADPFP 2.375% 11/06/19	CA Seguros	AFDV	FR0011266519	IC	FRA	S	107,92%	500.000	1	JV	539.604	-	34.564
ADRIT 3.25% 20/02/21	CA Seguros	AFDV	XS1004236185	IC	ITA	S	112,84%	600.000	1	JV	677.025	-	62.689
AEMSPA 3.625% 13/01/22	CA Seguros	AFDV	XS1004874621	IC	ITA	S	116,17%	1.000.000	1	JV	1.161.728	-	124.335
AIB 2.875% 28/11/16	CA Seguros	AFDV	XS0997144505	IC	IRL	S	102,17%	500.000	1	JV	510.855	-	10.146
ALB 1.875% 08/12/21	CA Seguros	AFDV	XS1148074518	IC		S	96,59%	900.000	1	JV	869.337	-	(7.267)

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
AYTCED 4.75% 15/06/16	CA Seguros	AFDV	ES0312298229	IC	ESP	S	104,54%	600.000	1	JV	627.214	-	9.111
BANBRA 3.75% 25/07/18	CA Seguros	AFDV	XS0955552178	IC	BRA	S	94,76%	300.000	1	JV	284.275	-	(24.639)
BANCAR 3.875% 24/10/18	CA Seguros	AFDV	IT0004967698	IC	ITA	S	108,87%	500.000	1	JV	544.333	-	42.733
BBVASM 2.375% 22/01/19	CA Seguros	AFDV	XS1016720853	IC	ESP	S	107,80%	500.000	1	JV	539.012	-	3.933
BCPPL 3.375 02/17	CA Seguros	AFDV	PTBITIOM0057	IC	PRT	S	102,41%	1.000.000	1	JV	1.024.089	-	(7.179)
BMW 0.875% 17/11/20	CA Seguros	AFDV	XS1321956333	IC		S	100,06%	1.000.000	1	JV	1.000.606	-	499
BNFP 2.60% 28/06/23	CA Seguros	AFDV	FR0011527241	IC	USA	S	110,79%	500.000	1	JV	553.952	-	47.931
BPLN 1.526% 26/09/22	CA Seguros	AFDV	XS1114477133	IC	FRA	S	101,18%	500.000	1	JV	505.907	-	4.028
CAJARU 3.75% 22/11/18	CA Seguros	AFDV	ES0422714024	IC	ESP	S	109,08%	500.000	1	JV	545.379	-	43.731
CARLB 2.625% 03/07/19	CA Seguros	AFDV	XS0800572454	IC	GBR	S	107,63%	500.000	1	JV	538.162	-	33.813
CESDRA 4.125% 23/07/19	CA Seguros	AFDV	XS0807706006	IC	CZE	S	110,55%	500.000	1	JV	552.764	-	44.762
CS 1.375% 29/11/19	CA Seguros	AFDV	XS1074053130	IC	CHE	S	102,98%	500.000	1	JV	514.905	-	14.870
CXGD 1% 27/01/22	CA Seguros	AFDV	PTCGH1OE0014	IC	PRT	S	100,67%	1.000.000	1	JV	1.006.668	-	3.304
CXGD 3% 15/01/19	CA Seguros	AFDV	PTCGHAOE0019	IC	PRT	S	110,43%	500.000	1	JV	552.165	-	40.171
DPW 1.875% 27/06/17	CA Seguros	AFDV	XS0795872901	IC	CHE	S	103,33%	500.000	1	JV	516.657	-	12.835
EDF 2.75% 10/03/23	CA Seguros	AFDV	FR0011318658	IC	DNK	S	111,98%	500.000	1	JV	559.883	-	52.446
ELEPOR 2% 22/04/25	CA Seguros	AFDV	XS1222590488	IC	PRT	S	91,89%	300.000	1	JV	275.662	-	(28.096)
ELEPOR 2.625% 18/01/22	CA Seguros	AFDV	XS1111324700	IC	FRA	S	101,90%	500.000	1	JV	509.489	-	413
ELIASO 1.375% 27/05/24	CA Seguros	AFDV	BE0002239086	IC		S	98,58%	300.000	1	JV	295.753	-	(4.119)
ENGSM 2.5% 11/04/22	CA Seguros	AFDV	XS1052843908	IC	ESP	S	109,96%	300.000	1	JV	329.883	-	30.953
ENIIM 2.625% 22/11/21	CA Seguros	AFDV	XS0996354956	IC	ITA	S	107,94%	500.000	1	JV	539.704	-	38.787
ENIIM 4.25% 03/02/20	CA Seguros	AFDV	XS0741137029	IC	USA	S	117,37%	250.000	1	JV	293.422	-	34.810
ERSTBK 1.875% 13/05/19	CA Seguros	AFDV	XS0993272862	IC	AUT	S	104,81%	500.000	1	JV	524.058	-	20.485
ESBIRE 3.494% 12/01/24	CA Seguros	AFDV	XS0992646918	IC	NOR	S	117,78%	500.000	1	JV	588.914	-	72.963
FERROV 3.5% 13/12/21	CA Seguros	AFDV	XS1004118904	IC	ITA	S	111,81%	500.000	1	JV	559.073	-	61.013
FERROV 4% 22/07/20	CA Seguros	AFDV	XS0954248729	IC	GBR	S	114,31%	300.000	1	JV	342.919	-	39.896
FERSM 3.375% 07/06/21	CA Seguros	AFDV	XS0940284937	IC	ESP	S	112,03%	500.000	1	JV	560.125	-	2.272
FERSM 3.375% 30/01/18	CA Seguros	AFDV	XS0879082914	IC	DEU	S	108,79%	300.000	1	JV	326.385	-	17.521
FGACAP 2.875% 26/01/18	CA Seguros	AFDV	XS1021817355	IC	PRT	S	105,96%	500.000	1	JV	529.790	-	16.659
GALPPL 4.125% 25/01/19	CA Seguros	AFDV	PTGALIOE0009	IC	ESP	S	108,65%	1.000.000	1	JV	1.086.458	-	51.690
GASSM 3.50% 15/04/21	CA Seguros	AFDV	XS0981438582	IC	NLD	S	114,40%	500.000	1	JV	572.015	-	60.209
GE 2.875% 18/06/19	CA Seguros	AFDV	XS0794230507	IC	IRL	S	109,90%	500.000	1	JV	549.482	-	27.452
GLENLN 2.75 01/04/21	CA Seguros	AFDV	XS1051003538	IC	LUX	S	79,15%	500.000	1	JV	395.746	-	(112.121)
HERIM 2.375% 04/07/24	CA Seguros	AFDV	XS1084043451	IC	ITA	S	108,01%	1.190.000	1	JV	1.285.266	-	49.112
HOLNVX 2,625% 07/09/20	CA Seguros	AFDV	XS0825829590	IC	GBR	S	107,87%	500.000	1	JV	539.360	-	36.773
HTHROW 1.50% 11/02/30	CA Seguros	AFDV	XS1186176571	IC	ITA	S	89,90%	1.000.000	1	JV	898.975	-	(103.548)
IBESM 2.5% 24/10/22	CA Seguros	AFDV	XS1057055060	IC	NLD	S	107,79%	500.000	1	JV	538.937	-	38.069
INTNED 1.25% 13/12/19	CA Seguros	AFDV	XS1080078428	IC	NLD	S	102,66%	500.000	1	JV	513.289	-	14.083
ISPIM 3.625% 03/12/22	CA Seguros	AFDV	IT0004872328	IC	ITA	S	118,04%	500.000	1	JV	590.218	-	70.543
MLFP 2.75% 20/06/19	CA Seguros	AFDV	XS0794392588	IC	LUX	S	108,35%	200.000	1	JV	216.700	-	14.061
MRDGF 4.50% 04/12/23	CA Seguros	AFDV	XS0998945041	IC	NLD	S	118,14%	500.000	1	JV	590.681	-	109.780

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
NAB 2% 12/11/20	CA Seguros	AFDV	XS0993248052	IC	AUS	S	105,94%	500.000	1	JV	529.721	-	31.716
NDAQ 3.875% 07/06/21	CA Seguros	AFDV	XS0942100388	IC	USA	S	112,63%	300.000	1	JV	337.900	-	26.610
ODGR 2.375% 10/02/21	CA Seguros	AFDV	XS1025752293	IC	DEU	S	107,17%	500.000	1	JV	535.849	-	27.126
OMVAV 1.75% 25/11/19	CA Seguros	AFDV	XS0996734868	IC	FRA	S	104,36%	500.000	1	JV	521.795	-	22.738
PBBGR 0.875% 20/01/17	CA Seguros	AFDV	DE000A12UA67	IC	DEU	S	101,03%	1.000.000	1	JV	1.010.255	-	8.207
PBBGR 1.375% 15/01/18	CA Seguros	AFDV	DE000A13SWA4	IC		S	101,06%	900.000	1	JV	909.503	-	2.922
PEMEX 3.125% 27/11/20	CA Seguros	AFDV	XS0997484430	IC	MEX	S	95,94%	500.000	1	JV	479.719	-	(19.236)
RABOBK 2.375% 22/05/23	CA Seguros	AFDV	XS0933540527	IC	NLD	S	109,38%	1.000.000	1	JV	1.093.786	-	67.067
REESM 2.125% 01/07/23	CA Seguros	AFDV	XS1079698376	IC	NLD	S	106,28%	200.000	1	JV	212.561	-	11.204
REESM 2.375% 31/05/19	CA Seguros	AFDV	XS0935803386	IC	ESP	S	107,77%	500.000	1	JV	538.846	-	6.816
REESM 3.875% 25/01/22	CA Seguros	AFDV	XS0876289652	IC	NLD	S	120,04%	500.000	1	JV	600.206	-	82.980
RENAUL 0.625% 04/03/20	CA Seguros	AFDV	FR0012596179	IC	AUS	S	98,33%	500.000	1	JV	491.627	-	(10.232)
RENRED 4.75% 16/10/20	CA Seguros	AFDV	XS0982774399	IC	NLD	S	115,67%	1.000.000	1	JV	1.156.733	-	19.603
REPSM 2.125% 16/12/20	CA Seguros	AFDV	XS1334225361	IC		S	99,29%	1.000.000	1	JV	992.879	-	(6.091)
REPSM 2.625% 28/05/20	CA Seguros	AFDV	XS0933604943	IC	NLD	S	103,37%	300.000	1	JV	310.124	-	158.766
RIOLN 2.875% 11/12/24	CA Seguros	AFDV	XS0863127279	IC	GBR	S	107,24%	500.000	1	JV	536.220	-	(18.618)
ROSW 2% 25/06/18	CA Seguros	AFDV	XS0760139773	IC	NLD	S	105,73%	500.000	1	JV	528.666	-	24.118
SANFP 1.875% 04/09/20	CA Seguros	AFDV	FR0011560333	IC	FRA	S	106,58%	300.000	1	JV	319.727	-	20.002
SRGIM 3.25% 22/01/24	CA Seguros	AFDV	XS1019326641	IC	ITA	S	115,76%	500.000	1	JV	578.785	-	67.700
STLNO 1.25% 17/02/27	CA Seguros	AFDV	XS1190624038	IC	ESP	S	93,14%	1.000.000	1	JV	931.380	-	(77.884)
TELEFO 3.987% 23/01/23	CA Seguros	AFDV	XS0874864860	IC	ESP	S	116,89%	500.000	1	JV	584.473	-	60.566
TELNO 1.75% 15/01/18	CA Seguros	AFDV	XS0798788716	IC	PRT	S	104,59%	500.000	1	JV	522.954	-	16.576
TITIM 4.5% 25/01/21	CA Seguros	AFDV	XS1020952435	IC	ESP	S	115,20%	500.000	1	JV	576.021	-	57.616
TRNIM 0.875% 02/02/22	CA Seguros	AFDV	XS1178105851	IC	GBR	S	98,96%	1.000.000	1	JV	989.583	-	(13.266)
UCGIM 2.625% 31/10/20	CA Seguros	AFDV	IT0004957137	IC	ITA	S	110,14%	500.000	1	JV	550.723	-	52.276
ULFP 1.625% 26/06/17	CA Seguros	AFDV	XS0850006593	IC	CHE	S	102,87%	500.000	1	JV	514.331	-	11.090
VALEBZ 3.75% 10/01/23	CA Seguros	AFDV	XS0802953165	IC	BRA	S	80,49%	500.000	1	JV	402.443	-	(113.198)
VINCI 3.375% 30/03/20	CA Seguros	AFDV	FR0011225127	IC	ITA	S	113,37%	400.000	1	JV	453.497	-	44.531
VOD 1% 11/09/20	CA Seguros	AFDV	XS1109802303	IC	ESP	S	100,81%	500.000	1	JV	504.040	-	5.394
VOTORA 3.25% 25/04/21	CA Seguros	AFDV	XS1061029614	IC	BRA	S	73,00%	500.000	1	JV	365.014	-	(140.558)
WFC 1.125% 29/10/21	CA Seguros	AFDV	XS1130067140	IC	USA	S	100,48%	500.000	1	JV	502.394	-	23.935
WSTP 3.875% 20/03/17	CA Seguros	AFDV	XS0494870701	IC	BRA	S	107,53%	500.000	1	JV	537.666	-	4.902
ABBEY 0 13/03/2017	Caixa Central	AFDV	US002799AP93	OIF	GBR	S	99,78%	4.450.000	1	JV	4.080.438	-	(4.213)
ACAFP 0 01/29/17	Caixa Central	AFDV	FR0010706606	IC	FRA	S	149,50%	4.200.000	1	JV	6.279.000	-	12.199
BCPPL 3.375 02/17	Caixa Central	AFDV	PTBITIOM0057	IC	PRT	S	99,75%	70.000.000	1	JV	71.818.562	-	(429.811)
BCPPL 3.75 10/16	Caixa Central	AFDV	PTBCSSOE0011	IC	PRT	S	102,43%	12.700.000	1	JV	13.118.961	-	206.884
BCPPL 4.75 06/22/17	Caixa Central	AFDV	PTBCUB1E0005	IC	PRT	S	106,08%	25.950.000	1	JV	28.177.232	-	853.610
BIALPT 0 07/10/19	Caixa Central	AFDV	PTBPCAOE0006	OUT	PRT	S	101,25%	4.730.000	1	JV	4.879.350	-	9.474
CELBI 0 03/21/19	Caixa Central	AFDV	PTBINDOE0009	OUT	PRT	S	106,65%	7.500.000	1	JV	8.076.778	-	191.168
CS 0 08/24/18	Caixa Central	AFDV	AU3FN0028452	IC	GBR	S	99,78%	10.000.000	1	JV	6.721.152	-	(18.309)
CXGD 5.12 11/03/16	Caixa Central	AFDV	PTCG36OM0000	IC	PRT	S	103,13%	20.100.000	1	JV	23.067.161	-	8.624

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
DB 0 09/2021	Caixa Central	AFDV	DE000DB7XJC7	IC	DEU	S	99,01%	5.500.000	1	JV	5.447.070	-	(92.562)
EDP FINANCE - ELEPOR 5.875% 01/02/16	Caixa Central	AFDV	XS0586598350	OIF	NLD	S	100,40%	7.750.000	1	JV	8.197.952	-	2.178
EDP FINANCE 02/02/2018	Caixa Central	AFDV	XS0328781728	OIF	NLD	S	105,31%	16.815.000	1	JV	16.649.017	-	(64.459)
EDP FINANCE - ELEPOR 5.75% 21/09/17	Caixa Central	AFDV	XS0970695572	OIF	NLD	S	112,13%	8.850.000	1	JV	10.051.551	-	(203.995)
EDP FINANCE - ELEPOR 5.75% 21/09/17	Caixa Central	AFDV	XS0831842645	OIF	NLD	S	108,38%	10.830.000	1	JV	11.910.559	-	(36.504)
EDP FINANCE - ELEPOR 4.75% 26/09/16	Caixa Central	AFDV	XS0435879605	OIF	NLD	S	102,88%	6.000.000	1	JV	6.248.033	-	127.683
EDP FINANCE 4.625 06/2016	Caixa Central	AFDV	XS0256997007	OIF	NLD	S	101,75%	8.550.000	1	JV	8.917.872	-	(7.052)
GENER 0 12/12/20	Caixa Central	AFDV	PTGNSAOM0005	OUT	PRT	S	99,50%	6.000.000	1	JV	5.673.083	-	(28.500)
ISPIM 0 06/2020	Caixa Central	AFDV	XS1246144650	IC	ITA	S	100,47%	15.000.000	1	JV	15.077.031	-	71.702
LLOYDS 0 28/08/18	Caixa Central	AFDV	AU3FN0028619	IC	GBR	S	99,80%	8.000.000	1	JV	5.374.773	-	(14.749)
NOSPL 0 03/28/22	Caixa Central	AFDV	PTNOSBOE0004	SGPS	PRT	S	100,96%	10.000.000	1	JV	10.142.233	-	72.234
Parque Eólico do Pisco	Caixa Central	AFDV	PTPEOAOM0009	OUT	PRT	S	100,00%	6.625.000	1	JV	6.695.805	-	-
Parque Eólico do Pisco-3ªsérie	Caixa Central	AFDV	PTPEOCOM0007	OUT	PRT	S	100,00%	3.750.000	1	JV	3.788.594	-	-
Parque Eólico do Pisco-4ªsérie	Caixa Central	AFDV	PTPEODOM0006	OUT	PRT	S	100,00%	1.000.000	1	JV	1.000.264	-	-
PESTA 0 28/02/2020	Caixa Central	AFDV	PTGRPCOE0002	SGPS	PRT	S	96,63%	5.500.000	1	JV	5.382.501	-	(185.600)
RABOBK 0 09/25/2018	Caixa Central	AFDV	AU3FN0020525	IC	GBR	S	100,33%	5.000.000	1	JV	3.368.390	-	(11.987)
RENEPL 0 01/16/20	Caixa Central	AFDV	PTRELKOM0008	SGPS	PRT	S	107,99%	5.000.000	1	JV	5.449.775	-	11.205
RENPL 2.5 02/2025	Caixa Central	AFDV	XS1189286286	SGPS	PRT	S	98,32%	14.000.000	1	JV	14.073.826	-	(969.213)
SANTAN 0 04/03/2020	Caixa Central	AFDV	XS1195284705	IC	ESP	S	99,07%	20.000.000	1	JV	19.820.498	-	(196.600)
SEMPL 0 04/17/19	Caixa Central	AFDV	PTSEMFOE0003	SGPS	PRT	S	101,28%	4.874.000	1	JV	4.968.945	-	(86.895)
SONPL 0 08/27/2020	Caixa Central	AFDV	PTSONKOE0003	SGPS	PRT	S	101,28%	15.000.000	1	JV	15.326.161	-	163.626
SUGALG 4.25 10/27/20	Caixa Central	AFDV	ES0305088009	OUT	NLD	S	99,50%	10.000.000	1	JV	10.026.639	-	(50.000)
TAGUS 05/2025	Caixa Central	AFDV	PTTGUAOM0005	OIF	PRT	S	95,50%	30.500.000	1	JV	19.173.531	-	(286.745)
UCGIM 0 02/20	Caixa Central	AFDV	XS1169707087	OIF	ITA	S	100,33%	30.000.000	1	JV	30.130.973	-	1.139
											1.319.541.784	**-**	**14.190.561**
Dívida subordinada													
Instrumentos de capital													
Património Crescente	CA Seguros	AFDV	PTSQUBHM0002	OUT	PRT	S	1477,64%	461.500	1	JV	6.819.309	-	1.855.040
Fundo Florestal - Floresta Atlântica	CA Seguros	AFDV	PTFLTBIM0004	OUT	PRT	S	6764,13%	10.000	1	JV	676.413	-	138.806
B.Comercial Português-Nom.	CA Vida	AFDV	PTBCP0AM0007	OUT	PRT	S	4,89%	1.700.000	1	JV	83.130	-	(27.140)
EDP-Energias de Portugal SA	CA Vida	AFDV	PTEDP0AM0009	OUT	PRT	S	332,10%	30.000	1	JV	99.630	-	(1.796)
Sonae - SGPS	CA Vida	AFDV	PTSON0AM0001	OUT	PRT	S	104,80%	70.000	1	JV	73.360	-	(31.745)
Património Crescente	CA Vida	AFDV	PTSQUBHM0002	OUT	PRT	S	1477,64%	653.762	1	JV	9.660.249	-	2.161.825
Abertis Infraestructuras S.A.	CA Vida	AFDV	ES0111845014	OUT	ESP	S	1441,00%	5.000	1	JV	72.050	-	(9.872)
Acerinox S.A.	CA Vida	AFDV	ES0132105018	OUT	ESP	S	941,70%	26.200	1	JV	246.725	-	(49.185)
Aegon NV	CA Vida	AFDV	NL0000303709	OUT	NLD	S	523,00%	17.000	1	JV	88.910	-	(14.489)
Air Liquide SA	CA Vida	AFDV	FR0000120073	OUT		S	10365,00%	1.350	1	JV	139.928	-	(16.398)
Alcatel - Lucent	CA Vida	AFDV	FR0000130007	OUT	FRA	S	365,00%	20.000	1	JV	73.000	-	(6.959)
Allianz AG Holding	CA Vida	AFDV	DE0008404005	OUT	DEU	S	16355,00%	2.170	1	JV	354.904	-	103.571
Arkema SA	CA Vida	AFDV	FR0010313833	OUT	FRA	S	6459,00%	2.000	1	JV	129.180	-	(18.817)
Assicurazioni Generali Spa	CA Vida	AFDV	IT0000062072	OUT	ITA	S	1692,00%	18.517	1	JV	313.308	-	8.853
AXA SA	CA Vida	AFDV	FR0000120628	OUT	FRA	S	2523,00%	6.496	1	JV	163.894	-	63.253

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
Banco Bilbao & Vizcaya Argentaria SA.	CA Vida	AFDV	ES0113211835	OUT	ESP	S	673,90%	10.500	1	JV	70.760	-	(23.824)
Banco Santander Central Hispano SA	CA Vida	AFDV	ES0113900J37	OUT	ESP	S	455,80%	28.000	1	JV	127.624	-	(40.939)
BPOST SA	CA Vida	AFDV	BE0974268972	OUT	BEL	S	2259,00%	3.000	1	JV	67.770	-	(2.085)
Casino Guichard Perrachon SA.	CA Vida	AFDV	FR0000125585	OUT	FRA	S	4241,50%	2.700	1	JV	114.521	-	(98.546)
Credit Agricole SA.	CA Vida	AFDV	FR0000045072	OUT	FRA	S	1088,00%	9.000	1	JV	97.920	-	(19.431)
Delta Lloyd N.V.	CA Vida	AFDV	NL0009294552	OUT	NLP	S	544,50%	26.500	1	JV	144.293	-	(270.190)
Deutsche Lufthansa AG - Ord.	CA Vida	AFDV	DE0008232125	OUT	DEU	S	1456,50%	16.100	1	JV	234.497	-	21.859
Deutsche Post AG.	CA Vida	AFDV	DE0005552004	OUT	DEP	S	2595,50%	4.000	1	JV	103.820	-	(9.293)
Electricite de France	CA Vida	AFDV	FR0010242511	OUT	FRA	S	1357,50%	20.900	1	JV	283.718	-	(194.597)
Endesa SA	CA Vida	AFDV	ES0130670112	OUT	ESP	S	1852,50%	15.000	1	JV	277.875	-	50.877
Engie	CA Vida	AFDV	FR0010208488	OUT	FRA	S	1632,50%	15.400	1	JV	251.405	-	(45.847)
ENI Spa.	CA Vida	AFDV	IT0003132476	OUT	ITA	S	1380,00%	10.200	1	JV	140.760	-	(8.040)
Faurecia	CA Vida	AFDV	FR0000121147	OUT	FRA	S	3701,00%	3.000	1	JV	111.030	-	(7.994)
Fortum Oyj.	CA Vida	AFDV	FI0009007132	OUT	FIN	S	1392,00%	12.000	1	JV	167.040	-	(39.530)
HeidelbergerCement AG.	CA Vida	AFDV	DE0006047004	OUT	DEU	S	7562,00%	5.400	1	JV	408.348	-	93.318
Hugo Boss AG - PFD	CA Vida	AFDV	DE000A1PHFF7	OUT		S	7660,00%	1.500	1	JV	114.900	-	(19.522)
Michelin	CA Vida	AFDV	FR0000121261	OUT	FRA	S	8790,00%	2.000	1	JV	175.800	-	32.548
Neopost	CA Vida	AFDV	FR0000120560	OUT	FRA	S	2247,00%	13.000	1	JV	292.110	-	(152.238)
Obrascon Huarte Lain SA.	CA Vida	AFDV	ES0142090317	OUT	ESP	S	527,00%	7.500	1	JV	39.525	-	(101.737)
Osram Light AG	CA Vida	AFDV	DE000LED4000	OUT		S	3879,00%	3.500	1	JV	135.765	-	(3.574)
Renault SA	CA Vida	AFDV	FR0000131906	OUT	FRR	S	9263,00%	2.000	1	JV	185.260	-	16.707
Repsol YPF SA	CA Vida	AFDV	ES0173516115	OUT	ESP	S	1012,00%	19.250	1	JV	194.810	-	(105.140)
REXEL SA	CA Vida	AFDV	FR0010451203	OUT	FRA	S	1228,00%	17.264	1	JV	212.002	-	(24.801)
Royal Dutch Shell PLC	CA Vida	AFDV	GB00B03MLX29	OUT	NLD	S	2109,50%	10.834	1	JV	228.543	-	(60.623)
RWE AG.	CA Vida	AFDV	DE0007037129	OUT	DEU	S	1171,00%	14.000	1	JV	163.940	-	(49.507)
Saipem Spa.	CA Vida	AFDV	IT0000068525	OUT	ITA	S	749,00%	16.000	1	JV	119.840	-	(43.578)
Schneider Electric SA.	CA Vida	AFDV	FR0000121972	OUT	FRA	S	5256,00%	6	1	JV	315	-	88
Software AG	CA Vida	AFDV	DE0003304002	OUT	DES	S	2642,00%	4.000	1	JV	105.680	-	9.530
Solvay SA	CA Vida	AFDV	BE0003470755	OUT	BEL	S	9843,00%	2.165	1	JV	213.101	-	(28.751)
St.Microelectronics NV	CA Vida	AFDV	NL0000226223	OUT	NLP	S	626,50%	15.000	1	JV	93.975	-	(38.822)
Stora Enso Oyj - R	CA Vida	AFDV	FI0009005961	OUT	FIN	S	839,00%	52.300	1	JV	438.797	-	52.148
Technip SA	CA Vida	AFDV	FR0000131708	OUT	FRA	S	4573,50%	5.900	1	JV	269.837	-	(82.635)
Total SA	CA Vida	AFDV	FR0000120271	OUT	FRA	S	4126,50%	3.035	1	JV	125.239	-	(10.792)
UPM-Kymmene Oyj.	CA Vida	AFDV	FI0009005987	OUT	FIN	S	1723,00%	40.430	1	JV	696.609	-	140.330
Allianz RCM Europe Equity Growth-IT	CA Vida	AFDV	LU0256881128	OUT	LUX	S	263880,00%	2.623	1	JV	6.922.018	-	2.109.272
BlackRock Str Fd-Europ Abs Rtn-ABS-A	CA Vida	AFDV	LU0411704413	OUT	LUX	S	13474,00%	20.288	1	JV	2.733.582	-	83.586
CA Acções Europa	CA Vida	AFDV	PTYCFFLM0009	OUT	PRT	S	394,14%	863.486	1	JV	3.403.345	-	65.865
Candriam Diversified Futures-I	CA Vida	AFDV	FR0010813105	OUT	FRA	S	1008646,00%	247	1	JV	2.488.683	-	(161.296)
Candriam Equities L Europe OPT5	CA Vida	AFDV	LU0304860645	OUT	LUX	S	15269,00%	42.175	1	JV	6.439.690	-	(60.310)
DB Platinum IV Systematica Alpha	CA Vida	AFDV	LU0462954396	OUT	LUX	S	13267,00%	19.902	1	JV	2.640.447	-	(9.553)
Fidelity Funds-European Dynamic Growth Fund-Y ACC	CA Vida	AFDV	LU0318940003	OUT	LUX	S	1717,00%	261.459	1	JV	4.489.254	-	1.617.976

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
Fundlogic Alt. PLC Salar Conv. Abs. Ret. Fund	CA Vida	AFDV	IE00B527HL34	OUT	IRL	S	10079,00%	25.952	1	JV	2.615.743	-	(34.257)
Lyxor ETF MSCI Europe	CA Vida	AFDV	FR0010261198	OUT	FRA	S	12300,00%	68.191	1	JV	8.387.493	-	(293.629)
Merrill Lynch Inv. Solutions-Och-Ziff EUR M/S-CA	CA Vida	AFDV	LU0571576585	OUT	GBR	S	11081,00%	23.812	1	JV	2.638.570	-	(11.430)
Pictet Multi Asset Global Opportunities	CA Vida	AFDV	LU0941348897	OUT	LUX	S	11583,00%	23.406	1	JV	2.711.089	-	61.089
Pioneer Funds - European Potential - I	CA Vida	AFDV	LU0271662610	OUT	LUX	S	171390,00%	3.872	1	JV	6.635.904	-	1.503.909
UBS Lux Equity EU OPP UNC EUR-QA	CA Vida	AFDV	LU0848002365	OUT	LUX	S	16073,00%	41.351	1	JV	6.646.383	-	146.383
Fundo Compensação do Trabalho	CA Servicos	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	1	JV	425	-	-
CA Monetário	CA SGPS	AFDV	PTYCFLHM0007	OUT	PRT	N	-	322.960	-	JV	1.813.678	-	40.993
Corretaje e Informatión Monetária Y De Divisas, SA	CA SGPS	AFDV	-	OIF	ESP	N	-	29.040	6	CH	3.432.818	-	-
Floresta Atlântica-Soc.Gestora Fundos Inv.Imob.SA	CA SGPS	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	10.125	5	CH	50.625	-	-
Fundo Compensação do Trabalho	CA SGPS	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	797	-	JV	874	-	-
Banco de Crédito Social Cooperativo S.A.	CA SGPS	AFDV	-	OUT	ESP	N	-	5.000.000	1	CH	5.000.000	-	-
AGROGARANTE	Caixa Central	AFDV	PTAGM0AM0007	OIF	PRT	N	-	302.610	1	CH	302.610	-	-
CA Acções Europa	Caixa Central	AFDV	PTYCFFLM0009	OUT	PRT	N	394,14%	505.416	-	JV	1.992.044	-	(35.129)
CA Flexível	Caixa Central	AFDV	PTYCFELM0000	OUT	PRT	N	576,38%	339.329	-	JV	1.955.824	-	395.861
Discovery Portugal Real Estate Fund	Caixa Central	AFDV	LU0820789831	OUT	LUX	N	-	9.307	-	JV	9.230.366	-	13.431
FCR Fundo Revitalizar Centro	Caixa Central	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1.090.909	1	CH	1.090.909	-	-
FCR Fundo Revitalizar Norte	Caixa Central	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1.090.909	1	CH	1.090.909	(29.827)	-
FCR Fundo Revitalizar Sul	Caixa Central	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	818.182	1	CH	818.182	(21.273)	-
Fundo Compensação do Trabalho	Caixa Central	AFDV	-	OUT	PRT	N	100,73%	730	-	JV	735	-	-
GARVAL	Caixa Central	AFDV	PTGGM0AM0004	OUT	PRT	N	-	69.000	1	CH	69.000	-	-
LISGARANTE	Caixa Central	AFDV	PTLGR0AM0003	OUT	PRT	N	-	100.000	1	CH	100.000	-	-
NORGARANTE	Caixa Central	AFDV	PTNGM0AM000	OUT	PRT	N	-	86.860	1	CH	86.860	-	-
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	Caixa Central	AFDV	PTSIB0AM0008	OUT	PRT	N	-	25.680	5	CH	1.171.864	(784.692)	-
SWIFT	Caixa Central	AFDV	-	OUT	BEL	N	-	23	-	CH	99.228	-	-
UNICRE	Caixa Central	AFDV	PTUNEOAM0016	OUT	PRT	N	-	7.207	5	CH	460.223	(106.437)	-
VISA EUROPE LIMITED	Caixa Central	AFDV	-	OUT	GBR	N	-	1	10	CH	10	-	-
ABAP	CCAM de Cantanhede e Mira CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	5.000	CH	5.000	-	-
Adega Cooperativa de Vidigueira, Cuba e Alvito CRL	CCAM do Guadiana Interior CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	103	5	CH	2.118	-	-
ADIRN	CCAM Ribatejo Norte e Tramagal CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	10	5	CH	50	-	-
AGETAV - Agência de Desenvolvimento de Tavira, S.A.	CCAM do Sotavento Algarvio CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1.000	5	CH	4.988	-	-
Agroraiana	CCAM Elvas e Campo Maior CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	2.000	2	CH	4.988	(4.988)	-
Agroraiana	CCAM Elvas e Campo Maior CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	6.000	2	CH	14.940	(14.940)	-
AIBAP	CCAM de Cantanhede e Mira CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	5.000	CH	5.000	-	-
ASDOURO	CCAM Douro e Coa CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	-	CH	22.446	(22.446)	-
CARMIM	CCAM Alentejo Central CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	20	5	CH	100	-	-
Centro Tecnológico de Citricultura	CCAM de Silves CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	25	500	CH	12.500	(12.500)	-
Cerfundão, Lda.	CCAM Regiao do Fundao e Sabugal CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	50.000	CH	10.000	-	-
Coop. Agro-Pecuária Beira Central CRL	CCAM Oliveira do Hospital CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	5	2	CH	12	-	-
Cooperativa Agrícola da Vidigueira	CCAM do Guadiana Interior CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	50	CH	50	-	-
Cooperativa de Melgaço	CCAM do Noroeste CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	499	5	CH	2.494	(2.494)	-

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
Cooperzoo	CCAM Area Metropolitana do Porto CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	5	200	CH	1.000	-	-
Cortiçol	CCAM Aljustrel e Almodovar CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	120	5	CH	600	-	-
Credicentro	CCAM Coimbra CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	48	2	CH	120	(120)	-
Credicentro	CCAM de Pombal CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	434	CH	434	(434)	-
DAI, S.A.	CCAM Coruche CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	47.140	25	CH	1.272.811	(517.140)	-
Dolmen	CCAM de Vale de Sousa e Baixo Tamega CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	100	5	CH	499	-	-
Epralima	CCAM do Noroeste CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	5	50	CH	249	-	-
Escola Profissional da Mealhada	CCAM da Bairrada e Aguieira CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	176.100	CH	176.100	(93.562)	-
FERECC	CCAM Alcanhoes CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	5	CH	5	-	-
FERECC	CCAM Alenquer CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	5	CH	5	-	-
FERECC	CCAM Arruda dos Vinhos CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	5	CH	5	(5)	-
FERECC	CCAM Azambuja CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	10	5	CH	50	-	-
FERECC	CCAM C da Rainha Obidos e Peniche CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	21	5	CH	105	-	-
FERECC	CCAM Cartaxo CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	6	2	CH	15	-	-
FERECC	CCAM do Ribatejo Sul CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	50	5	CH	249	-	-
FERECC	CCAM Loures Sintra e Litoral CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	5	CH	5	-	-
FERECC	CCAM Sobral de Monte Agraco CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	5	CH	5	-	-
FERECC	CCAM Vila Franca de Xira CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	360	2	CH	897	(897)	-
Fundo Compensação do Trabalho	CCAM Loures Sintra e Litoral CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	-	JV	81	-	-
Fundo Compensação do Trabalho	CCAM Alentejo Central CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	-	JV	160	-	-
Fundo Compensação do Trabalho	CCAM C da Rainha Obidos e Peniche CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	-	JV	106	-	-
Fundo Compensação do Trabalho	CCAM Oliveira do Hospital CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	-	JV	27	-	-
Fundo Compensação do Trabalho	CCAM Vila Franca de Xira CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	122	-	JV	345	-	-
Fundo Compensação do Trabalho	CCAM Porto de MOs CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	-	JV	125	-	-
Fundo Compensação do Trabalho	CCAM Acores CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	-	JV	382	-	-
Fundo Compensação do Trabalho	CCAM Albufeira CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	368	1	JV	378	-	-
Fundo Compensação do Trabalho	CCAM Alcacer-Sal e Montemor-Novo CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	-	JV	4	-	-
Fundo Compensação do Trabalho	CCAM Aljustrel e Almodovar CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	-	JV	136	-	0
Fundo Compensação do Trabalho	CCAM Alto Cavado e Basto CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	-	JV	64	-	-
Fundo Compensação do Trabalho	CCAM Anadia CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	0	-	JV	170	-	-
Fundo Compensação do Trabalho	CCAM Area Metropolitana do Porto CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	-	JV	534	-	-
Fundo Compensação do Trabalho	CCAM de Cantanhede e Mira CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	-	JV	409	-	-
Fundo Compensação do Trabalho	CCAM de Lafoes CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	337	-	JV	364	-	-
Fundo Compensação do Trabalho	CCAM de Pombal CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	-	JV	382	-	-
Fundo Compensação do Trabalho	CCAM do Baixo Mondego CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	-	JV	88	-	-
Fundo Compensação do Trabalho	CCAM do Douro Corgo e Tamega CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	-	JV	674	-	-
Fundo Compensação do Trabalho	CCAM do Guadiana Interior CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	0	1	JV	433	-	4
Fundo Compensação do Trabalho	CCAM do Noroeste CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	-	JV	869	-	-
Fundo Compensação do Trabalho	CCAM do Norte Alentejano CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	0	-	JV	930	-	-
Fundo Compensação do Trabalho	CCAM do Vale do TAvora e Douro CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	-	JV	918	-	-
Fundo Compensação do Trabalho	CCAM Entre Tejo e Sado CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	302	-	JV	329	-	1

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
Fundo Compensação do Trabalho	CCAM Lourinha CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	-	JV	259	-	-
Fundo Compensação do Trabalho	CCAM Medio Ave CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	-	JV	27	-	-
Fundo Compensação do Trabalho	CCAM Mogadouro e Vimioso CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	-	JV	104	-	-
Fundo Compensação do Trabalho	CCAM Nordeste Alentejano CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	-	JV	345	-	-
Fundo Compensação do Trabalho	CCAM Oliveira do Bairro CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	-	JV	489	-	-
Fundo Compensação do Trabalho	CCAM Paredes CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	-	JV	314	-	-
Fundo Compensação do Trabalho	CCAM Pernes CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	-	JV	180	-	-
Fundo Compensação do Trabalho	CCAM Regiao do Fundao e Sabugal CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	-	JV	380	-	-
Fundo Compensação do Trabalho	CCAM Salvaterra de Magos CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	-	JV	15	-	-
Fundo Compensação do Trabalho	CCAM de Vale de Sousa e Baixo Tamega CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	-	JV	256	-	-
Fundo Compensação do Trabalho	CCAM da Beira Baixa (Sul) CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	-	JV	696	-	-
Fundo Compensação do Trabalho	CCAM do Algarve CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	-	JV	153	-	-
Fundo Compensação do Trabalho	CCAM Beira Douro CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	-	JV	167	-	-
FUNDO DE REESTRUTURAÇÃO EMPRESARIAL	CCAM C da Rainha Obidos e Peniche CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	5.593	977	JV	4.455.775	-	(34.631)
Globalgarve	CCAM do Algarve CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	250	10	CH	2.500	(2.500)	-
Matadouro do Litoral Alentejano	CCAM de Sao Teotonio CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	160.000	0	CH	24.000	(24.000)	-
Matadouro Regional do Algarve	CCAM do Algarve CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	7.000	5	CH	35.000	(35.000)	-
Matadouro Regional do Barroso e Alto Tâmega, S.A.	CCAM do Douro Corgo e Tamega CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	5.000	5	CH	25.000	(25.000)	-
Matadouro Regional do Barroso e Alto Tâmega, S.A.	CCAM do Douro Corgo e Tamega CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	45.000	5	CH	225.000	(225.000)	-
Mobitral	CCAM Ferreira do Alentejo CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	60	25	CH	1.500	(1.500)	-
Parkurbis, S.A.	CCAM Regiao do Fundao e Sabugal CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	5.000	5	CH	25.000	(25.000)	-
Qualifica	CCAM Beja e Mertola CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	-	CH	411	-	-
Régie Lima	CCAM do Noroeste CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	200	1.000	CH	1.000	-	-
Regivouga	CCAM Oliveira de Azemeis e Estarreja CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	100	5	CH	499	(499)	-
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	CCAM Acores CRL	AFDV	PTSIB0AM0008	OUT	PRT	N	-	10.000	5	CH	1.281.911	(1.130.727)	-
Sicogest	CCAM de Pombal CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	4.500	CH	4.500	(4.500)	-
Sicogest	CCAM Serras de Ansiao CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	2.000	CH	2.000	(2.000)	-
Spidouro	CCAM do Vale do TAvora e Douro CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1.500	5	CH	7.482	(7.482)	-
Spidouro	CCAM Regiao Braganca e Alto Douro CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1.500	5	CH	7.482	(7.482)	-
Unicama	CCAM de Sao Teotonio CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	4	2	CH	10	-	-
Uniões Regionais	CCAM Coruche CRL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	2	2	CH	5	-	-
ADRAVE - AGÊNCIA DESENVOLVIMENTO REGIONAL VALE AVE S	GI	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	30.486	-	CH	10.830	(10.830)	-
NEXPONOR - SICAFI, S.A.	GI	AFDV	PTNEX0AM0002	OUT	PRT	S	396,66%	535.000	-	JV	2.122.131	-	(552.869)
FCR PORTUGAL VENTURES - FIEP	GI	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	405	-	CH	405.000	(74.099)	-
FCR PORTUGAL VENTURES GLOBAL 2 (B)	GI	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	111	-	CH	3.111.085	(1.960.836)	-
FCR PORTUGAL VENTURES GLOBAL 2 (cat. C)	GI	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	100	-	CH	2.148.588	(1.407.622)	-
FUNDO DE REESTRUTURAÇÃO EMPRESARIAL FCR	GI	AFDV	-	OUT	PRT	N	80,53%	8.735	-	JV	7.034.205	-	(1.654.487)
Fundo Florestal - Floresta Atlântica	GI	AFDV	PTFLTBIM0004	OUT	PRT	N	67,64	18.000	-	JV	1.217.543	-	215.316
UNICAMPUS - FEIIF	GI	AFDV	PTYE1GIM0001	OUT	PRT	N	1008,91	500	-	JV	504.456	-	2.793
PROPAÇO - SOC. IMOBILIÁRIA DE PAÇO D´ ARCOS, LDA.	GI	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	-	CH	194	(194)	-
Fundo Compensação do Trabalho	CA Consult	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	144	-	JV	147	-	-

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
Acções ADRAL, S.A.	Fenacam	AFDV	-	OUT	PRT	N	499,00%	400	4,99	CH	1.996	-	-
Acções HORTOBELI, S.A.	Fenacam	AFDV	-	OUT	PRT	N	2493,99%	600	24,94	CH	14.964	(14.964)	-
Acções MAP, S.A.	Fenacam	AFDV	-	OUT	PRT	N	338,56%	65.051	5	CH	220.238		-
Acções SUCRAL, S.A.	Fenacam	AFDV	-	OUT	PRT	N	2690,90%	12.254	25	CH	329.742	(77.736)	-
Títulos CONFAGRI	Fenacam	AFDV	-	OUT	PRT	N	500,00%	2.800	5	CH	14.000	-	-
Fundo Compensação do Trabalho	Fenacam	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	0	-	JV	837	-	-
CA Monetário	Agrocapital	AFDV	PTYCFLHM0007	OUT	PRT	N	-	85.469	-	JV	479.976	-	-
CA Monetário	CA Imóveis	AFDV	PTYCFLHM0007	OUT	PRT	N	-	1.400	-	JV	7.864	-	-
											138.192.806	**(6.648.724)**	**6.499.205**
Total								**4.859.168.264**			**5.352.960.576**	**(6.648.724)**	**60.028.820**

7.2. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

pwc

Certificação Legal das Contas Consolidadas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Crédito Agrícola (constituído pela Caixa Central – Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL (Caixa Central), Caixas de Crédito Agrícola Mútuo Associadas e Subsidiárias), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 14.935.759 milhares de euros e um total de capital próprio de 1.204.804 milhares de euros, o qual inclui interesses não controlados de 1.705 milhares de euros e um resultado líquido de 54.112 milhares de euros), a Demonstração dos resultados consolidados, a Demonstração do rendimento integral consolidado, a Demonstração de alterações no capital próprio consolidado e a Demonstração dos fluxos de caixa consolidados do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo às demonstrações financeiras consolidadas. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), tal como adotadas pela União Europeia.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo da Caixa Central a preparação do Relatório de Gestão consolidado e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração Executivo, utilizadas na sua preparação; (ii) verificação das operações de consolidação (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc. pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação consolidada constante do Relatório de Gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

7 Como corolário da política de prudência que nos últimos exercícios a Caixa Central e as Caixas de Crédito Agrícola Associadas vêm adotando, a nível individual, no reconhecimento adicional de provisões para crédito a clientes, em 31 de dezembro de 2015 este reconhecimento nas demonstrações financeiras consolidadas anexas revela-se superior em cerca de 110.000 milhares de euros, quando comparado com o valor das imparidades apuradas em conformidade com a metodologia baseada na IAS 39. Nas circunstâncias, em 31 de dezembro de 2015 a imparidade afeta à rubrica de Crédito a clientes encontra-se sobreavaliada em 110.000 milhares de euros, por contrapartida da rubrica de Outras reservas e resultados transitados a qual, tendo em conta o efeito dos correspondentes impostos diferidos, se apresenta subavaliada em 82.500 milhares de euros.

Opinião

8 Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da situação referida no parágrafo nº 7 acima, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Grupo Crédito Agrícola, em 31 de dezembro de 2015, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

9 É também nossa opinião que a informação consolidada constante do Relatório de Gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

4 de maio de 2016

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:

Aurélio Adriano Rangel Amado, R.O.C.

08

Parecer do Conselho Consultivo

VIII. PARECER DO CONSELHO CONSULTIVO

O Conselho Consultivo da Caixa Central vem emitir parecer sobre o Relatório e Contas Consolidado do Grupo Crédito Agrícola para o exercício de 2015.

Analisado o documento que irá ser submetido a discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária a levar a efeito no próximo dia 28 de Maio, os membros do Conselho Consultivo emitem o presente parecer.

O documento em apreciação traduz de forma clara e objectiva o desempenho do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM) e do Grupo Crédito Agrícola durante o exercício do ano de 2015.

Relevamos desde logo a resiliência que o Grupo Crédito Agrícola tem apresentado, ajustando e adaptando a sua actividade aos novos paradigmas da actividade bancária e de uma situação económica adversa com impactos negativos para o sistema financeiro.

O resultado positivo do ano de 2015, superior a 50 milhões de euros reflecte a excelência do trabalho efectuado por todos os elementos que integram o Grupo Crédito Agrícola, Administrações, Órgãos de Fiscalização e Colaboradores, cuja dedicação, profissionalismo e manifesto empenho na defesa do Crédito Agrícola pretendemos relevar e deixar expresso neste nosso parecer.

Registamos com especial apreço os resultados das Caixas Agrícolas que influenciam de forma substancial o lucro do exercício, melhorando o seu desempenho quando comparado com o período homólogo, e o contributo das Empresas do Grupo.

O Conselho Consultivo, em cumprimento das competências que estatutariamente lhe estão atribuídas, considera que o documento em apreciação reflecte a actual situação do nosso Grupo, na certeza de que os

constrangimentos e desafios que historicamente temos vencido e ultrapassado nos permitem encarar o futuro com optimismo, mesmo se moderado face aos factores exógenos que não controlamos, solicitando após análise e discussão do Relatório e Contas Consolidado do Grupo Crédito Agrícola relativo ao ano de 2015 a competente aprovação pela Assembleia Geral.

Lisboa, 6 de Maio de 2016

O Conselho Consultivo

Caixa de Crédito Agrícola de Alenquer (Presidente)
Hélio José de Lemos Rosa

Caixa de Crédito Agrícola do Alentejo Central
José Luís Tirapicos Nunes

Caixa de Crédito Agrícola do Alto Cávado e Basto
José Lopes Gonçalves Barbosa

Caixa de Crédito Agrícola de Estremoz, Monforte e Arronches
Normando António Gil Xarepe

Caixa de Crédito Agrícola do Médio Ave
António Germano Fernandes de Sá e Abreu

Caixa de Crédito Agrícola do Nordeste Alentejano

João Nascimento Canas Guerra

Caixa de Crédito Agrícola de Paredes

António Francisco Coelho Pinheiro

Caixa de Crédito Agrícola de Silves

José Manuel Guerreiro Estiveira Gonçalves

Caixa de Crédito Agrícola de Vale do Távora e Douro

Francisco Eduardo Neves Rebelo

Caixa de Crédito Agrícola do Alto Douro, por inerência, nos termos do artigo 35º dos Estatutos da Caixa Central.

Adriano Augusto Diegues

R&C

DOIS MIL E QUINZE

MÁQUINA AUTOMÁTICA DE COLHEITA DE FRUTA

PROJECTO PREMIADO | **PRÉMIO INOVAÇÃO CA 2014**